



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE
PERNAMBUCO**

**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS
HUMANAS**

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

***Habitus* diplomático: um estudo do Itamaraty em
tempos de regime militar (1964-1985).**

DAVID DO NASCIMENTO BATISTA

**RECIFE
FEVEREIRO DE 2010**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
DOUTORADO EM SOCIOLOGIA

***Habitus* diplomático: um estudo do Itamaraty em
tempos de regime militar (1964-1985).**

DAVID DO NASCIMENTO BATISTA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGS - da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE -, como requisito parcial para a obtenção do grau de Doutor em Sociologia, sob a orientação da Professora Dr^a. Eliane Veras Soares e do Professor Dr. Remo Mutzenberg.

RECIFE
FEVEREIRO DE 2010

Batista, David do Nascimento

Habitus diplomático: um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964 - 1985) / David do Nascimento Batista. – Recife: O Autor, 2010.

203 folhas.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CFCH. Sociologia, 2010.

Inclui bibliografia.

1. Sociologia. 2. Diplomatas. 3. Relações internacionais – Itamaraty. 4. Regime militar (1964-1985). I. Título.

**316
301**

ed.)

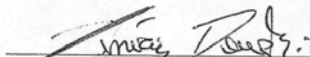
CDU (2.

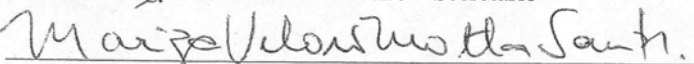
**CDD (22.
ed.)**

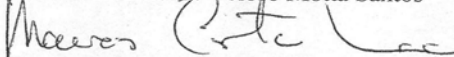
**UFPE
BCFCH2010/27**

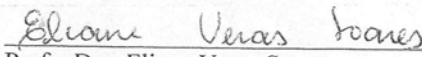
Ata da Sessão de Defesa de Tese de **DAVID DO NASCIMENTO BATISTA**, do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Pernambuco.

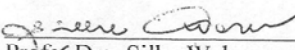
Aos vinte e três dias do mês de fevereiro de 2010, reuniram-se na Sala de Seminários do 12º andar do prédio do Centro de Filosofia e Ciências Humanas, os membros da comissão designada para o Exame da Tese de Doutorado de **DAVID DO NASCIMENTO BATISTA** sob o título “**HABITUS DIPLOMÁTICO: UM ESTUDO DO ITAMARATY EM TEMPOS DE REGIME MILITAR (1964-1985)**”. A comissão foi composta pelos professores: **Profa. Dra. Eliane Veras Soares** - Presidente/Orientadora; **Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos** – Titular Externa (UNB), **Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima** – Titular Externo (C. Política/UFPE), **Profa. Dra. Silke Weber** – Titular Interna (PPGS/UFPE) e **Prof. Dr. Remo Mutzenberg** – Titular Interno (PPGS/UFPE). Dando início aos trabalhos, a **Profa. Dra. Eliane Veras Soares** explicou aos presentes o objetivo da reunião, dando-lhes ciência da regulamentação pertinente. Em seguida, passou a palavra ao autor da Tese para que apresentasse o seu trabalho. Após essa apresentação, cada membro da Comissão fez sua arguição, seguindo-se a defesa do candidato. Ao final da defesa, a Comissão Examinadora retirou-se, para em secreto deliberar sobre o trabalho apresentado. Ao retornarem a **Profa. Dra. Eliane Veras Soares**, presidente da mesa e orientadora do candidato, solicitou que fosse feita a leitura da presente Ata, com a decisão da Comissão Examinadora **aprovando a Tese por unanimidade e recomendando a sua publicação após a incorporação de sugestões propostas pela banca**. E nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Examinadora e pelo candidato. Recife, 23 de fevereiro de 2010.

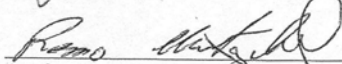

Vinícius Douglas da Silva Nascimento – Secretário

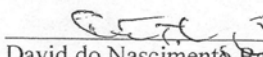

Profa. Dra. Mariza Veloso Motta Santos


Prof. Dr. Marcos Ferreira da Costa Lima


Profa. Dra. Eliane Veras Soares


Profa. Dra. Silke Weber


Prof. Dr. Remo Mutzenberg


David do Nascimento Batista

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

***Habitus* diplomático: um estudo do Itamaraty em
tempos de regime militar (1964-1985).**

David do Nascimento Batista

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. ELIANE VERAS SOARES – Orientadora (PPGS)

Prof. Dr. REMO MUTZENBERG – Co-Orientador (PPGS)

Prof. Dra. SILKE WEBER - Titular interno (PPGS)

**Prof. Dra. MARIZA VELOSO MOTTA SANTOS – Titular externo
(PPGSOL – UnB)**

**Prof. Dr. MARCOS COSTA LIMA – Titular externo (PPGCP =
UFPE)**

DEDICATÓRIA

DEDICATÓRIAS

Dedico este trabalho a algumas pessoas: a meus pais, Adalberto Guedes Batista, pelo exemplo de dedicação à família e pela missão de que se encarregou, inspirado pelo pai, em trabalhar “*para que vocês [eu e meus irmãos] estudem*”. E a minha mãe, Maria do Carmo Batista, minha primeira professora de interpretação de texto, de hermenêutica, de exegese. Discípula fiel da antiga escola protestante, sempre se pautando pelo princípio de que “*Errai em não examinar as escrituras* (Mateus, capítulo 22 e versículo 29)” ensinou-me, na prática, o significado da advertência do Mestre de Nazaré. Com minha mãe aprendi a importância da autópsia das palavras, e assim a descobrir que elas nunca estão mortas, só na aparência.

E ainda às seguintes pessoas, que me são fonte constante de inspiração:

Meu avô paterno, que há quase um século pagava aos outros para ter o prazer de ouvir alguém ler para ele com alguma fluência. Sequer capaz de distinguir uma vogal de uma consoante, ele se deslocava quilômetros, do humilde sítio em que trabalhava de sol a sol, e pelo qual sustentava a família, para uma cidadezinha próxima, só para usufruir um pouco desse – para ele - raro e quase impossível prazer, e sobre o qual, já em casa e maravilhado, não cansava de repetir, num monólogo que demonstrava toda a grandeza de seu gesto, e o desespero recôndito de uma necessidade que jamais seria saciada, que “*o homem que não sabe ler é cego*”. Escrevo esta dedicatória nos exatos dia e hora em que ele estava sendo velado, após ter sido devastado por um câncer, que o levou ainda jovem. Há quarenta anos.

A meu avô materno, Antonio Bezerra do Nascimento, com quem aprendi, compartilhei e ainda compartilho, mesmo em sua ausência, o amor pelos livros e pelo estudo atento da história, e principalmente da trajetória oculta de seus personagens. Com ele aprendi que as consequências não pretendidas das ações e omissões dos homens, fazem mais história que as belas intenções que muitas vezes ícones de papel se prestam a verbalizar. Trajetória essa sempre realidade. Foi com meu avô Antonio que aprendi algo que considero uma lição. Testemunha de aspectos dos bastidores da II Guerra Mundial, na condição de civil entre militares, ele costumava me dizer o seguinte: *quando estudar história, lembre-se que o que está escrito é fumaça, procure sempre enxergar o que está por trás*. Quando me dizia isso, compartilhava comigo,

abrindo a porta de seu guarda-roupas, um segredo que mantinha escondido de todos, na parte de dentro do móvel: colada por trás das roupas, ele mantinha a primeira página, já amarelada pelo tempo, do jornal *Diário de Pernambuco*, na qual constava a foto do então governador Miguel Arraes, deixando o Palácio do Campo das Princesas, já deposto, preso e sendo encaminhado ao Arquipélago de Fernando de Noronha. Garoto, lembro-me de como ele costumava contemplar aquela foto, longamente. Hoje, eu daria tudo para obter os pensamentos de meu avô naqueles momentos, pensamentos que o assaltavam como fantasmas em tudo familiares, a uma testemunha ocular da história. Hoje, lamento profundamente que ele não tenha deixado um diário, contendo as suas lembranças e impressões daqueles dias.

Ao meu amigo Manoel Laurindo, que há muito me deixou intelectualmente órfão. Ele foi o interlocutor intelectual mais honesto, elegante e culto que pude conhecer. Exemplo raro de cristão e de teólogo. Era desses seres especiais que Deus tem pressa em chamar de volta para Si.

E finalmente a Aluisio Guedes Batista, tio saudoso e querido, que também me deixou intelectualmente órfão, e que se não tivesse sido ceifado pela morte tão cedo, teria feito de mim o segundo professor da família e novamente o segundo a concluir um doutorado. A ele, dedico esta tese de forma especial.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus. Pelas condições e oportunidades com as quais me brindou ao longo da vida, e especialmente nos últimos cinco anos, em que me dediquei quase que exclusivamente a esta tese.

Agradeço, ainda, pelo apoio irrestrito, ao longo desses cinco anos, pela paciência em ter de suportar minha reclusão para compor a tese:

a) aos meus pais, Adalberto Guedes Batista e Maria do Carmo Batista, e meus irmãos Silvia, Almir e Irani do Nascimento Batista, pelo incentivo constante e companheiro;

b) ao meu cunhado, Alemberg Rodrigues de Albuquerque, pela grandeza e dignidade que marcam sua vida, compartilhada conosco; e pelas conversas sobre o Brasil, longas, indignadas, mas sempre divertidas, sempre que o tempo nos permite;

d) à Ítala Caroline Batista de Albuquerque e a Joana Fernandes, em quem deposito não só grandes esperanças, mas também a certeza de que serão plenamente capazes de entender o que lhes digo, há tempos, sobre o valor da educação. E a Alice, que começa a chegar, de mansinho, e já nos cativando!

Aos colegas do curso de doutorado: Afonso, Édrija, Alex (o que partiu e o que ficou), Maurício, Marcela, Cida, Rui, Vilma, Ivan. Se por acaso me esqueci de alguém, isso não impede que em minhas lembranças e orações eu dialogue com eles.

Aos funcionários do PPGS, pela ajuda de sempre, nesses vinte anos em que com eles convivi quase que diariamente.

A Vinícius Coêlho de Arruda, pelo apoio logístico durante a longa tarde do dia 20 de janeiro de 2010, durante a qual as cópias da tese foram finalmente reproduzidas. Obrigado pela paciência, pelo profissionalismo e pela tua companhia sempre sincera, amiga e agradável, Vinicius.

Ao irmão Elizio Tavares de Oliveira, pela sua constante presença e amizade, ao longo desses cinco anos, e seu apoio fundamental para mim, nos trajetos muitas vezes impossíveis e de última hora, entre o trabalho e o PPGS, entre as convocações extraordinárias, e muitas vezes praticamente simultâneas, para reuniões com a diretoria da Faculdade Marista e encontros de orientação com Eliane e Remo. Não sei como, mas ele sempre conseguiu me fazer chegar na hora e muitas vezes antes disso. Grato, Irmão!

A Patrick Peritore e ao Irmão Armênio Marques Martins, membro dedicado da Ordem Marista, pela imprescindível ajuda na versão dos resumos da tese, trabalho entregue às pessoas certas: vernáculas. A boa vontade de vocês é um exemplo raro de ser encontrado e pelo qual sou grato!

A João Vicente Fontella Goulart, filho do ex-presidente João Belchior Marques Goulart, pela gentileza com que respondia aos meus insistentes e-mails, e também pela ajuda, em me permitir os meios de entrar em contato com pessoas importantes, quase inacessíveis, e cujas opiniões, após a leitura da proposta de trabalho que resultou nesta tese, forneceram-me estímulo adicional para prosseguir com as investigações.

Ao professor Antonio Feijó e a Simone, pela atenção e o carinho com que sempre me receberam em sua vivenda. Ao “Regente”, agradeço as opiniões sensatas e acertadas quando de seu contato com o placebo da proposta de tese. Ele nem sabe, mas a sua leitura e críticas acertaram o alvo, com rara e douta percuciência. Nossa conversa foi a *prova dos nove*, propositalmente preparada por mim, e que adicionalmente me permitiu aumentar ainda mais a admiração e o respeito que tenho por ele, uma privilegiada testemunha ocular da história. A Simone, pela amizade e o respeito com que sempre me distinguiu, desde os tempos da Facotur, pela amizade sincera e a confiança com que sempre me honrou. A vocês o meu muito obrigado, emocionado!

Academicamente, meus débitos são inúmeros, imensos e impagáveis. Mas há alguns nomes a quem devo agradecer especialmente:

Vera Regina Canuto e Luiz Canuto Neto. Eles são culpados. Culpados de eu ter permanecido no curso de Sociologia, mesmo contra as pressões familiares, que me exigiam *fazer direito primeiro, e só depois sociologia*. Há vinte anos. A eles, o meu muito obrigado, de coração.

Ricardo Santiago, pelo companheirismo, pela simplicidade e pelos exemplos de integridade de caráter que aprendi a respeitar ao longo de nosso convívio nos tempos de meu mestrado e que ao longo do doutorado poucas vezes vi, mas que em todas elas mostrou-me ter permanecido o mesmo amigo, tranquilo, absolutamente confiável, humilde.

A Jorge Ventura, agradeço o apoio e a confiança de sempre. E as grandes e inesquecíveis lições sobre como ser sucinto, mesmo quando a prolixidade se mostrasse inevitável.

Breno Fontes Souto Maior, que me fustigou com a necessidade de traduzir a tese em sociologuês. Ele nem sabe como essa exigência-orientação me tirou o sono, mas que

do momento da qualificação em diante, mostrou-se se tão pertinente que eu só tenho que dizer a ele: grato, Breno. A esse professor devo, também, oportunidades outras, das quais certamente ele nem se lembra, e pelas quais jamais poderei pagar. Grato, de novo, Breno!

Russell Perry Scott, pelos conselhos de natureza teórica, quando da qualificação da tese.

Fernando Mota, de quem, ao entrar em contato e ser aluno, aprofundei, em silêncio, uma *virose* da qual eu já era hospedeiro antigo: freqüentar a literatura para nela descobrir, às vezes, quase imperceptíveis, veios sociológicos que ele costumava chamar de inestimáveis, mas que nos passam quase despercebidos.

Heraldo Souto Maior, a ele agradeço os constantes lembretes para que eu estivesse sempre atento ao hiato, mas também à complementaridade, em sua eterna e salutar implicância pedagógica para comigo, a respeito do que ele chamava de minhas *paixões* e certos *interesses* intelectuais incontornáveis; devido a minha paixão pela história e a necessidade, muitas vezes impertinente, e por ele cobrada, de concentrar-me no texto sociológico, ainda que eu flertasse com o que teimava ser um infratexto incômodo: a história. Esse professor foi um grande incentivo. Em meu difícil, mas não menos frutífero diálogo com a sociologia, devo a ele conselhos curtos, quase cifrados, mas que não passaram despercebidos. Obrigado, professor.

Silke Weber, cujo conhecimento, acuidade e superlativo zelo pelo *metier* intelectual e acadêmico, fundamentados num rigor germânico digno do nome que ela carrega, fazem dessa professora uma inspiração. Na leitura desta tese, talvez agora ela tenha uma resposta para uma pergunta que certa vez me fez, visivelmente intrigada: *porque freqüentar a mesma disciplina comigo, por duas vezes?* Hoje eu respondo: por que para estudar o *habitus* (o infratexto) eu tinha de assimilar aspectos de natureza teórica que só uma especialista como ela seria capaz de abordar devidamente quando da análise da problemática das ideologias, assunto cuja correlação com a problemática do *habitus* levou-me a estabelecer a distinção fundamental entre ambos os conceitos e fenômenos. A você, professora, minha homenagem pública, meu respeito mais irrestrito e meu muito, muitíssimo obrigado, por tudo.

Finalmente, e de forma especial, aos meus orientadores: Eliane Veras Soares e Remo Mutzenberg. Pela paciência com que inicialmente lidaram com a minha insistência em procurar o conceito mais adequado entre duas opções sedutoras: mentalidade e *habitus*. Pelas muitas leituras em meu projeto de tese, pelas sugestões

acuradas, e as muitas perguntas que, infra-textualmente, continham *insights* que, mais tarde, mostrariam toda a sua propriedade e acuidade. Pela exigência maior: concisão. E que se mostrou um conselho que me permitiu extrair da pedra bruta um produto linear e, penso, mais apresentável que a primeira versão. A Remo, agradeço e admiro a paciência, digna do reverendo que nele dorme. A Eliane, a firmeza em suas convicções e a precisão de suas orientações, compartilhadas com Remo, às vezes surgindo através de sinais esotéricos – que me intrigavam, mas que não ousava perguntar pelo seu significado -, e que para meu espanto adicional se transformavam como que, de imediato, em orientações curtas, precisas, pontuais, cirúrgicas, e que aos poucos foram me mostrando a rara cumplicidade intelectual entre meus orientadores, e da qual me beneficiei, e com a qual pude contar ao longo da caminhada, nos desafios que se interpunham ao longo do processo e nos resultados alcançados, descontados os equívocos que, certamente eu os tenha cometido, e que devem ser debitados a mim, apenas a mim. Ao longo dos encontros de orientação, na falta de um, o outro assumia; no encontro seguinte, a linearidade da orientação ficava patente, em detrimento dos hiatos ao longo do processo, impostos pela complementar carga burocrática que a função de professor impõe a todos nós. Sou grato a vocês, Remo, Eliane, por esse aprendizado e essa demonstração de trabalho em equipe, lição e exemplo raros de serem encontrados. Bravo!

RESUMO

Esta tese constitui uma investigação sociológica sobre o papel do Ministério das Relações Exteriores, no contexto autoritário implantado pelo golpe de Estado de 31 de março de 1964. Descobrir como os diplomatas articulavam suas práticas, de modo a adequá-las ao contexto de exceção é o tema da tese, que encontra seu fundamento teórico nos conceitos de *habitus*, *campo* e *estrutura*, de acordo com as diretrizes teóricas desenvolvidas por Pierre Bourdieu. Por esses parâmetros, os diplomatas seriam representantes e instrumentos de um campo determinado, participando de um jogo específico. Essa premissa fundamenta a tese de que *os diplomatas tendem a atuar por práticas específicas, cujo poder de adaptação facilita a adequação de seu campo a qualquer contexto, seja ditatorial, seja democrático*; tendo o Itamaraty, portanto, integrado o esquema repressivo não apenas por coação, mas também mediante disposições específicas (*habitus*), todas por adaptação, refletindo assim razões estruturais. O objeto de nossa investigação foi o *habitus* diplomático, ou seja, as práticas e disposições diplomáticas diante do fato autoritário. O *habitus* diplomático corresponde, assim, ao resultado do encontro entre a predisposição do agente e as determinações estruturais e estruturantes de seu campo e da estrutura ampliada que o abriga (o Estado). Desse encontro, resultam não apenas disposições orgânicas, mas também um padrão de flexibilidade valorativa, cuja dinâmica corresponde a uma *forma mentis* singular, unificada e correspondente à profunda identificação desses agentes com seu *campo/estrutura*. Orientou a investigação a hipótese de que *a crise que resultou na interrupção da democracia em 1964, acionou mecanismos sociológicos de defesa, pelos quais a instituição buscou preservar a si mesma e à estrutura de Estado, em detrimento dos governos, todo tempo*. O objetivo do estudo foi, portanto, *entender o sentido sociológico dessa versatilidade institucional*. Para isso, examinamos a consistência do *status* de neutralidade atribuído ao Itamaraty, e os mecanismos que permitiram a *blindagem* do Ministério frente às violências do regime, visando assim inferir a lógica de sua adaptação. Por fim, ao estudar o conteúdo de manifestações que, partindo dos diplomatas, fosse, ao mesmo tempo, expressão institucional do Ministério das Relações Exteriores, identificamos *radicais sociológicos* que representam a plataforma institucional responsável pela consolidação do *habitus* que resulta na configuração do que chamamos de *homo diplomaticus*.

Palavras-chave: *habitus*; *campo*, estrutura, *habitus* diplomático; Ministério das Relações Exteriores; regime militar.

ABSTRACT

This thesis presents a sociological investigation of the role of the Ministry of Foreign Relations in the authoritarian regime implanted by a coup d'état on March 31st, 1964. The goal of this thesis is to discover how diplomats articulated their professional practices within a regime of exception. The theoretical basis is found in Pierre Bordieu's concepts of *habitus*, field and structure; diplomats being representatives and instruments of a determined field, participating in a specified game. The fundamental thesis is that *diplomats act according to specified practices whose power of adaptation facilitates the adequation of their field to any context, either dictatorial or democratic*. Itamaraty (the Ministry) however, was integrated into a repressive scheme not by co-action but through *habitus*, i.e. changing practices through their adaptation to the structural reason of the institution. The object of our investigation is diplomatic *habitus*, or the practices and dispositions confronting the authoritarian regime. The diplomatic *habitus* corresponds to the encounter between agent predisposition and structured and structuralizing determinations of his field, and the ample State structure. This encounter yields not only organic dispositions but also a model of value flexibility in conflict with a singular and unified *forma mentis* based on a profound identification of diplomatic agents with their *campo*/structure. I hypothesize that the crisis of democracy in 1964 created social defense measures by which the institution attempted to preserve itself and the state structure, over against the military governments. The objective is to understand the sociological sense of this institutional versatility, the consistent neutrality of Itamaraty, the mechanisms that closed off the Ministry from regime violence, and the logic of its adaptation. By studying diplomats and institutional material we can identify the sociological roots of an institutional platform that consolidated the *habitus* of *homo diplomaticus* in this situation.

Key Words: *habitus*, *campo*, structure, diplomatic *habitus*, diplomats; Ministry of Foreign Affairs; military regime.

RÉSUMÉ

Cette thèse constitue une recherche sociologique sur le rôle du Ministère des Relations Extérieures, dans le contexte autoritaire fixé par le Coup d'État du 31 Mars 1964. Découvrir comment les diplomates articulaient leurs pratiques, de manière à les adapter au contexte d'exception, est le thème de cette thèse, qui trouve son fondement théorique dans les concepts d'"habitus", champ d'action et structure, en accord avec les directives théoriques, développées par Pierre Bourdieu. Avec ces paramètres, les diplomates seraient représentants et instruments d'un sujet déterminé, participant d'un jeu spécifique. Cette prémisse appuie la thèse de ce que *les diplomates agissent par des pratiques spécifiques, dont le pouvoir d'adaptation facilite l'ajustement de leur champ d'action à n'importe quel contexte, soit dictatorial, soit démocratique*; ayant donc l'Itamaraty adopté le schéma répressif, non par force, mais selon des dispositions spécifiques (*habitus*), toutes par adaptation, reflétant ainsi des raisons structurelles. L'objet de notre investigation a été l'*habitus* diplomatique, c'est à dire, les pratiques et dispositions diplomatiques par rapport au fait autoritaire. L'*habitus* diplomatique correspond, ainsi, au résultat de la jonction entre la prédisposition de l'agent et les déterminations structurelles et structurantes de son champ d'action et de la structure agrandie qui le protège (l'État). De cette jonction, il en résulte, non seulement des dispositions organiques, mais aussi un modèle de flexibilité valorisante, dont la dynamique correspond à une "*forma mentis*" singulière, unifiée et correspondante à la profonde identification de ces agents avec leurs *champs d'action / structure*. Ce qui a orienté l'investigation c'est l'hypothèse que la crise qui résulta de l'interruption de la démocratie, en 1964, déclencha des mécanismes sociologiques de défense, aux moyens desquels l'institution chercha à se préserver et à la structure de l'État, au détriment des gouvernements, tout le temps. L'objectif de l'étude a été, donc, de comprendre le sens sociologique de cette versalité institutionnelle. Pour cela nous avons examiné la consistance du "*status*" de neutralité, attribué à l'Itamaraty, et les mécanismes qui permirent le blindage du Ministère, par rapport aux violences du régime, visant ainsi inférer la logique de son adaptation. Finalement, en étudiant le contenu de manifestations qui, provenant des diplomates, fusse, en même temps, expression institutionnelle du Ministère des Relations Extérieures, nous identifions les radicaux sociologiques qui représentent la plateforme institutionnelle, responsable de la consolidation de l'"habitus" dont l'effet est la configuration de ce que nous appelons l'"*homo diplomaticus*".

Mots-clefs: *habitus*; champ d'action, structure, Ministère des Relations Extérieures; régime militaire.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPITULO I	
Agente e Estrutura: dimensões que se complementam.....	8
CAPÍTULO II	
O Cortesão e a gênese do <i>habitus</i> diplomático.....	25
CAPÍTULO III	
Ditadura e práticas diplomáticas.....	47
3.1 - João Augusto de Araújo Castro: uma esfinge no Itamaraty..	50
3.2 - Vasco Tristão Leitão da Cunha: o arcanjo do Itamaraty.....	57
3.3 - Manoel Pio Corrêa: “ <i>o mais institucional de todos nós</i> ”.....	75
3.4 - Mario Gibson Barboza: o Chanceler da era Médici.....	118
CAPÍTULO IV	
A face oculta do Itamaraty.....	133
CAPÍTULO V	
De alinhamentos recalcitrantes e colaborações relutantes.....	164
CONCLUSÕES.....	191
BIBLIOGRAFIA.....	204

INTRODUÇÃO

“Chama-se Estado o mais frio de todos os monstros frios. E, com toda a frieza, também mente; e esta mentira sai rastejando da sua boca: ‘Eu, o Estado, sou o povo!’”

Friedrich Nietzsche

“... diplomatas, esta raça intelectual ainda não totalmente examinada, das mais perigosas do nosso mundo”.

Stefan Zweig

Durante décadas, o Itamaraty gozou da reputação de ter se mantido distante dos excessos do regime militar, sendo por isso considerado a reserva moral do aparato de Estado brasileiro. Essa exceção, a um padrão diametralmente oposto ao apresentado pelos demais órgãos de Estado submetidos pelo autoritarismo, sempre nos chamou a atenção.

Instaurado o AI-5, quando o general Emilio Garrastazu Médici foi indicado pelo dispositivo militar para assumir a presidência na vaga deixada pelo então general-presidente, Arthur da Costa e Silva, o regime já havia banido da vida pública todas as lideranças que, em 1964, aspiravam chegar à suprema magistratura; os partidos haviam sido extintos em 1965, verticalmente substituídos por um sistema bipartidário meramente formal (Arena *versus* MDB). Após o golpe, o Congresso foi fechado duas vezes; 281 mandatos foram cassados. O regime autoritário, civil-militar, abateu as oposições assim - lenta, gradual e seguramente. Com o AI-5, o próprio MDB, partido tolerado pelo regime, perdeu o secretário-geral, o líder na Câmara e catorze de seus 21 vice-líderes. O Supremo Tribunal Federal, atingido em 1965, foi ainda mais duramente depurado, em 1968. Até mesmo as Forças Armadas sofreram, ainda que comedidos, expurgos disciplinares. Em resumo, por Atos Institucionais e Atos Complementares draconianos, sucessivos, cirúrgicos, o conjunto da sociedade foi vítima impotente dos caprichos da ditadura. Mas o Itamaraty, por algum motivo, permanecendo incólume ao processo, promoveu sua própria auto-depuração e adaptou-se. As circunstâncias que permitiram esse fenômeno exigiram uma abordagem cuidadosa. O que aconteceu durante aquele período constitui o tema desta tese de doutorado.

Primeiramente devemos levar em conta que organicamente infenso à devassa, e estruturado de maneira singular, o Itamaraty, entre 1964 e 1985, atravessou uma etapa de sua biografia institucional pela qual teve sua dinâmica organizacional e sociológica testada para além de todos os limites até então conhecidos. Através do encontro institucional entre, de um lado, os ortodoxos, guardiões da tradição; e de outro lado, tipos heterodoxos por si mesmos

sui generis, esse campo com características algo totais, cuja condição constitui sua essência atemporal e intemporal, demonstrou ser atavicamente resistente a interpelações espúrias, porque propenso a disposições que o transcendem e que resultaram no enquadramento estrutural de seus integrantes.

Nesses termos, temos então, ainda que em linhas inicialmente bastante imprecisas, o clima que caracterizou a luta – seja potencial, seja real – entre ortodoxos indiscutíveis e potenciais heterodoxos anônimos do Itamaraty, os últimos sendo exemplo de um tipo de resistência silente, capaz de manter-se na fronteira entre a obediência discordante e a possibilidade putativa do confronto, constituindo assim um caso *sui generis* e que podemos chamar de oposição integrada (BOURDIEU, 1983a, p. 89-94; BOURDIEU, 1983b, p. 122-125).

Pretendendo estudar esse fenômeno, em 2005 apresentamos à academia proposta de investigação sociológica do que então chamávamos de mentalidade diplomática. Inspirava a proposta o fato de que, pelo menos desde a queda da Monarquia, o Itamaraty sempre mantivera uma postura de equidistância diante de golpes de Estado. Frente a esse padrão de comportamento institucional, nossa intenção, portanto, era examinar se, e por quais mecanismos sociológicos, a instituição conseguira manter essa mesma postura em meio à conjuntura de exceção instaurada em 1964 e aprofundada em 1968.

Mas, à medida que analisávamos as práticas do Itamaraty naquele período, percebemos que a sua atuação era algo controversa. Os dados nos levavam à constatação de quatro recorrentes e superpostos cenários, pelos quais: a) Diante do golpe, o Itamaraty teria feito concessões aos militares, visando proteger-se dos constrangimentos enfrentados por outros segmentos de Estado, evidenciando assim uma auto-defesa, a princípio, compreensível; b) O Ministério, frente ao fato consumado, habilmente dissimulara, visando contribuir, dentro do tempo da diplomacia, para a retomada da normalidade democrática; c) O terceiro cenário sugeria a adesão irrestrita do Itamaraty ao *status quo* autoritário, dado o fato de o Ministério, estranhamente, ter sido o único segmento de Estado poupado pelos militares de intervenção permanente, tendo permanecido nessa condição desde praticamente o dia do golpe, tornando-se, exclusivamente, o único segmento da esfera pública a gozar dessa exceção e dela tendo se beneficiado até recentemente; d) Finalmente, o quarto e último cenário apontava para a possibilidade de os diplomatas atuarem de forma simulada e dissimulada, não por convicção democrática, ou mesmo por adesão ideológica ao regime autoritário, mas devido a uma lógica

a eles *sui generis*, e cujas práticas, e conteúdos correspondentes, sugeriam algo específico aquele campo, porém ainda não investigado¹.

A dificuldade em definir o papel desempenhado, e principalmente o comportamento diplomático, naquele contexto, nos suscitava os seguintes questionamentos: como os diplomatas articulavam suas práticas, de modo a adequá-las às exigências dos governos militares, uma vez sendo o Itamaraty parte integrante do aparato permanente de Estado, então submetido aos constrangimentos de sucessivas administrações autoritárias? Por quais mecanismos os diplomatas se ajustaram ao ambiente político profundamente alterado pelo golpe de Estado? Em suma, o que explicaria, não só o tratamento recebido pelo Ministério, mas principalmente o comportamento dos diplomatas, diante do fato autoritário?

Ao enunciar o problema nesses termos, observamos que Pierre Bourdieu, mediante os conceitos de campo e de *habitus*, fornece instrumentos teóricos que nos pareciam adequados para o enfrentamento de questões dessa natureza. Os diplomatas, nesse sentido, seriam agentes específicos, integrantes de um campo igualmente singular (Ministério das Relações Exteriores) tendo, nessa condição, participado de um jogo estrutural excepcional. Nesses termos, a configuração básica da teoria do campo estaria tecnicamente delineada; mas ainda que tecnicamente a teoria sugeria, ainda, o aspecto esotérico, recôndito, e cuja presença, caso atestada, talvez permitisse o contato com o fato sociológico responsável pelas disposições dos diplomatas diante do contexto autoritário: o *habitus* diplomático (BOURDIEU, 2000, p. 59-73; BOURDIEU, 2003: 119-125; BOURDIEU, 2008, p. 91-124).

Com efeito, a articulação dos conceitos de campo, de *habitus* e de estrutura nos permitiu abordar sociologicamente os procedimentos diplomáticos ao longo do período militar, fornecendo instrumentos analíticos que julgamos terem ajudado a comprovar a tese de que os diplomatas, de fato, atuam por disposições específicas, cujo conteúdo e poder de adaptação facilitam a adequação de seu campo a qualquer contexto, seja ditatorial, seja democrático - tendo o Itamaraty, portanto, integrado o esquema repressivo, não por coação, mas mediante práticas que refletem ações e omissões todas por adaptação, refletindo assim

¹ Algumas poucas vezes, ao longo do texto, apresentaremos referências bibliográficas em bloco, como apêndice ao final de um parágrafo longo. Isso será um indicativo de que o parágrafo, ou conjunto de parágrafos, consiste do resumo articulado de informações contidas nas referências e que servem de respaldo ao argumento geral apresentado. Tais blocos sempre são antecedidos e/ou precedidos por referências bibliográficas outras, isoladas ou em bloco, e que seguem a mesma orientação. Adotamos esse procedimento para não quebrar a fluência do texto, evitando assim, a todo momento, interromper o texto com referências isoladas, muitas delas em uma única frase, configurando soluções de continuidade que me pareceram dispensáveis. O parágrafo a que pertence esta nota é um exemplo desse critério, mas que procuramos evitar, sempre que possível. Consultar ALMEIDA, 2008, p. 81; CAMPOS, 1994, p. 570; CASTRO, 1982; CHEIBUB, 1985, p. 113-131; CORRÊA, 1995, p. 719-720; CUNHA, 1994, p. 265; CUNHA, 1994, p. 274-275; FONSECA Jr, 1994, p. xxiii; FONSECA Jr, 1994, p. xxvi-xxvii; GASPARI, 2002, p. 227-228; LINS, 1995, p. 168-171; MOREIRA, 2001, p. 102-104; PINHEIRO, 2004, p. 40; RICUPERO, 2000, p. 12; VIANNA FILHO, 1996, p. 144-153; WEHLING, sd, p. 9.

razões estruturais que encontram neles [diplomatas] agentes não apenas dispostos, mas, sobretudo, incondicionalmente dedicados ao seu campo. Tal tese, entretanto, exigia a identificação inequívoca do objeto a ser investigado.

Sendo assim, de uma perspectiva dedutiva, sabe-se que as práticas da diplomacia em geral comportam um tipo de predisposição individual específica, capaz de conduzir os seus integrantes a justificar quaisquer atos e omissões, desde que fundamentados em conveniências, não raro, atribuídas ou atreladas às razões de Estado.

Inferimos, portanto, e agora de forma inequívoca, que o objeto a ser investigado seria de fato não um *habitus* em geral, mas o *habitus* diplomático, conceito cujo sentido passou a corresponder ao resultado do encontro entre a predisposição individual do agente diplomático e a racionalidade estrutural e estruturante, de um Ministério (e por extensão, de uma estrutura que o abriga: o Estado), cujas práticas refletem uma propensão endógena a flexibilizar valores de quaisquer ordens, sugerindo assim um fenômeno orgânico supra-individual e intra-sistêmico, responsável pela configuração de uma *forma mentis* estrutural singular, e que resulta da profunda identificação desses agentes com seu campo e com a estrutura que os comporta, condição não por acaso já definida por um diplomata como *gestalt* mental (CAMPOS, 1994, p. 570).

Mas como identificar o *habitus* diplomático? Como defini-lo? Corresponderia ele à *gestalt* mental mencionada pelo diplomata? Que características tal *habitus* teria apresentado ao longo do ciclo militar? Seria ele consequência exclusiva do contexto autoritário, ou algo orgânico ao campo diplomático, em qualquer tempo? Que práticas poderiam evidenciá-lo? E finalmente: o que teria a revelar uma investigação sobre tal objeto?

Esses questionamentos nos levaram a trabalhar com a hipótese de que a crise que resultou na interrupção da democracia, em 1964, acionara mecanismos sociológicos, desde sempre latentes, e cuja dubiedade constitui o padrão versátil e elaborado de defesas pelas quais a instituição preserva a si mesma e a estrutura de Estado, em detrimento dos governos, todo tempo.

Restava, entretanto, conhecer a natureza dessa adaptação: se orgânica, ou se meramente estratégica; se houve resistência dos diplomatas ao sistema repressivo, e qual o teor dessa oposição - embora as poucas evidências de que dispúnhamos já nos levassem a suspeitar que, e nos atendo apenas àquela conjuntura, os diplomatas atuaram de acordo com um tipo de disposição específica em relação à ditadura, mediante uma adesão fundamentada em mecanismos sociológicos específicos ao campo diplomático.

Diante disso, na intenção de entender o sentido sociológico de tal propensão e versatilidade institucionais, adotamos os seguintes passos: a) estudar a consistência do *status* da neutralidade por muito tempo atribuída ao Itamaraty; b) identificar os mecanismos que permitiram a blindagem do Ministério diante da violência do regime e; c) finalmente procurar inferir a lógica de tal poder de adaptação.

Para isso, o procedimento metodológico adotado foi o exame do conteúdo de manifestações que, partindo dos diplomatas fosse, ao mesmo tempo, expressão institucional do Ministério das Relações Exteriores. Para tanto, concebemos duas maneiras de abordar o objeto: a primeira, entrevistar diplomatas; a segunda, examinar sua produção escrita: ensaios, discursos, memórias, relatórios e quaisquer documentos que nos permitissem entrar em contato com dados, informações, pistas, enfim evidências capazes de nos proporcionar a oportunidade de estudar o pensamento e as práticas dos diplomatas e assim abordar o objeto e examinar sua dinâmica.

Mas ao iniciar as pesquisas percebemos que a abordagem pessoal dos diplomatas, especialmente sobre aquele período, seria tarefa praticamente impossível, principalmente depois das revelações da imprensa a respeito do papel oculto desempenhado pelo Itamaraty ao longo do ciclo militar. De fato, até o último momento os diplomatas negaram-se a conceder entrevistas. Por isso, concentramos a investigação no exame de sua produção intelectual, mapeando material de pesquisa produzido entre 1964 e 1985.

Assim procedendo, não demoramos a perceber que fontes dessa natureza são extremamente escassas e muitas vezes frustrantes; mas os resultados dessa decisão metodológica revelaram que, em meio a uma profusão de depoimentos superlativamente cuidadosos, os diplomatas, por vias diretas, ou indiretas, sempre forneciam evidências, que nos ajudaram a encontrar um método de investigação do objeto que ao final mostrou-se bastante adequado: o contraste entre o que chamaremos de camadas exotéricas e esotéricas das manifestações e disposições diplomáticas. Através da comparação, confronto e articulação de pontos de vista, versões conflitantes, informações esparsas, detalhes, datas, conceitos, enfim, ao analisar pistas, expressões e evidências capazes de realçar a dualidade sociológica que vincula o agente (o diplomata de carreira, o *staff* diplomático) às estruturas (Itamaraty, Estado, Governos), a investigação nos levou a identificar sutis regularidades no pensamento e nas práticas diplomáticos, pelas quais concluímos que tais disposições não se restringem apenas a conjunturas de exceção.

As regularidades, portanto, sugeriam o que passamos a chamar de radicais sociológicos, identificados mediante o exame articulado das práticas diplomáticas e da

dinâmica de antecedentes e conseqüentes; ou seja, o ajuste entre disposições diplomáticas e contextos. Tais radicais indicam que os diplomatas não orientam suas ações por ideologias; aspecto esse que paulatinamente os leva a desenvolver um senso de proporção e de equilíbrio capazes de lhes permitir operar com precisão cirúrgica a discriminação entre as esferas de Estado e de Governo, tornando-os agentes infensos a representar o papel de caudatários de acontecimentos e/ou de visionários voluntaristas, demonstrando assim o que chamamos de configuração do *homo diplomaticus*. Nossa intenção, portanto, foi estritamente conhecer a dinâmica de um campo específico, através do mapeamento e análise das práticas de seus convencionais.

Para isso, compilamos material de pesquisa que nos permitiu a seleção de um conjunto de dados e de indicadores submetidos a um tratamento em três etapas: classificação, análise e interpretação. Quanto à análise do *corpus* de pesquisa, o tratamento metodológico adotado esteve, todo tempo, orientado pelo critério da articulação das quatro regras específicas da análise de conteúdo: as regras da exaustividade, da representatividade, da homogeneidade e da pertinência.

Pela regra da exaustividade, cada texto foi analisado minuciosamente, tendo em vista não só a sua importância individual, mas, sobretudo, a relação interna de seu conteúdo com os tema, objeto e totalidade do *corpus* de pesquisa, respeitando-se assim os demais critérios de análise: representatividade, homogeneidade e pertinência das informações (BARDIN, 2004, p. 90-92).

O critério da representatividade deve ser entendido, entretanto, em seu sentido específico: no que diz respeito às questões de ordem metodológica, as manifestações de certos diplomatas são representativas porque determinados atos e omissões integram o campo, dialeticamente, com disposições ora de adesão irrestrita, ora de adesão por discordância, fenômeno que exige o entendimento de que disputas por posição envolveram, naquele contexto, tanto o grupo dos diplomatas fática e inquestionavelmente ajustados ao regime, como também o grupo dos que, integrando o mesmo perímetro sistêmico, e ainda que não aceitando o que ocorria, tinham de adequar-se da melhor forma possível a um contexto do qual seu campo, quer queira quer não, era parte integrante, enquanto parcela de uma estrutura física ampliada, capturada no vórtice de acontecimentos que imantaram a todos, convocando-os para um círculo concêntrico determinado e determinante, e que por isso, compreensivelmente, deles exigia atitudes e omissões *ex-ante* estruturais. Tal dinâmica, por si mesma, sugere o tipo de exercício heurístico aqui exigido não apenas do pesquisador, mas também do leitor, no sentido de, frente a um fenômeno dessa envergadura, esforçar-se para

proceder a uma suspensão teleológica especial, um fenômeno cujas possibilidades epistemológicas constituem um convite a ponderações sobre eventos que nos dizem respeito seja direta, seja indiretamente: uma página intocada de nossa história recente.

Nesse sentido, as categorias temáticas com as quais trabalhamos foram as origem, trajetória e manifestações dos diplomatas, a respeito do sentido e da natureza de suas atividades, critério que nos permitiu, à medida que analisávamos os mecanismos de adesão, classificar suas práticas de modo a ter acesso à condição fundamental do *homo diplomaticus*, enquanto categoria; condição que, mediante os radicais sociológicos já mencionados, demonstram como os diplomatas garantem a blindagem e continuidade do próprio campo, através de procedimentos que declaram sua capacidade em atuar mediante conservadorismo pragmático; dissimulação honesta; oportunismo tático; ambigüidade estratégica; adesismo pontual tático e finalmente promiscuidade ideológica por cumplicidade tácita, posturas que demonstram que o Ministério, a partir de 1964, atuou por cumplicidade orgânica, em relação à estrutura estatal primeiramente, e em seguida ao regime militar, *sine ira et studio*.

A pesquisa teve no período 1964-1985 seu intervalo de investigação fundamental, porém enriquecido por informações adicionais, a ele anteriores e posteriores, mas sempre dizendo respeito diretamente ao objeto, na intenção de robustecer e ampliar a fundamentação da tese.

Sendo assim, no primeiro capítulo apresentamos o referencial teórico que respaldou a investigação. No segundo capítulo nos ocupamos das origens do *habitus* diplomático, na intenção de identificar os elementos que fundamentam o pensamento e as práticas diplomáticas. No terceiro capítulo, analisamos as práticas de nossa diplomacia durante o regime autoritário, buscando evidenciar, através da apresentação e análise dessas práticas, o *habitus* diplomático. No quarto capítulo, analisamos, de forma articulada, as práticas diplomáticas e a documentação adicional disponível a seu respeito. No quinto capítulo analisamos um artigo escrito por um diplomata, no qual consta sua leitura do papel do Itamaraty no contexto autoritário. Ainda no mesmo capítulo, e em seguida, analisamos uma manifestação por escrito, que constitui procedimento inédito para os padrões do Itamaraty: uma carta aberta, escrita por um embaixador aposentado, tecendo críticas e fazendo admoestações ao Chanceler Celso Luiz Nunes Amorim e ao Secretário Geral Samuel Pinheiro Guimarães. Por fim, no último capítulo, apresentamos as nossas conclusões.

CAPITULO I

Agente e Estrutura: dimensões que se complementam

“Devemos nos precaver para não tomar a internalização como um processo de mão única”

José Guilherme Merquior

Estrutura, campo e *habitus* serão os conceitos analisados neste capítulo. Num segundo momento, essas noções serão articuladas com outros dois conceitos: Estado e Governo. Com isso, pretendemos demonstrar a co-relação específica que resulta na condição de um indivíduo sociológico, representante e instrumento orgânico de seu campo, mediante práticas inspiradas por princípios que antes de transcendê-lo de há muito o antecede. Portanto, nosso objeto de estudo não é um campo, ou uma estrutura *per se*, mas antes um seu componente sociológico: o *habitus* que os torna possíveis. Da mesma forma, nosso interesse não é teorizar sobre as condições de possibilidade *strito senso*, que permitem o *habitus*, mas estudá-lo enquanto aspecto consolidado e operante. Mediante os conceitos acima, buscaremos entender como, no plano empírico, práticas específicas evidenciam o vínculo do agente diplomático com seu campo e a estrutura que o abriga.

Por estrutura entendemos um complexo objetivo, cujo funcionamento geral independe da consciência e da vontade particular dos agentes que a compõem, inspira práticas específicas, a ela exclusivamente restritas, configurando assim relações de interdependência relativamente estáveis entre ela e seus agentes, e os agentes entre si, visando a perpetuação de uma lógica singular, que transcende vontades e valores particulares.

Por campo entendemos um perímetro particular, também objetivo, regido por uma lógica própria, passível de integrar um espaço ampliado (estrutura) e compartilhá-lo com outros campos, embora cada um desses campos detenham seu conjunto próprio de normas, regras e disposições correspondentes, e que ora de forma convergente, ora em competição, formam um sistema integrado específico, cujas coordenadas regulam um determinado jogo. Isso implica dizer que um campo é, ele mesmo, também, estruturado e estruturante, e que em seu interior agentes ora ocupam, ora disputam posições, cujas especificidades são responsáveis por sua identidade e afirmação frente a outros campos, fazendo com que embates internos a um deles invariavelmente resultem na configuração de um objetivo comum a todos que integram o complexo objetivo em questão, especialmente quando diante de conjunturas que ameacem à estrutura que abriga o[s] campo[s]. Portanto, a meta

fundamental dos que integram um determinado campo e/ou estrutura é contribuir para que esse complexo exista e enquanto tal se fortaleça. Em condições ideais, a perenidade do campo é produto, assim, e acima de tudo, de uma cumplicidade objetiva, situada para além de interesses particulares e disputas meramente paroquiais, e que começa na confluência de individualidades que, por afinidade eletiva, acabam constituindo categoria(s) específica(s), de natureza estrutural.

O surgimento, desenvolvimento e permanência do campo depende, entretanto, de algo a ele constitutivo: a paulatina e contínua formação de um *habitus* específico, cujos esquemas de percepções, incorporados aos agentes, inspiram e articulam disposições individuais e compartilhadas, que assim – e só assim - promovem o ajustamento do indivíduo ao campo e por extensão à estrutura.

A característica fundamental de um campo, portanto, é o fato de que apenas o agente que tiver incorporado sua lógica, e práticas específicas, apresenta condições de jogar e de acreditar na importância do jogo que o vincula às instâncias micro (campo) e macro (estrutura).

Portanto, uma vez consolidado, o *habitus* pode ser definido como produto da articulação de aptidões individuais convergentes, propensas a atuações de natureza institucional, manifestas em maneiras específicas de pensar, sentir e agir, frente a constrangimentos e solicitações inerentes ao próprio campo, em detrimento de pressões externas, e que por qualquer motivo fujam ou ameacem os cânones fundamentais do mesmo campo e/ou da estrutura que porventura abrigue o agente.

O *habitus*, entretanto, depende, como é de se notar, de um fator adicional, não menos decisivo: a disposição e capacidade do agente em atuar segundo um tipo e nível de envolvimento, e principalmente compromisso, que garantam de forma inegavelmente probatória sua vinculação ao campo e/ou à estrutura (BOURDIEU, 2004, p. 23; BOURDIEU, 2001, p. 191-192; BOURDIEU, 2008, p. 144; BOURDIEU, 2004, p. 149).

Tais condicionantes envolvem, entretanto, a existência de mecanismos que, embora nem sempre objetivados, são fundamentais para a reprodução de campos e estruturas com tais características. Nesse sentido, um mecanismo importante, senão fundamental, para a consolidação de qualquer campo e/ou estrutura, consiste no processo de conversão de indivíduos em agentes orgânicos; conversão que por si mesma ajuda a entender a lenta, gradual e segura consolidação de *habitus*. Porque só o contato - e uma concomitante disposição do indivíduo, em relação à lógica de um determinado meio – resulta na gradual

incorporação, por esse indivíduo, da disposição para práticas correspondentes a um campo e/ou estrutura determinados *ex-ante*, já que

formar um homem não é adornar sua mente com certas idéias, nem fazê-lo contrair certos hábitos particulares, mas sim criar nele uma disposição geral da mente e da vontade que lhe faça ver as coisas em geral sob uma nova luz (DURKHEIM, 2002, p. 35).

Por isso, o ato da conversão não significa apenas o resultado da exposição do indivíduo a

concepções particulares, a certos artigos de fé dados. A verdadeira conversão é um profundo movimento com o qual a alma inteira, ao virar para uma direção totalmente nova, muda de posição, de base, e, conseqüentemente, modifica seu ponto de vista sobre o mundo. Trata-se tão pouco de adquirir um certo numero de verdades que esse movimento pode realizar-se de maneira instantânea. Pode ocorrer que, abalada até em sua base, por um golpe repentino e forte, a alma efetue esse movimento de conversão, ou seja, que ela mude brusca e repentinamente sua orientação. É o que ocorre quando, para usarmos a terminologia consagrada, ela é repentinamente tocada pela graça. Então numa espécie de reviravolta, num piscar de olhos, ver-se-á perspectivas totalmente novas; revelam-se a ela realidades não suspeitadas, mundos ignorados; ela vê, sabe coisas que ignorava totalmente, momentos antes. Mas esse mesmo deslocamento pode dar-se lentamente, sob uma pressão gradual e insensível... (DURKHEIM, 2002, p. 35).

Diante disso, imaginemos um indivíduo com as estruturas cognoscente e de personalidade formadas. Esse indivíduo, em dado momento, opta por ingressar em uma certa instituição. Ora, antes de mais nada, admitamos que fazer uma opção é uma atitude que declara não apenas a existência, mas principalmente a autonomia do indivíduo. Feita tal opção, esse indivíduo presta os exames regulares e, uma vez aprovado, passa a integrar os quadros do exército, da marinha, da aeronáutica, da diplomacia, ou mesmo de um mosteiro, no que, completado o tempo regulamentar exigido, o indivíduo é aceito e faz os votos, sinalizando assim a real intenção de ser ordenado sacerdote.

Independentemente das razões dessas escolhas, se motivadas por questão econômica, ou por vocação, apenas o tempo dirá se esse indivíduo fez a escolha que o colocou naquilo que chamaríamos de, por falta de expressão mais adequada, seu elemento. Alguns indivíduos encontram o seu elemento, outros não. Trabalhemos com os primeiros, os segundos não nos interessam, são casos espúrios, que qualquer instituição minimamente organizada trata de ignorar, neutralizar ou simplesmente expelir, processo que o indivíduo em contato com a estrutura acaba por, de sua parte, facilitar, mediante o abandono espontâneo de uma predisposição que acabou por mostrar-se equivocada, ou impossível de ser colocada em prática.

Portanto, um indivíduo que ingressa numa determinada instituição e, após um primeiro contato, opta por nela continuar, encontra-se na ante-sala de um campo, ou estrutura qualquer, instalado sob a condição de neófito e disso tem consciência. Naturalmente, quase que de imediato ele começa a, concomitantemente, ser submetido e submeter-se a um processo de socialização pelo qual o campo que o recebeu o testará em todos aspectos. E da mesma forma, o indivíduo em relação ao campo não se comportará passivamente, mas responderá e interpelará o campo e/ou a estrutura, também.

Passado o período probatório de socialização inicial, o indivíduo é aceito no primeiro anel do círculo concêntrico que o levará ao núcleo do campo, ou estrutura, que almeja integrar, e em relação à qual se esforça verdadeiramente. Tem início então um acompanhamento silencioso e ainda mais intenso da estrutura sobre esse indivíduo; acompanhamento silencioso, porém, decisivo. Porque as normas da instituição encontrarão agora, ou não encontrarão jamais, as condições ideais para fazer germinar no neófito os valores típicos do campo, ou estrutura a qual ele recorreu, solicitou ingresso e almeja ser aceito.

Mas como identificar e principalmente constatar, mediante evidências e provas cabais, que o candidato apresenta as condições necessárias e suficientes para tornar-se, primeiro, um iniciado, e finalmente, um agente verdadeiramente orgânico ao campo e/ou à estrutura? Três são, a princípio, as possibilidades básicas de o campo e/ou a estrutura inferir e certificar-se de tais aspectos: atribuir ao indivíduo funções específicas e acompanhar atentamente o seu desempenho; observar seu desenvolvimento cuidadosamente; ouvi-lo e inquiri-lo. Trata-se, evidentemente, de um processo lento, mas pelo qual, ao fim de certo período, a estrutura tem condições, ainda que mínimas, de decidir se pode contar com o indivíduo, ao ponto de considerá-lo motivadamente um *insider*; ou pelo contrário, promover os meios de expeli-lo de seus quadros.

Ora, a condição de *insider* implica no estabelecimento de um pacto. Por pacto entendemos tanto uma convenção, como o ato pelo qual um agente ou um grupo de agentes transige frente a uma situação definida, ou em curso de definição. Esse pacto tem início no assentimento e pré-disposição do indivíduo em participar de situações que visam submetê-lo a certos constrangimentos, aos quais deverá fornecer certas respostas, esperadas pelo campo e/ou pela estrutura. O teor dessas respostas é o que finalmente declara o indivíduo, paulatinamente, um ser formalmente integrado, e só um pouco mais tarde plenamente confiável ao campo/estrutura, mas ainda suscetível de ser testado, se e quando isso se mostrar necessário, mediante provas preliminares e decisivas, que podem se desdobrar em outras

tantas, a ocorrer cedo, tarde, ou mesmo nunca, a depender dos desafios a que o campo e/ou a estrutura sejam submetidos, ao longo da vida útil do indivíduo em seu interior. Isso implica no entendimento adicional de que o indivíduo nunca estará definitivamente isento de ser submetido a novos testes de campo e/ou estruturais, sejam ordinários, sejam excepcionais; reais, ou simplesmente fictícios, e que em sua verdade, ou simulação, têm por objetivo atestar o grau e validade da aderência do agente ao campo, ou à estrutura. Tais testes consistem na exposição do indivíduo singular à moral e ao código normativo da estrutura - escrito e não escrito -, até o limite, e muitas vezes para além dele.

Ao final desse processo, o indivíduo recebe, ou não recebe, o selo da confiabilidade, que o tornará agente e porta-voz plenamente autorizado e reconhecido de seu campo e da estrutura que o abriga, fato que implica no reconhecimento de que estamos agora perante um tipo de dualidade específica e complementar, de unificação, que só assim passa a fazer sentido - como uma moeda, que só pode ser considerada moeda se comporta não apenas um lado (cara), mas também o outro (coroa).

Ora, tudo isso implica dizer que em contato com o campo e/ou a estrutura o indivíduo mantém incólume o seu estatuto de sujeito. Porque se um contexto o interpela, sua resposta será instantânea, seguindo uma direção convergente, ou divergente do campo e/ou da estrutura. De modo que o processo de conversão, ao mesmo tempo em que busca imantá-lo para a estrutura, pode levá-lo a qualquer momento a se afastar dela, e por isso certos indivíduos são tidos por *insiders* consumados, ou dissidentes a serem combatidos. Só pode ser considerado dissidente o indivíduo que rompe com o campo, ou com a estrutura, aos quais um dia esteve comprovadamente vinculado.

No caso de adesão à estrutura, obviamente o *habitus* é o que declara que o agente pode ser considerado integrante e finalmente representante autorizado de um campo e/ou estrutura específicos. A partir daí, o indivíduo atuará, pensará e sentirá conforme o *habitus* orgânico ao campo, elemento do agente. Mas isso não ocorrerá sem antes ser cumprido o que poderíamos chamar de um determinado programa estrutural, mas que não pode prescindir da predisposição de ânimo do indivíduo em participar do jogo, e que implica no seguinte processo: a) o agente deve ser exposto aos cânones do campo, aos imperativos que fazem desse o que ele é; b) observado tal procedimento, o agente é então exposto ao sistema de disposições responsável por lhe fornecer as credenciais específicas do campo, tendo início assim o lento processo de incorporação de um *habitus* (práticas) estrutural; c) tal socialização implica no fato de o indivíduo passar a incorporar aspectos específicos ao campo, ajustando-se a ele, e pelo qual deverá pagar um determinado preço; d) nesse momento, a socialização

secundária *ad hoc*, então aplicada, cumpre apenas parte de um papel que resulta na potencial conversão do agente aos cânones da estrutura; e) observe-se, entretanto, que [con]versão significa o deslocamento simultâneo de duas instâncias em direção a um mesmo centro: o campo de um lado, convidando o indivíduo, seduzindo-o; e o agente do outro lado, atendendo ao chamado do campo e assim ajudando a selar o encontro definitivo de uma dualidade complementar que promete render frutos, em última instância, estruturais, e que tem nesse núcleo [o compromisso em última instância estrutural] seu princípio e seu fim.

Por isso, no momento em que o agente adere à estrutura, tem-se o início da consolidação de um pacto que conhece seu ponto culminante na totalidade que declara o fenômeno estrutural. Porque o pólo representado pelo agente constitui, em algum momento *a priori*, aquela esfera interior de deliberação que consiste na trajetória que levará o indivíduo a unificar-se com o campo; após o que, o diálogo que se estabelece entre ele e os demais integrantes do campo permite a consolidação de práticas estruturais que sinalizam não mais mero envolvimento, mas compromisso efetivo: o ajustamento entre disposições e posições estruturais [co]rrespondentes.

Sendo assim, devemos admitir que por si mesma a ideologia que representa os fundamentos doutrinários de qualquer campo, ou estrutura, constitui uma interpelação inicial de considerável impacto sobre o agente; uma condição necessária, mas não suficiente para a consolidação do pacto entre o agente e o campo. Porque logo em seguida a esse encontro o momento ideológico sofre uma espécie de eclipse, indispensável à entrada em ação daquilo que poderíamos chamar de uma outra bússola, que se incorpora ao agente e que complementa o trabalho da ideologia: o *habitus*, práticas específicas ao campo.

O próprio agente, à medida que se converte ao campo, começa a permitir essa simbiose, pois a almeja. E assim, uma vez realizada a conversão, as coordenadas do campo passam então a não mais ser meramente fornecidas ao agente. Agora, o campo, ou a estrutura, falam por ele, dada a sua condição de integrante da categoria que declara a correlação de uma dualidade complementar, cuja força centrípeta imanta o indivíduo para o campo e/ou a estrutura, mantendo-o sob sua órbita e produzindo no agente uma espécie de cisão do ser, mesmo que apenas nos instantes em que ele está em seu elemento. Por essa cisão, o indivíduo, quando em relação com seu campo, emana uma sintonia que o torna reflexo da estrutura, evidenciando aquilo que Bourdieu chama de efeito de universal, pelo qual se torna possível pensar a gênese, a consolidação e o funcionamento específico do microcosmo (campo), que é elemento orgânico de uma totalidade a ele superior (estrutura) e que tem nas práticas de seus convencionais a comprovação desse fato.

Nesse sentido, sob a aparência de dizer o que é a estrutura, essa é que declara a posição do agente em seu interior; mas isso porque os agentes, por si mesmos, e entre si, são sistema, a partir de um dado momento de sua vinculação ao campo, evidenciando assim a disposição de cada indivíduo *per se* em formar com os demais um uníssono, pelo qual dizemos que os agentes confundem-se com seu campo, mantém com ele cumplicidade, mediante práticas que, de tão específicas e regulares, acabam por se tornar naturalmente inquestionáveis para ele.

A dinâmica e os mecanismos desse fenômeno tornam-se compreensíveis quando observamos os fatos: no início, a celebração desse pacto constitui para o indivíduo algo nebuloso. Porque nesse momento o agente não sabe, não consegue perceber, aquilo que efetivamente a estrutura dele deseja e certamente irá cobrar. Com efeito, de início o campo acena-lhe com *status* e possibilidades; sinaliza ser o caminho no qual ele terá atendidos, plenamente, anseios de realização material, espiritual e/ou profissional. De sua parte, o indivíduo não almeja menos. Servir ao campo e/ou à estrutura tem suas compensações: compensações materiais, psicológicas; *status*, segurança financeira, satisfação pessoal, sentido de honra. Convenhamos, não é pouco. Sendo, portanto, compreensível o fato de que, ao fim e ao cabo, servir ao campo e nele à estrutura torne-se uma espécie de meta, de ambição pessoal, ambição que se confunde com o zelo para com a estrutura, essa entidade abstrata que em algum momento materializa-se através das práticas do agente.

E assim, paulatinamente, observando e sentindo toda a potencialidade do campo ao qual lentamente se insere, o agente vai aderindo à estrutura - lenta, gradual e seguramente. Nesse instante, a estrutura é ainda aquela proximidade imediata, epidérmica, mas não ainda mediata, profunda, em função do geral. De modo que aos poucos o indivíduo vai sendo imantado pela estrutura. Óbvio, nem toda estrutura é totalizante e totalitária, mas há algumas que, embora não totalizantes e mesmo não totalitárias, são semi-totais.

E assim, por anuência, omissão, ou mesmo indiferença (aquele tipo de indiferença que constitui, afinal, a inércia não raro comum à vida burocrática), o indivíduo vai incorporando a lógica do campo e/ou da estrutura. Uns aderem mais rápido que outros; os mais precoces servindo de modelo aos mais tardios. Porque cada campo é a

institucionalização de um ponto de vista nas coisas e nos *habitus*. O *habitus* específico, imposto aos novos postulantes como um direito de entrada, não é outra coisa senão um modo de pensamento específico (um *eidōs*), princípio de uma construção específica da realidade, fundado numa crença pré-reflexiva no valor indiscutível dos instrumentos de construção e dos objetos assim construídos (um *ethos*) – (BOURDIEU, 2001, p. 121 – os grifos são do autor).

Por fim, num dado momento, o postulante será – mais cedo ou mais tarde - interpelado pela estrutura, que o convocará a definir-se em relação a ela. Nesse momento, entram em funcionamento os mecanismos de sanção do campo, ou da estrutura, via categoria, em relação ao agente, mediante imposição sutil, ou declarada, de sanções ora positivas, ora negativas.

Estamos, portanto, diante do momento de decisão em que o agente deve aderir de forma incontestável ao sistema, ou optar, uma vez o integrando, e em definitivo, pela defecção. Porque antes de qualquer coisa, é a disposição individual do agente a condição *sine qua non* para que possamos falar de campo, ou de estrutura. Em qualquer caso. Portanto, nas situações-limite, os agentes têm o mesmo valor médio, seja no início, seja no fim de sua trajetória dentro do campo e/ou da estrutura.

Tal empreendimento estrutural, entretanto, depende da interpelação bem sucedida que resulta na cooptação eficaz de agentes, que em casos normais ocorre por convencimento (aderência empática), na intenção de operar sempre, e sem soluções de continuidade, a estruturação estruturante do sistema de disposições compartilhado entre os integrantes do campo, e pela qual ocorre a adesão definitiva do agente aos cânones estritos, que fazem do campo aquela unidade indissolúvel, que declara o que ele é e o que ele pretende ser, todo tempo. Em situações normais, tal tarefa cabe aos demais agentes, que assim ajudam a assegurar não o sistema de disposições, mas a lógica estrutural em última instância.

Nos casos de cooptação excepcionais, o objetivo é o mesmo, mas os métodos fatalmente serão mais incisivos. Nesses momentos, a tarefa de obter do agente a declaração inequívoca de lealdade ao campo (seja por ação, seja por omissão) fica a cargo de agentes cujo grau de confiabilidade para o campo esteja acima de quaisquer suspeitas, os quais se encarregam de enquadrar os recalcitrantes recorrendo, se e quando necessário, a termos mais enérgicos. Tais atitudes declaram, portanto, práticas que compreendem ações excepcionais, às quais um determinado campo, se necessário, recorre, visando proclamar e garantir sua soberania frente ao indivíduo. De modo que em tais assuntos qualquer exceção denuncia a regra fundamental: a sobrevivência do campo tem no agente, e nas práticas institucionais (*habitus*) por ele absorvidas e reproduzidas, os seus instrumentos e mecanismos-chave, responsáveis pela reprodução e blindagem da lógica estrutural, em todos casos, em qualquer tempo e a qualquer custo.

Tal raciocínio permite, então, aceitarmos o postulado de que os homens, ao mesmo tempo, criam as instituições e são por elas moldados, mediante a concepção e consolidação de mecanismos ao mesmo tempo estruturais e estruturantes, responsáveis pela analogia (sintonia) entre espaço de posições (campo/estrutura) e espaço de disposições (*habitus*). O primeiro não

prescindindo dos agentes, o segundo constituindo as ações e omissões dos próprios agentes (BARBAS HOMEM, 2006; BOURDIEU, 2004, p. 23).

Por isso, o conceito de *habitus* parece transcender a estática que opõe, de um lado, o objectivismo; e de outro lado, o subjectivismo, rompendo assim a divisão estanque entre o indivíduo, de um lado, e a sociedade, de outro lado, tornando possível assim captar o sentido do que Bourdieu denominou de interiorização da exterioridade - isto é, o modo pelo qual a sociedade, sob a forma de disposições duráveis, encontra-se depositada nas pessoas.

Habitus assim traduziria o resultado do encontro entre capacidades e propensões estruturadas e estruturantes para pensar, sentir e agir de modo determinado e simultâneo (agente *versus* campo); permitindo que indivíduos, que integram determinadas categorias, respondam com presteza e criatividade a constrangimentos e solicitações unilaterais, típicas de seu campo e/ou estrutura, disposição essa que o capacita a posicionar-se contra quaisquer situações, ou interpelações, oriundas de pressões externas, que circundam seu campo e que o ameaçam. Por isso, o *habitus* é capaz de transformar indivíduos em cães de guarda de certos campos e/ou estruturas determinados. Inspirando disposições que constituem, por fim, uma disciplina que é ela mesma fonte e manifestação de práticas que dizem respeito a uma realidade como aquela apresentada pelo Estado e por seus campos e aparatos permanentes, como a diplomacia e as Forças Armadas, que por sua vez estabelecem diálogo com instâncias que lhe são indiretamente orgânicas e com as quais lidam de forma equidistante, como os Governos (BOURDIEU, 2001, p. 191-192; BOURDIEU, 2008, p. 144).

Sendo assim, o Estado traduz uma configuração social há muito incorporada à sociedade, exerce independência absoluta frente a qualquer outra vontade decisória que se pretenda universal e, por tais mecanismos, imprime algum sentido, ordem e estabilidade à vida humana em sociedade. O Estado, portanto, é capaz de dispor sobre a ordenação e o funcionamento dos demais poderes da sociedade, atraindo, evitando ou destruindo orientações que dele divirjam. Mas o que difere o Estado moderno de outras instâncias políticas é a sua linguagem: a linguagem diplomática; essa via de comunicação que desconhece tanto o nunca como o sempre, e que jamais se deixa prender por conceituações puristas sobre o certo e o errado.

Isso, portanto, difere o Estado dos governos, constantemente instados a optar e manifestar-se pelo certo e pelo errado, por um sempre ou por um nunca, e a ter de prestar contas a uma base de apoio que legitima indivíduos (governantes), confundidos muitas vezes com a estrutura (o Estado) que momentaneamente os abriga, mas que é a eles superior.

Portanto, Estado e Governos representam respectiva e organicamente o permanente e o transitório. Tecnicamente, o Estado constitui-se de um conjunto de partes interdependentes às quais, em sistemas desbloqueados, caberia a tarefa de gerar perguntas e inspirar respostas, estabelecendo, facilitando e coordenando o diálogo entre as instâncias sociais. Isso, entretanto, não elimina o fato de que o Estado se conduz por uma ética especial; pelo contrário, apenas tende a realçá-lo, inspirando certas disposições em seus agentes orgânicos, tornando-os capazes de conceber, amparar e justificar ações tanto visíveis, como encobertas, para cuja implementação exige práticas que em certos momentos tornam-se incorporadas, e que constituem condição *sine qua non* para a defesa e manutenção permanente dos interesses dessa esfera (BOBBIO, 1999: 200-201; BOBBIO, 2000, p. 188-190).

Nesse sentido, haveria toda uma vida psíquica difusa na sociedade, mas que não elimina a existência de uma outra vida, cuja sede especial encontra-se no Estado, instância que abriga o órgão governamental (Governos). Nessa sede especial (o Estado) temos uma vida psíquica específica e poderosamente latente. De modo que aquilo que ressoa no resto da sociedade, a partir dela, é apenas a pálida repercussão dos anseios da comunidade, razão pela qual, quando o Parlamento vota uma lei; quando o governo toma uma decisão, dentro dos limites de sua competência, um ou outro procedimento depende, sem dúvida, do ânimo geral da sociedade, já que Parlamento e Governo, em sociedades desbloqueadas (democráticas), estão em contato com as massas da nação; e as diversas impressões que resultam desse contato contribuem para determiná-los num sentido, ou noutro. Porém, ao afirmar a existência de fatores determinantes, situados fora dessa esfera (seja nas democracias, seja nas ditaduras), para Durkheim, o Estado é um órgão especial, encarregado de elaborar certas representações que valem para a coletividade, mas que se distinguem de outras representações coletivas, por seu maior grau de consciência e de reflexão (MENEZES, 1997, 21; MORAES, 1996, p. 141; ELIAS, 1993, p. 87-190; DURKHEIM, 2002, p. 70-71).

Portanto, entre a sociedade, os governos e o Estado haveria hiatos (nos quais se localizam certas molas flexíveis, de que nos fala o teórico do direito administrativo, político profissional, homem de Estado e organizador da carreira diplomática, o Visconde do Uruguai, segundo princípios ainda hoje operantes). Por esses mecanismos, Governos, em sistemas desbloqueados (democracias), administram segundo os condicionantes normais do jogo político e, periodicamente, encontram-se e discutem termos de transição pautados pelos limites específicos a cada uma dessas esferas. Em sistemas desbloqueados, o governo que sai passa, ao governo que entra, senhas e contra-senhas que serão manuseadas por agentes temporários, por um período específico. Isso, entretanto, não significa dizer que tais senhas e

contra-senhas sejam todas aquelas elaboradas no interior do Estado, por *insiders* orgânicos àquela estrutura: burocratas vigilantes, no dizer de Luciano Gallino (GALLINO, 2005, p. 64).

De modo que se torna compreensível que a continuidade do Estado promove paulatinamente, em seus agentes permanentes, a incorporação de um *habitus* específico, ajudando a promover um diálogo que envolve, de um lado, a ética convencional, que alimenta as esperanças e determina as paixões do indivíduo comum, e de grupos específicos; e de outro lado, uma ética especial, configurada em maneiras de agir, pensar e sentir próprias ao Estado, enquanto estrutura que se apóia em práticas exercidas por indivíduos que representam de forma orgânica orientações que dele emanando encontram sua implementação mediante a ação de campos que configuram parte de um sistema ora integrado, ora precário, mas que prevalecem sobre os demais setores sociais – porque endogenamente fundamentados – mediante o recurso à chamada doutrina dos poderes implícitos, ou inerentes, pela qual os ordenamentos jurídicos mais avançados conferem à própria estrutura permanente de Estado o poder de decretar não apenas os meios absolutamente necessários para resguardá-lo de quaisquer ameaças, mas também o acesso legítimo aos mecanismos apropriados a atingir esse fim, em qualquer tempo e a qualquer custo (FARHAT, 1996, p. 839). Nesses termos, a chamada razão de Estado constitui um ponto de vista ontológico, que preside o caráter absoluto dessa estrutura e que encontra em agentes a ela orgânicos o respaldo fundamental pelo qual

cada funcionário é disposto e educado exclusivamente para um fim determinado; o seu espírito se moldou definitivamente aquele mister; entrando na máquina administrativa, uma vez afeiçoado ao seu cargo, passa a cumprir a função quase que automaticamente; daí por diante, vai ele incorporar-se aos outros nesta resistência passiva e absoluta – absoluta, porque é inconsciente e automática – a qualquer modificação (BOMFIM, 1993, p. 188-189).

Sendo assim, as práticas que constituem o Estado não se alteram por manifestarem uma idéia que é em si e por si mesma “toda a realidade que ele exprime [e que reside] inteiramente no espírito dos homens que a concebem” (BURDEAU, 2005, p. xxxiii). De modo que

os homens inventaram o Estado para não obedecer aos homens. Fizeram dele a sede e o suporte do poder cuja necessidade e cujo peso sentem todos os dias, mas que, desde que seja imputada ao Estado, permite-lhes curvar-se a uma autoridade que sabem inevitável sem, porém, sentirem-se sujeitos a vontades humanas [de maneira que] sem a idéia que fazemos dele tudo desaba (BURDEAU, 2005, p. xxxiii).

Além disso, o Estado embora não crie a autoridade

assume suas formas; a obediência que exige não é da mesma natureza que a requerida pelo chefe que comanda. Ele dura quando os governantes passam.

Favorece uma aproximação dos indivíduos que suas opções partidárias dividem. Põe alguma grandeza na vida política que, por si só, a mediocridade dos homens deixaria mesquinha... Tudo efeito de crenças! Talvez... Mas quando as crenças se encarnam, quando se mostram capazes de sustentar uma instituição duradoura, quando lhe asseguram uma base suficientemente sólida para lhe permitir destacar-se das representações que lhe deram origem, então firma-se uma realidade cuja autenticidade seria pueril contestar a pretexto de que ela só tem existência no pensamento dos homens (BURDEAU, 2005, p. xxxiii).

Sendo o suporte do poder político, o Estado é uma idéia condicionada pela evolução psicológica e social das coletividades humanas, cuja concepção opera a cisão que prepara o indivíduo para encarnar uma instituição que o transcende *ex-post* e *ex-ante*. Por essa premissa, a legitimidade encarnada pelo Estado, e que se reflete em seus agentes, enquadra seus adversários. Portanto, o Estado “não é tanto uma força exterior que viria pôr-se a serviço de uma idéia quanto a própria força dessa idéia” (BURDEAU, 2005, p. 5). Por esse raciocínio, a realidade substancial do Poder não é o mando, ou o *imperium*, ela reside na idéia que o inspira. No entanto:

Não há duvida de que essa idéia pode ser respeitável ou suspeita; pode ser geradora de crimes bem como de iniciativas felizes. Mas, como toda política é ação finalizada, não se concebe como um Poder, agente de uma política, poderia, em sua própria essência, não ser marcado pelo fim que a determina ou serve para legitimá-la (BURDEAU, 2005, p. 5).

Nesses termos, que é uma instituição senão um empreendimento a serviço de uma idéia e organização, de tal maneira que, estando a idéia incorporada no empreendimento, esse possa “dispor de um poder e de uma duração superiores aos dos indivíduos pelos quais ele (Estado) age?”. Um empreendimento dessa ordem corresponde ao uso de um poder “cujos fins são determinados pela idéia e sobrevivem aos indivíduos que lhe asseguram o serviço”. Porque essa idéia é a

representação da ordem desejável; o organismo é o aparelho do poder público organizado de tal modo que a idéia condicione-lhe a estrutura, o pessoal e os meios. Na instituição, o Poder não fica necessariamente enfraquecido, mas é sujeito à realização de um projeto cujo conteúdo não é o único a fixar (BURDEAU, 2005, p. 11).

Evidentemente, a idéia de institucionalização do Poder não se impôs sem reflexão, pois uma inclinação permanente impele indivíduos a personalizar a autoridade e apóia-la mediante práticas que lhe permitem: “amar sem ver, acreditar sem tocar, obedecer a uma disciplina que dispensa o chicote”, nível que por fim garante a institucionalização do Poder (BURDEAU, 2005, p. 11).

Essa premissa permite, portanto, o entendimento sociológico de que num determinado momento da evolução das relações sociais, os inconvenientes do poder institucionalizado tornaram-se intoleráveis, principalmente devido à instabilidade do exercício da função governamental por tiranos que detinham o monopólio privado da violência. Isso levou os homens (os governados e mesmo certos governantes) a sonhar com uma continuidade duradoura da gestão dos interesses coletivos, com a possibilidade de transmissão da autoridade e capaz de por termo às rivalidades e lutas que acompanhavam a mudança das personalidades dirigentes. De modo que, mediante a adoção do princípio da legitimidade, o chefe regularmente investido fosse agora revestido de uma autoridade indiscutível, permitindo assim uma continuidade já não dependente da vontade exclusiva de um único indivíduo.

Surgiu assim a idéia da dissociação entre a autoridade e o indivíduo que a exerce; e como o Poder já não mais se incorporava na pessoa do chefe, a idéia de uma instituição estatal, de um suporte permanente, resultou na noção de poder público, que pela continuidade de sua vantagem, pelo método a um só tempo empírico e rigoroso que lhe permitiu vencer seus rivais, sem perder o apoio da coletividade, num primeiro momento a realeza se incorporou tão fortemente à Nação que acabou por se constituir como seu órgão político natural.

No entanto, mesmo nesse estágio, quando os príncipes, cansados de serem depostos, começaram a sonhar com um Poder que não dependesse nem exclusivamente de sua espada, nem do assentimento dos barões, foi a instituição monárquica que eles invocaram. E como o Poder da monarquia correspondia às aspirações do grupo, e nele se expressava a idéia de direito nacional, completou-se sua identificação

ao Poder desencarnado pelo qual se expressa o ideal jurídico incluído na instituição. O poder do Príncipe se sublimou tornando-se o Poder da coroa: a legitimidade estava fundamentada (BURDEAU, 2005, p. 30).

Daí em diante, portanto, a autoridade dos governantes baseia-se numa idéia que lhe é exterior, e o mais importante: que lhes sobrevive e que os supera, com toda a majestade que caracteriza a instituição. O titular do Poder é agora menos o rei do que a coroa, pois é na monarquia, cujo símbolo é a coroa, que o Poder se institucionalizou. Por essa razão, quando Luís XIV pronunciou, ou quando lhe foi atribuída, a frase célebre: o Estado sou eu - ele expressou, exatamente, a coincidência entre a pessoa do rei e a instituição estatal. Nesse momento, “não é o Estado que se encarna num homem (pois então a frase seria apenas a manifestação de um orgulho ridículo), é o homem que se confunde com o Estado” (BURDEAU, 2005, p. 30).

Portanto, o importante a fixar é que uma vez introduzida pelos monarcas, para justificar seu exercício do poder político, essa lógica desenvolveu efeitos que a ultrapassariam. E para beneficiar-se das vantagens da nova lógica, eles foram forçados a aceitar, também, suas servidões. Agora, eles estavam vinculados, por seu título de governantes legítimos, a uma idéia da qual procede sua legitimidade e que submete suas vontades, que por sua vez só tem valor jurídico se imputadas ao Estado e encontrando nessa idéia razão necessária, suficiente e sem a qual estaria destituída da legitimidade que consolidada passa a ser a condição *sine qua non* do legítimo exercício do poder.

Mas se o Estado só existe assim, em razão de um esforço intelectual, que suscita no espírito dos homens a sua percepção, como identifica-lo? “Sobre o que incide a reflexão do homem quando ele se aplica ao Estado? Por qual problema nosso espírito é solicitado quando pensamos no Estado?” (BURDEAU, 2005, p. 38). A resposta consiste no fato de que o Estado é a

forma pela qual o grupo se unifica submetendo-se ao direito. É por isso que o sentimento do Estado procede da consciência de uma disciplina, pois é somente na medida em que são compreendidos o objeto e a finalidade da ordem estatal que o homem pode pensar de um modo diferente **no** Estado, que não seja como um poder material pelo qual ele em nada se distinguiria das formas primitivas da vida social: a horda, o clã ou a tribo (BURDEAU, 2005, p. 38 - o grifo é nosso).

Portanto, quando o homem compreende que somente um Poder transcendente, livre da vontade subjetiva e da violência pessoal de um chefe, e o único capaz de encarnar uma autoridade e disciplina proporcional aos objetivos perseguidos pela coletividade, e ao mesmo tempo estabelecer uma comunhão de gerações (a atual, as do passado e as que virão amanhã); quando, enfim, a organização política da sociedade deixa de ser uma coordenação efêmera, fruto de forças instáveis e de interesses divergentes e inconciliáveis, passando a ser compreendida como algo duradouro, a serviço de valores que transcendem a relação entre o chefe e o grupo, então surge não apenas a idéia de Estado, mas, sobretudo, a própria realidade do Estado, que só existe nessa idéia, que tanto pode aviltar os homens como enobrecer a sua existência, quando dos momentos em que o perigo do autoritarismo, da hipertrofia do poder do Estado, impõe a tarefa de examinar o papel de agentes específicos do Estado em contextos marcados por violência institucional e assim examinar suas práticas em nome da estrutura coercitiva, cuja legitimidade seja passível de contestação.

Sendo assim, ao estudar o que permite o funcionamento do Estado e, especificamente, de seus diferentes segmentos (campos), Pierre Bourdieu observou a existência de um fenômeno mediador, implícito à macro-estrutura, e subsequente à ideologia que a fundamenta

em suas primeiras horas: o *habitus*, essa espécie de segunda natureza humana, de saber social incorporado, de incorporação pelo agente de necessidades objetivas e inerentes ao campo; de interiorização pelo agente de certas exterioridades estruturais a ele anteriores, e cuja capacidade unificante resulta numa disposição mediante as quais ele desenvolve certas maneiras de sentir, pensar e agir inerentes ao campo ao qual integrado. De fato, ao analisar os mecanismos que permitiam a produção e reprodução desse fenômeno observa-se que o *habitus* constitui um fenômeno que incorporado a certos indivíduos, sob circunstâncias específicas, manifesta-se através do enquadramento que impõe às práticas e pelos quais

o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais da percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação. E cria assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é, ela própria, o funcionamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum [de modo que se o Estado] não tem, necessariamente, necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física, para produzir um mundo social ordenado; pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas, que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume: a submissão dóxica à ordem estabelecida (BOURDIEU, 2008, p. 116-119).

Nesse sentido:

A estrutura não é 'externa' aos indivíduos: enquanto traços mnêmicos e exemplificadas em práticas sociais, é, num certo sentido, mais 'interna' do que externa às suas atividades, num sentido durkheimiano. Estrutura não deve ser equiparada à restrição, à coerção, mas é sempre, simultaneamente, restritiva e facilitadora (GIDDENS, 2003, p. xxii;).

Sendo assim, a atuação do diplomata corresponde a práticas que refletem a inércia incorporada que o leva a comprometer-se com o Estado, garantindo a constitutiva mobilidade decisória que faz dele o integrante de uma burocracia vigilante (GALLINO, 2005, p. 64), parte orgânica de um *staff* que opera como cérebro institucional e braço de sustentação de uma estrutura da qual é o aparelho tornado homem (BOURDIEU, 2001, p. 194)². Por isso, é-lhe algo natural acionar os saberes constitutivos de seu campo, independentemente de sua natureza pessoal, para o bem, ou para o mal, no intuito único de servir e proteger a estrutura, porque sendo produto

da necessidade objetiva, o *habitus*, necessidade tornada virtude, produz estratégias que, embora não sejam produto de uma aspiração consciente de fins explicitamente colocados a partir de um conhecimento adequado das condições objetivas, nem de

² Exemplo extremo de institucionalização é o caso Arthur Greisen, ex-*Gaulaiter* (prefeito) de Warthegau, que justificou suas ações durante o *Holocausto Nazista* sustentando, num tribunal polonês, a tese de que “só a sua alma oficial havia cometido os crimes pelos quais seria enforcado em 1946; sua alma privada sempre fora contra eles” (ARENDT, 2000, p. 144).

uma determinada mecânica de causas, mostram-se objetivamente ajustados à situação (BOURDIEU, 2004: 23 – grifo do autor).

Por isso, tais agentes, e assim, neles, o campo e/ou a estrutura que integram, vivendo sua realidade institucional, constituem engrenagens *ad hoc* de uma lógica que se pretende permanente. De modo que o caso concreto aqui investigado – a adesão dos diplomatas às diretrizes de seu campo e da estrutura que o abriga, durante o ciclo militar - parece confirmar a hipótese de que aqueles agentes foram, e continuam a sê-lo, em última instância, ainda que considerando casos pontuais em contrário, propensos a defender às diretrizes de seu campo e da estrutura que o abriga; inicialmente por opção, uma vez que sua adesão ao campo é espontânea, e em seguida por fidelidade a um pacto que começa nessa estrutura e nela termina - dada a condição desses agentes, de hospedeiros de uma lógica da qual tem plena consciência, e que os inspira a, muitas vezes, atuar e omitir-se por *habitus* (obedecendo/discordando em silêncio) - inércia incorporada que os torna profissionais orgânicos de um segmento cuja razão de ser está no pleno e integral serviço do e ao Estado.

Por isso, conscientes de seu *status*, prerrogativas e obrigações correspondentes, tais agentes ora exercem seu papel, ora ao mesmo tempo silenciam sobre ele, resguardados sob o manto de uma lógica estrutural específica, cujas muitas formas e mutações exigem um grau de fidelidade *sui generis*, consolidado histórica e sociologicamente, e cuja dinâmica nos permite fixar desde já as seguintes informações: entre o Ministério das Relações Exteriores e o Estado a diferença fundamental está no fato de o primeiro ser parte integrante, orgânica, do segundo. Isso significa que o Itamaraty tem influência sobre o Estado, mas não predominância, fato que nos leva à inferência lógica de que o Estado tem no Itamaraty um componente cuja relação com os governos é de equidistância, aspecto que singulariza, da mesma forma, os Ministérios militares e o aparato de segurança (Policia Federal e Civil). Tais segmentos de Estado, portanto, constituindo colunas fundamentais de um mesmo aparato permanente, existem pelo pensamento estrutural passível de ser identificado pela observação e exame do *habitus* particular que os distingue, e que podemos identificar mediante o exame das práticas de seus agentes. Mas como se deu a estruturação estruturante entre esse campo específico, a diplomacia, a estrutura que o abriga (o Estado) e seus agentes orgânicos?³

³ Consultar: BURDEAU, 2005, p. 175; CORRÊA, 1995, p. 977; WEBER, 1989, p. 57-58; 122; WEBER, 1982, p. 264-266; MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732; BOURDIEU, 2003: 119-125; BOURDIEU, 2008, p. 150-153; CORRÊA, 1995, p. 605; CORRÊA, 1995, p. 764; HUNTINGTON, 1996, p. 77-97.

CAPÍTULO II

O Cortesão e a gênese do *habitus* diplomático

“Na vida real, verdadeira, na esfera do poder político – e isto deve ser frisado como alerta contra toda a credulidade política –, raramente são as figuras superiores, as pessoas das idéias puras que decidem, e sim uma categoria muito inferior, porém mais hábil: os personagens dos bastidores”.

Stefan Zweig

A estrutura fixa que reflete o que passou a ser designado por Estado moderno fundamenta-se no corpo de agentes específicos que a torna realidade operante e que encontra no Cortesão uma de suas matrizes mais significativas. Aristocrata de nascimento, o Cortesão representa a antítese de um modelo que há muito esgotou seu papel no plano histórico: o *Condottieri*. Em geral de ascendência nobre, e possuindo uma educação muito acima da média, em determinado momento da evolução das relações políticas entre os potentados medievais, o Cortesão passou a anunciar o fim de uma era e o início de outra, mais complexa, eivada de imprecisões, dubiedades, e que aos poucos tornaria esse indivíduo o funcionário orgânico ideal de uma idéia que visava adquirir para si o *status* inquestionável de estrutura permanente. À medida que se fixa no cenário social e político, esse novo personagem exercita, e principalmente incorpora, práticas a serviço da idéia que torna a ele mesmo uma instituição: a idéia de Estado. O aprimoramento de vocações voltadas para tarefas de Estado faria desse agente permanente do ambiente de corte não só seu porta-voz autorizado, mas principalmente o guardião indispensável de segredos e de interesses inerentes a essa estrutura, cuja intenção era impor sua autoridade incontestável.

Juntamente com o cortesão surge o soldado profissional, cujo senso de disciplina e de lealdade indiscutíveis ao Estado passariam a opor ambas as categorias a outros segmentos que em todos os tempos, e desde então, orbitariam o Estado, a exemplo dos representantes da esfera dos interesses privados: a burguesia⁴.

Mas uma vez fixado, o campo permanente e orgânico de Estado passou a representar interesses opostos à esfera privada, sempre à procura de espaço, buscando influenciar o curso dos assuntos de Estado, no intuito único de auferir proveito pessoal.

⁴ Ver: KANTOROWICZ, 1998, p. 221-226; SIMONETA, 2008, P. 16-22; BURKE, 1997, p. 173-177; FAORO, 2001, p. 62; PÉCORA, 1997, p. x; LE ROY LADURIE, 2004, p. 90-93; BURDEAU, 2005; MEINECKE, 1997, p. 149-152; MEINECKE, 1997, p. 197; CASTIGLIONE, 1997; PÉCORA, 1997, p. vii-xv; CLAUZEWITZ, 2003, p. xci; HUNTINGTON, 1996, p. 76-97; MAQUIAVEL, 1996, p. 64-65; LARIVAILLE, 2001, p. 247-249.

Ciosos de seu papel social, político e jurídico, permanente e estrutural, os integrantes do campo de Estado configuravam, portanto, o pólo antagônico ao que aqui chamamos de esfera de governo, o espaço que desde sempre abrigava interesses não necessariamente compatíveis com aqueles específicos ao Estado, embora mantivesse com esse contato, ainda que eqüidistante.

Por isso, nas disputas que travaram, visando ampliar e posteriormente delimitar suas respectivas esferas de influência, a burguesia, por exemplo, jamais conseguiu se impor como “(...) uma classe da qual o Estado seria mero delegado, espécie de comitê executivo” (FAORO, 2001, p. 62), e isso porque aos interesses que ela defendia opunham-se aqueles representados pelos estamentos de Estado, agora consolidados como uma burocracia vigilante, cuja influência junto ao Príncipe era facilitada pela função que ocupavam: a de membros permanentes do Conselho de Estado. Mas, a partir de um dado momento, a incompatibilidade entre o estamento de Estado e as classes passaram a refletir um fato que se tornaria um divisor de águas: a fidelidade do corpo funcional do Estado passou a transcender a figura do Príncipe, configurando um compromisso agora direcionado à consolidação de uma idéia superior a indivíduos e dinastia: a idéia de Estado (GALLINO, 2005, p. 64; BURDEAU, 2005).

Para entender a evolução da idéia de Estado, devemos levar em conta que, naquilo que diz respeito à consolidação de seu *staff* permanente, temos que os Cortesãos formavam, a princípio, uma comunidade amorfa, mas que em razão de sua origem aristocrática pensava e agia consciente de “(...) pertencer a um mesmo grupo, a um círculo elevado, qualificado para o exercício do poder”. A consolidação do Estado moderno, assim, aos poucos “apura, filtra e sublima um modo ou estilo de vida”, levando tais agentes a, paulatinamente, identificar como próprias – e por isso mesmo inalienáveis – certas funções, postos e prerrogativas de corte que exigiam “certas maneiras de educação, [projetando] prestígio sobre a pessoa que a ela pertence, não raro hereditariamente (FAORO, 2001, p. 62).

Compreende-se assim algo das condições objetivas fundamentais que permitiram a gênese do *habitus* de Estado: cenários sociológicos com condições objetivas para a formação e consolidação de interesses específicos, disposições determinadas, representação de papéis *ad hoc*, campos de atuação delimitados; em suma, uma divisão de papéis que basicamente opunha duas camadas: para integrar a *classe* [reduto dos interesses privados] bastava “(...) a adoção de meios econômicos ou de habilitações profissionais”. Para fazer parte do estamento [reduto dos funcionários responsáveis pela administração do Estado, com dedicação integral e permanente] exigiam-se do indivíduo certas “(...) qualidades que se impõem, que se cunham

na personalidade, estilizando-lhe o perfil (ELIAS, 1994, p. 17; MARÍAS, 2004, p. 298-299; CASTIGLIONE, 1997; PÉCORA, 1997, p. vii-xv; LARIVAILLE, 2001, p. 247-249; FAORO, 2001, p. 66 – o grifo é nosso).

A consolidação do Estado moderno, portanto, levou os príncipes, primeiramente, a despojar a nobreza de seu poder político-estamental; em seguida, a atraí-la para a corte, e finalmente a utilizá-la no serviço político e diplomático. Desse modo, obrigada a ceder todos seus privilégios ancestrais, restou à nobreza, a partir de certo momento, e já assumindo “ares cortesãos, despida a arrogância, pedir um lugar no governo, fonte única de poder, de prestígio, de glória e de enriquecimento” (FAORO, 2001, p. 66).

Por sua vez, a burguesia [representada pelos homens de grandes cabedais], embora “orgulhosa de seus êxitos, sentirá, sem definir uma ideologia própria, que seu papel se reduz a agente do rei” (FAORO, 2001, p. 66).

E por último, até mesmo o monarca será também “despojado de atribuições - perderá a marca de proprietário do reino, convertido em seu administrador, defensor e zelador: o principado eleva-se acima do príncipe” (FAORO, p. 66; ELIAS, 1993, p. 87-190). A idéia de Estado paira, assim, soberana, desde então, sobre a idéia de governo, embora pouca atenção seja dispensada a essa diferença, e às conseqüências que ela anuncia e acarreta, à exceção de momentos em que crises específicas evidenciam vácuos de poder significativos, que explicitam uma dinâmica que, por si mesma, declara as raízes sobre as quais se apóia a sociogênese do Estado, em todos os quadrantes: burocracia, diplomacia, exército e os aparatos político, econômico e social, em articulação com as noções de Nação, Povo, Nacionalidade e Estado Soberano.

Na corte, a função que cabia ao cortesão correspondia àquela que hoje é prerrogativa intransferível do moderno diplomata. Nesse ponto,

(...) está claro que a figura do cortesão é chave para a compreensão das preocupações contemporâneas com a constituição de um centro de poder que, por um lado, caracterize-se com a investidura de uma elite intelectual que pretende dividir o poder pelo artifício dos cálculos e, de outro, eternize-se num modelo de essência metafísica (PÉCORA, 1997, p. xiv-xv).

Compreende-se assim por que, ao discutir a consolidação do Estado moderno, Kenneth Minogue (MINOGUE, 1998, p. 49) referiu-se ao Cortesão como uma nova criatura; a quem Alcir Pécora dizia corresponder um estilo *sui generis*, caracterizado

antes de mais nada [pelo] senso do natural e gracioso da medida, o que implica tanto o domínio racional dos sentidos e dos instintos, excessivos e incoerentes, quanto a disposição ou faculdade de participar das verdades inteligíveis e eternas, de que a

Corte é espelho – e cuja verdadeira perfeição, assim, é a de assinalar outra, que a transcende (PÉCORA, 1997, p. x).

A arma mais eficaz dessa nova criatura foi a *sprezzatura*, aquela

faculdade ou facilidade espontânea para o fazer, ou, como diz ainda, pelo aroma da superioridade sem esforço. Mas a disposição para o belo gesto, afetado como natural, a ponto de assemelhar-se a certa negligência ou altivez descuidada, não se esgota nela mesma: a ação do cortesão deve tender para a virtude efetiva, moral, espiritual, que incorpora a ambição estoica da imperturbabilidade, do domínio de si diante dos altos e baixos da vida mundana. Em qualquer caso, importa é que razão concilie-se com elegância (PÉCORA, 1997, p. xi).

O Cortesão, portanto, entra em cena no exato momento em que toma forma um novo entendimento do fazer político, entendido como uma *expertise* que exigia a formação e configuração de um agente *ad hoc*, plenamente capaz de justificar ações e omissões de uma estrutura [o Estado] que já se pretendia universal, superior e transcendente ao indivíduo.

Portanto, a dinâmica estrutural e estruturante que resultaria do surgimento e consolidação da idéia de Estado, e assim da constituição das práticas (*habitus*) correspondente a essa mesma idéia, tem nesse agente específico a gênese de um segmento burocrático a quem caberia “exercitar virtudes políticas e intelectuais como a prudência e a discrição, ambas pressupostas na idéia de dignidade, mas compatíveis com o agradável da companhia” (PÉCORA, 1997, p. x-xiii). Porém, diante do Cortesão:

o herói discreto, prudente e político prescrito pelo jesuíta Baltasar Gracián está já demasiado longe do equilíbrio suposto na *sprezzatura*: em vez de clareza e elegância prescreve-se como primeira regra a posse de um cabedal de incompreensibilidades, que possam impedir a sociedade, sempre êmula, de determinar o alcance efetivo de seu saber e poder (PÉCORA, 1997, p. x-xiii).

Descrevendo o cotidiano da corte portuguesa, Raymundo Faoro dá idéia do cenário em que se foi forjando o *habitus* que faria do Cortesão a matriz de uma categoria com papel e função definido no Estado: o diplomata. Faoro revela que na consolidação da corte portuguesa, aos poucos:

Os cargos de alferes-mor e mordomo-mor perdem o relevo, em favor do chanceler, principal responsável pela administração. ‘Estava à frente da chancelaria, a secretaria onde se lavravam e registravam os diplomas régios e que era constituída por pessoal permanente e cada vez mais numeroso: clérigos, notários, tabeliões de corte, escrivães ou escribas [de acordo com a estratificação que constituía o estamento cortesão]. As decisões do rei só depois de redigidas faziam fê, e tinham os diplomas de ser selados com o selo régio, cujo detentor era o chanceler, embora, naturalmente, ele o confiasse a funcionários de confiança (tenente dos selos, guarda-selos). O diploma uma vez redigido sobre ementa dada pelo ministro de despacho que tivesse tratado com o rei, era revisto pelo chanceler e depois selado. Durante muito tempo o chanceler assistia também ao despacho’ (FAORO, 2001, p. 64).

Portanto, já no nascente Estado português, o Cortesão era o detentor privilegiado de prerrogativas desde então exclusivamente reservadas a diplomatas. Tal ascensão, entretanto, implica numa dinâmica sociológica, que sendo típica do surgimento, desenvolvimento e consolidação de estamentos, parece obedecer a um curso assim descrito por Sedi Hirano:

Quando uma forma de dominação se afirma, convertendo-se em um sistema duradouro, isso se dá regularmente, concedendo-se aos diversos grupos parciais determinados direitos, possibilidades de aquisição, bens culturais e atividades, tudo isso de acordo com um esquema fixo. As partes heterogêneas das quais a sociedade se compõe vão crescendo em um esquema fixo de privilégios e, sobretudo, em um esquema fixo de atividades sociais necessárias, adquirindo por essa razão um sentido objetivo para o corpo social em sua totalidade. A firmeza do edifício social depende de que as funções atribuídas a esses grupos, que chamaremos 'estados' ou 'estamentos', sejam visivelmente necessárias para o todo, assim como de que a fusão entre os grupos e suas tarefas sociais seja firme, orgânica, constitutiva de tradição e de força educadora (HIRANO, 2002, p. 57).

Por isso, na medida em que o estamento diplomático consegue se impor, ocupar espaço no Estado e ter reconhecida sua importância política e social, a fórmula elaborada por Faoro, para sintetizar a questão, parece acertada: “Os estamentos governam, as classes negociam. Os estamentos são órgãos do Estado; as classes são categorias sociais, econômicas” (FAORO, 2001: 62). Três são, portanto, os atributos fundamentais que caracterizam esse agente permanente do Estado (o diplomata), desde o surgimento do Estado moderno e do Cortesão como seu antepassado: a) compromisso e lealdade inquestionável para com o seu campo de atuação e a estrutura que o abriga; b) observância de uma disciplina (*habitus*) condizente com sua condição; e finalmente c) capacidade inquestionável para guardar segredo sobre os assuntos que envolvam a estrutura e o campo aos quais pertence, e em nome dos quais atua.

De fato, não por acaso os cortesãos também eram, ao assumir postos permanentes junto aos Príncipes, denominados *secretarios*. O ofício de *secretario* implicava - como sugere o título - na observância articulada de virtudes *ad hoc*, que conjugavam habilidade e sutileza frente aos negócios de Estado, domínio da arte da escrita e por último, mas não menos importante, a prudência e sabedoria capazes de levá-lo a observar com rigor, incorporando tal disciplina, o silêncio oportuno, exigido pelos assuntos de Estado (PÉCORA, 2001, p. x). Como não poderia deixar de ser, o caráter desse ofício

impõe ao estilo do secretário uma providencial 'taciturnidade', na qual o silêncio é o selo que melhor assinala a fidelidade. Assim, toda fala conveniente deve ter algo de 'muda', sendo o discurso entendido menos como arte de manifestação, declaração ou expressão do que, à maneira dos monges quietistas, uma arte de sinais (PÉCORA, 2001, p. x).

Não por acaso, a atividade dos *segretarios* era interpretada em analogia a dos anjos,

uma vez que os Príncipes aos quais servem são entendidos como figuras de Deus na terra. O termo 'privado', aliás, quando empregado para referir-se ao secretário, ganha um tratamento equívoco, dúplice, que não diz respeito apenas aquele que tem 'privaça', freqüentação doméstica com o Príncipe, mas aquele que é privado de vontade própria a fim de melhor servi-lo. Nessa mesma gramática de construção de uma nova rede significativa de sociabilidade e ação política, o próprio nome de 'secretário' está estritamente associado à profissão de guardar os 'segredos' do seu Senhor (PÉCORA, 2001, p. ix).

Portanto, a linhagem que vincula o Cortesão ao diplomata moderno parece aqui evidente: quando o Príncipe perdeu sua centralidade diante da idéia de Estado, os cortesãos, ancestrais do moderno diplomata, já haviam incorporado o perfil modelar [*habitus*] cuja transmissão seria assegurada no futuro por mecanismos sociológicos estruturados e estruturantes, análogos ao ambiente de corte do passado e que se encontrariam nas academias diplomáticas, órgãos unicamente voltados para a formação de quadros, aptos a desempenhar funções específicas e intransferíveis no interior das chancelarias, tradição que ainda hoje visa a garantir o contato e a convivência dos futuros postulantes a diplomatas com a elite que circunda os Palácios. Mas no início as coisas se passavam um pouco diferente.

A princípio, a formação dos diplomatas dependia da observância articulada de três fatores: inicialmente possuir origem nobre, e posteriormente burguesa; contar com a oportunidade de adquirir experiência pessoal, transitando no ambiente de corte, o que exigia desenvoltura e sagacidade na arte dos conchavos; e finalmente, dispor do apadrinhamento e aconselhamento de *insiders* consumados. O Memorial a Raffaello Girolami é um bom exemplo desse último recurso a que os primeiros diplomatas recorriam. Nesse documento, Maquiavel aconselha um jovem que o procura, visando receber do antigo *Segretario* da República de Florença, instruções sobre como atuar em meio aos universos da corte e da diplomacia. De fato, iniciar tal carreira num mundo cuja concepção de Poder e de Estado começava a ultrapassar os limites até então regidos por um ideário que o Renascimento vinha substituir definitivamente, não deveria ser tarefa fácil. A idéia da estabilidade medieval, fundada numa concepção de mundo organizada em torno da fé e da Igreja, estava em declínio, e por isso, ao discorrer sobre a diplomacia, Maquiavel já o faz com base na visão de mundo alternativa, apresentada pelo Renascimento. Sua primeira admoestação ao neófito que o procura é esta: “(...) as embaixadas são, numa cidade, uma das coisas que mais honra dão ao cidadão, tanto que podemos considerar que um cidadão que não é apto a portar esse cargo, também não será apto aos assuntos de Estado” (MACHIARELLI, 1997, p. 729-732). A essa proposição inicial, Maquiavel acrescenta ainda as seguintes: um embaixador, para cumprir

bem os próprios deveres deve, acima de qualquer outra coisa, “adquirir para si uma reputação”, mostrando, por meio de seu comportamento, ser “um homem de bem, generoso, íntegro, nem avaro nem ambíguo” (MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732).

Um embaixador também não deve ser tomado como um homem que “acredite numa coisa e diga outra”. Para Maquiavel, os embaixadores que se comportavam de forma ambígua perdiam a confiança dos príncipes junto aos quais haviam sido enviados, tendo por isso sua capacidade de negociação prejudicada. No entanto, em certo momento do texto, ele reconhece que um diplomata não pode, sempre, dizer a verdade, porque existem casos em que “é necessário esconder uma coisa com palavras” (MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732). Portanto, para Maquiavel, um bom diplomata deveria ser capaz de dissimular; e se fosse descoberto, precisaria ter sempre uma resposta pronta e rápida, capaz de ser aceita pelo menos de forma razoável, o que implica claramente em *habitus*, em práticas que emanam por inércia, que incorporadas facilitam disposições correspondentes a situações e posições específicas.

Maquiavel ensina, ainda, que ao desempenhar suas funções o diplomata deve estar bem informado sobre “coisas que são concluídas e realizadas, e também compreender bem coisas que estão sendo tratadas e coisas que deverão ainda ser feitas” (MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732). Porque enquanto é relativamente fácil recolher notícias exatas sobre as coisas que já foram feitas, a menos que se trate de acordos secretos, é muito difícil entender os desenvolvimentos das tratativas em curso, e interpretar os planos dos príncipes, pela razão óbvia de que esses procuram sempre dissimular suas verdadeiras intenções. Por isso, visando instruir os diplomatas sobre como desempenhar bem suas funções, Maquiavel aconselha: é preciso saber usar bem o julgamento e a conjectura, isto é, fazer avaliações precisas e apresentar hipóteses que mais tarde possam se mostrar conformes à realidade.

Porém há outras coisas e procedimentos para os quais o diplomata deve estar apto, como saber reunir informações por intermédio dos inúmeros negociadores que circulam nas cortes. Assim, o melhor modo de receber informações, ensina Maquiavel, é dando-as, pois “quem quiser que os outros lhe informem sobre o julgamento deles, deverá dizer aos outros o que ele próprio julga” (MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732). Em resumo: um bom diplomata é aquele que é capaz de sozinho entender bem as coisas e depois enriquecer os próprios conhecimentos, trocando-os com o conhecimento dos outros.⁵

⁵ Consultar: BATH, 1992, p. 14; BATH, 1992, p. 17; DE SANCTIS, 1993, p. 203-209; DE SANCTIS, 1993, p. 215-219; MACHIAVELLI, 1997, p. 729-732; MARONE, 2005, p. 16; RUIZ, sd, p. 66; VIROLI, 2002, p. 255-257; WEHLING, sd, p. 1.

Sendo assim, qual o elemento fundamental da diplomacia? Não foram poucos os que, a partir de Maquiavel se esforçaram por descobrir respostas para essa pergunta, visando instruir seus pares a respeito do objeto e meandros dessa arte, ou ciência do Estado. Sobre a questão, entretanto, há alguns pontos que constituem consenso, como por exemplo o fato de que a diplomacia não pode prescindir de agentes capazes de atuar no interior de uma esfera que o coloca na posição de planejar e defender única e exclusivamente os interesses do Estado. Com efeito, na condição de representante e canal de comunicação entre o Estado que representa e outros Estados, espera-se de um diplomata um comportamento que conjugue impessoalidade, equilíbrio, sensatez e visão prospectiva. Isso posto, a diplomacia “só não pode ser lenta, sob pena de ser tachada de oportunista ou, o que é pior, correr o risco de perder posições irrecuperáveis” (MENESES, 1997, p. 21). Portanto, no exercício de suas funções, o diplomata atua segundo práticas caracterizadas por impessoalidade, porque a elaboração das estratégias de Estado “não pode ser fixada no tempo, limitada nas intenções, ancoradas em pessoas” (MENESES, 1997, p. 21). O diplomata deve, ainda, exercer suas funções e prerrogativas de Estado com equilíbrio, buscando assim, sempre, favorecer posições futuras para a Nação, de modo a evitar correr o risco de cair em contradição (MENESES, 1997, p. 21).

A diplomacia, portanto, deve ser um contínuo exercício em busca de sensatez e alvo permanente da coerência entres objetivos e desígnios do Estado, tanto em relação a assuntos externos, como à agenda interna, especialmente aqueles permanentes e de longo prazo. Ainda nesse sentido, e finalmente, o diplomata deve atuar de forma prospectiva, visando jamais comprometer posições e objetivos futuros, de interesse do Estado. De modo que as atribuições fundamentais de um diplomata são pensar, elaborar e implementar, precipuamente, a agenda internacional do Estado, com agudos senso de equilíbrio e de proporção, o que obviamente explica a necessidade de o Estado contar com um *staff* capacitado, integralmente dedicado e incondicionalmente leal, características fundamentais esperadas de um funcionário político cujo *habitus ad hoc* deve necessariamente ser, ao mesmo tempo, conservador e pragmático; capaz de lhe permitir discriminar prontamente, de um lado, os interesses do Estado e, de outro lado, os interesses transitórios de governo (MENESES, 1997, p. 21).

Por isso, o diplomata deve também estar atento à agenda dos governos e aos seus potenciais reflexos sobre a política externa, cuidando para que interesses pontuais jamais comprometam a lógica representada pelos interesses pétreos do Estado, especialmente aqueles que dizem respeito à permanência das estruturas política, econômica e jurídica frente à comunidade internacional, embora não necessariamente tais estruturas devam ser

consideradas todo tempo pelo diplomata. Nesse sentido, a atuação diplomática materializa-se em atos coordenados, empreendidos por indivíduos que integram um segmento específico de uma burocracia vigilante, à qual cabem desempenhos e prerrogativas próprias, perenes e intransferíveis.

Por essas razões, desde que surgiu o Estado moderno, no cumprimento de suas obrigações o diplomata conta com um estatuto especial, cujas credenciais específicas o vinculam a uma dimensão política *sui generis* em relação aos demais membros do funcionalismo público, que na condição de quadros técnicos e de apoio operacional ordinário, apenas gravitam, ou quando muito tangenciam o núcleo decisório do Estado. Sendo assim, diferentemente do grosso da administração pública, o diplomata goza de um *status* semelhante ao apresentado pelos integrantes do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA). Nesses termos, cabe ao diplomata, precípua e estritamente, ater-se e observar as diretrizes nucleares do Estado, sejam elas quais forem. Por isso, suas atividades compreendem além das deliberações de cúpula de caráter público, também negociações e procedimentos de natureza sigilosa, visando a garantir acordos, celebrar pactos e concluir tratados cujo objetivo, acima de tudo, consistam em assegurar a permanência do Estado como ator soberano no cenário internacional.

Tal *status*, e atividades a ele correlatas, levaram o embaixador Harold Nicolson a identificar o que chamou de sete virtudes cardeais do diplomata ideal. São elas: veracidade, precisão, calma, bom caráter, paciência, modéstia e lealdade (NICOLSON, 1994, p. 96-115). Sem dúvida louváveis, tais virtudes, entretanto, óbvia e infelizmente não protegem o diplomata dos perigos e circunstâncias que constituem sua atividade profissional e, menos ainda, tornam o mundo, especialmente o da política, diferente do que é. Ou como escreveu o embaixador José Osvaldo de Meira Penna, não sem uma ponta de ironia: “Sir Harold devia ser otimista. Parece-me que essas supinas qualidades não são contradições entre nós – mas enfim! - reconheçamos que raro é o homem perfeito!” (PENNA, 2001, p. 11).

Portanto, além das sete virtudes cardeais mencionadas, a atividade diplomática requer ainda a incorporação de habilidades outras, como sagacidade, prudência, capacidade apurada para a leitura de fatos, pessoas e situações; em suma, o somatório de características que permitem ao diplomata, desde os dias dos Cortesãos, transitar em seu elemento sempre de acordo com os agudos sentidos de proporção e de limites que lhe são próprios e indispensáveis, frente aos meandros de um mundo regido por princípios e atitudes baseados na vontade de potência, e que nem sempre comportam ações e atitudes transparentes, mas compromissos cujo código ambíguo, e muitas vezes inviolável, constitui a realidade dos bastidores do poder.

De forma que a diplomacia não pode, sempre, honrar os escrúpulos fundamentais típicos do código normativo que presta suporte à moral convencional.

Por isso, embora respeitando o ponto de vista de Nicholson, entendemos que sua contribuição aponta apenas parte de um repertório, sem dúvida fundamental para o exercício da diplomacia, porém dizendo respeito apenas à parte visível dos potenciais instrumentos com os quais o diplomata deve armar-se para lidar com as realidades que compõem o universo diplomático, político, de poder. Portanto, não constitui impropriedade esperar que um diplomata seja capaz de combinar, na medida certa, e concomitantemente, o seu compromisso com o Estado e, ao mesmo tempo, a capacidade de ajustar suas práticas a problemas e desafios com os quais tenha de lidar em nome dessa estrutura, às vezes tendo de operar certa suspensão em relação à moral convencional, numa demonstração inequívoca de preparo pessoal para exercer suas funções, e de lealdade incondicional para com o campo ao qual deve lealdade inquestionável, na condição de pólo fundamental da dualidade complementar que representa, e que caracteriza o seu campo de ação (a diplomacia) e a estrutura que o abriga (o Estado).

Nesse sentido, o desafio fundamental para o qual o diplomata deve estar à altura foi cruamente admitido por George F. Kennan, ex-embaixador dos Estados Unidos na antiga URSS, nos seguintes termos: na vida pessoal ou coletiva - o que implica dizer na vida diplomática - devemos ser capazes de estabelecer pactos com o *diabo*, oportunamente, sejam eles *de facto*, ou *de jure*, chegando mesmo a admitir com todas as letras que tal distinção deve ser abolida [*ought to be abolished*] admitindo e recomendando, assim, ao diplomata, a observância rigorosa de uma dialética dos distintos, aspecto constitutivo e elemento incontornável de seu campo de atuação (KEENAN, 1961, p. 227-228).

Nesse sentido, talvez possamos dizer que como todo diplomata Keenan era hegeliano e precipuamente maquiaveliano: “a moral individual é inferior, no que concerne à sua validade, à moral do Estado, e deve a ela ceder quando o dever histórico do Estado assim o exigir” (KEENAN, 1961, p. 227-228; BOBBIO, 2000, p. 188-193; HEGEL, 1997, p. 269-271).

De modo que ao admitir que a diplomacia não é, jamais, um jogo a ser jogado por inocentes, talvez possamos acrescentar que, diante dos posicionamentos de Maquiavel, Nicholson e Kennan entramos em contato, ainda que de maneira opaca, com as dimensões manifesta e latente do *habitus* diplomático; dimensões que unificadas compreendem todo tempo lastro e manifestação de uma disciplina pouco recomendável aos que, parafraseando

Max Weber, buscam fugir dos conflitos insolúveis e potências diabólicas que atuam com toda a violência e total liberdade no reino nebuloso da política (WEBER, 2003, p. 121).

O tema desta tese diz respeito exatamente a essa dimensão na qual transita o diplomata e se realiza a diplomacia, um mundo em que dissimulação, mentira branca, e no limite perseguição velada e obstrução da liberdade, omissão, silêncio e morte são variáveis, se não constantemente presentes, pelo menos potencialmente possíveis. Na intenção de atestar o que aqui declaramos, veremos a partir de agora posicionamentos e práticas que declaram a condição que coloca os diplomatas entre dimensões (Estado e Governo) ora complementares, ora simplesmente refratárias, e mesmo opostas uma a outra, com conseqüências consideráveis sobre pessoas específicas e mesmo sobre o conjunto da sociedade.

Sendo assim, a dissimulação de pulsões espontâneas, o encouraçamento das emoções, a capacidade de controle e de auto-controle, e por fim a transformação das emoções elementares e o ajuste delas ao contexto, de acordo com o exigido pelo campo diplomático, pela estrutura de Estado e suas circunstâncias, constitui um fenômeno que vivenciado pela aristocracia cortesã, e mais tarde pelos diplomatas, no interior do Estado moderno, levaram Elias a escrever que:

Os aristocratas de corte [e os diplomatas, em última instância, não seriam outra coisa] costumam ter consciência de que usam uma máscara em seu convívio com outros cortesãos, e talvez também cheguem a ter consciência de que o uso da máscara, o jogo de máscaras, tornou-se para eles uma segunda natureza (ELIAS, 2001, p. 243 – o grifo é nosso).

É exatamente nesse condicionante sociológico [talvez cheguem a ter consciência de] que se encontra, se fortalece e se perpetua o *habitus* diplomático. A consolidação de tais traços permitiu, assim, através do Cortesão, a configuração de uma disciplina que permite a indivíduos específicos o comprometimento com um campo e uma estrutura permanentes também singulares, que permite a tais *insiders* exceder aquele vínculo ordinário que caracteriza o funcionário comum, que no máximo tangencia a linha divisória que franqueia ao diplomata o acesso ao núcleo de Estado e a defesas e imunidades só a ele permitidas, em função de sua condição orgânica especial.⁶

O estatuto especial, que fundamentaria as práticas excepcionais da diplomacia, foi objeto de análise do embaixador Meira Penna. Para ele: “Só os sacerdotes e os militares

⁶ A esse respeito ver também: WEBER, 1982, p.264-266; GALLINO, 2005, p. 64; BATH, 1992, p. 27; 33-35; CANETTI, 2005, p. 280-296; BOBBIO, 2000, p. 173-175; BOBBIO, 2000, p. 188-190; BOBBIO, 2002, p. 49-84; BURKE, 1997, p. 42; KEENAN, 1961, p. 227-228; BOBBIO, 2000, p. 188-193; HEGEL, 1997, p. 269-271; WEBER, 2003, p. 121; PÉCORA, 1997, p. xiii; MINOGUE, 1998, p. 47-56; PÉCORA, 1997, p. xiii; BURDEAU, 2005, p. 13-14; ELIAS, 2001, p. 246-247; BOURDIEU, 2008, p. 11-112.

seguem profissões que tanto marcam o estilo de vida”; porque em nenhuma outra carreira, exceto a diplomacia, parece vigorar com tamanha pertinácia aquela instância psicológica que Carl Gustav Jung definiu como *Persona*, um dos arquétipos protetores do Eu em seu relacionamento com o ambiente social⁷, fato que explicaria, segundo o embaixador, porque a diplomacia é uma atividade “carregada de artifício, temperada pela discrição, estimulada pela ambição e experimentada na intriga” (PENNA, 2001, p. 3), características presentes já na etimologia do termo: a palavra diplomacia tem origem no vocábulo grego “diploun, isto é, dobrar o diploma”, fato que significa, de acordo com Meira Penna, “estar a um passo da duplicidade; (PENNA, 2001, p. 1). Não por acaso, ainda segundo o embaixador, no século XVII, um Ministro do Rei James I da Inglaterra dizia que um diplomata é “um homem honesto, mandado ao exterior para mentir em benefício de seu soberano”; ao que Lord Strang completou: a diplomacia é uma atividade com “uma certa capacidade necessária para a fraude e o engano”. No entanto, a atividade é também hábil em evitar conflitos, correr riscos desnecessários e principalmente assumir responsabilidades que se mostram arriscadas, indevidas e perigosas, mesmo que ao preço de, às vezes, ter o diplomata de optar pela chamada mentira branca, e outros recursos ainda mais drásticos, todos eles artifícios compreensíveis da parte de uma categoria, cujo agudo senso de conveniência e de oportunidade constitui a essência de seu *metier*. Penna nesse sentido acaba admitindo que:

Temos que representar, o que quer dizer, fingir, pretender, ludibriar, apresentar uma fachada (...) Recebemos instruções da Secretaria de Estado que nos repugnam e desesperam, mas temos de cumpri-las com um sorriso nos lábios, para despistar os nativos. Representação faz parte de nosso habito do ‘ farol’ e do ‘ cartaz’ – apresentar mais do que a realidade. A máscara, a *Persona* como eu já disse (PENNA, 2001, p. 14 – o grifo é do autor).

Ampliando suas ponderações a respeito, Meira Penna recorda que

Balzac, vendo a diplomacia do lado de fora, acertou na meta ao defini-la como uma ciência que permite a seus praticantes não dizerem nada, enquanto se protegem detrás de misteriosos acenos de cabeça...É verdade que muitas vezes somos obrigados a manter-nos calados. Pelo menos publicamente, em casos que mais nos revoltam ou nos irritam. A acumulação do sentimento de frustração pelo silêncio forçado é causa de não poucas úlceras, crises de stress, depressão, recurso à droga ou ao álcool (PENNA, 2001: 11).

Recentemente, a experiência acumulada levou Meira Penna a confessar que no início de sua carreira profissional leu *A arte da diplomacia*, de Douglas Busk, mas que à época não

⁷ Para Jung: “A **persona** é um sistema complexo de relações entre a consciência individual e a sociedade, propriamente uma espécie de máscara que, por um lado, está determinada a produzir certo efeito sobre os outros e, por outro, a encobrir a verdadeira natureza do indivíduo. Só quem estiver completamente identificado com sua **persona**, a ponto de não conhecer mais nem a si próprio, poderá considerar supérflua essa tal natureza verdadeira” (HARK, 20000, p. 94; JUNG, 1981, p. 182- os grifos são do autor).

conseguiu alcançar a importante mensagem que o autor lhe passava, quando escreveu “estas mui verdadeiras palavras:

Na diplomacia dobramo-nos diante do inevitável; aceitamos injustiças que nos revoltam, se nos permitimos sobre elas meditar; somos corteses com homens que nos repugnam totalmente; aceitamos compromissos a despeito da lógica; carregamos nossa mente contra nossa consciência e o fazemos com razão. Ao mesmo tempo, se aspiramos a bem servir o Estado, é preciso que em nós subsista, contra uma pesada armadura de postura cínica, um ódio à injustiça, um desprezo em relação ao que é vil e abjeto, e uma repugnância inata pelo mau compromisso’, ao que conclui Penna: “reconheço, hoje, *mea culpa*, *mea maxima culpa*, não haver inteiramente compreendido e aceito (PENNA, 2001, p. 11).

A expressão “se nos permitimos sobre elas meditar” fornece uma idéia da disposição incorporada que permite a sedimentação e posterior dinâmica do *habitus* diplomático no indivíduo. Tal condicionante remeteria – se posto em prática todo o tempo - ao contrário do *habitus*, ou seja, à racionalização. Porque diferentemente da racionalização, o *habitus* reveste as práticas que o caracterizam naturalmente, permitindo ao pensamento, à ação e ao sentimento uma fluência natural, de natureza diferente do exercício intelectual crítico. De forma que, no entendimento de Meira Penna: “(...) se por ventura os diplomatas merecem um santo padroeiro, seria Janus – o deus que, simultaneamente, olha para os dois lados opostos e supervisiona os pórticos e vestíbulos do mundo” (PENNA, 2001, p. 1). Ora, essa é a natureza de Janus, e não o resultado da racionalização do deus sobre ela.

Por fim, abandonando a natural ambigüidade, que normalmente caracteriza os seus pares, Meira Penna categórico declarou:

Somos curupiras profissionais. Nossos pés apontam para um lado, enquanto caminhamos para o outro: o calcanhar para a frente, os dedos para trás. Na verdade, usamos uma máscara: a famosa Persona. A nossa é monumental! (PENNA, 2001, p. 1).

Como veremos mais adiante, a problemática das máscaras encerra aspectos que estão para além da mera representação para fora. Representar para fora é o mesmo que dizer – e nisso Jung estava certo - que a *persona* recebe seu pagamento à vista, enquanto que o *habitus* dispensa, na verdade prescinde, de tais compensações (JUNG, 2000, p. 128). Mas por ora devemos registrar as manifestações desse diplomata, que aborda de forma pouco comum – e mesmo corajosamente honesta - o *habitus* diplomático, essa disposição estrutural que será aqui analisada, e que ao contrário de Meira Penna, comumente aparece entre os diplomatas através de posicionamentos cuja natureza demonstra o cuidado com que esses funcionários falam sobre si mesmos e suas atividades. Um exemplo é esta análise da diplomacia, feita pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha: a diplomacia é “(...) uma vocação, quase necessária, algo

que vem do berço, que estava à espreita, desde sempre' (...)”. De fato, negar fé à afirmação do Chanceler é correr o risco de admitir que a diplomacia prescinde desse aspecto vital a qualquer profissão, ou seja, a vocação. Por isso, acatemos o que para o Chanceler são indicadores de uma verdadeira vocação diplomática, a saber: a facilidade para o domínio de línguas, o prazer com a diversidade da carreira, já que não se pode esquecer que representar é função essencial da diplomacia; e principalmente o realismo, que talvez defina a atitude básica do diplomata diante de pessoas e de situações (FONSECA Jr, 1994, p. xx).

Portanto, diante do confronto entre as declarações de ambos os diplomatas, devemos registrar, desde já, algo extremamente importante, a saber: embora quase sempre submetidas, com antecipação, ao devido efeito cosmético, é possível observar, nas declarações prestadas pelos diplomatas, indícios que sugerem o *habitus* diplomático. Por exemplo: analisando as declarações do ex-Chanceler Leitão da Cunha, o também embaixador Gelson Fonseca Júnior apressou-se em explicar certas expressões e palavras do ex-Chanceler, numa atitude típica e recorrente entre os diplomatas de apagamento de pistas comprometedoras mediante o recurso a figuras de linguagem como a preterição, ou seja, procurar, mediante uma interpretação adicional, demonstrar que um determinado diplomata não desejou dizer o que disse; e outros recursos e práticas semelhantes para os quais chamaremos a atenção, sempre que se fizerem presentes ao longo deste texto. Por isso, no entendimento de Fonseca Jr., as palavras de Leitão da Cunha devem ser entendidas assim: na vida diplomática o realismo: “(...) é um conceito de múltiplas conotações [e que no] universo do dr. Vasco, traduz-se basicamente por um atitude antidogmática, pelo senso da medida, e aproveitando adianta um exemplo: nacionalista mas não xenófobo (FONSECA Jr, 1994, p. xx-xxi – o grifo é nosso)”. No entanto, em sua tentativa de procurar traduzir o que significa uma vocação diplomática, à qual se referia o primeiro Chanceler do regime autoritário, Fonseca Jr., rendendo-se a evidências difíceis de contornar comentou: o Chanceler Leitão da Cunha entendia

(...) que o mundo da política é tecido de relações de poder que exigem aproximação cuidadosa, sem preconceitos, como se a cada problema correspondesse uma solução específica. Tinha o senso agudo do relativo e do concreto, a visão das coisas como são e não como deveriam ser (FONSECA Jr, 1994, p. xx-xxi).

Esse tipo de referencia indireta a Maquiavel não surpreende. Portanto, ainda que raros, os registros que falam das atitudes diplomáticas, sobre os territórios do relativo e do concreto, são indícios de uma realidade cuja negação apresenta-se como recurso pouco eficaz, constituindo por isso um dos aspectos que permitiram a continuidade de nossas investigações sem maiores dificuldades; porque quando os diplomatas definem e abordam o seu campo, eles

prestam informações importantes, porque nessas ocasiões o *habitus* diplomático insinua-se. Por exemplo: certa vez, o diplomata Paulo Roberto de Almeida, definindo a diplomacia escreveu⁸:

ser diplomata não é simplesmente uma questão de profissão; é uma vocação, uma questão de status, quase que uma missão, o chamado calling, examinado por Weber em seu famoso estudo sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo.

No mesmo texto Almeida faz referencia a radicais sociológicos sempre presentes de forma manifesta ou latente às declarações dos diplomatas, configurando um tipo de atitude pela qual a lógica e o entendimento de toda uma categoria acerca de si mesma revela sua condição sociológica. Nesse sentido, o diplomata é um

(...) funcionário do Estado, antes que de um governo (...) Ser diplomata é saber se colocar acima das paixões e dos modismos do presente, transcender interesses políticos conjunturais, em favor de uma visão de mais longo prazo, afastar posições partidárias ou de grupos e movimentos com inserção parcial ou setorial na sociedade, em favor de uma visão nacional e uma perspectiva de mais longo prazo. Significa, sobretudo, contrapor às preferências ideológicas pessoais, ou de grupos momentaneamente dominantes, ou dirigentes, uma noção clara do que sejam os interesses nacionais permanentes (...) se bem vocacionados, eles [os diplomatas] farão tudo o que estiver ao seu alcance para bem servir ao Estado e à nação (ALMEIDA, 2006).

Nesse momento, portanto, tocamos a fronteira que Friedrich Meinecke e Carl Schmitt há muito identificaram, e que diz respeito a campos específicos e prerrogativas incontornáveis, entre os quais transitam os diplomatas, a saber: a esfera dos *arcana imperii* (aquilo que diz respeito ao que é necessário para blindar o Estado); e a esfera dos *arcana dominationis* (aquilo que se faz minimamente necessário para manter no poder um ocasional governante).

Portanto, como *segretario*, Almeida faz referencia à tarefa intransferível pela qual o diplomata deve responder pela guarda e proteção dos *arcanos* de Estado; ou como declara o embaixador Marcílio Marques Moreira: o *segretario* detém e manipula os segredos de Estado, como prática que traduz sua função, é medida de seu prestígio e pode ser vista hoje na figura do tecnocrata (muitos deles diplomatas), a quem cabe a “posse e uso da centelha do poder: a informação” (MOREIRA, 1978, p. 33).⁹ Com efeito, um *segretario* com inegáveis

⁸ Neste capítulo as citações atribuídas a Almeida são todas extraídas de um texto elaborado pelo diplomata, e que serviu de roteiro para uma palestra por ele ministrada e que tem por título O Ser Diplomata: reflexões anárquicas sobre uma indefinível condição profissional. Palestra proferida em 04 de maio de 2006. Ciclo de Debates da Pacta Consultoria, Brasília. O texto pode ser encontrado na internet através deste endereço: <http://pactaconsultoria.com.br>. O último acesso que tivemos ao texto foi em 15 de julho de 2008.

⁹ Ver também: MEINECKE, 1997, p. 136; SCHMITT, 2000, p. 33-34; PÉCORA, 2001, p. ix-x.

credenciais empíricas sobre a matéria, o então conselheiro João Augusto de Araújo Castro, Chanceler de um presidente que ajudou a depor, já declarava em 1958 que

As crises institucionais se manifestam e se precipitam quando ocorre um completo desencontro entre as **fontes reais** e as **fontes formais** do Poder, isto é, quando as **classes dirigentes** não são as mesmas **classes** e **estamentos** que detêm o poder real em uma determinada estrutura social (AMADO, 1982, p. 11 – os grifos são do autor).

Entenda-se, portanto, que o desencontro entre tais esferas de poder só pode ser precisamente auferido por quem detém a posse de informações seguras, coletadas e analisadas exclusivamente por agentes de Estado: no início, os Cortesãos; depois, os diplomatas e os integrantes do Estado Maior das Forças Armadas (EMFA); ambas categorias que constituem um aparato integrado, dotado de capacidades e prerrogativas que os adapta a exercerem papéis só a eles permitidos, tributários de uma disciplina que os habilita a atuar segundo razões que exprimem uma dimensão a eles superior, e que se manifesta através de práticas cuja economia reclama executores permanentes e autorizados por campos e estruturas específicos, com os quais se confundem. Situação peculiar, portanto, a do diplomata: ter de se manter sempre numa estrada cujo centro encontra-se continuamente sob penumbra. Com efeito, a condição diplomática parece exigir incondicionalmente “(...) ante todo y sobre todo, una gran racionalidad y adecuación en el obrar político” (MEINECKE, 1997: 8). Mas o mais importante a se destacar é que a relação que se estabelece entre a estrutura de Estado, seus campos e agentes específicos foi diagnosticada por Meinecke como sendo uma condição estrutural que exige do funcionário que ele:

se eduque em su sentido y que se transforme humanamente, que se domine a si mismo, que reprima sus afectos y sus inclinaciones o repugnancias personales para entregarse plenamente al cometido objetivo del bien del Estado (MEINECKE, 1997: 8).

Transformar-se humanamente, dominar-se a si mesmo, reprimir afetos, inclinações, repugnâncias pessoais e entregar-se plenamente constitui uma realidade cujo questionamento fundamental parece ser exatamente o seguinte: como isso é possível e o que permite sua reprodução? Por isso não causa estranheza afirmações taxativas como esta, do Chanceler Leitão da Cunha: “Um diplomata não deve ter ideologia, deve exercer, com a melhor capacidade profissional, a política que lhe é determinada pelo governo” (CUNHA, 1994, p. 133; FONSECA Jr, 1994, p. xxvi). Ao que Gelson Fonseca Jr. acrescentou, numa tentativa a nosso ver tautológica, de explicar o que por si mesmo já parece evidente:

Mas a ele [ao diplomata], a disciplina combina-se com independência, em regra ligada à defesa da instituição. Suas atitudes de coragem se explicam, assim, menos por discordância com 'políticas' do que por razões institucionais (FONSECA, 1994, p. xxvi).

Como veremos, tais lítotes são recursos típicos, que evidenciam práticas, cujo conteúdo, traduzido em palavras, constitui algo que poderíamos chamar de suporte, através do qual o *habitus* diplomático insinua-se e evidencia-se¹⁰. Sendo assim, a expressão “independência em regra ligada à defesa da instituição” sugere que o *habitus* diplomático constitui condição simultaneamente estrutural e estruturante.

Por isso, a hipótese da capitulação incondicional do agente, frente à estrutura, deve ser analisada com cuidado, sempre de acordo com limites e proporções certa e rigorosamente virtuais, e que não significam a anulação do agente. Esse o aspecto central do entendimento do *habitus* diplomático; entendimento que constitui o desafio supremo da estrutura de Estado e do campo diplomático em relação aos seus agentes, aos quais cabe a difícil tarefa de proteger as razões do Estado, acima de tudo e de todos, e a qualquer preço, devendo contar sempre com a anuência dos que aderem ao pacto estrutural, mas possuem autonomia para negá-lo. Portanto, é no enfrentamento diário de situações que opõem as esferas de Estado e de Governo que se plasma o *habitus* diplomático.

Sendo assim, durante o ciclo militar, as práticas diplomáticas corresponderam a uma lógica orgânica que evidencia o plano de Estado, um contexto dentro do qual tanto militares, como diplomatas representam campos específicos, que convergem em direção a um mesmo círculo concêntrico (estrutura). Isso, entretanto, não impediu disputas por espaço, ou por influência, no interior do aparato de Estado, mas jamais ao ponto de impedir que eles colaborassem entre si quando diante de situações excepcionais. Entretanto, os diplomatas apresentavam maior versatilidade, em comparação à rigidez militar.

Os motivos dessa diferença podem ser explicados pelo fato de os militares serem agentes de Estado conservadores, superlativamente rígidos em suas posições e visão de mundo; enquanto que os diplomatas se caracterizam pelo fato de que, embora primando pela conservação dos mesmos interesses, serem propensos a comportamentos mais pragmáticos, porém inegavelmente empenhados em proteger o Estado a qualquer custo, também. Por isso, em alguns momentos, militares e diplomatas discordaram; e em outros agiram, pensaram a sentiram de forma similar, dada a condição comum que os coloca num mesmo plano. Esse

¹⁰ Lítotes: figura de linguagem que se constitui como modos de afirmação por meio da negação do contrário (CUNHA, 2007, p. 478).

entendimento constitui a premissa que torna possível o exame sociológico das práticas diplomáticas daquele período, e assim da adesão do Itamaraty ao *status quo* autoritário.

Assim sendo, os diplomatas que aderiram ao regime militar, ainda que por repugnâncias não declaradas *ex-officio*, exibiram sua condição fundamental, condição que reflete os radicais sociológicos há muito incorporados, e que garantem a continuidade da estrutura de Estado em qualquer situação. Isso, entretanto, só foi possível devido a mecanismos sociológicos que promovem a dialética *sine qua non* entre recepções e respostas institucionais do diplomata a situações específicas, especialmente aquelas que os confronta com limites, cuja transposição constitui o momento das definições irrevogáveis: a profissão de fé, ou a negação do pacto a que aderiu. Em termos práticos, esse foi o dilema vivido por todo diplomata naquele período e que decerto resultou no que veremos ao longo dessas páginas.

No intuito de identificar as práticas da diplomacia, ao analisar o corpus de pesquisa inferimos categorias que, apenas na aparência, correspondem a disposições (atitudes e omissões) diplomáticas contraditórias, por se manifestarem como conservadorismo pragmático; dissimulação honesta; oportunismo tático; ambigüidade estratégica; adesismo pontual tático e finalmente promiscuidade ideológica por cumplicidade tácita.

As atitudes e omissões diplomáticas que sugerem conservadorismo pragmático revelam a característica estrutural nuclear da diplomacia: zelar pela conservação da estrutura permanente de Estado, ainda que ao sacrifício de pessoas, idéias, princípios defendidos ainda na véspera, e até mesmo determinados *status quo* por inteiro. Por esse *habitus*, a diplomacia é capaz de negar quaisquer princípios, ultrapassar quaisquer limites, por ação e/ou omissão, entregando ou negociando anéis visando manter dedos. Já a dissimulação honesta constitui um procedimento ditado pelo senso de *timing* que caracteriza os diplomatas, quando atuam sob um tipo de inércia operacional que se manifesta por atitudes em *stand by*, à espera do momento oportuno para opor restrições em relação a determinados contextos, políticas, pessoas, princípios, provando assim as eficiência e eficácia da ambigüidade diplomática como táticas: às vezes louváveis, às vezes simplesmente torpes, evidentemente se colocados sob o crivo do entendimento convencional e ordinário que marca o universo ético do homem comum, universo esse que fatalmente se mostrará inadequado para julgar o outro universo, aquele no qual atua soberana a diplomacia. A diplomacia, portanto, nesse quesito, poderia ser classificada como uma atividade de Estado essencial e necessariamente amoral (ACCETTO, 2001).

Tal duplicidade explica adicionalmente porque as dissimulações honestas da diplomacia permitem por em prática o oportunismo tático que marca as atitudes e omissões que tornam seus agentes os negociadores preferidos de qualquer governo: aquele tipo de disposição que se traduz em maneiras de acatar determinadas diretrizes, sempre passíveis de serem solapadas mais adiante, por desvinculação oportuna, paulatina, ou abruptamente, a depender das circunstâncias. O oportunismo tático é posto em prática mediante ações, ou omissões, de comprometimento e, ao mesmo tempo, de desvinculação (equidistância), visando resguardar as estruturas e assim proteger o essencial de suas capacidade e autonomia futuras, garantindo com isso o permanente, ao mesmo tempo em que não se compromete com o transitório. Dessa forma, a diplomacia consegue delinear e estabelecer, de forma eficiente e eficaz, compromissos e estratégias *de facto*, mas só em última instância, *de jure*, especialmente aquelas que envolvem o campo diplomático propriamente dito.

Por isso, ao aderir tacitamente a pactos de poder, a diplomacia orienta-se por um agudo senso de proporção e de limites que explicam a essência de suas atitudes e norteiam o ritmo, alcance e profundidade de suas adesões pontuais táticas. A atuação do Ministério durante o ciclo militar e o seu preciso desvinculamento do regime constitui uma pequena amostra de sua versatilidade. Por último, temos a promiscuidade ideológica, um tipo de cumplicidade tácita e por isso tática em relação às circunstâncias, revelando o lado talvez mais elástico do *habitus* diplomático. A promiscuidade ideológica explicaria assim a manutenção, pelos diplomatas, do equilíbrio que os caracteriza frente a quaisquer contextos e situações. Sempre à vontade, o diplomata desconhece os constrangimentos e pudores que marcam o *homo ideologicus* e que o coloca em linha de colisão com o *homo diplomaticus*, cabendo a esse a tarefa exponencial de conciliar-se com os opostos, lembrando ao leitor, entretanto, que nem todos os diplomatas orientaram todas suas ações segundo tais disposições. Portanto, o recorte dessa análise diz respeito exclusivamente aos que assim procederam, porque a possibilidade sempre presente de comportamentos divergentes exprime o fato sociológico de que indivíduos, especialmente em situações-limite, detêm importante parcela de autonomia frente às estruturas. Por esse entendimento, devemos compreender que a adesão de parte dos diplomatas aos procedimentos muitas vezes bárbaros do regime ditatorial não deve ser vista apenas como a ação de funcionários que cumpriram o seu dever por uma espécie de internalização passiva de um determinado *habitus* profissional, já que a adesão do indivíduo a determinadas situações e contextos não prescinde do diálogo com sua própria consciência, para o bem e para o mal. Por isso, algo a respeito do diálogo que se estabeleceu entre a diplomacia e o autoritarismo no Brasil é o que veremos a partir de agora.

CAPÍTULO III

Ditadura e práticas diplomáticas

“As funções da diplomacia param quando começa a atividade militar? Não param, desviam”.

Vasco Tristão Leitão da Cunha

O pensamento e as práticas da diplomacia brasileira entre 1964 e 1985 revelam a participação ativa do Itamaraty na repressão política que se seguiu ao golpe de Estado de 1964. Um ponto de partida razoável para entender como o Itamaraty se insere ativamente nesse contexto é o dia 25 de agosto de 1963. Nessa data, Goulart era vice-Presidente da República e encontrava-se em visita oficial à China Comunista, viagem durante a qual soube da renúncia de Jânio Quadros. Em uma situação de normalidade política, constitucionalmente caberia a ele dar continuidade à administração do titular. Mas o clima político transformou essa determinação constitucional exatamente naquilo que Goulart previra ainda em território chinês, no momento em que lhe sugeriram um brinde por sua chegada à presidência. Ao se recusar a participar do brinde, ele justificou seu ato com o seguinte argumento: se o fizesse, aquela seria uma homenagem ao imprevisível (VILLA, 2004, p. 38). Ele sabia: sua posse, caso ocorresse, seria o preâmbulo de um tempo difícil. João Pinheiro Neto, que ocupou a pasta do Trabalho e da Previdência Social naquele governo, resumiu nestes termos o desolador cenário político e social que se seguiu à renúncia de Jânio e que atravessou o governo Goulart até o seu melancólico fim:

Partidos oportunistas, administração pública desarticulada e inoperante, ansiedade popular, angústia e confusão – tudo conspirando para apressar as exéquias de um sistema de governo arranjado às pressas [o parlamentarismo] e com o único objetivo de tirar do novo Presidente grande parte do poder que o presidencialismo lhe conferia (PINHEIRO NETO, 1993, p. 49).

Duas décadas mais tarde, em depoimento a Ronaldo Costa Couto, o embaixador José Guilherme Merquior – ele mesmo um dos 22 diplomatas submetidos a uma comissão de investigação pelos militares (MOREIRA, 2001, p. 102) - corrobora o diagnóstico de Pinheiro Neto e o sintetiza, apontando as causas imediatas da inquietação política que marcou aquele período, da conspiração ao subsequente golpe de Estado civil e militar de 31 de março de 1964:

Instabilidade governamental, desintegração do sistema partidário, virtual paralisia da capacidade decisória do legislativo, atitudes equívocas por parte do presidente

Goulart, quando nada com respeito a sua sucessão; a ameaça representada por uma reforma agrária mal definida; inquietação militar em face da tolerância do governo aos motins dos sargentos; e radicalismo crescente, tanto da direita como da esquerda (...) tudo isso complementado pela inflação em alta e, naturalmente, pelo fantasma assustador da revolução cubana (COUTO, 1999, p. 43).

Décadas mais tarde, importantes representantes da esquerda, muitos deles integrantes do governo deposto, e amigos pessoais do ex-presidente Goulart, reconheceriam que seu sonho de mudar a face do país por meios revolucionários “quase que se pretendeu ao mesmo tempo uma visão do poder que não correspondia à realidade política e sociológica do Estado”¹¹ (PIRES, 1989: 216; PINHEIRO NETO, 1993: 49; COUTO, 1999: 43).

Com efeito, neste trecho de um discurso de João Goulart podemos captar o clima do período, e especialmente a tensão que acomete o indivíduo que, em determinado momento, vê-se capturado na fronteira entre as esferas de Estado e de Governo. Tido como representante de uma idéia inclusiva de governo, e encarnando esperanças de mudanças estruturais incompatíveis com a estrutura de Estado que abrigava sua administração, diante da instabilidade política e social que o colocava diante da possibilidade de ter de recorrer a medidas de emergência, como a decretação de estado de sítio, por temer os desdobramentos que tal atitude poderia acarretar, dado o estado de paralisia decisória que desorganizava a articulação dos organismos fundamentais de Estado, Jango viu-se obrigado a captular, deixando para a posteridade um testemunho como esse:

¹¹ Desde então, as esquerdas vem se questionando sobre as incógnitas que envolveram esse período de trevas da história do Brasil. A comparação entre o posicionamento de Waldir Pires e o que veremos a seguir parece ser bastante instrutiva sobre certos equívocos – cometidos pelos dois lados - naquele período e no qual se inseria o Itamaraty. Em setembro de 1969, três brasileiros, como tantos outros, resolveram enfrentar a ditadura. Seus nomes: Cláudio Torres, Franklin Martins e Daniel Aarão Reis. Os três formavam a direção da Dissidência da Guanabara (DI-GB) e organização revolucionária que idealizou o seqüestro do Embaixador Charles Burke Elbrick. Não possuímos informações sobre Cláudio Torres. Mas Martins, hoje, integra o primeiro escalão do governo Lula, Reis é professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF). Recentemente, ao escrever um texto que ocupa a orelha de um livro, cuja importância parece ser inegável (Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança renovadora Nacional – ARENA (1965-1979), da historiadora Lucia Grinberg. Mauad/Faperj - Reis escreveu: “Houve um tempo, não muito tempo, em que o Brasil viveu sob uma ditadura. Em nome da democracia, fecharam partidos, amordaçaram sindicatos, mataram a liberdade. Para salva-la aboliu-se a democracia. E a tortura foi adotada como política de Estado. No quadro de um furioso processo de modernização que aprofundou desigualdades sociais gritantes. Entretanto, com o tempo, e de maneira gradual, a ditadura cedeu lugar à restauração da democracia. Surgiu aí uma história que se quis alternativa, para logo se tornar oficial. Nos seus registros, a ditadura foi só repressão, trevas e chumbo. Muito chumbo. Os responsáveis? Militares brutais. Ditadura militar. A sociedade passou a execra-la. Mas não terá sido a ditadura uma construção com sólidos fundamentos? Lucia Grinberg levanta um importante fio dos muitos de que se compõe este novelo ainda largamente desconhecido. O fio em questão, grosso fio, é a Arena: Aliança renovadora Nacional, desde a fundação, em 1965, até o fim, dela e da ditadura, em 1979. A estrutura gigantesca, ramificada, capilar. As lideranças ilustres, políticas, empresariais, religiosas, intelectuais. Homens e mulheres de bem, queridos, bons de voto. E as nuances, a evolução contraditória, as ambivalências, as metamorfoses. Um quadro complexo. Um grande partido. Virou um bode expiatório, objeto de chacota. Mas a análise cuidadosa evidencia que era muito mais do que um partido grande. Era o partido da ditadura civil-militar (...) Depois desse livro será impossível pensar na ditadura sem cogitar de suas poderosas bases: sociais, culturais, políticas, históricas”. Bases negligenciadas, e/ou não raro mal interpretadas, por ambos os lados – direita e esquerda - durante aqueles longos anos, mas que hoje parece permitir julgamentos mais serenos, inaugurando assim uma postura que nos parece não apenas construtiva, como, sobretudo, imprescindível, devendo ser aprofundada, pelo bem das próximas gerações.

Eu não assumiria a responsabilidade de autorizar a um oficial, a um sargento ou a um soldado do Exército brasileiro, do Exército que constitui, nesse instante, pela sua unidade, pelo seu patriotismo, um dos elementos essenciais à preservação da ordem, pelo respeito que merecem do povo; não autorizaria a gloriosa Marinha, não autorizaria a brava Aeronáutica, para que os soldados de terra, do mar e do ar, se jogassem contra o povo exacerbado pela inspiração dos que alegavam que o país estava na desordem, que tudo era caos, mas que, naquele instante, protestavam contra o governo que, dentro da lei, pedira remédios para armar-se na defesa do regime. Diante do processo, que se criara, não se tornava mais indispensável, e sim perigosa, a ação das Forças Armadas (VILLA, 2004, p. 128).

Esse discurso foi feito meses depois do plebiscito que restaurou o presidencialismo, aprofundou a crise política que se seguiu à renúncia de Jânio Quadros e selou o destino de Goulart. Mas embora tais fatos sejam amplamente conhecidos, há outros, como a escolha de um obscuro diplomata, chamado João Augusto de Araújo Castro, para a chefia do Ministério das Relações Exteriores, e que se bem analisados nos colocam em contato com uma instituição muito pouco estudada do ponto de vista sociológico: o Itamaraty, segmento de Estado cujas práticas, pouco conhecidas, ajudaram a encerrar a tentativa de ampliação da democracia, naquela conjuntura representada pelo governo Goulart.

3.1 - João Augusto de Araújo Castro: uma esfinge no Itamaraty

“Os homens deveriam ser o que parecem; ou praza ao céu que nenhum deles pareça o que não seja!”

Iago

Castro assumiu a pasta das Relações Exteriores por indicação do ex-Chanceler Evandro Lins e Silva, que em depoimento ao CPDOC, em 1997, revelou o motivo de o presidente aceitar a indicação que ele fizera: o perfil técnico de Castro, considerado por Goulart adequado para os planos que traçava para a execução de uma política externa independente, algo por ele entendido como um tipo de gestão que não incorporasse à política externa os vícios da política profissional. De fato, de acordo com o historiador Paulo Fagundes Vizontini, ao assumir o Itamaraty, Araújo Castro deixou claro que sua gestão visava a despolitizar a Política Externa Independente (PEI) - implementada por Jânio Quadros e pelo Chanceler Afonso Arinos de Mello Franco - concentrando esforços em temas estritamente econômicos. E assim foi feito: com Castro, a política externa brasileira sofreu um nítido refluxo em relação à ousadia janista. Portanto, frente à agenda tensa que teria de administrar no *front* interno, Goulart considerou que pelo menos o Itamaraty seria, por assim dizer, um elemento a menos de atrito com a oposição. De modo que a escolha daquele *outsider*, em relação aos políticos profissionais, fora tecnicamente acertada, quando recaio sobre um

diplomata de carreira, cujo currículo estritamente profissional deu mostras da habilidade de Goulart quando o nomeou para a chefia do Itamaraty.

Mas se do ponto de vista técnico Goulart acertou, o mesmo talvez não possa ser dito do ponto de vista político. Castro na realidade era um dos diplomatas mais articulados, influentes e ousados de seu tempo, e por isso mesmo visto como um dos principais responsáveis pela mudança de mentalidade, que nessa ocasião, especificamente, transformou o Itamaraty num Ministério para além de protocolar. Nesse sentido, a maior evidência de autonomia política, jamais esperada por João Goulart, seria dada exatamente pelo seu próprio Chanceler, cuja ação discreta e decisiva ajudou a selar o destino do herdeiro político de Vargas em 31 de março de 1964 (AMADO, 1982: iv; VIZENTINNI, 2003, p. 31; BELOCH & ABREU, 1984, p. 720).

A trajetória de Araújo Castro é a mesma verificada entre os que integram a elite do Itamaraty. Iniciou a carreira em 1940 e nela ascendeu regularmente. Em 1961 integrava a comitiva do então vice-presidente João Goulart, em missão especial a Moscou e ao Extremo Oriente. Em 26 de julho de 1963, rompendo com a tendência algo tradicional, que excluía os diplomatas de carreira do primeiro escalão do Ministério, Araújo Castro é nomeado Ministro interino das Relações Exteriores do governo João Goulart, cargo que assumiu efetivamente no dia 21 do mês seguinte, substituindo Evandro Lins e Silva. Mas no auge da tensão que se seguiu à posse de Goulart, em janeiro de 1964, Araújo Castro protagonizou, à revelia do presidente, a renovação do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos. Originalmente, tal acordo celebrava um compromisso entre os dois países, assinado em 1952, mas que entre 1963 e 1964 o Executivo, os militares e o Legislativo discutiam a necessidade de sua renovação. Contornando o Congresso e o Palácio do Planalto, Araújo Castro negociou a renovação do acordo sigilosamente, mediante simples troca de notas com o Encarregado de Negócios da embaixada dos Estados Unidos no Brasil, John Gordon Mein¹². O Acordo previa a assistência militar norte-americana, via Organização dos Estados Americanos (OEA), em caso de ameaça, ou ato de agressão, capaz de colocar em perigo a paz e a segurança internas do Brasil, cláusula essa que fornecia, naquele contexto, legitimação para uma intervenção armada, por forças militares estrangeiras, em solo brasileiro, caso se verificasse um quadro de instabilidade política que configurasse a possibilidade de um golpe de Estado por forças de esquerda. Desde então, o comportamento de Castro reforça a tese de que ele teria traído o

¹² John Gordon Mein, mais tarde, seria assassinato por guerrilheiros equatorianos (BANDEIRA, 2001: 152; nota 12, p. 275).

presidente da República. Castro, por sua vez, justificava seu ato como sendo reflexo de sua condição de *agente* de Estado, não de governo. Mas no que consiste esse *status*? Que *habitus* específico reveste a condição de diplomata, ao ponto de eles recorrerem a argumentos dessa ordem? Se acompanharmos as práticas de Castro, no ocaso do governo Goulart, veremos que ele se torna ora um crítico das posições assumidas pelo presidente, por julgá-las equivocadas e até mesmo perigosas; ora, nas últimas horas, alguém evasivo, eqüidistante, por ação e omissão, frente às consultas que o presidente lhe fazia¹³. No primeiro caso, Castro demonstrava preocupação análoga aquela do ex-Chanceler de Goulart, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, amigo pessoal do presidente e sempre disposto a aconselhá-lo sugerindo moderação. No segundo caso, Castro já procurava distanciar-se do governo Goulart, em queda vertiginosa e certa.

Com a precipitação dos acontecimentos, Castro foi o único ministro ausente ao comício em favor das reformas de base, realizado no Rio de Janeiro, em 13 de março de 1964, sob o comando direto do presidente da República. Além disso, dentre os ministros depostos pelos militares, foi o único em cujo ato de demissão constava que seu afastamento ocorrera a pedido. Por fim, foi também o único ministro a não ter os direitos políticos suspensos após o golpe de Estado. Por ter contribuído para a blindagem do Ministério, a partir do golpe a postura de Castro foi publicamente elogiada por integrantes da cúpula do Itamaraty. Anos depois, já então reputado como um dos maiores nomes da diplomacia nacional e exercendo

¹³ É Darcy Ribeiro quem conta um episódio envolvendo o General Charles de Gaulle e o presidente João Goulart. Durante o episódio conhecido como “Crise da lagosta”, navios pesqueiros franceses foram surpreendidos pescando ilegalmente em águas brasileiras. O presidente Jango, utilizando-se de um mensageiro colocado a sua disposição, providenciado por Jorge Serpa, definido por Darcy Ribeiro como “esse mesmo que anda ativo e misterioso até hoje, como conselheiro de Roberto Marinho e de dom Eugênio” - e portanto contornando o Itamaraty; certamente por já desconfiar de Castro, Jango enviou a Paris esse homem, apenas identificado como José, com uma carta para ser entregue ao General de Gaulle, pedindo paz. O mensageiro deveria trazer a resposta de De Gaulle, aquiescendo, por escrito. Quando retornou de Paris, o mensageiro fez um relato impressionante ao presidente brasileiro. Segundo ele, foi recebido no aeroporto de Orly e levado diretamente para um castelo fora de Paris. No castelo, pegaram a carta de Jango e a examinaram minuciosamente, como medida preventiva, para o caso de o documento ser uma carta-bomba. O mensageiro ficou aguardando. Repentinamente, abriu-se uma porta e dela surgiu o próprio De Gaulle, dizendo que lera a carta de Jango e que sua resposta deveria ser levada ao presidente brasileiro imediatamente. Reconduzido ao aeroporto, o mensageiro embarcou e retornou ao Brasil. Na chegada, dirigiu-se a Petrópolis e entregou a carta a Jango. O documento, contendo a resposta de De Gaulle, instruída o presidente a dar conhecimento ao Itamaraty a respeito da conversa entre os dois mandatários, para assim ser providenciado, conjuntamente, o restabelecimento das relações França-Brasil. Além disso, De Gaulle, na carta, instruída Jango que as duas cartas deveriam ser lidas simultaneamente às três horas da tarde de certo dia. De posse dessas instruções, Jango, de acordo com o relato de Darcy Ribeiro, mandou chamar Araújo Castro. Mas pediu a Darcy Ribeiro que não adiantasse nada ao Chanceler. Comparecendo diante do presidente, Castro ouviu que havia “notícia grossa concernente à França. Ao ouvir a história, sucintamente relatada por Jango, e receber a carta do general de Gaulle, Araújo Castro se destemperou: ‘É falsa presidente! Esta carta é falsa!’. Continuou dizendo até o fim que a divulgação dessa carta falsa seria a desmoralização do Itamaraty e do presidente”. Observemos agora detalhes dessa estranha narrativa, e que nos parecem importantes: se Jorge Serpa era – na expressão de Darcy Ribeiro – alguém ativo e misterioso – os dois adjetivos não causam estranheza no contexto que analisamos, antes constituem uma simbiose mais que compreensível – José tornou-se, depois, Presidente do Banco da Habitação, já como homem do general Mario David Andreazza, ministro do futuro presidente Emilio Garrastazu Médici (RIBEIRO, 1997, 323-325; 349). Depreende-se da narrativa, portanto, que os *arcana imperii* e os *arcana dominationis* não constituem mero recurso teórico, e se o são, possuem a virtude adicional de indicar que no plano empírico, de fato e com efeito, as duas instâncias já analisadas nesta tese, [co]habitam um mesmo espaço e uma mesma fronteira, só que às vezes essa última encontra-se ora aberta, ora entre-aberta; e noutras vezes simplesmente fechada.

grande influência intelectual sobre o Ministério, Castro ocupou a embaixada do Brasil nos Estados Unidos. Controverso, portanto, esse diplomata de trajetória profissional considerada exemplar, que integrou governos de esquerda e de direita, e que gozou, sempre, de reputação impecável, abriga em sua biografia aspectos que, no nosso entendimento, dizem respeito não só ao Itamaraty e ao *status* de diplomata, mas sugere especialmente o *habitus* de uma categoria que se encontra ao abrigo da estrutura de Estado. Araújo Castro atraiu nossa atenção, primeiramente, em função de seu complexo envolvimento na conspiração que levou à deposição de Goulart, mas também devido à coerência entre seu pensamento e suas práticas, antes, durante e depois do golpe de Estado.¹⁴

Em 1958, Araújo Castro pronunciou uma Conferencia na Escola Superior de Guerra (ESG) que fornece uma idéia do pensamento desse então futuro protagonista de eventos que culminaram no golpe de Estado de 1964. A conferência pode ser considerada uma sùmula coerente de seu pensamento, como intelectual e como diplomata, a respeito das potencialidades e limites do poder. O texto possui uma objetividade que contrasta com a costumeira dubiedade diplomática: suas análises são simples, diretas, isentas de figuras de linguagem e capazes de demonstrar um autor realista e um profissional institucionalizado, que não nutria ilusões a respeito do Poder, e que naquele momento compartilhava dos mesmos pontos de vista de San Tiago Dantas, a quem um dia viria a substituir como Chanceler de um mesmo presidente, contra quem, posteriormente, conspirou e ajudou a depor. No texto da Conferencia, ponderando sobre um aspecto central à atividade diplomática, Castro analisa a distância entre as fontes reais e as fontes formais do poder; o hiato real entre as estruturas permanente e transitória de poder (Estado e Governo); tanto do ponto de vista interno, quanto externo, tanto político, como operacional. Palavras suas:

as crises institucionais se manifestam e se precipitam quando ocorre um completo desencontro entre as **fontes reais** e as **fontes formais** do Poder, isto é, quando as classes dirigentes não são as mesmas **classes** e **estamentos** que detêm o poder real em uma determinada estrutura social (CASTRO, 1982, p. 11 – os grifos são do autor).

Tal posicionamento até parece a antecipação teórica de eventos que ele enfrentaria em um futuro bastante próximo, quando diante do desafio de ter de por em prática e justificar o realismo político que apresentava em teoria, o que fez de forma segura e mediante

¹⁴ Consultar: BANDEIRA, 1998, p. 368; BANDEIRA, 2001, p. 151-154 e notas de números 4, 5, 6, 14 e 20 da página 274; BANDEIRA, 2001, p. 274; BANDEIRA, 1998, p. 368; BELOCH & ABREU, 1984, p. 720; BELOCH & ABREU, 1984, p. 720; BONAVIDES, & AMARAL, 2002, p. 853-856; CAMPOS, 1994, p. 925; CUNHA, 1994, p. 266; FICO, 2008, p. 43; FICO, 2008, p. 43 e também a nota de rodapé; GASPARI, 2002, p. 96-97; LAMPREIA, 1999, p. 26-27; LIRA Neto, 2004 p. 227; MARIZ, 1995, p. 216-217; PARKER, 1977; AMADO, 1982, p. iv; VIZENTINI, 2003, p. 27; VIZENTINI, 2003, p. 43.

fundamentação pertinente e sustentável, sob o argumento de que o caráter profissional de sua função impedia-o de participar da política interna dos governos, pelo simples fato de que, como diplomata, era antes de qualquer coisa um agente de Estado, não de governo, alegação que vai muito além de qualquer convicção a respeito da diferença às vezes abissal entre duas esferas que respectivamente abrigam de um lado, os *arcana imperii*; e de outro lado, os *arcana dominationis*. De modo que, por convicção, as ações desse diplomata constituiriam manifestações do *habitus* diplomático, cujas práticas declaram uma disciplina que Max Weber julgava passível de constatação por apresentar-se como um tipo de obediência habitual, desprovida de resistência e de crítica. Certamente por isso, ponderando sobre os perigos inerentes às estruturas, Araújo Castro escreveu: “Esse terreno – das instituições – é terreno perigoso, erizado de temores, de inquietações, de idéias pré-concebidas”. De modo que, para ele: “Caberia estudar, em primeiro lugar, os limites éticos de aplicação de um determinado Poder, problema colocado por Machiavelli e que reponta intermitentemente nos ensaios e nas indagações de sociologia política” (CASTRO, 1982, p. 11).¹⁵

Mas o tempo do *habitus* é diferente do tempo que caracteriza a reflexão intelectual, que pondera longamente sobre como

determinar até que ponto o Estado – como súmula da vontade de todos os indivíduos – tudo pode fazer e tudo pode permitir-se quando se trata de encontrar meios e recursos para a consecução dos Objetivos Nacionais de um determinado país (CASTRO, 1982, p. 11).

Portanto, percebe-se que de forma inconsciente, talvez, Castro já enfrentava o problema do uso instrumental do poder, que reveste certos indivíduos de uma condição estrutural que muitas vezes os leva a tornarem-se cúmplices de razões estruturais cujos reais motivos lhe escapam, e que refletido por esse artifício acaba fazendo valer a doutrina dos poderes implícitos ao Estado e disposições que lhe são inerentes, cuja execução cabe de forma intransferível a agentes específicos. Sugere o fato de que sua reflexão mantém-se dentro do mesmo diapasão que orientaria suas ações como Chanceler uma década mais tarde. Palavras dele: “Não devemos esquecer o ideal, mas tampouco devemos ignorar as realidades, no caso, as realidades do poder” (CASTRO, 1982, P. 13). De modo que, ainda que indiretamente, ele sugere a posição que marcaria sua trajetória diplomática e política não só teoricamente, mas claramente em termos pragmáticos. Como que prevendo o futuro que se aproximava, durante a Conferência ele recorre a Carl Becker, e o cita de forma conclusiva:

¹⁵ Ver também: BELOCH & ABREU, 1984, p. 720; MEINECKE, 1997, p. 136; SCHMITT, 2000, p. 33; WEBER, 1969, p. 43;

O fato puro e simples é que a política é inseparável do poder. Os Estados e os Governos existem para exercerem o poder. Em cada país e no mundo como um todo, existe sempre um equilíbrio de poderes, equilíbrio instável de poderes ou, então, não existe equilíbrio algum. Mas o poder, esse sempre existe (CASTRO, 1982, p. 13).

Ciente dos papéis a serem desempenhados por ele na condição de agente específico do campo diplomático, Castro compartilha com seus interlocutores um postulado cujo conteúdo já anunciava tempos sombrios: “Os Estados são muito menos propensos do que os indivíduos a torturarem-se com lacerantes e acabrunhantes casos de consciência” (CASTRO, 1982, p. 13).

Percebe-se, portanto, que o Estado não significava para esse diplomata uma esfera amorfa. Não estamos diante de um nominalista; mas já diante do realista cujas disposições podemos antever neste trecho de sua palestra:

(...) indispensável, portanto, que procedamos a uma avaliação tão exata, tão fria, tão desapassionada e tão objetiva – e já vimos que isso não é fácil – quanto possível desse Poder Nacional, para que não transponhamos os limites, ou, em outras palavras, para que, não transponhamos os limites úteis de nossa ação interna ou externa, mas também para que não fiquemos aquém desses limites, ou, em outras palavras, para que, por ignorância, por inércia, por comodismo, por falta de imaginação política, não deixemos inativos ou estagnados meios e recursos que possam ser mobilizados no campo interno ou externo (CASTRO, 1982, p. 13).

De modo que *habitus* é conhecimento praxiológico, é compreender o mundo social vinculado-o a formulações que, em si, já constituem teoria na prática e prática na teoria. Da perspectiva da moral convencional, tal entendimento do *habitus* diplomático apresenta-se no mínimo como algo controverso. Mas para os que buscam, com um mínimo de boa vontade e curiosidade intelectual, analisar essa questão com o máximo de isenção possível, esse diplomata de trajetória profissional considerada exemplar, que integrou governos de esquerda e de direita, e que gozou, sempre, de reputação impecável, abriga em sua biografia uma incógnita sociológica: a disciplina estrutural que se manifesta nas reflexões e práticas de seus agentes, e que permite a própria existência do Ministério das Relações Exteriores.

Por isso, consideramos que o pensamento e as práticas de Araújo Castro constituem uma síntese exemplar do objeto aqui examinado. Nesse sentido, para ele a questão do Poder constituía nada mais que o resultado do profundo senso de equilíbrio entre opostos inconciliáveis, equilíbrio difícil e nunca satisfatório, e que ao examinar a questão das vicissitudes inerentes à política interna no Brasil, mereceu dele o seguinte comentário:

Estamos, na realidade, diante do eterno problema da adequação dos meios aos fins. Essa avaliação do Poder Nacional não poderá fazer-se de maneira teórica ou abstrata, sem atenção ao caráter de relatividade de todo e qualquer poder. O

coeficiente de força de nosso Poder Nacional somente poderá ser medido e aferido contra a escala de nossos grandes objetivos e contra a escala dos antagonismos que, no campo interno ou externo, possam separar-nos da consecução desses mesmos objetivos (CASTRO, 1982, p. 23).

Com efeito, na adequação dos meios aos fins, em 1964 ele não titubeou quando chegou o momento de medir a capacidade, alcance e profundidade do coeficiente de força do que chamava de nosso Poder Nacional. Quando em meio aos acontecimentos que confrontou a escala dos objetivos pretendidos pelo governo ao qual estava vinculado, e aquela apresentada pelos antagonismos interno e externo, com os quais o aparelho de Estado brasileiro se deparava naquele momento, não parece ter sido lacerantemente torturante ao Chanceler fazer uma escolha; escolha que, recentemente, recebeu de um diplomata uma espécie de dístico – a ser devidamente examinado – pelo qual o Itamaraty de hoje julga suas práticas durante a ditadura: alinhamentos recalcitrantes e colaborações relutantes.

Sendo assim, ao precipitar-se a crise institucional que levou ao golpe de 1964, e ficar claro o desencontro entre as fontes reais e as fontes formais do Poder, na condição de integrante de um dos mais eficientes e eficazes estamentos do Estado, Araújo Castro identificou com precisão o lado em que estava o poder real, segundo os parâmetros daquilo que ele certa vez definira como “uma determinada estrutura social” (CASTRO, 1982, p. 11).

Tal pensamento, portanto, manifesta a disposição (maneiras de agir, pensar e sentir) do agente diplomático para atuar em momentos determinados e determinantes, mediante práticas e estratégias que são elas próprias parte de uma trajetória que se consolida em meio a processos que envolvia uma configuração do jogo político interno, sob os militares, cujas práticas autoritárias contaram com o apoio irrestrito, porém discreto, do Itamaraty, inicialmente sob a condução daquele que seria o primeiro chanceler do ciclo militar: Vasco Tristão Leitão da Cunha. Mas como pensava esse diplomata, já chamado de arcanjo¹⁶, devido ao zelo e disposições algo marciais que demonstrou quando da auto-depuração do Itamaraty, logo após a “revolução” de 1964, chegando ao ponto de ameaçar enfrentar os militares frontalmente, e pela força se necessário, em defesa de seu campo?

¹⁶ Chama atenção o tratamento dispensado ao ex-Chanceler. O termo Arcanjo merece ser explorado, ainda que brevemente. Em grego, os *archaggeloi* (Arcanjos), são anjos superiores, de categoria elevada, e que ocupam o topo da hierarquia celestial. Por isso são *arkhos*, que em grego significa *chefe* de outros anjos. Porque dotados da capacidade de comando, os arcanjos são dotados da liberdade de fazer escolhas morais, sendo, portanto, autônomos em suas decisões. Por essa razão, o próprio Deus reluta em neles confiar. No entanto, o Arcanjo é considerado, também, um mediador. E é exatamente esse aspecto que o papel desempenhado pelo ex-Chanceler, ao longo dos primeiros meses do regime autoritário, parece confirmar (MEIER, 2002, p. 15; BARNES, 2002, p. 20; FOUILLOUX et al, 1998, p. 38).

3.2 - Vasco Tristão Leitão da Cunha: o arcanjo do Itamaraty

“A corte é como um edifício de mármore. Quero dizer, compõe-se de homens que são muito duros, mas também muito polidos.”

La Bruyère

Conhecido entre os diplomatas como Doutor Vasco, ele era a encarnação do mito do diplomata exemplar e defensor intransigente da instituição: gentil, irônico, acolhedor para com os diplomatas mais jovens, bom contador de casos, ele inspirava naturalmente respeito e confiança. Seguro de si, elegante em gestos e palavras, mas de atitudes senhoriais, porém jamais arrogantes, o arcanjo era não apenas profundo conhecedor das minúcias da etiqueta diplomática como, sobretudo, sempre à vontade para conversar sobre opções difíceis de política externa; e como veremos a partir de agora, internas também (FONSECA, Jr. 1994: xix). Por exemplo, ao analisar a relação entre diplomacia, Estado, governos e política interna, os diplomatas sempre recorrem a um tipo de análise convencional. Porém, à medida que estudamos o assunto, foi possível perceber que esse algo convencional sugeria aquilo que passamos a chamar de radicais sociológicos, indícios que se mostrariam úteis para a identificação do *habitus* específico da diplomacia. Por exemplo, o ex-Chanceler Vasco Leitão da Cunha emite a seguinte opinião: “Sempre achei que as relações diplomáticas não têm nada a ver com a política interna” (CUNHA, 1994, p. 124). Observe-se, entretanto, que a reflexão não constitui uma questão teórica, mas sim, encerra a lógica de um senso prático. Lógica construída em ato, porque emitir uma opinião é declarar as coordenadas pelas quais se evidencia a posição relacional do agente com o seu espaço, permitindo-lhe assim a demarcação das regiões pelas quais transita. Manifestar-se é, portanto, expor um conhecimento praxiológico, demonstrar a adequação entre teoria e prática. Opinar, nesses casos, significa, portanto, teorizar sobre as próprias práticas, não de forma elaborada, racionalizada, em sentido acadêmico, mas em outro nível, mais profundo, mais recôndito e, por isso, de uma espontaneidade a ser explorada. Por isso, tal disposição constitui eco de convicções inerciais, há muito incorporadas, como *habitus*, pelos integrantes dessa categoria; porque conforme veremos, essa declaração de independência, em relação às vicissitudes e humores ocasionais da política doméstica, possui antecedentes históricos, cuja interiorização corresponde à exteriorização de um campo em tudo singular.

Em relação a 1930, por exemplo, Leitão da Cunha dizia não haver “motivo para revolução no Itamaraty. Alguns revolucionários quiseram mesmo cobrar do Itamaraty a falta

de serviços à revolução. Consideravam seus membros reacionários” (CUNHA, 1994, p. 39-40). Cunha explica a posição de isenção do Itamaraty naquele episódio, apontando o sintoma, mas deixando a causa incólume. Para ele, muito naturalmente, o Itamaraty “sempre esteve realmente ao largo das coisas da política interna, sempre trabalhou sem discriminação para o governo, sempre foi respeitoso da lei” (CUNHA, 1994, p. 39-40). Por isso, a princípio, o paradoxo de que se revestiria qualquer atitude diplomática que contrariasse tal norma não escrita, constituindo assim, para ele, um comportamento inaceitável por parte de qualquer diplomata que assumisse posturas não condizentes com tal princípio. Ele forneceu um exemplo:

Em 24 de outubro, quando se considerou vitoriosa a revolução, Ronald de Carvalho, então conselheiro, se não me engano, entrou no gabinete do Itamaraty e disse que vinha assumir a direção do ministério... Mas a junta que se formou dos três oficiais não tomou conhecimento da ministrarça dele (CUNHA, 1994, p. 39-40).

De fato, a capacidade de permanecer incólume às oscilações decorrentes de golpes de Estado constitui um fato recorrente na história do Ministério, desde pelo menos a proclamação da República, a revolução de 1930, e mesmo o golpe de 1937, que instaurou o Estado Novo. Mas em 1964, pela primeira vez em sua história, o Ministério integrou uma conspiração e deixou pistas de sua trajetória ao longo do processo. Entretanto, mesmo tendo sido quebrada a tradição de isenção atribuída ao Itamaraty, e habilmente cultivada pelo Ministério, Leitão da Cunha ainda é capaz de recorrer a expressões que sugerem tanto a força de critérios diplomáticos ancorados numa tradição agora perdida, ou pelo menos eternamente maculada, como a propensão a combinar num único raciocínio opostos inconciliáveis: o fato consumado e o condicionante, numa evidência aqui importante de que em diplomacia temos a arte de combinar, por *habitus*, e com harmonia, uma palavra ou expressão unida a um termo contrário, ou contraditório. De modo que, assim como qualquer diplomata, Leitão da Cunha se confessa, por exemplo, absolutamente à vontade em permanecer “a favor do *status quo* sempre, desde que a novidade me parecesse desnecessária (CUNHA, 1994: p. 169)”. Esse tipo de prática constitui um dos mecanismos por excelência da atividade diplomática: a capacidade de posicionar-se e, ao mesmo tempo, não se permitir definir. Por essa disciplina, o diplomata consegue unir, ao mesmo tempo, tanto o que pensa como o que omite, tanto o que afirma como o que nega, simultaneamente, e assim procedendo torna realidade essa capacidade singular, assim enunciada pelo diplomata que é considerado um dos paradigmas da profissão, Charles-Maurice Talleyrand-Périgord: “A palavra foi dada ao homem para ele disfarçar o que sente. E o olhar para disfarçar o que diz”; o princípio de Talleyrand seria

assim corroborado por outro diplomata (o Príncipe de Metternich): “Homens como Talleyrand são como instrumentos cortantes com os quais é perigoso brincar, e a pessoa encarregada de usá-los não deve temer servir-se do instrumento que corta melhor”.¹⁷

De fato, como instrumento do Estado, cuja propensão é operar de forma cirúrgica, numa metáfora algo premonitória das ações e omissões da diplomacia, no curso dos eventos que se aproximavam, Leitão da Cunha, lembrando uma discordância que tivera em relação ao ex-presidente Jânio Quadros, declarou: “Quando o marinheiro está no leme e vê um rochedo na frente, não vai esperar que o capitão que está dormindo na cabine acorde para mudar o rumo do navio” (CUNHA, 1994, p. 223).

Com efeito, todos diplomatas aqui analisados observariam à risca esses preceitos, visando o preenchimento de quaisquer vazios de poder, em nome da continuidade das estruturas (CUNHA, 1994, p. 224). De modo que a diplomacia é uma atividade que incorpora atitudes e omissões às vezes contraditórias, mas só na aparência; embora não raro se choquem com limites e nuances de natureza ideológica, exógenos à atividade, cujo desfecho invariavelmente leva o diplomata a ser quase sempre considerado “suspeito aos esquerdizantes e aos direitizantes”, motivo pelo qual Leitão da Cunha antecipava-se declarando: “não sou enfeudado a nenhum dos dois lados. De maneira que ficam todos contra mim (CUNHA, 1994, p. 259)”. O elemento da diplomacia é, portanto, essa espécie de zona cinzenta, na qual veremos agora as práticas do primeiro Chanceler do regime militar.

Num amplo exercício do que muitos chamariam de o mais puro exemplo da ambigüidade diplomática, nos primeiros dias de 1964, Leitão da Cunha deixou Moscou para retornar ao Brasil. Era a antevéspera do golpe e ele comenta seu comportamento naquela ocasião. Visitando Varsóvia, Praga, Viena, Budapeste, Belgrado

(...) parando sempre dois dias, visitei todos os embaixadores nesses postos e disse que íamos de cabeça para uma revolução que talvez desse em guerra civil e que dessa vez teríamos que manifestar nossa opinião. Era visível que havia uma revolução a caminho: o CGT funcionava contra a lei, o governo dava força aos piquetes em vez de fazer entrar os trabalhadores (CUNHA, 1994, p. 264).

Observamos assim que o conceito (e a postura) de opinião possui uma conotação inercial bastante específica, temperada por um complemento não menos singular: o conceito (e a postura de) não posição, isto é, a capacidade de o diplomata atuar mediante um tipo de suspensão teleológica em relação a fatos e pessoas, e em prol do campo diplomático e da estrutura de Estado, *incontinenti*.

¹⁷ Consultar: CASSIRER, 2003, p. 150; CORRÊA, 1995, p. 101-123; CUNHA, 1994, p. 38-39; 52-53; LINS, 1995, p. 168-178; TARLÉ, 1965, p. 46; p. 89; VIANA FILHO, 1996, p. 147-153.

Cunha definiu o seu *tour* como “uma missão de mim mesmo”, pela qual objetivou preparar os embaixadores para o que viria. Fez o que fez porque viu

(...) que o negócio ia pegar fogo. O Brizola incitava as favelas a descenderem sobre a cidade, falava na Radio Mayrink Veiga. Havia o problema da hierarquia na marinha. Passaram a fita do Encouraçado Potemkim no Ministério da Educação, e quando acabou, o apresentador disse: ‘Agora vocês sabem o que tem que fazer’. Era um convite à baderna (CUNHA, 1994, p. 264).

A reação dos embaixadores a essas visitas foi assim descrita por ele próprio:

Ficaram preocupados, mas acho que não davam bastante atenção ou importância ao caso, pensando que era mais uma situação em que ficariam isentos. Soube por um embaixador que viajou através desses países depois de mim que eles diziam que eu ia ser um medalhão. Nunca perguntei por que, não tomei conhecimento (CUNHA, 1994, p. 265).

Comentando sua própria atitude ele escreveu:

Houve só um aviso aos navegantes, por iniciativa minha. Eu tinha passado por vários episódios desse gênero, com suas diversas manifestações, e sempre entendi que os funcionários deviam servir a qualquer governo – e continuo entendendo assim. Mas quando se trata da mudança de regime, da Monarquia para a República, da República para o comunismo, acho que o funcionário tem o direito de se manifestar, com as consequências dessa manifestação. Eu estava vendo que viria uma mudança de regime e achava que ficávamos no direito de escolher se continuávamos a servir ao governo ou não. Mas tinha de ser uma escolha total: ou uma coisa ou outra (CUNHA, 1994, p. 265).

No Brasil, o diplomata afirma não ter conversado praticamente com ninguém. Mas as poucas pessoas com quem conversou tratou de discutir estratégias, visando contornar a crise por meios menos violentos:

Vocês devem fazer o serviço no Congresso. Devem processar o presidente, fazer um **impeachment**, e não fazer baderna. Era melhor ter feito o **impeachment** do João Goulart. Eu pessoalmente não gosto de revolução, acredito em evolução. O Adauto me disse que na hora em que se impedisse o presidente ele fechava o Congresso. Eu digo: ‘Não faz mal’. Se ele fechar o Congresso, justifica’. Confesso que não compreendo os nossos políticos. Se eu fosse membro do Parlamento, não deixava passar! (CUNHA, 1994, p. 266 – os grifos são do autor).

Mas apesar de suas opiniões a respeito do governo Goulart, ele afirma nunca ter colocado seus serviços a favor do golpe, sustentando inclusive que no Itamaraty ninguém se envolveu na conspiração:

(...) ninguém se meteu. O Araújo Castro teve o bom senso de não deixar o Itamaraty comparecer ao comício da Central do Brasil e com isso salvou muito funcionário. Era um homem independente e corajoso. Eu o admirei muito. Ele avisava o presidente das coisas negativas que estavam sendo feitas. Dizia que a nossa política com a China estava errada (CUNHA, 1994, p. 266).

Diante dessa versão de Leitão da Cunha, tanto a sua posição como a atitude de Araújo Castro tornam quase impossível perceber se o gesto de ambos expressou uma opinião, ou uma não posição sobre os eventos em questão, sugerindo posturas que os diplomatas resumem recorrendo a expressões como esta: nem recuos imprevisíveis, nem avanços inesperados, embora a confrontação entre o que dizem e o que fazem configure um exercício de interpretação bastante interessante (BARRETO FILHO, 2001, p. 24).

Por isso, não por caso e comentando aqueles acontecimentos, o ex-Chanceler critica os “que vestem a ideologia e saem da realidade” (CUNHA, 1994, p. 285), sugerindo que o diplomata, mais cedo ou mais tarde, desenvolve um discernimento agudo a respeito de limites e de proporções, que o leva a aprender que “fazer uma coisa por posição ideológica e deixar de tirar proveito devido a essa posição é bobagem” (CUNHA, 1994, p. 145). De modo que, ao ser convidado pelos militares a assumir a pasta das Relações Exteriores, recusou o convite; mas ao ser confrontado com o senso de obediência que deve caracterizar a diplomacia, foi taxativo, ao responder a Ranieri Mazzilli, que o visitava em nome do então presidente Arthur da Costa e Silva: “Então o senhor me dê ordem de assumir, mas não me convide” (CUNHA, 1994, p. 268). Percebe-se, portanto, que a autonomia do diplomata, em relação a seu campo, corresponde a limites cuja rigidez compreende uma não menos dialética flexibilidade.

Tal atitude é motivada e possui tradição: os diplomatas opõem-se a idéia de que embaixadores sejam indicados para ocupar a Chancelaria, apresentando a seguinte explicação: “porque ele fica preso a sua posição de funcionário graduado e tem de continuar obedecendo ao presidente da República, mesmo quando discorda. O ministro não, o ministro joga a pasta” (CUNHA, 1994, p. 221 – o grifo é nosso).

Disciplina, portanto, constitui um dos radicais sociológicos de impacto fundamental na configuração do *habitus* diplomático. Por ela, os diplomatas compartilham um mesmo sentimento: preferem ver o Ministério nas mãos de um político profissional, a assisti-lo ser comandado por um integrante da carreira; porque “o ministro da carreira tende a ser supersecretário geral, e não um ministro verdadeiro. Mas acho também que quando as coisas estão verdadeiramente difíceis a gente não fica apreensivo, a gente resolve agir” (CUNHA, 1994, p. 269-270).

Portanto, iniciativa é também algo subjacente à disciplina institucional que define o *habitus* diplomático: porque uma vez inserido na esfera que constitui o seu próprio e inalienável elemento, o diplomata é o que é: um soldado do Estado, frente às circunstâncias que ameaçam essa estrutura. Talvez aqui o incompreensível que paira sobre as práticas de Araújo Castro, de Leitão da Cunha e da categoria em si comece a fazer sentido.

Na condição de primeiro Chanceler do ciclo militar, e sucessor imediato de Castro, Cunha tinha o seguinte entendimento daqueles eventos, e dos possíveis desdobramentos que ele desencadearia: a revolução de 1930 era dispensável; a de 1964 foi “necessária, fez-se indispensável” (CUNHA, 1994, p. 269).

O diplomata, portanto, é um agente da ordem, da estabilidade: a revolução de 1930 foi um evento de natureza *interna corporis* à própria ordem; a de 1964 configurou-se como resposta à possibilidade de uma alteração radical da ordem estabelecida, ainda que virtual.

Por isso, prevaleceu o realismo diplomático em relação a uma categoria pouco afeita à conspiração, seja episódica, seja permanente, mas que segundo sugere o Chanceler, mostra-se propensa a botar ordem nas coisas... “se puder” (CUNHA, 1994, p. 269), razão pela qual, embora tendo de atuar sob pressão, devido às diretrizes do Sistema:

Eu queria proteger o Itamaraty dessa caçada de bruxas. O próprio Castelo ficava surpreso com o cuidado que eu tinha com a Casa, de não querer criar um ambiente revolucionário lá dentro. Eu não queria sacrificar o Itamaraty, que era um grêmio de gente capaz, competente, inteligente, preparada, concursada, que prestava serviços ao Brasil. Não queria que eles sofressem as consequências de um mau governo, razão pela qual, quando fui incumbido de fazer as cassações procurei evitá-las ao máximo, para que os funcionários não tivessem medo de escrever dizendo o que achavam. Eu não queria que os funcionários ficassem inibidos diante do governo, achando que não podiam mais informar imparcialmente. Era preciso evitar que fossem desestimulados. Fiz o possível e o impossível. Infelizmente tive que cassar quatro colegas (CUNHA, 1994, p. 273-274).

Durante depoimento que concedeu ao CPDOC, o ex-Chanceler foi confrontado com uma pergunta naturalmente incontornável: por que Araújo Castro foi poupado? Resposta dele:

Ele não foi cassado, na minha opinião, porque não deixou o Itamaraty ir à malquice da estrada de ferro Central do Brasil. E tinha feito várias admoestações ao presidente Goulart sobre o que se estava tramando. Afinal ele mesmo se puniu: pediu para ir para a Grécia, que não era um posto à altura de um ministro de Estado. Depois Gibson, por outras razões, fez a mesma coisa. Ambos acharam que era um bom compasso de espera (CUNHA, 1994, p. 277).

Cunha assim descreveu o clima no Itamaraty nos dias em que a Comissão de Investigação depurava a Casa de Rio Branco dos chamados esquerдинhas. O embaixador Antonio Camilo de Oliveira, assim como ele, procurava resguardar a instituição e

(...) verificar se os funcionários mereciam ser castigados ou não. O dr. Temístocles Cavalcanti também fez muito a favor, cuidava de tudo muito bem. E o coronel Liberato da Cunha terminava as sentenças do Camilo de Oliveira dizendo ao interrogado: ‘Agora, dê um viva ao Brasil!’ Eles davam (CUNHA, 1994, p. 278).

Mas em 1971, no auge do mais sombrio período da ditadura, a revista *Veja*, em uma reportagem de 19 de maio, conseguiu publicar a seguinte versão:

Quando a Revolução convocou o embaixador Vasco Leitão da Cunha para o Ministério das Relações Exteriores, os torquemadas viram o refinadíssimo diploma, que recebia as amostras dos cortes para seus ternos diretamente de Londres, colocar-se na porta do Itamaraty, como arcanjo, brandindo seu guarda-chuva Brigg's e afastando para o outro lado da rua Marechal Floriano, onde esta uma delegacia de policia, os propagandistas da 'revolução do Itamaraty'. Aposentado, entre retratos de chefes de Estado emoldurados em prata, Leitão da Cunha explicou a Veja sua posição: 'O essencial era não traumatizar a Casa a ponto de os funcionários passassem a ter receio de cumprir ordens'.¹⁸

O arcanjo colocava, assim, a Casa de Rio Branco em posição de sentido diante do código normativo não escrito de seu campo, do regime militar, e por extensão do Estado. Ao fazer um balanço de sua atuação à frente do Itamaraty, naquela conjuntura específica, não negava ter colaborado para a consolidação do governo militar, alegando ter sua presença no Ministério ajudado:

Não sei o que fiz de notável, mas evitei uma caça às bruxas no ministério. Talvez tenha ocorrido a queixa de que me submeti aos militares, admitindo a cassação dos quatro que cassamos. Quatro não era pouco, era demais. Sempre é demais... concordei que eles tinham se excedido (CUNHA, 1994, p. 303).

Tal atitude é explicada por Leitão da Cunha com um argumento que sugere o *habitus diplomático*: “um funcionário acostumado à vida funcional é por definição obediente”. E indo adiante, chega a explicar atitudes dessa natureza nestes termos: “um diplomata não deve ter ideologia, deve exercer, com a melhor capacidade possível, a política que lhe é determinada pelo governo” (CUNHA, 1994, p. 133; 306).

Existiria, portanto, um temperamento diplomático ideal? Resposta de Leitão da Cunha: “Isso não existe. Existe o Barão do Rio Branco, existe o Joaquim Nabuco. Esses foram os maiores”. Entretanto, comentando um tipo diplomático pouco convencional (referindo-se ao embaixador Roberto de Oliveira Campos), ele teceu as seguintes considerações, cujo sentido parece ajudar na identificação daquilo que diz respeito e significa o *habitus diplomático*:

Ele (Roberto Campos) é político. Ele mesmo reconhece que não é diplomata. É uma questão de temperamento. É um grande economista, e ainda há outra coisa que ele também é: ex-seminarista. É difícil definir o que faz com que a pessoa seja um bom diplomata. Mas o Campos reconhece que é controverso, devido à sua posição independente em matéria de economia e finanças. Tem posições muito corajosas (CUNHA, 1994, p. 97).

Um temperamento diplomático enseja, portanto, propensão à moderação, além de uma capacidade superlativa para manter, sempre, qualquer eventual excesso sob controle. No

¹⁸ 'Negócios à parte: a amizade Brasil-EUA e os interesses de cada um'. <http://vejaonline.abril.com.br/noticias/servlet/newstorn.ns.presentation.NavigatioServlet/publicationCode=1&textCode=124462>. Último acesso: 05 de fevereiro de 2008.

entanto, o *habitus* diplomático é também, ao mesmo tempo que diametralmente oposto ao *habitus* militar, bastante parecido com esse. Leitão da Cunha explica os âmbitos próprios a cada esfera e, ao mesmo tempo, aqueles que podem talvez ser considerados pontos de convergência entre diplomatas e militares. Sua afirmação nos parece importante para apreciar o papel do Itamaraty ao longo do ciclo militar, e ajudar a conhecer as peculiaridades do *habitus* diplomático. Palavras dele: “As funções da diplomacia param quando começa a atividade militar? Não param, desviam. De acordo com o conselho de Richelieu, a gente deve negociar sempre, mesmo durante o combate” (CUNHA, 1994, p. 134). Isso implica em dizer que a diplomacia tem na propensão à sinuosidade algo que constitui traço característico do *habitus* diplomático, assim como a capacidade de dissimular honestamente; de guiar-se por um senso de oportunismo tático ou ambigüidade estratégica, práticas desenvolvidas em um ambiente propício ao cultivo de tais disposições, como o ambiente diplomático propriamente dito, que devido à

(...) sua posição tradicional, é mais homogêneo. Os funcionários têm uma filosofia própria que coincide. Há dois ou três espoletas que protestam, mas grosso modo a Casa procura seguir a tradição (...) desde o império, não se alterou com a República (CUNHA, 1994, p. 173).

A tradicional homogeneidade¹⁹ do Itamaraty tem permitido ainda, na visão do ex-Chanceler, a manutenção qualitativa de um padrão de continuidade que tende a acentuar-se devido a

métodos novos como o concurso e o Instituto Rio Branco. Os ministérios militares formam o seu pessoal, e entre os civis só o Itamaraty faz isso. Mas desde antes já existia uma tradição diplomática muito grande. O Ramon Carcano, que foi embaixador da Argentina aqui, dizia que a diplomacia brasileira no Prata sempre foi inteligente e utilitária (CUNHA, 1994, p. 174)”.

Isso remete aos critérios por posição, opinião e adaptação, cujo conteúdo parece bastante informativo a respeito do nosso tema; na medida em que diz respeito à paulatina absorção, pelo agente, das regras do universo diplomático: a capacidade de posicionar-se adequadamente, no momento certo, e na medida em que tais critérios se fazem necessários (CUNHA, 1994, p. 133; 212; 254). Por isso o entendimento (e enlace) entre diplomatas e militares, ainda que havendo discordâncias em relação a aspectos pontuais do regime. A esse

¹⁹ Essa homogeneidade obviamente diz respeito à funcionalidade específica do campo, aspecto que constitui o foco operacional sob o qual procuramos identificar o *habitus* diplomático, como fato consolidado e operante. Porque, sem dúvida, do ponto de vista ideológico, o Itamaraty, como qualquer outro campo, apresenta suas heterogeneidades, que sugerem lutas por espaço, por postos, por linhas de conduta administrativa, política, ideológica. Embora esse não tenha sido o objeto de nossa investigação, sem dúvida constitui aspecto que não desprezamos, sob pena de viciarmos nosso argumento e assim invalidar a tese da possibilidade – dentre outras – da exacerbação de certas disposições estruturais em função de contextos específicos, como o de 1964-1985.

respeito, Leitão da Cunha possuía a seguinte posição: deve ser observada rigorosa interdição a *outsiders* em relação aos Ministérios militar e diplomático:

Vocês acham que alguém vai meter um qualquer no Ministério da Guerra? se for botar gente de fora no Itamaraty, como ficam os da Casa? O que vão fazer? É uma carreira organizada hierarquicamente. Se alguém tem objeções à carreira, pode-se suprimir a ela, mas não pode continuar nela com uma atitude de supressão (CUNHA, 1994, p. 172).

Assim delimitados, os âmbitos específicos, mas organicamente permeáveis entre ambas as esferas, ajudam a explicar porque, sob a gestão de Leitão da Cunha, o envolvimento do Itamaraty com o regime permitiu procedimentos que atingiram não só os direitos civis, políticos e, sobretudo, humanos de pessoas praticamente desprovidas de condições mínimas para encontrar refúgio seguro, já que banidas por questões políticas e suscetíveis à toda sorte de violência, em meio a um continente submetido ao estabelecimento paulatino de ditaduras brutais.

Na curta passagem de Leitão da Cunha pela chefia do Itamaraty temos o início das ações encobertas da agência e assim de seu enlace com o autoritarismo do regime militar. Tudo começou numa sexta-feira, horas após o golpe, 03 de abril de 1964²⁰. Nesse dia desembarcou em Montevidéu a Missão Especial, composta por diplomatas e militares, e cuja atuação atesta o papel do Itamaraty no reconhecimento e implementação do regime militar.

A Missão tinha por meta obter do governo uruguaio o compromisso formal de que o ex-Presidente João Goulart e seus acompanhantes fossem confinados em área distante da fronteira brasileira, mas no Departamento de Montevidéu, de modo a que pudessem ser efetivamente monitorados pelas autoridades uruguaias e brasileiras (SILVA, 2002, p. 66; CORRÊA, 1995, p. 861).

Jango havia desembarcado no Aeroporto Militar de Pando dia 4 de abril, manifestando desejo de permanecer naquele país, juntamente com sua família e diversos ex-colaboradores que para lá se dirigiram em dias subseqüentes. Tal intenção, entretanto, constituía um sério problema político para os militares, por temerem que membros do Governo deposto, “utilizando o território uruguaio como base de suas operações, viessem a subverter a nova ordem política brasileira e desassossegar a opinião pública com o objetivo de retomar o poder até mesmo pelo emprego de meios violentos” (SILVA, 2002, p. 67).

²⁰ Em 2002, o professor da Universidade de Brasília, Dinair Andrade da Silva, publicou os resultados de uma pesquisa sobre o comportamento da imprensa platina logo após o golpe de Estado ocorrido no Brasil em 1964. O artigo, entretanto, traz informações importantes sobre as práticas do Itamaraty nas primeiras horas da implantação do regime autoritário, práticas que se mostrariam o preâmbulo de outras, ainda mais sombrias, e que apresentamos ao longo deste texto visando ressaltar as primeiras evidências do *habitus* agora oficialmente autoritário do Itamaraty.

Integrava a Missão Especial o Chefe do Departamento de Assuntos Jurídicos do Ministério das Relações Exteriores, Jayme de Souza Gomes, além do Secretário Gilberto Ferreira Martins e da Oficial de Administração Ricardina Gonçalves Martins. Para os militares brasileiros, o ideal era que Goulart e seus simpatizantes deixassem o Continente americano. O governo militar fundamentava sua posição com dois argumentos: a) a intransigente defesa das tradicionais relações de amizade entre os dois países; e b) a disposição dos governos brasileiro e uruguaio de evitar o surgimento de uma zona de fricção no âmbito da política interamericana.

Por sugestão da Secretaria de Estado brasileira, a Missão Especial instalou-se nas dependências da Embaixada brasileira em Montevideú, onde durante a noite de 13 de abril ocorreu a primeira reunião do grupo, presidida pelo Enviado Especial, Ministro Jayme de Souza Gomes, à qual estavam presentes o Chefe da Embaixada do Brasil, o Encarregado de Negócios, Ministro Júlio Agostinho de Oliveira; o Adido Militar, Major Fernando Valente Pamplona e os Secretários Guy Pinheiro de Vasconcellos e Gilberto Ferreira Martins. Inteirados do objetivo fundamental que os levara ao Uruguai, os integrantes da Missão, antecipadamente passaram a examinar a situação do pessoal da Embaixada. Medidas de natureza político-administrativas foram então tomadas imediatamente: a) requisição de pessoal adicional, visando substituir funcionários pouco confiáveis, permitindo assim a tomada de medidas de emergência pela Embaixada, em função do caráter que revestia a Comissão; b) destituição de funcionários comprometidos, ou supostamente comprometidos, com o Governo deposto; c) elaboração de um estudo minucioso dos textos legais referentes aos objetivos fundamentais da Missão.

Dentre os documentos examinados estavam a Convenção de Caracas de 1954, sobre Asilo Territorial; e o Decreto do Governo uruguaio, de 5 de julho de 1956, sobre Refugiados Políticos Estrangeiros. O estudo revelou que a negociação em pauta seria extremamente difícil, pois o Uruguai não havia ratificado, até aquele momento, a Convenção de Caracas sobre Asilo Territorial, tendo inclusive editado um Decreto, datado de 5 de julho, visando regulamentar a questão em seu território. Por exemplo: no Art. 2º desse Decreto constava que "el domicilio o lugar de residencia que libremente fije el refugiado" (SILVA, 2002, p. 67) deveria ser registrado no Ministério do Interior. No entanto, por outro lado, o texto de Caracas, não vigente no Uruguai, previa, em seu Art. IX, o internamento do asilado "em distância prudente de suas fronteiras", tópico que atenderia à perfeição às pretensões então possíveis com as quais o Brasil poderia contar dadas as circunstâncias que o problema apresentava.

Três dias antes da primeira reunião de trabalho, o Encarregado de Negócios da Embaixada em Montevidéu prestou esclarecimentos ao Ministro de Estado brasileiro sobre a presença do ex-Presidente Goulart no país e as conseqüentes discussões sobre o assunto nos meios políticos locais:

Pelo que se depreende do texto, o diplomata apresentou à Secretaria de Estado um quadro relativamente promissor quanto à possibilidade de o Brasil conseguir das autoridades do Uruguai o confinamento dos brasileiros lá asilados (SILVA, 2002, p. 67).

Entre os integrantes da Missão e o Governo Militar brasileiro havia a expectativa de respaldo militar à concretização dos objetivos da Missão Especial, a cargo do Major Pamplona, que manteve encontros reservados com comandantes militares uruguaios, nos dias 14 e 16 de abril, nos quais

fez uma explanação dos objetivos do movimento militar no Brasil, prestou informações sobre a situação política brasileira de então e manifestou as preocupações do Governo brasileiro com a permanência dos asilados na zona de fronteira. Ao mesmo tempo, conclamou aqueles oficiais, em nome das "Classes Armadas brasileiras", a prestarem o apoio e os esclarecimentos necessários junto ao Governo uruguaio, visando o sucesso da Missão Especial (SILVA, 2002, p. 67-68).

As práticas diplomáticas, e as tentativas dos militares, visando o sucesso da Missão Especial foram extremamente cuidadosas, porque nessa época o Uruguai era um país eminentemente civilista. Por isso, as gestões empreendidas pelo Adido Militar da Embaixada do Brasil “foram completamente inócuas, a despeito da receptividade que disse haver encontrado por parte das autoridades militares uruguaias” (SILVA, 2002, p. 68).

No dia 15 de abril, entretanto, o Encarregado de Negócios, Ministro Júlio Agostinho de Oliveira, em Nota à Chancelaria uruguaia, comunicou oficialmente a posse do Presidente Castelo Branco, fato que empregou à questão um aspecto de natureza ainda mais delicada. Em 17 de abril, o Emissário brasileiro foi recebido pelo Presidente do Conselho Nacional de Governo do Uruguai, Luis Giannattasio, que na ocasião estava acompanhado do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Alejandro Zorrilla de San Martin. No encontro, o Governo uruguaio foi informado do “caráter democrático” e da absoluta irreversibilidade do movimento militar de 31 de março, além da explicitação de “preocupações do Governo brasileiro com a presença, em território uruguaio, do ex-Presidente Goulart e de seus prosélitos, o que poderia redundar na subversão da ordem recém-instaurada no Brasil” (SILVA, 2002, p. 68).

O pedido, agora oficial, dirigido pelo Governo Castello Branco ao Governo vizinho fundamentava-se basicamente no seguinte argumento: ao receber aqueles brasileiros na

condição de asilados territoriais, que o Uruguai decretasse então o confinamento dos asilados em região distante da fronteira com o Brasil. O Governo brasileiro considerava, também, dados relevantes motivos de interesse nacional, que os asilados fossem

impedidos de conspirar contra a estabilidade política do atual Governo, de buscar impacto para seus planos conspiratórios através de entrevistas à imprensa nacional e estrangeira, declarações pelo rádio ou televisão, ou de outros meios eficazes (SILVA, 2002, p. 68).

Diplomaticamente, essas negociações buscavam a preservação e ampliação das relações amistosas e cordiais entre o Brasil e o Uruguai, evitando-se assim possíveis atritos entre vizinhos, com forte possibilidade de se criar uma “zona de fricção, com graves prejuízos, não só para os dois Estados, mas também para o sistema interamericano como um todo” (SILVA, 2002, p. 68). Diante de tal cenário, o governo militar brasileiro trabalhava com três hipóteses, todas elas envolvendo riscos de incidentes fronteiriços. Pela primeira hipótese, os militares temiam incursões de militares ou policiais brasileiros incontrolados, em território uruguaio, para deter asilados; pela segunda hipótese, temiam-se “incursões de asilados no Uruguai, em território brasileiro, para praticar atos de sabotagem, terrorismo e guerrilha; finalmente, pela terceira hipótese os militares temiam o aumento de tensões que resultassem na “militarização da fronteira, pelo Brasil, com sérios riscos de confronto entre tropas” (SILVA, 2002, p. 68). Buscando convencer o Governo uruguaio das pretensões legítimas que inspiravam o Brasil a fazer tais pedidos, os integrantes da Missão invocaram, ainda,

fatos da história das relações internacionais do Cone Sul da década anterior, para documentar que o Brasil esteve sempre ao lado do Uruguai. Em 1953, o Brasil apoiou o país vizinho quando do incidente, em Montevideu, com o Adido Operário da Argentina. Nesta mesma linha de raciocínio, em 1955, o Brasil negou asilo político ao ex-Presidente argentino Juan Domingo Perón (SILVA, 2002, p. 68-69).

O Enviado do Governo brasileiro propôs inclusive condicionar o confinamento solicitado à liberação de salvo-condutos a asilados brasileiros que se encontravam na Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro. Em telegrama particular, datado de 17 de abril de 1964, enviado ao Ministro de Estado do Uruguai, Souza Gomes escreveu:

rogo com o máximo empenho ao querido amigo e chefe, não conceder salvo-conduto a nenhum asilado dos que se encontram em qualquer das Embaixadas estrangeiras, até a minha volta ao Rio, elemento decisivo para o êxito das negociações (SILVA, 2002, p. 69).

A resposta, afirmativa, chegou seis dias depois à Embaixada brasileira em Montevideu: "fique tranquilo quanto à solicitação que fez a respeito das pessoas asiladas na Embaixada uruguaia, pois que atenderei o seu pedido" (SILVA, 2002, p. 69).

O Presidente Luis Giannattasio manifestou compreensão pela preocupação do Brasil em evitar atritos que pusessem em risco as relações entre os dois países. Mas ao abordar o problema dos asilados diplomáticos, que se encontravam na Embaixada no Rio de Janeiro manteve-se firme, lembrando a "obrigatoriedade da concessão dos respectivos salvo-condutos, por parte do Governo brasileiro" (SILVA, 2002, p. 69), idéia reforçada pelo Ministro das Relações Exteriores, Alejandro Zorrilla de San Martin. Em reação, o Enviado brasileiro, Ministro Souza Gomes mencionou que nesse aspecto o Uruguai encontrava-se sujeito à Convenção de Havana, de 1928, que não fixava prazo para a concessão de salvo-condutos. Diante da posição brasileira, o Presidente do Conselho Nacional de Governo Uruguaio informou ao Ministro Souza Gomes que via algumas dificuldades para o atendimento do pedido brasileiro, dentre elas o fato de que o Uruguai não havia ratificado a Convenção de Caracas, de 1954, sobre a questão do Asilo Territorial, sendo a legislação sobre o assunto extremamente liberal. Por outro lado, devido à estrutura política colegiada, então vigente no Uruguai, as decisões eram produto de discussão e voto dos membros do Conselho Nacional de Governo e não da exclusiva vontade de seu Presidente. Por fim, a opinião pública e a imprensa uruguaia

já haviam se posicionado contra os últimos acontecimentos políticos ocorridos no Brasil. Uma decisão do Governo, em sentido contrário, poderia colocar em risco a ordem pública, bem como a estabilidade política do país (SILVA, 2002, p. 69).

Manifestando compreensão pela preocupação do Governo brasileiro, no sentido de evitar riscos desnecessários às relações entre os dois países, Giannattasio e San Martin, entretanto, voltaram a recordar ao Emissário brasileiro as convenções internacionais que obrigavam o Brasil a conceder os salvo-condutos aos asilados diplomáticos do Rio de Janeiro, ao que Souza Gomes contra-argumentou, lembrando a vigência, no Uruguai, da Convenção de Havana, de 1928, sobre Asilo Diplomático, "que não fixava data para a expedição dos salvo-condutos" (SILVA, 2002, p. 70). Em resposta, o Chanceler uruguaio ponderou que a "lei do seu país proporcionava ampla proteção aos asilados políticos e informou que o ex-Presidente Goulart já havia solicitado asilo territorial" (SILVA, 2002, p. 70).

Observa-se que a Missão Especial tornou-se um fator de instabilidade para o governo Uruguaio, na medida em que atraía a atenção da imprensa, cuja interpretação reforçava a tese

de que a presença de representantes do governo brasileiro no Uruguai devia-se ao fato de as relações entre os dois países serem de crescente tensão política, fato que levou Giannattasio a solicitar extra-oficialmente que o Enviado Especial deixasse espontaneamente o território uruguaio, pois do contrário só aumentaria a pressão dos meios de comunicação, tornando prejudicial o diálogo entre os dois governos.

Souza Gomes deixou Montevidéu na tarde de 19 de abril e dirigiu-se a Buenos Aires, inflamando ainda mais a imprensa platina em geral, cuja tese compartilhada era a de que “o Ministro brasileiro viajava pelo Cone Sul em busca de reconhecimento para o novo Governo do Brasil” (SILVA, 2002, p. 70), fato obviamente negado pelo diplomata brasileiro que declarou, ao chegar à Argentina,

que lá estava para prestar informações verbais ao Embaixador Décio Moura sobre a situação política interna brasileira”. Enquanto isso, no Uruguai, “o Conselho de Governo, pelo Decreto de 21 de abril de 1964, declarava asilado político al ciudadano brasileiro Dr. João Belchior Marques Goulart”, que poderia fixar a sua residência em qualquer ponto do território nacional (SILVA, 2002, p. 70).

Não obstante tudo isso, em reunião do Conselho de Governo, no dia 23 de abril de 1964, “o Uruguai reconhecia o novo Governo brasileiro por meio de Nota dirigida ao Encarregado de Negócios da Embaixada brasileira” (SILVA, 2002, p. 71). Isso implica dizer que ao retornar ao Brasil, a Missão Especial “contabilizava fracasso fragoroso e sucesso insosso. O fracasso fragoroso vinculava-se à concessão do asilo ao ex-Presidente Goulart e o sucesso insosso ligava-se à obtenção do reconhecimento do Governo Castelo Branco” (SILVA, 2002, p. 71)..

Mas tal posição foi difícil para o governo Uruguai. Na manhã de 24 de abril de 1964, o Enviado brasileiro encontrou-se com o Chanceler uruguaio, que lembrou

repetidas vezes, as dificuldades em ser aprovado o reconhecimento [do governo militar brasileiro] pelo Conselho Nacional de Governo, o que só se verificou após debates acalorados e por escassa maioria.

De modo que assim agindo, o Uruguai preservou seu ordenamento, favorável ao asilo territorial, não confinando os brasileiros em seu território. Por isso, vendo-se o Brasil

desprovido de maiores argumentos e fundamentos de direito interamericano e diante do impasse colocado pela decisão uruguaia [coube-lhe apenas] insistir na procrastinação da liberação dos salvo-condutos aos asilados diplomáticos nas Embaixadas no Rio de Janeiro (SILVA, 2002, p. 71).

E assim, a habilidade diplomática do Chanceler uruguaio momentaneamente conteve a pretensão fundamental do governo militar brasileiro, e em 24 de abril o Chanceler Zorrilla

de San Martin agradeceu ao enviado brasileiro a comunicação da posse do Presidente Castelo Branco, reconhecendo o governo militar apenas verbalmente. Souza Gomes, na condição de Ministro Plenipotenciário, demonstrou seu desagrado ao Chanceler Paraguaio, declarando que o interesse do Brasil na realidade prendia-se à questão do confinamento e não ao tema do reconhecimento pelo Uruguai do governo revolucionário. Por último, aproveitou para lembrar a San Martin que: “dentre cerca de oitenta Estados com os quais o Brasil mantém relações, três apenas – México, Venezuela e Cuba – não tinham efetivado aquela medida” (SILVA, 2002, p. 72). E finalmente concluiu que: “Por certo, o Uruguai não desejaria ser um dos últimos Estados a fazê-lo” (SILVA, 2002, p. 72). Em troca teve de ouvir do Chanceler Uruguaio que

o ex-Presidente Goulart, como qualquer asilado no Uruguai, poderia se deslocar livremente pelo território nacional e que, também como qualquer outro asilado, seria, de acordo com as leis do país, observado pelas autoridades competentes. Ouviu, ainda, do Ministro de Estado que o janguismo exercia enorme influência nos meios políticos uruguaios (SILVA, 2002, p. 72).

San Martin sugeriu ao Plenipotenciário brasileiro que as negociações prosseguissem nos âmbitos de Embaixada e de Chancelaria. Isso significava que

nada mais caberia ao Brasil que assistir o transcorrer dos fatos para, em sendo o caso, retomar junto à Chancelaria uruguaia o prosseguimento das negociações ou mesmo solicitar providências contra a atuação dos asilados brasileiros.

Estabelecia-se assim uma espécie de impasse diplomático entre a ditadura brasileira e o governo democrático do Uruguai, incluindo no diálogo entre os dois países pendências que envolviam mais que simplesmente a discussão de asilo político e que ao final do encontro foram assim sugeridas pelo Chanceler Zorrilla de San Martin:

para se criar um ambiente propício ao entendimento entre os dois países e melhorar os resultados das negociações vindouras, seria do maior interesse que o Brasil se empenhasse na solução dos casos pendentes entre os dois Estados, tais como: 1) a construção da ponte sobre o rio Quaraim; 2) a dragagem da bacia da Lagoa Mirim; 3) a construção do aeroporto comum para atender às cidades fronteiriças de Rivera e Santana do Livramento; 4) a edificação do centro recreativo e esportivo entre as mencionadas cidades (SILVA, 2002, p. 72).

Diante disso, podemos então proceder não apenas a um balanço *strito senso* das pretensões da Missão Especial, mas também verificar que o desempenho do Itamaraty constituía uma conjunção de ambigüidades que levando ao rápido esgotamento do papel dos militares, permitia a adoção do conservadorismo pragmático da diplomacia, aliado a um senso de oportunismo tático que permitiram a continuidade do debate com o então governo

democrático e depois com a própria ditadura uruguaia, resultando em uma reversão favorável da situação para o governo militar brasileiro. Nesse primeiro momento, observa-se que o governo brasileiro não obteve o que mais almejava: confinar o ex-Presidente Goulart no Departamento de Montevideú.

Entretanto, embora tendo saído momentaneamente fortalecido perante a opinião pública, após sofrer a diplomacia de alta pressão exercida pelo Itamaraty, os procedimentos do governo Uruguaio nos bastidores eram bem diferentes daqueles exibidos para consumo externo. Por exemplo: Goulart e Brizola foram informados extra-oficialmente pelo Governo do Uruguai sobre a inconveniência de sua permanência naquele país, e aconselhados a viajar "espontaneamente" para a Europa. Assim, tecnicamente, a política de concessões que ao final acabou prevalecendo entre os dois países implicava no seguinte acordo, conseguido pelo Itamaraty: o Brasil aliviava a pressão exercida sobre o governo Uruguaio, mediante o que passou a se chamar de operação vinculada. Por essa operação,

os asilados territoriais, no Uruguai, se estivessem em processo de abandono do país ou confinados em local distante da fronteira, estariam contribuindo para a aceleração de concessão de salvo-condutos a asilados diplomáticos no Rio de Janeiro (SILVA, 2002, p. 73).

Portanto, a diplomacia brasileira saiu vitoriosa na medida em que conseguiu forçar a viagem espontânea do ex-Presidente Goulart à França, em maio de 1964, e conseguido transformar o Uruguai numa espécie de corredor para escoamento de asilados indesejáveis. Com isso, configurava-se para o governo militar brasileiro

a provável desarticulação do movimento de reação desde o Cone Sul. À inversa, pode-se também admitir que a mencionada viagem tenha representado uma manobra do Governo uruguaio no sentido de promover a liberação dos salvo-condutos para os asilados diplomáticos do Rio de Janeiro (SILVA, 2002, p. 73).

Por fim, o Emissário brasileiro, ao mesmo tempo em que sentiu

não haver encontrado unânime boa vontade por parte das altas autoridades uruguaias, por outro lado, percebeu que a reconstrução da imagem do Governo brasileiro no Uruguai não se faria senão com muito esforço da Embaixada em Montevideú, quando renovada e melhor aparelhada (SILVA, 2002, p. 73).

Tendo declinado do aconselhamento que recebera do governo uruguaio, Jango permaneceu nesse país. Mas agora a tarefa de monitorá-lo caberia ao então embaixador Manoel Pio Corrêa, imediatamente enviado a Montevideú, com a missão estrita de vigiar os passos da oposição no exílio, e os do ex-presidente Goulart em particular.

Mas quem era esse diplomata, como pensava, quais as suas práticas em relação aos asilados brasileiros? Seus métodos, e principalmente sua noção da instrumentalidade do poder, constitui uma das principais fontes a informar sobre o *habitus* diplomático durante o ciclo militar. De abril de 1964 a janeiro de 1966, Pio Corrêa atuaria no Uruguai tendo como chefe imediato, inicialmente, Vasco Leitão da Cunha e depois José de Magalhães Pinto e o General Juracy Magalhães.

Traçando um rápido perfil do ex-embaixador Pio Corrêa, assim como de outros diplomatas que pensavam como ele, é possível dizer que ele representou a adesão incontestada de parte do Itamaraty à ditadura civil-militar instaurada em 1964. Pio Corrêa, da mesma forma que o também embaixador Câmara Canto, que atuou no Chile, são, nesse sentido, paradigmas de um segmento diplomático cujos serviços prestados à ditadura ajudam a entender um tipo específico de disposição dessa categoria – seja por ação, seja por omissão, ou mesmo por mera impotência frente a determinados constrangimentos estruturais – e que justifica um estudo mais atento da condição diplomática. Exemplo paradigmático nesse sentido, naquele período, é também Câmara Canto. Embaixador do Brasil no Chile, esse diplomata era conhecido pela alcunha de o quinto da Junta, em virtude de sua intimidade com os quatro integrantes da Junta militar que derrubou o presidente constitucionalmente eleito, Salvador Allende, e que tinha em Augusto Pinochet Ugarte o seu representante máximo (RABÊLO & RABÊLO, 2001, p. 158). Vejamos, portanto, como atuavam diplomatas que compartilhavam esse perfil, mediante a análise dos procedimentos oficiais do Itamaraty, sob a orientação direta e indireta do emblemático embaixador Manoel Pio Corrêa.

3.3 - Manoel Pio Corrêa: “o mais institucional de todos nós”

“A cada dia verificamos que, no jogo ambíguo e muitas vezes pecaminoso da política, ao qual os povos ainda confiam cegamente seus filhos e seu futuro, não são os homens de visão ética e de convicções inabaláveis que vencem, mas sim aqueles aventureiros profissionais que chamamos diplomatas, esses artistas de mãos gatunas, palavras ocas e nervos gélidos”

Stefan Zweig

Antes de mais nada, importa destacar que o convívio do hoje ex-embaixador Pio Corrêa com os militares, e com o mundo da Informação e da Contra-informação, constitui um dos aspectos mais importantes da vida desse profissional cuja trajetória se confunde com o papel do Itamaraty naquele contexto e em outros semelhantes.

Quem entra em contato com as memórias do ex-embaixador Pio Corrêa passa a ter uma idéia do significado e da extensão de uma expressão não raro tomada como sendo um fenômeno anódico. A expressão: indivíduo institucionalizado.

A trajetória diplomática de Pio Corrêa começa logo depois do colapso da Primeira República. Ao vê-lo recordar fatos que protagonizou ainda em 1937, ano de seu ingresso no Itamaraty, é possível ter uma idéia do grau de afinidade que vinculava esse antigo militar da reserva, e então diplomata, aos bastidores do poder, e em especial sua intimidade com os militares. Tal afinidade, por exemplo, “pertinentemente [e] por motivos que não vem ao caso” [proporcionava a Pio Corrêa saber] “o que se preparava para essa noite e o dia seguinte”, 10 de novembro de 1937, data em que Vargas implantou a ditadura do Estado Novo (CORRÊA, 1995, p. 77).

A convivência desse diplomata com os militares comprova – ainda que indutivamente - aquilo que o Barão do Rio Branco costumava declarar a respeito de ambas essas categorias: diplomatas e militares são irmãos siameses (MENESES, 1997, p. 15). Com efeito, Pio Corrêa foi um exemplo superlativo da

(...) longa ligação [do Itamaraty] com o exército, nunca interrompida, sempre consolidada através do tempo. Toda a minha vida, a partir de então, senti-me ‘em casa’ no exército, especialmente nos meios da arma de cavalaria. Em muitas ocasiões senti, nas dificuldades da vida pública, a presença e o apoio do Exército e de seus Chefes, com quem minha identificação sempre foi profunda (CORRÊA, 1995, p. 184-185).

Entre os militares, essa reciprocidade em relação ao Itamaraty é lembrada por Pio Corrêa mediante episódios como esse: certa vez, estando no gabinete do então Chefe do

Estado Maior do Exército, General Alfredo Souto Malan, seu antigo companheiro na Escola Superior de Guerra, entrou no recinto outro general, Orlando Geisel, a quem o general Malan participou o assunto que, no momento, examinava com Pio Corrêa. Dada à gravidade da questão, Malan reiterou que a opinião do diplomata era procedente e deveria merecer crédito. A resposta de Geisel: “Bem sei que o Pio Corrêa é verde oliva como nós” (CORRÊA, 1995, p. 184-185 – o grifo é do autor).

Pio Corrêa assim descreveu seu sentimento pessoal em relação ao campo militar:

Esse verde oliva, eu ia usá-lo por bastante tempo, e com muito orgulho. E não só o verde oliva, mas o branco, o cinza do Plano de Uniformes. Por tempo suficiente para alcançar o posto de Capitão – um dos poucos oficiais da reserva do meu tempo que chagaram às ‘três estrelas’ daquele posto. Sim, ainda que usada por breve período no retrospecto de uma vida inteira, colou-me a farda à pele, integrei-me profundamente no espírito de farda e na mentalidade e valores do exército, o que explica muita coisa em minha vida ulterior. Usei a farda, e ela de certa forma moldou-me para toda a vida. Stendhal, no seu ultimo livro, Lucien Leuwen, observa que ‘se um homem passa alguns anos sob o uniforme militar, por todo o resto de sua vida um observador perspicaz, ao vê-lo passar, dirá: lá vai um antigo soldado’ (CORRÊA, 1995, p. 184-185).

Como veremos, a análise do encontro entre os *habitus* militar e diplomático, em um mesmo indivíduo, lança alguma luz sobre o tipo de mecanismo estrutural que permitiu [e decerto continua a permitir] a aproximação e, no limite, e de certa forma para além dele, a colaboração entre diplomatas e militares.

Ao examinar esse fenômeno, descobrimos, de fato, e com efeito, uma afinidade eletiva especial, histórica, entre diplomatas e militares, ao ponto de os primeiros não raro se auto-definirem soldados do Itamaraty.

A análise das posições de diplomatas, em relação a golpes de Estado, demonstram especificamente algo da disposição desses funcionários em aderir a práticas, verificadas em toda a sua extensão, ao longo do período 1964-1985.

Por exemplo, o papel desempenhado pelo exército nos acontecimentos que levaram à instauração do Estado Novo foi, no entendimento de Pio Corrêa, o de avalista de um golpe arquitetado no mais absoluto sigilo e que fora

(...) totalmente incruento, isento de qualquer violência, e recebido com alívio pelas Forças Armadas, sempre pouco à vontade em situações de indefinição do poder civil, porque sabem que eventualmente recairá sobre elas a responsabilidade de preencher, momentaneamente, o vazio de poder, tarefa sempre ingrata e geralmente mal compreendida (CORRÊA, 1995, p. 101).

Nessa declaração, o diplomata demonstra um entendimento similar ao do ex-Chanceler Celso Lafer, para quem o golpe de 1964 foi uma resposta à paralisia decisória do

governo Goulart, constituindo uma “superação técnica”, ou seja, uma medida corretiva aplicada a uma situação que parecia exigí-la (LAFER, 1975, p. 14).

Portanto, estudar a trajetória de Pio Corrêa mostrou ser um procedimento valioso pelo fato de que sua biografia constitui uma síntese dos *habitus* diplomático e militar, ao mesmo tempo em que nos permitiu entrar em contato com as práticas orgânicas do Itamaraty naquela conjuntura. Mas também porque, em Pio Corrêa, temos um diplomata cuja atuação compreende o período que engloba momentos como a ditadura do Estado Novo, a restauração da democracia, a deposição de Vargas pelos militares, a eleição de Juscelino Kubitschek de Oliveira e o desenrolar dos acontecimentos que culminariam no golpe de Estado de 1964. Em todo esse período, Pio Corrêa descreve suas atividades por dentro e por fora dos caminhos ortodoxos da diplomacia (CORRÊA, 1995, p. 256). Através da análise do papel de Pio Corrêa, é possível perceber que o Itamaraty, apesar do alto padrão intelectual de seus agentes, não conseguiu reverter a tendência estrutural que acabaria por envolvê-lo na escalada autoritária, cujos sintomas podem ser percebidos muito antes de março de 1964, sintoma dos quais o Ministério não estava imune.

Prova isso o fato de que, em 1950, o General Aurélio de Góis Monteiro, homem forte da ditadura Vargas, não havia esquecido do jovem diplomata que conhecera durante a II Guerra Mundial, servira sob suas ordens em Washington e que desempenhava, naquele momento, funções diplomáticas em Caracas, razão pela qual Pio Corrêa recebeu ordem de dirigir-se imediatamente ao Uruguai.

Ao chegar ao Uruguai, Corrêa foi informado dos motivos de sua abrupta e inesperada remoção: ele havia sido indicado pessoalmente por Góis Monteiro, devido a sua forte ligação com o Exército, para atuar como Delegado do Brasil no Comitê para a Defesa Política do Continente, órgão cuja função era

elaborar e coordenar as medidas a serem tomadas por todos os Estados Americanos para combater a espionagem, a sabotagem e a propaganda inimiga no Continente. O Brasil era um dos sete países membros do Comitê, cuja sede era em Montevideu; e o general, que sempre me conservara muita amizade, ao ser nomeado para aquela função pediu ao Itamaraty a minha designação para servir junto a ele (CORRÊA, 1995, p. 328).

Pio Corrêa declara que:

A matéria com que lidava o Comitê – combate à espionagem, à sabotagem e ao trânsito de agentes inimigos – não me era de todo estranha. Muito mocinho ainda, nos Anos Trinta, Salgado Filho fizera-me iniciar nos mistérios do funcionamento da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), que ele próprio dirigiu antes de assumir a chefatura geral da política do Rio de Janeiro. Os chefes das três Seções da Delegacia haviam sido nomeados por ele; franquearam-me as portas dos seus

serviços, explicando-me com minuciosa paciência as técnicas e as tretas de seu difícil mister, bem como o *modus operandi* dos agentes subversivos que tinham eles por missão combater (...) Eu não era, portanto, inteiramente neófito nas atividades de contra-espionagem, razão de ser do Comitê (CORRÊA, 1995, p. 242-244).

Certamente, e não por acaso, por essa época, ao mesmo tempo, Pio Corrêa foi designado para assumir o Departamento Político do Itamaraty. O fato, se analisado do ponto de vista meramente burocrático, não significa muita coisa; mas quando considerado no contexto da indicação de Góis Monteiro, começa a fazer sentido.

Para estabelecer o contraste que nos permitirá entender os meandros da trajetória desse diplomata, e as condições objetivas que acabariam por levar às práticas do Itamaraty durante a ditadura, devemos lembrar que, comparado aos anos 1930-1945, a década 1950 corresponde, no Brasil, a um dos períodos mais democráticos de nossa história. No entanto, mesmo diante desse fato, no que diz respeito ao funcionamento das agências que constituem o núcleo do Estado, como o Itamaraty, a realidade é que no recesso desses campos não parecia havia muita diferença entre ditadura e democracia.

No momento em que assumiu a função de Delegado do Comitê para a Defesa Política do Continente, juntamente com a Chefia do Departamento Político do Itamaraty, Pio Corrêa recorda fatos que só atrairiam a atenção da opinião pública meio século mais tarde, e mesmo assim sem grandes desdobramentos, a partir da publicação de uma série de reportagens feitas por Cláudio Dantas Sequeira, do jornal Correio Brasiliense, e nas quais surgia pela primeira vez o relato documentado das operações encobertas, das quais o Itamaraty participara, seja direta, seja indiretamente, durante o ciclo militar.

Os relatos de Sequeira, entretanto, não ressaltam o fato de que as práticas do Itamaraty, sob os militares, não diferiam muito, a não ser em termos de grau, de certas ações já implementadas pelo Ministério em períodos de democracia. Pio Corrêa revelou, por exemplo, que em plena era JK recebeu das mãos de sua antecessora, a embaixadora Odette de Carvalho e Souza

um precioso presente: um arquivo, compilado no Ministério da Justiça, de indivíduos, nacionais ou estrangeiros, envolvidos em atividades subversivas contra os interesses do Brasil, e de organizações ditas de fachada, entidades encobrindo sob rótulos inocentes atividades inconvenientes (CORRÊA, 1995, p. 581).

A chegada de Pio Correia ao Departamento Político encontra em seu Discurso de Posse o que ele mesmo chamou de programa de ação. Alguns trechos do discurso são dignos de destaque, devido ao seu conteúdo revelador. Na condição de importante representante, e instrumento autorizado de seu campo, Pio Corrêa antecipa a configuração sob a qual a

diplomacia atuaria, ainda que mediante a discordância silente de alguns de seus convencionais, ao longo de duas décadas de exceção política. O diplomata imprimiu ao discurso um tom marcial, digno de nota:

(...) servi na tropa, nas longínquas guarnições, sendo esta a primeira vez que venho integrar o 'Estado-Maior' do Ministério (...) Ignoro talvez os labirintos às vezes perigosos deste Palácio, mas conheço de perto as condições de funcionamento e as necessidades de nossas Missões diplomáticas no exterior, que são os olhos e os ouvidos do Itamaraty, e cuja eficiência individual é necessariamente a medida da eficiência geral de nossos serviços (CORRÊA, 1995, p. 592).

Em seguida declarou que:

Com efeito, não existe nesta Casa fato ou assunto algum que, em última análise, não seja político: os fatores econômicos, culturais, técnicos, e mesmo administrativos e pessoais, que constituem individualmente a própria substância da diplomacia moderna, aqui se encaixam e se apresentam como componentes de um conjunto de fenômenos que não se podem dissociar, e que são políticos em sua essência como em suas conseqüências (CORRÊA, 1995, p. 592).

Dos aspectos de ordem disciplinar e política, Pio Corrêa passou em seguida para o âmbito propriamente sociológico, destacando a noção de estrutura, que é então enfatizada por ele mediante a alusão ao “espírito de corpo que podemos confessar orgulhosamente, porque é feito de lealdade ao Estado e a um alto padrão de dedicação ao Serviço Público” (CORRÊA, 1995, p. 593). Ao tocar nesse ponto, ele volta ao tom marcial com que iniciara o discurso, sendo possível perceber a superlativa simbiose, nesse indivíduo, dos *habitus* militar e diplomático:

Do tempo que passei, em minha juventude, no serviço das armas, conservei certos traços indelévels: o rígido senso da disciplina, o zelo intransigente e porque não dizer religioso pelos interesses do Estado, e o orgulho propriamente do servir, no alto sentido da palavra. Nesses sentimentos, que sempre me animaram, encontro singular encorajamento, no momento em que assumo as responsabilidades dessa Chefia; mas muito mais ainda na profunda fé que tenho nesta Casa a que pertenço (CORRÊA, 1995, p. 593).

Décadas mais tarde, Pio Corrêa assim explicaria o que de fato quis dizer com seu discurso:

ele contém um claro programa de ação e uma não menos clara declaração de intenções. Em essência, o programa de restituir ao meu Departamento a posição de comando na interpretação dos interesses políticos do Brasil, e na formação das diretrizes destinadas a acautelar esses interesses; e a intenção claríssima de comandar firmemente o meu Departamento dentro daquelas premissas (CORRÊA, 1995, p. 594).

Observe-se que o papel de Pio Corrêa foi o de restituir ao seu Departamento prerrogativa que lhe era orgânica: a posição de comando na interpretação de interesses políticos que consequentemente exigiriam dos diplomatas o cumprimento de dispositivos estruturais sem os quais a unidade institucional do Ministério, frente à estrutura que o abriga, colocaria em risco a própria integridade dessa estrutura, que depende da disciplina impecável que caracteriza todo diplomata, diante de quaisquer situações e a qualquer custo.

As revelações de Pio Corrêa, a respeito da natureza de suas atividades diplomática e de espionagem, ao longo da década de 1950, são fundamentais para a compreensão daquilo que teria permitido a adaptação do Ministério ao sistema autoritário, de forma ajustada e sem traumas.

Diante dos fatos até aqui observados, a natureza do *habitus* diplomático apresenta uma configuração permanentemente *ad hoc*, seja na democracia, seja na ditadura, configuração cuja fórmula foi assim enunciada por Pio Corrêa: “atuar sem contemplação, mas sem emoção” (CORRÊA, 1995, p. 659).

Nesse sentido, um fato parece emblemático e suficiente para demonstrar até que ponto vai a capacidade do agente diplomático em atuar como aparelho tornado homem. Ao entregar o cargo, no fim do governo Kubitschek, Pio Corrêa confessa ter subtraído a documentação oficial a ele entregue pela embaixadora Odette de Carvalho e Souza; por prever a necessidade de utilizar os papéis posteriormente, revelando assim uma prática passível de ser atribuída não apenas a um indivíduo propriamente dito, mas a um indivíduo institucionalizado, ao ponto de ser capaz de atuar em fina sintonia com seu campo, mediante um comportamento perspectivo dificilmente encontrado no funcionário público comum. Conforme veremos mais adiante, o procedimento de Pio Corrêa seria repetido por outro diplomata, em 1990, nas mesmas condições, e envolvendo as mesmas instituições, no momento de consolidação da democracia; e também por um militar: o general Golbery do Couto e Silva. Mas por ora concentremos nossa atenção na iniciativa e atitude do diplomata, que

(...) desconfiado, com toda a razão, como se viu mais tarde, do que viria sob o governo seguinte, deixei esse Arquivo, consideravelmente aumentado, confiado a um oficial amigo, que fazia a ligação do então Serviço de Informação e Contra-Informação (SFICI) com o Itamaraty. O oficial guardou-o, sob a forma de vários caixotes e malas de aspecto inocente, em casa de uma tia, que nunca soube o conteúdo daquela ‘bagagem’ de seu sobrinho. É claro que logo depois da Revolução de 1964, recuperei aquele precioso acervo, que regressou ao Itamaraty (CORRÊA, 1995, p. 581).

No clima de desconfiança que permeava as relações internacionais, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, Pio Corrêa situava-se, evidentemente, à direita do espectro político

ideológico, sugerindo assim o rumo por ele adotado em sua gestão à frente do Departamento Político do Ministério, e em nome do qual passou a exigir dos diplomatas o cumprimento rigoroso de suas determinações, tarefa que encontraria respaldo na disciplina incorporada que permite aos diplomatas a reprodução de práticas ajustadas a qualquer contexto, desde que determinadas pelo campo.

Pio Corrêa assim justifica a política por ele adotada, e a ser seguida disciplinarmente pelos diplomatas, por ação ou omissão, direta ou indiretamente, concordando ou discordando, por escolhas eivadas de determinantes estruturais *a priori*, que certamente repugnava a muitos, mas que não raro disparou mecanismos que constituem o cerne de nossa preocupação: inspirou concomitantemente, de um lado, definições peremptórias; e de outro lado, resistências subterrâneas pouco combativas, diante da força dos acontecimentos, já que:

Todos os Serviços de Informação do mundo, não só os dos Estados comunistas, costumam manter em outros países duas classes de agentes principais. Uns são os 'residentes legais', isto é, oficialmente acreditados como funcionários dos seus respectivos países – sob a cobertura de cargos diplomáticos ou consulares, ou de funções de adidos militares, comerciais, ou culturais. Esses viajam com passaportes diplomáticos, constam das listas diplomáticas dos países junto aos quais são acreditados, e gozam em geral de imunidades diplomáticas. A outra categoria é a dos 'residentes ilegais', que, como o nome indica, não tem cobertura oficial, são clandestinos. Podem ser cidadãos do país para o qual trabalham, do país onde operam, ou de terceiro país (CORRÊA, 1995, p. 655-656).

Pio Corrêa informa então que:

Uma de minhas responsabilidades era ocupar-me desse tipo de problema; por isso fora nomeado Membro e Vice-Presidente da Junta Coordenadora de Informações, posição que me dava oficialmente acesso aos informes colhidos pelos diversos órgãos do que veio mais tarde a chamar-se 'a Comunidade de Informações', e que tinha como ápice e ponto de convergência final aquela junta. O Presidente da Junta era ex-officio, o Secretário geral do Conselho de Segurança Nacional, que por sua vez era ex-officio o Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República – nesse momento o General Nelson de Mello, muito meu conhecido e bom amigo (...) Articulavam-se na Junta todos os órgãos oficiais de Informação (CORRÊA, 1995, p. 656).

Dentre os órgãos que respondiam à Junta, o principal era o SFICI (Serviço Federal de Informação e Contra-Informação)²¹

(...) chefiado então pelo Coronel Lucídio Arruda, oficial de extrema competência na matéria. Outros eram os Centros de Informação privativos de cada uma das Forças Armadas – por exemplo o CENIMAR para a Marinha as Segundas Seções dos Estados-Maiores de cada uma das três Forças Armadas e do EMFA. Na esfera civil eram a Polícia do Distrito Federal, sediada ainda no Rio de Janeiro, e as Polícias

²¹ O SFICI foi o embrião do SNI, que por sua vez deu origem, mediante a Lei 9.883, de 07 de dezembro de 1998, ao atual Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), que por sua vez abriga a Agência Brasileira de Informações (Abin). Ver FIGUEIREDO, Lucas. Ministério do Silêncio. Especialmente as páginas 50 a 147. São Paulo. Record. E também ZAVERUCHA, Jorge. FHC, forças armadas e polícia: entre o autoritarismo e a democracia 1999-2002, p. 159. Rio de Janeiro. Record.

estaduais, através das antigas repartições da Ordem Política e Social. Tudo isso fazia um bom número de órgãos e serviços quadriculando o país, e com todos eles cheguei a manter estreitas e cordiais relações: um dia, exatamente o dia 28 de junho de 1960, pude reunir em um almoço no Itamaraty nada menos de dezoito Chefes de vários Serviços de Informação do Brasil. Entre eles achava-se um coronel chamado Ernesto Geisel, futuro Presidente do Brasil. Todos esses órgãos atendiam a qualquer 'Pedido de Busca' de informações formulado por mim em minha qualidade de Vice-Presidente da Junta Coordenadora de Informações. Deliberei assim mesmo organizar o meu próprio núcleo de pronta-intervenção (CORRÊA, 1995, p. 656-657).

O embaixador, sugerindo o funcionamento de seu próprio núcleo de pronta-intervenção, escreveu:

Ao colocar o comissário Rui Dourado à disposição de meu Gabinete, o Chefe de Polícia nomeou-o ostensivamente titular de um Comissariado Fantasma, com jurisdição sobre a Favela da Rosinha – mas os moradores daquela pacata vizinhança nunca viram o 'seu' Comissário, nem qualquer dos funcionários nele lotados. O objetivo era poder oficialmente fornecer a Rui Dourado os homens e as viaturas de que necessitaria para cumprir suas missões de observação e acompanhamento de atividades de funcionários estrangeiros (CORRÊA, 1995, p. 658).

Se esse era o funcionamento, o método e as práticas do núcleo de pronta intervenção, Pio Corrêa indica ainda o perfil do *staff* que o compunha, comentando as ações do funcionário que colocara à frente das operações, Rui Dourado, seu homem de confiança:

Outra das façanhas de Rui Dourado foi quando, já Delegado, foi designado para dirigir a Delegacia Distrital de São Cristóvão. No próprio dia em que assumiu o cargo, sucedeu-lhe passar frente a uma agência bancária no momento preciso em que dela saíam quatro bandidos que acabavam de assaltá-la. Três morreram ali mesmo na porta do Banco e o quarto cem metros mais longe. Não se deu nenhum outro assalto a Banco em São Cristóvão durante todo o tempo em que Rui lá esteve lotado (CORRÊA, 1995, p. 658).

Dispondo de tal aparato paralelo, porém adrede, operando sintomaticamente desde dentro do Itamaraty, Pio Corrêa revela que no tempo em que chefiava o Departamento Político do Ministério teve de lidar com certas organizações de fachada, especialmente “duas, ambas com sede em Praga, mas manipuladas desde Moscou: a União Internacional dos Trabalhadores e a União Internacional dos Estudantes” (CORRÊA, 1995, p. 659). O embaixador relata que tivera na ocasião

(...) a prova de que fora instigada, organizada e apoiada pela União Internacional dos Trabalhadores uma greve dos marítimos que paralisou, em todos os portos do Brasil e em muitos portos estrangeiros, dezenas de navios brasileiros, com prejuízos enormes para o país; e ficou perfeitamente comprovado que as instruções haviam chegado ao Sindicato dos Marítimos por intermédio de funcionários da Legação da Tcheco-Eslováquia no Rio de Janeiro (CORRÊA, 1995, p. 659).

Lembremos que tais atividades de monitoramento e espionagem são episódios ocorridos em plena era JK, época, entretanto, em que:

O Ministro da Justiça era Armando Falcão, homem excepcionalmente enérgico e corajoso – qualidades que o levariam a assumir novamente aquela pasta no governo Geisel. O Ministro Falcão examinou os documentos e não vacilou: mandou prender todos os Diretores do Sindicato Nacional dos Marítimos. A grave acabou no dia seguinte (CORRÊA, 1995, p. 659).

Nesta declaração temos uma idéia dos limites do conservadorismo de Pio Corrêa:

(...) estávamos, note-se bem não em regime de exceção, mas sim em pleno regime constitucional e democrático do Governo Juscelino Kubitschek, o que prova que um governo pode ser democrático e constitucional sem ser palerma. Apenas, as leis eram então mais fortes do que hoje, e os homens de governo menos tímidos. É verdade que nossas autoridades não estavam ainda manietadas pela nefasta Constituição de 1988, obra de uma porção de irresponsáveis mais perigosos do que macacos brincando com navalhas (CORRÊA, 1995, p. 659).

É extremamente rara tal linguagem e franqueza na exposição de pontos de vista dessa ordem entre diplomatas de carreira, da ativa ou mesmo já aposentados, razão pelas quais os textos de Pio Corrêa constituem uma importante fonte adicional para o exame do *habitus* diplomático, e também uma forma bastante incomum de ter acesso à face menos glamourosa do Itamaraty. Pio Corrêa conta, por exemplo, que quando esteve no comando das atividades de monitoramento de estrangeiros e de nacionais, cuidava inclusive de aproveitar os acontecimentos de ordem cultural como

visitas de troupes soviéticas de ballet, orquestras, coros, solistas e quejandos. O público que freqüentava tais espetáculos era estudado com olhos de lince pelos funcionários soviéticos, que identificavam os mais entusiastas, avaliando o seu potencial, e se positiva a apreciação procediam ao longo do tempo a um cuidadoso e persistente follow-up, com vistas a um eventual recrutamento formal. Até aí nada de anormal. É o 'nome do jogo' do Great Game da espionagem, como o chamava Kipling (CORRÊA, 1995, p. 663).

O embaixador explica então as práticas específicas do núcleo de pronta intervenção do Itamaraty, contando o seguinte episódio e deliciando-se com ele, de forma incomum entre os diplomatas que deixam memórias, a exemplo do sisudo Ramiro Saraiva Guerreiro, antigo policial e mais tarde Chanceler; ou mesmo de um bom contador de histórias, como o aristocrático, mas não menos severo, Vasco Leitão da Cunha. Conta o irreverente Pio Corrêa que:

Nós também tínhamos gente nossa em todas essas manifestações culturais russas, já como observadores, já como 'iscas'. Por exemplo, preparamos cuidadosamente como 'isca', durante semanas, nas dependências da Divisão de Contra-Inteligência do SFICI, chefiada pelo Coronel Knaack de Souza, uma suculenta loura de origem eslava, entendendo perfeitamente não só o russo, mas também o ucraniano e o polonês. Foi uma sorte para mim que essa moça fosse 'isca' a serviço do nosso lado e não do outro, pois do contrário eu provavelmente estaria a estas horas em Moscou,

na pele de um Coronel reformado da KGB, como Kim Philby²² (CORRÊA, 1995, p. 663).

Mas longe de vermos em episódios como esse mero anedotário, envolvendo o Itamaraty, devemos antes compreendê-los como recordações importantes, indicando, pelo tom muitas vezes sombrio, a marca registrada de grande parte das memórias desse diplomata, do clima da época e da adesão – direta ou indireta do Ministério - nos preparativos que levaram ao golpe de Estado. Por exemplo: ao episódio envolvendo a suculenta loura a que ele se refere, segue-se uma importante informação sobre um evento ocorrido no início da década de 1960:

No Brasil, a vigilância e a repressão de tais atividades era incessante e eficaz, dado o perfeito entendimento e comunhão de idéias entre o Ministro do Exterior Horácio Lafer, o Ministro da Justiça, Armando Falcão, e o Ministro da Guerra, General Odílio Denys. Ao lado destes atuavam colaboradores de escol como o Chefe do SFICI, Coronel Lucídio Arruda, seu Adjunto, Humberto de Mello, o chefe de polícia do Rio de Janeiro, Coronel Jacques, e chefe de órgãos da 'Comunidade de Informações', aqueles dezoito que reuni em um almoço histórico no Itamaraty, almoço no qual ficou selada uma inquebrantável unidade de ação. O ano começou, mesmo, por uma conferência, no dia 4 de janeiro, no Itamaraty, em que estiveram presentes, além do Ministro Lafer, o seu colega da Justiça, Armando Falcão, o procurador Geral da República, o Coronel Humberto de Mello e eu. O objetivo foi analisar as medidas de ordem jurídica e de contra-informação necessárias para pôr cobro a atividades subversivas de estrangeiros; ficando eu incumbido de assegurar a ligação entre as autoridades ali presentes (CORRÊA, 1995, p. 666).

As atividades de Pio Corrêa incluem um episódio bastante específico sobre as possibilidades e raio de ação do Itamaraty na ante-véspera do ciclo militar, o início da década de 1960, prenúncio das operações encobertas a cargo do Ministério, tendo como instrumento o aparato que já compunha o que dentro em breve receberia o nome de Centro de Informações do Exterior (Ciex). Corrêa relata que

A Hungria tinha no Rio de Janeiro um Escritório de Representação Comercial, porque não havíamos visto razão para abrir uma Legação em Budapest. Essa Representação Comercial, porém, tinha um status quase diplomático e atuava em estreita colaboração com a Legação tcheca. Foi-nos possível, graças a um golpe de sorte, neutralizar aquele Escritório em tanto que órgão de ação subversiva (CORRÊA, 1995, p. 669).

Corrêa conta o que motivou o fechamento do Escritório:

Chegou aos meus ouvidos que o Chefe do Escritório húngaro havia exprimido a um dirigente da Cruz Vermelha Brasileira, seu amigo, certo temor quanto ao seu futuro, pois constava-lhe que estava para ser chamado a Budapest; essa chamada intempestiva não augurava-lhe nada de bom. Essa notícia era do mais alto interesse para nós. Tomei imediatamente contato com aquele dirigente da Cruz Vermelha, que

²² Kim Philby foi um famoso traidor a serviço da URSS, que conseguiu infiltrar-se no Serviço Secreto britânico e ali fazer carreira, alcançando um elevado escalão hierárquico. Ao sentir-se em perigo de ser denunciado, fugiu para a Rússia, onde foi nomeado Coronel da KGB e cercado de privilégios e honrarias (CORRÊA, 1995, p. 663, nota).

a partir desse momento começamos a manipular, orientando-o sobre o que perguntar e o que responder ao húngaro. Uma vez convencido da autenticidade dos temores deste, e de que não se tratava portanto de manobra de provocação, autorizei o homem da Cruz Vermelha a sugerir-lhe que desertasse para o Ocidente, garantindo-lhe seguro refúgio, para si e para a sua esposa. Como o nosso alvo ainda hesitasse, fiz que o nosso intermediário manifestasse o receio de que os conciliábulos mantidos entre ambos já houvessem chegado ao conhecimento dos serviços de informação adversários. Isso decidiu o infeliz a dar o grande salto no escuro, mediante as mais solenes garantias de inviolável asilo. A operação em si, do abandono de seu domicílio e de sua 'pele vermelha' pelo húngaro, foi minuciosa e algo rocambolesca, com furtivas idas e vindas, entradas falsas em edifícios de dupla saída, e todo o arsenal dos livros de espionagem. Finalmente foi trazido são e salvo, às onze horas da noite, ao meu Gabinete, onde já o esperavam três oficiais do SFICI e outros tantos colaboradores meus, para proceder ao seu debriefing (CORRÊA, 1995, p. 669).

Utilizando o jargão típico da Comunidade de Informações, ele detalha os procedimentos:

Essa operação de debriefing, ou seja, o primeiro interrogatório, ainda a quente, de um defector, de um prisioneiro, ou de um agente amigo de regresso de missão, é altamente importante. Não se pode perder um instante para eliciar o último fragmento de informação, de recordação, ou de simples impressão fugaz, antes que comece a apagar-se ou deformar-se a memória. A operação durou até as cinco horas da manhã. Já clareava o dia quando os nossos hóspedes, marido e mulher, trazidos separadamente para o Itamaraty, deixaram o meu gabinete. Por nosso lado, cumprimos a nossa palavra: proporcionamos-lhes seguro abrigo em uma fazenda muito longe do Rio de Janeiro. Depois, obtivemos para eles asilo na Austrália, onde se acharam em perfeita segurança; pois na Austrália só a nado poderiam aportar agentes estrangeiros sem passar pelo severo crivo da Polícia dos portos e aeroportos. Ali refizeram sua vida, foram, felizes, e ali em paz terminou o húngaro os seus dias, muitos anos passados (CORRÊA, 1995, p. 670).

Ao fazer um balanço de sua gestão à frente do Departamento Político do Itamaraty, Pio Corrêa aborda o aspecto fundamental de nossa tese: evoca nas práticas diplomáticas os radicais sociológicos que nelas se refletem:

Pude e posso constatar que cumpri exatamente o programa que me havia proposto no meu discurso de posse: restituir ao Departamento Político o papel de formulador da política exterior do Brasil, e de executor dessa política sob as ordens do Ministro do Exterior. Praticamos uma diplomacia serena, competente e profissional, não impressionável por contorções demagógicas de palhaços de praça pública (...) Tive a sensação, ao deixar a Chefia do Departamento, e a tenho ainda hoje, de que naquele cargo 'combati o bom combate', e consegui exaltar entre todos os meus colaboradores aquele espírito de profissionalismo competente que é o próprio cerne do Itamaraty. Foi coisa fácil, aliás: a isso estavam eles todos predispostos, porque essa é a vocação do bom diplomata, no Brasil como em qualquer parte do mundo (...) 'Last but not least', eu havia, sempre conforme o programa que me traçara ano e meio antes, imposto e mantido firmemente em todo Departamento aquele 'rígido senso de disciplina' e aquele 'zelo intransigente pelos interesses de Estado' pelos quais sempre pautei a minha ação no serviço público. Nenhum ponto do meu programa havia sido omitido ou sacrificado; minha missão estava cumprida (CORRÊA, 1995, p. 719-720).

Ao abandonar o Departamento Político do Itamaraty, Pio Corrêa retoma a atividade propriamente diplomática e por volta de outubro de 1963 encontrava-se como embaixador do Brasil no México. Por essa época ele escreveu que considerava a administração Jango um conjunto de ministérios moribundos em um governo agonizante, e não omite ter integrado as ações conspiratórias que visavam a deposição de Jango, chegando a narrar em detalhes os contatos que fazia com outros conspiradores:

Antes de regressar ao meu posto [a embaixada do Brasil no México] ainda viajei a São Paulo e Campinas para visitar indústrias – General Eletric, COBRASMA – tive uma reunião com a Federação das Indústrias de São Paulo, e outra no Rio de Janeiro com a Confederação Nacional do Comércio. Avistei-me com alguns Ministros e duas vezes com San Tiago Dantas, cujas idéias e opiniões eu não compartilhava, mas em quem via um possível elemento estabilizador e moderador dos desvarios populistas de Jango. Mas já era tarde. San Tiago estava doente e Jango irremediavelmente comprometido com uma linha política que o levaria fatalmente a um desastre total (CORRÊA, 1995, p. 811-812).

Portanto, além de Araújo Castro – cuja participação é extremamente discreta - temos também o registro do envolvimento direto de Pio Corrêa na conspiração que derrubou Goulart. Mas ao contrário do discreto Araújo Castro, Pio Corrêa registrou abundantemente o papel que desempenhou na conspiração que levou ao golpe de Estado, detalhando sua dedicada atuação em prol do regime autoritário até o momento de sua oclusão. Sua declaração sobre o golpe propriamente dito, talvez seja a mais contundente jamais feita por um diplomata nos últimos quarenta anos²³. Ele escreveu: “em uma palavra e com todas as letras, eu conspirava contra o Governo, e a vitória da Revolução de 31 de março de 1964 representou a coroação de minhas mais caras esperanças” (CORRÊA, 1995, p. 814). Tal declaração justifica remontar os passos desse agente de Estado que, na avaliação do também diplomata Paulo Roberto de Almeida, implantara

as bases de um serviço de informações – independente da Divisão de Segurança e Informações, comum a todos os ministérios a partir dessa época – que permitiria vigiar diplomatas e exilados políticos, utilizando-se de canais próprios de comunicação e de informação ao SNI nos quase 20 anos seguintes do regime militar (ALMEIDA, 2008, p. 73).

Não fosse por detalhes importantes, não considerados por Almeida, suas declarações seriam impecáveis. No entanto, como veremos a partir de agora, a implantação de um serviço de informações, por iniciativa do próprio Ministério das Relações Exteriores, ao contrário do

²³ Há outro registro sobre manifestação de um diplomata brasileiro sobre o golpe de Estado, desta vez no Chile: “Ganhamos!”, teria dito o embaixador do Brasil no Chile, Antonio da Câmara Canto, na tarde do dia do golpe, 11 de setembro de 1973, antes mesmo da vitória inequívoca dos golpistas chilenos contra o governo de Salvador Allende, o que torna nesse caso inequívoca a posição do mesmo embaixador no golpe de Estado de 31 de março de 1964 (GASPARI, 2003, p. 355; ALMEIDA, 2008, p. 90).

que declara Almeida, antecede em muito a chegada de Pio Corrêa à Secretaria Geral do Itamaraty.

Além disso, a vigilância do Itamaraty sobre os próprios diplomatas é um aspecto cujo mérito até mesmo a nossa investigação não conseguiu detectar em profundidade, exceto por um único caso, constituindo, portanto, um tema a ser ainda explorado.

Sendo assim, por ora observemos o envolvimento de Pio Corrêa com as atividades secretas do Itamaraty, atividades a bem da verdade a ele anteriores, e só depois cuidadosamente ampliadas por ele.

No final da década de 1950, Pio Corrêa encerra sua gestão à frente do Departamento Político do Itamaraty, protagonizando um episódio que sugeria não apenas práticas restritas a ele e a seu núcleo algo particular de intervenção política, mas do próprio Ministério, já que as concepções e ações de exceção partiam de dentro do próprio campo, cujo perfil já anunciava a tônica de um futuro não muito distante: em 1960, o Brasil recebeu a visita do então presidente dos Estados Unidos da América, Dwight David Eisenhower, que desfilando em carro aberto pelas ruas do Rio de Janeiro, em meio a aplausos entusiasmados a ele dirigidos, repentinamente teve de deparar-se com o que Pio Corrêa chamou de ‘nota discordante’:

o súbito desfraldar de uma imensa tela, com termos ofensivos, cobrindo a fachada da sede da UNE – União Nacional dos Estudantes, na Praia do Flamengo, no momento exato em que o cortejo presidencial passava frente ao edifício – ilegalmente ocupado aliás pela alegre moçada. Os americanos fingiram nada ter visto; eu, porém, tomei nota, prometendo-me averiguar quem havia inspirado aquela molecagem, onde a lona havia sido preparada, e como havia chegado à sede da UNE. Averigüei: o cartaz havia sido encomendado e pago pela Embaixada de Cuba, e levado secretamente para a sede da UNE por um funcionário da Embaixada. Não disse nada disso ao Ministro, não fiz qualquer reclamação à Embaixada de Cuba, mas o gaiato cubano não perdeu por esperar (CORRÊA, 1995, p. 653).

Pio Corrêa assim descreve as ações que tomou em nome do Itamaraty:

Eu não havia esquecido (...) o gaiato que mandara fazer, e depois levava para a sede da UNE, a enorme tela com dizeres ofensivos ao Presidente Eisenhower, desfraldada subitamente do alto do edifício no momento da passagem do Presidente norte-americano, ao lado do Presidente brasileiro, pela Praia do Flamengo. Aquela molecagem, promovida por um cubano, era um despeito, não só a um hospede oficial do Brasil, mas ao próprio Presidente Kubitschek, que a presenciou (CORRÊA, 1995, p. 660).

Ele revela que mandou apurar os antecedentes do diplomata cubano envolvido no episódio da UNE, e que ao ser informado de que esse já residira no Brasil na qualidade de estudante:

profundamente interessado por essa informação, fui ao Ministério da Justiça, procurei o Diretor Geral do departamento do Interior e pedi-lhe que pusesse abaixo as suas prateleiras de arquivos e fizesse esquadrihar tudo o que pudesse constar

sobre aquele residente estrangeiro. Foi um tiro no escuro – mas acertou em cheio o alvo: a pesquisa revelou que o cubano havia sido expulso do Brasil por proxenetismo. Foi com doce alegria que recebi essa informação. À vista dela o Ministro Lafer e eu resolvemos não formular nenhum protesto junto à embaixada de Cuba; mas recorrer a métodos mais eficazes e mais expeditivos, providenciando simplesmente uma medida administrativa de expulsão de estrangeiro indesejável. Com a ordem de expulsão em mãos, chamei o Comissário Rui Dourado, entreguei-lhe o documento e disse-lhes: 'Vai à casa desse sem-vergonha e dá-lhe voz de prisão. Ele vai exibir-te um passaporte diplomático. Rasga-o, e joga-lhe os pedaços na cara. Depois disso, com os teus homens, faz uma busca minuciosa no apartamento e vê o que podes encontrar. Havia ouro no garimpo. Rui e seus homens encontraram farta messe de documentos comprometedores, inclusive o jackpot: longas listas, engenhosamente escondidas, com nomes e endereços de aliados e agentes brasileiros. No dia seguinte o Encarregado de negócios de Cuba apresentou-se no meu gabinete, pedido para ser recebido. Não o recebi. Chamei o Ouro-Preto, entreguei-lhe o dossier do caso, incumbi-o de mostra-lo ao cubano, e de adverti-lo de que, se houvesse uma só palavra de protesto da Embaixada, ou se esta deixasse filtrar o caso para os jornais, publicaríamos imediatamente os documentos – que continham detalhes saborosos. Surtiu efeito a advertência. A Embaixada Cubana não tuguu, nem mugiu, e a imprensa nada publicou (CORRÊA, 1995, p. 660-661).

Portanto, desde a década de 1930, sabemos que Pio Corrêa integrou ativamente o universo não apenas diplomático, mas também policial e de espionagem. Mas o período mais fértil de sua carreira diplomático-policial começa na década de 1960, como conspirador. Deflagrado o golpe, horas depois Pio Corrêa recebeu uma missão por ele considerada como das mais espinhosas e para a qual foi designado diretamente pela cúpula do governo militar e do Itamaraty, na pessoa do então Chanceler Vasco Leitão da Cunha: atuar em nome do governo militar, junto à rede de relações que ele estabelecera em Montevidéu, quando lá servira, vinte anos antes. Em Montevidéu, ele explica que as amizades que fizera com militares daquele país tornou

singularmente facilitada a minha espinhosa missão como embaixador em um país que albergava centenas de refugiados políticos brasileiros, e virtualmente um Governo contra-revolucionário no exílio, empenhado, com tácito apoio de correntes políticas uruguaias, em promover atividades subversivas no Brasil. Muito me serviram em 1964 essas velhas relações de camaradagem, formadas no convívio diário de um quartel, nas provas hípicas, nas pistas de obstáculos (CORRÊA, 1995, p. 254-255).

Mas quando em abril de 1964, Pio Corrêa foi designado como agente *ad hoc* do governo militar no Uruguai, com o aval do Ministério das Relações Exteriores, as suas atividades a partir desse momento seriam de natureza absolutamente diferentes da idílica estada do diplomata na embaixada daquele país vinte anos antes. Agora, a sua tarefa nada tinha de inocente. De acordo com um ex-agente de operações secretas da *Central Intelligence Agency* (CIA), as operações da ditadura militar em solo uruguaio, tinham em Pio Corrêa, de fato, o homem chave. No livro “Dentro da ‘Companhia’: diário da Cia”, Philip Agee apresenta o cenário que aguardava Pio Corrêa quando de sua indicação e desembarque no

Uruguai, no contexto das conversações frustradas da Missão Especial. Em seu relato, na forma de diário, método em que escreveu o livro devido às atividades simultâneas que então desenvolvia, o ex-agente da CIA declara que naquele instante

O governo brasileiro continua a nos pressionar no sentido de agirmos contra a possibilidade de Goulart, Brizola e outros exilados recomeçarem suas atividades políticas – embora permitindo a alguns asilados da embaixada uruguaia algumas saídas, o que por enquanto aliviou um pouco a tensão. Foi enviado para cá um representante²⁴ com a finalidade de fazer uma conferência com a imprensa e tentar estimular a ação de controle dos exilados. Contudo, os comentários do representante foram contraproducentes, porque, além de acusar os adeptos de Goulart e Brizola de conspiração contra o governo militar (através de movimentos estudantis, trabalhistas e governamentais no Brasil), ele também declarou que o Uruguai está infiltrado por comunistas e, portanto, passou a constituir uma ameaça para o resto do continente. O ministro das Relações Exteriores do Uruguai replicou mais tarde, dizendo que o Partido Comunista está legalizado no Uruguai, mas que o país não está dominado por ele (AGEE, 1976, p. 383-384).

Agee pondera então que:

As pressões exercidas pelo Brasil poderão vir a provocar reações negativas imediatas, porém, mais cedo ou mais tarde, os uruguaiois terão de assumir uma atitude semelhante de linha dura contra o comunismo, porque o país é bastante pequeno para resistir às pressões do Brasil (AGEE, 1976, p. 384).

A CIA acompanhava atentamente os movimentos do Brasil:

Como uma resposta – é o que suponho – à resistência de Holman²⁵ contra o encargo com exilados, a base do Rio decidiu enviar mais dois de seus elementos para a embaixada do Brasil aqui – além do adido militar, coronel Câmara Sena. Um deles é o funcionário de carreira de alto nível do ministério das relações exteriores do Brasil, Manuel Pio Correa (Sic), que virá como embaixador; o outro é Lyle Fountoura, protegido de Pio Correa, que será o novo primeiro-secretário. Até o mês passado, Pio era embaixador do Brasil no México, onde, de acordo com o currículo enviado pela base do Rio, demonstrou muita eficiência nas tarefas operacionais para a base da cidade do México. Contudo, como o México não reconheceu o novo governo militar do Brasil, Pio foi chamado de volta ao país e a base do Rio de Janeiro providenciou para que fosse nomeado para Montevidéu, que no momento é o ponto em ebulição da diplomacia brasileira. Assim que chegarem os novos elementos do corpo diplomático, Holman entrará em contato com Pio, enquanto O'Grady²⁶ se encarregará de entrevistar-se com Fontoura. De uma forma ou de outras, a base do Rio está decidida a elaborar operações contra os exilados, e – ao que parece – Pio é o homem indicado, pois tem perseverança suficiente para manter as pressões sobre o governo uruguaio (AGEE, 1976, p. 384).

²⁴ Provavelmente, o representante em questão devia ser um integrante da Comissão especial, que como vimos não obteve os resultados esperados pelos militares, sendo depois substituída pelo grupo coordenado por Pio Corrêa, após a indicação desse para a chefia da embaixada do Brasil em Montevidéu.

²⁵ Ned P. Holman, de acordo com Agee, era Chefe de Base, da CIA, em Montevidéu, e mais tarde chefe de base da Cia na Guatemala (AGEE, 1976, p. 621).

²⁶ Gerald O'Grady, segundo Agee, era subchefe de base, da CIA, em Montevidéu (AGEE, 1976, p. 627).

Os militares de fato escolheram o indivíduo mais adequado para tratar do assunto dos exilados no Uruguai. Os contatos militares que Pio Corrêa possuía nesse país eram de tal ordem que lhe permitiram montar, “por fora dos caminhos ortodoxos da diplomacia, uma preciosa e poderosa rede de apoios, que quando necessário pressionava o Governo Central em Montevideu” (CORRÊA, 1995, p. 256). Um exemplo das atividades extra-diplomáticas a que Corrêa se refere é este: em razão de certa instabilidade política interna, vivida pelo Paraguai, foi detectada na fronteira entre a Argentina e esse país a concentração de opositores da ditadura Stroessner. Pio Corrêa conta então que:

(...) fizemos algumas gentilezas ao Governo do Paraguai. Por exemplo, foram instaladas metralhadoras nas asas de aviões de instrução AT-6 paraguaios que vinham receber manutenção no Parque de Aeronáutica de São Paulo. Isso não os transformava decerto em outros tantos Spitfires, mas justamente sua pouca velocidade fazia deles aviões de combate ideais para atacar forças terrestres, voando rente ao solo e metralhando homens e viaturas. Como uma gentileza nunca se deve fazer pela metade, fornecemos também uma grande partida de munição de calibre .50 para aquelas metralhadoras (CORRÊA, 1995, p. 621).

Recordando suas práticas como diplomata junto aos meios militares brasileiro e estrangeiro, Pio Corrêa fornece detalhes de seu desempenho, oficial e clandestino, na monitoração de exilados políticos no Brasil e no exterior. Comentando sua influência e atuação dentro do aparelho de repressão da ditadura, ele revela a extensão de sua influência ao afirmar que todos: “(...) órgãos atendiam a qualquer ‘Pedido de Busca’ de informações formulados por mim em minha qualidade de Vice-Presidente da Junta Coordenadora de Informações” (CORRÊA, 1995, p. 657). Com efeito, é Pio Corrêa quem, pela primeira, faz referência a uma palavra que só muito mais tarde se tornaria umbilicalmente ligada aos atos do Itamaraty, enquanto tentáculo do regime de exceção. A palavra é encontrada na seguinte passagem das memórias de Pio Corrêa:

Os **informes** mais recentes sugeriam a hipótese de uma intenção, por parte de um grande numero daqueles refugiados políticos paraguaios, de tentar uma insurreição, invadindo o território paraguaio e marchando sobre Assunção (CORRÊA, 1995, p. 621 – o grifo é nosso).

Uma declaração dessa natureza, e apenas ela, dada a referência direta e inequívoca ao termo tantas vezes mencionado após 2007, mas até então jamais mencionado em seu significado técnico, já seria suficiente para justificar uma investigação sobre as práticas do Itamaraty, mas nada disso aconteceu.

Pio Corrêa chegou ao ponto de identificar pelo nome pessoas com as quais trabalhou em atividades de espionagem e monitoramento de opositores do regime militar, como é o caso

de Rui Dourado, “policial por vocação e amor ao métier” (CORRÊA, 1995, p. 657-658) - que poderia ter se dedicado à advocacia com sucesso, mas que a paixão pelas ações policiais o imantaram para as atividades de repressão junto a Pio Corrêa, estando permanentemente à disposição do embaixador em seu próprio gabinete, quando Secretário-Geral e, posteriormente, Chanceler interino. Mas como veremos, Dourado não é o único a ser mencionado por Pio Corrêa.

Concluimos assim que entre o final dos anos 1950 e 1963, o Itamaraty não só já se comportava de forma destoante em relação à democracia, como também intensifica gradativamente contatos nunca interrompidos com os meios civis e militares favoráveis a soluções de força. O próprio Pio Corrêa declara que:

O que não me faltou nesse tempo, como nunca faltou-me em toda a minha carreira, foi o apoio e a presença de meus amigos do Exército, e agora da ‘Comunidade de Informações’ (CORRÊA, 1995, p. 978).

Sempre próximo das lideranças da conspiração, e intimo da Comunidade de Informações desde os anos 1930, Pio Corrêa era constantemente homenageado, como por ocasião de um almoço oferecido a ele na Escola de Estado Maior do Exército

onde eu fora tantas vezes, antes da Revolução, confabular com o seu então Comandante, general Jurandir Bizarria Mamede, sobre as possibilidades de derrocamento do Governo João Goulart (CORRÊA, 1995, p. 978-979).

Por uma ironia algo cruel, Pio Corrêa confidencia que em 1952 recebeu a visita do futuro Presidente da República, João Goulart, que

veio sondar-me para saber se eu gostaria de ser Consul-Geral em Montevidéu. Em Montevidéu! Mal sabíamos nós, ele e eu, que doze anos mais tarde estaríamos ambos lá, ele como asilado político, Presidente deposto, fugitivo; e eu, Embaixador do Brasil, mandado lá pelo Governo Revolucionário para vigiá-lo e cortar as vasas a qualquer projeto seu de contra-revolução no Brasil (CORRÊA, 1995, p. 364).

De fato, Montevidéu é elo fundamental, desde a Missão Especial, para entendermos o papel do Itamaraty, através das práticas de seus agentes, cuidadosamente descritas nas memórias de Pio Corrêa. Recordando o objetivo que o levou à Montevidéu ele escreveu:

A minha missão como embaixador do Brasil em Montevidéu, para a qual fui designado quando achava-me no Viet-Nam, estava perfeitamente definida: seria meu dever conseguir que o Governo do Uruguai impusesse aos asilados brasileiros naquele país a estrita observância das regras do asilo político, ditadas pelo Direito Internacional; essencialmente, a abstenção de toda e qualquer atividade política, bem como de atitudes públicas de hostilidade dirigidas contra o Governo de seu próprio país (CORRÊA, 1995, p. 847).

Conhecedor da acolhida natural que brasileiros e uruguaios dispensam-se mutuamente, movido pelo *habitus* que revestia sua condição e permitia sua atuação *ad hoc* naquele momento, Pio Corrêa recordaria mais tarde que uma vez tendo sido designado para cuidar do problema dos asilados políticos naquele país

seria um imbecil se iniciasse a minha missão protestando contra isso. Não; o que me interessava seria uma 'diplomacia de resultados', cobrando rigidamente do Governo uruaio o cumprimento das normas de asilo, mas sem dar a menor mostra de surpresa ou de indignação, nem mesmo de parecer notar nada de extraordinário, contanto que os deslizes fossem remediados dali por diante (CORRÊA, 1995, p. 848).

Devemos entender declarações desse tipo como indicador adicional de que uma das características do *habitus* diplomático é poder contar com agentes que são protótipos do Discreto, aquele indivíduo típico ideal que se acomoda às circunstâncias de forma mimética, por temperamento, ou estudado cuidado pessoal, e que segundo Baltasar Gracián - teórico que influenciou as práticas dos primeiros cortesãos - constitui vetor da “Gran arte de ganar a todos, porque la semejança concilia benevolência” (GRACIÁN, 1995: 145; GRACIÁN, sd: 105). Com efeito, por esse entendimento infere-se que há pelo menos duas formas de se obter de um indivíduo comportamentos por *habitus*: por propensão natural e por cuidado (auto-coerção estudada). No entanto, há ainda algo nessa questão a ser levado em conta: em certas situações, propensão natural e auto-vigilância são procedimentos limítrofes, que podem e decerto permitem uma convivência bastante harmoniosa, porque “o cuidado pode fazer do hábito uma segunda natureza” (GRACIÁN, sd: 50; EGIDO, 1997, p. 22-23). Mediante tal discrição, o diplomata, aos poucos, incorpora práticas que constituem o resultado da correlação entre vocação e circunstância, possibilidade que lhe permite reger-se não pela reposição de um caso específico a regras ditadas *ex-ante*, mas sim mediante uma dinâmica que promove o encontro e interação diretos entre caso (situação) e caso (procedimento).

Portanto, mediante tal disciplina incorporada o embaixador colocou em prática o melhor das múltiplas combinações a que se presta o *habitus* diplomático: cultivando ações e omissões por oportunismo tático. Resguardado sob o manto da prudência e do senso de oportunidade que o *habitus* acaba por conferir a esse tipo de agente, ele protegia assim o essencial de sua capacidade e autotomia relativas, sob uma inércia que se revelava no momento adequado a atingir os objetivos que o levaram ao Uruguai. Recordando esses dias, Corrêa reconstitui o périplo entre suas conversas com os líderes da revolução e os procedimentos a serem adotados em Montevideu:

Conferenciei com o Ministro [Vasco Leitão da Cunha]; conferenciei com o General Golbery; mas as minhas instruções finais vieram-me diretamente do Presidente da República, em audiência no palácio das Laranjeiras. Nessa entrevista o Marechal Castello Branco honrou-me com a manifestação de sua absoluta confiança, e como prova disso deu-me expressamente carta branca; foram essas suas próprias palavras, para a conduta de minha missão. Disse-me que o Comando do III Exército, cuja área recobria o Rio Grande do Sul, receberia instruções para articular-se comigo em tudo o que dissesse respeito a problemas relacionados com a linha de fronteira; devendo aquele comando instruir no mesmo sentido as três Divisões de Cavalaria postadas ao longo da fronteira (CORRÊA, 1995, p. 848-849).

Vemos assim, em plena sintonia, o encontro entre campos, conforme vimos, cujos agentes eram considerados pelo Barão do Rio Branco irmãos siameses, por considerá-los as colunas fundamentais do Estado: diplomatas e militares (MENEZES, 1997, p. 15). Um exemplo dessa sintonia é essa declaração de Pio Corrêa, logo após ter se entrevistado com Castello Branco:

Carta branca teria eu igualmente na escolha dos colaboradores que quisesse levar comigo para Montevideú, bem como para a dispensa daqueles ali lotados cujos serviços não me conviessem. Que eu saiba, nenhum Chefe de Missão brasileiro partiu para assumir o seu posto munido de mais amplos poderes – a não ser o Visconde do Rio Branco, naquele mesmo posto de Montevideú onde eu teria a honra de ser o seu longínquo sucessor (CORRÊA, 1995, p. 849).

Mas antes de partir para o Uruguai, ele teve

o cuidado de fazer uma visita ao Rio Grande do Sul. Fui esperado pelo Governador do Estado em pessoa: eloqüente indicação da importância atribuída pelo Rio Grande do Sul à Embaixada do Brasil no Uruguai (CORRÊA, 1995, p. 849).

Levando-o pessoalmente ao Palácio, o governador Meneghetti informou-o

que tanto a Polícia Civil como a Brigada Militar do Estado agiriam em estreita ligação com a Embaixada do Brasil em Montevideú no tocante à vigilância do trânsito pela fronteira e quanto a possíveis atividades subversivas fomentadas desde o território uruguaio. Para assegurar aquela ligação, designou um veterano Delegado da Polícia, que eu conhecia bem porque Baptista Luzardo, quando Embaixador do Brasil no Uruguai, o levava consigo para Montevideú (CORRÊA, 1995, p. 849).

Anunciando a chegada de Pio Corrêa ao teatro de operações do regime militar no Uruguai, Philip Agee relatava à CIA que:

Manoel Pio Corrêa, o novo embaixador do Brasil, chegará amanhã [a Montevideú]. Ele está visitando as unidades militares brasileiras ao longo da fronteira uruguaio-brasileira durante a sua viagem para cá. Holman vai entrar em contato com ele ainda esta semana (AGEE, 1976, p. 399).

De fato, sugerindo procedimento típico da técnica que empregava por fora dos caminhos normais da diplomacia, técnicas que caracterizariam as atividades do embaixador

durante todo o ciclo militar, Pio Corrêa deixa escapar uma informação importante, após uma dessas peregrinações pela fronteira: “O Delegado Mandarino era, pois, de longa data, ‘vaqueano’ da Banda Oriental e tinha bons contatos na Polícia uruguaia” (CORRÊA, 1995, p. 849). Esse tipo de trânsito de indivíduos com afinidades eletivas sugerem as condições objetivas que permitiram o fluxo de informações que configurariam atividades de grande envergadura num futuro não muito distante: a Operação Condor, responsável pela articulação de uma rede de monitoramento e perseguição de opositores políticos das ditaduras que se sucediam na América Latina (MARIANO, 2003; DINGES, 2005; VERDUGO, 2007; JAKOBSKIND, 2007; FICO, 2008;). Nesse sentido, Pio Corrêa confessa que

Foram aliás essas antigas amizades preciosos apoios para mim em minha missão. O Chefe do Cerimonial que esperava-me ao pé da escada do avião quando pus o pé em terra uruguaia era um velho amigo, daqueles tempos de vinte anos atrás. Minha primeira visita oficial depois de minha apresentação de Credenciais, foi à Academia Militar, a convite de seu Comandante, o General Santino Pomoli, que eu conhecera ainda Tenente do 1º Grupo de Artilharia no Quartel do Cerro, onde ambos convivemos diariamente durante três anos, meu companheiro e competidor de concursos hípicas, com quem durante três anos ‘charlei’, tomei copinhos de grapa e joguei truco no Cassino de Oficiais daquele Quartel – que hospedava principescamente meu bom tordilho ‘Barranco’; quartel no qual eu tinha então meu quarto, ordenança e cavalaria, acolhido como se fosse um de seus oficiais (CORRÊA, 1995, p. 851).

Afinidades eletivas e amizades cultivadas ao longo de vinte anos teriam, em pessoas como o então Coronel Santiago Pomoli, os elos fundamentais para as práticas do Itamaraty ao longo do ciclo militar, mediante procedimentos por dentro e por fora dos caminhos convencionais da diplomacia. Santiago Pomoli, declara Pio Corrêa

apoiou-me com esse prestígio, articulou dentro do Exército uruguaio uma corrente de opinião favorável aos objetivos da missão que me fora dada, que era a difícil empreitada de levar o Governo uruguaio a exercer uma estrita vigilância sobre as atividades dos asilados políticos brasileiros. O Comandante do regimento de Couraceiros da Polícia era um Coronel do Exército, que eu conhecera ainda Aspirante-a-Oficial no velho Quartel do Cerro. Através dele pude estabelecer laços cordialíssimos com o Chefe de Polícia – personagem-chave para os objetivos que eu me propunha (CORRÊA, 1995, p. 852).

O problema que o levava ao Uruguai foi assim formulado pelo próprio Pio Corrêa: “Quais eram as dimensões exatas do problema com que me defrontava, para dar execução cabal às minhas Instruções?” (CORRÊA, 1995, p. 853). Segundo ele, aproximadamente duas centenas de brasileiros teriam obtido asilo político no Uruguai. Esse duro núcleo político, organizado em torno do ex-Presidente João Goulart, do ex-Governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e do Almirante Candido Aragão, contava ainda com outras duas centenas de brasileiros que, embora não possuindo o *status* de asilados políticos iam e vinham livremente

entre o Brasil e o Uruguai, “trazendo e levando mensagens de ou para correligionários no Brasil. Os conciliábulos entre os asilados e os chamados ‘pombos-correio’ eram incessantes, e freqüentes as viagens de ‘pombos-correio’ de um país para outro” (CORRÊA, 1995, p. 854). Ainda segundo Pio Correa, para os contatos com o Brasil via fronteira, Jango dispunha, sob nomes supostos, de uma “pequena esquadrilha de aviões de turismo. Dispunha, outrossim, de uma larga brecha na fronteira para as comunicações com o Brasil” (CORRÊA, 1995, p. 856).

Jango, na opinião de Pio Corrêa, cometeu o erro de adquirir uma propriedade a uma pessoa chamada Fernando Osório: a vasta Fazenda Carpintaria, na divisa entre os dois países. Essa fazenda, entretanto, pertencia a um amigo de Pio Corrêa, despertando de imediato as suspeitas do embaixador por ficar “fácil imaginar o uso que poderia ser feito de tal propriedade, tanto mais quanto ela era parcialmente coberta de bosques, macegas, ramadas, próprios a dificultar a própria observação aérea”. Portanto, o primeiro objetivo do embaixador no Uruguai,

por ser o mais fácil, buscou imobilizar os aviões da ‘Esquadrilha Jango’. Minha intenção era fazer interditar os aparelhos coloca-los sob seqüestro das autoridades uruguaias, e isso acabei conseguindo mediante cuidadosa negociação, usando como argumento a comprovação da clandestinidade de seus vôos e a violação do espaço aéreo brasileiro por aviões de matrícula uruguaia (CORRÊA, 1995, p. 856-857).

Para dar cabal cumprimento às instruções que recebera, ou seja

conseguir que o Governo uruguaio encurralasse solidamente os asilados políticos brasileiros dentro dos estritos limites dos seus direitos e dos seus deveres na qualidade de asilados, imaginei uma estratégia baseada em alguns pontos de ordem tática. O primeiro ponto consistia em criar a ficção de que o ex-Presidente João Goulart respeitava plenamente os deveres de sua condição de asilado, não tinha qualquer atividade política, e consequentemente estava fora de causa (...) Outro ponto que fixe para minha ‘conduta do combate’ foi a determinação de manter uma inalterável serenidade e bom humor em minhas negociações com os Membros do Governo uruguaio, mesmo e sobretudo quando discutindo assuntos espinhosos. De princípio ao fim o meu lema foi: *suaviter in modo, fortititer in re* (...) O terceiro ponto capital de minha estratégia consistiu em buscar todas as ocasiões de entabular com o Uruguai negociações construtivas sobre assuntos de mutuo interesse, aliviando assim as tensões provocadas pela discussão do assunto contencioso relativo ao status dos asilados políticos (CORRÊA, 1995, p. 861-866).

Cumprindo o estipulado por si mesmo, Pio Corrêa cuidou em estabelecer uma rede de vigilância encarregada de monitorar os passos de João Goulart, dia e noite. Porque para ele, Jango

não seria político, e não seria gaúcho, se, a poucas léguas de sua terra natal e de seus partidários, não mantivesse com estes contato e correspondência clandestinos, não expedisse e recebesse ‘pombos-correios’. Para isso ele havia, até, obtido os seus

quatro aviões. Era verdade, no entanto, que a sua atividade política não tinha nada de frenético, o que seria estranho à sua natureza cautelosa e indolente (CORRÊA, 1995, p. 862).

Corrêa, por esse comportamento, ao mesmo tempo em que poupava Jango e o Governo uruguaio, estabelecia uma estratégia adicional: equacionar junto ao governo brasileiro uma política de concessões econômicas especiais ao Uruguai, a qualquer custo, ao mesmo tempo em que alvejava e fustigava impiedosamente os outros asilados políticos. Em suas próprias palavras: “(...) convinha-me a mim: sustentar a ficção de um Jango respeitoso das leis do asilo e não causando qualquer preocupação ao Governo brasileiro, e isso por duas razões” (CORRÊA, 1995, p. 862) - a primeira delas

era que, ao atacar o tema ‘Jango’, ao exigir do governo uruguaio providências restritivas das suas atividades, eu estaria em terreno sumamente ingrato, e colocaria aquele governo em uma posição extremamente molesta. Afinal, o mesmo Governo mantivera por vários anos relações amistosas com o de Jango, tivera neste o seu máximo interlocutor no Brasil. A presença do ex-Presidente em Montevideu já era suficientemente incômoda para o Governo Oriental, sem que eu a tornasse mais incômoda ainda por exigências desagradáveis, que poderiam até provocar reação negativa. Ao colocar deliberadamente Jango fora da causa, eu livrara o Governo uruguaio de um aperto e ganhava espaço para atacar com energia a situação dos outros asilados, a começar pelo ex-Governador Leonel Brizola – que loquaz, audaz, com têmpera e fibra de caudilho, polarizava as atividades ostensivas e não ostensivas de seus companheiros, tanto no Uruguai como no Brasil (CORRÊA, 1995, p. 862).

A segunda razão do embaixador foi a seguinte:

bem ou mal, João Goulart havia sido o Presidente constitucional do Brasil, e, no meu conceito, ficaria mal a um Embaixador do Brasil trata-lo como um foragido à Justiça. Por isso, ao falar dele com autoridades, nunca me referi a ele senão como el Señor Presidente João Goulart. Uma vez, mesmo quando o Ministro do Interior do Uruguai, não suportando mais, embora pouco simpático à causa que eu defendia, a pressão constante e crescente que eu sobre ele exercia, resolveu-se enfim, para ver-se livre de mim, a baixar uma Portaria obrigando todos os asilados políticos brasileiros a apresentar-se semanalmente à Delegacia de Polícia do lugar de seu domicílio – voei para o Ministério do exterior para exigir formalmente que aquela medida, que eu aliás não pedira, não se aplicasse al Señor Presidente João Goulart. Eu estava assim também de certa forma retribuindo a generosidade de Jango, que, sabendo de minha hostilidade à sua polícia, nunca havia permitido que eu fosse molestado no meu posto no México. Nossas relações, em Montevideu, assumiram assim um caráter algo pitoresco, e que dificilmente creio eu, existiria em circunstâncias idênticas entre cidadãos de outro país que não o Brasil (CORRÊA, 1995, p. 862-863).

Mediante tais práticas, Pio Corrêa dispensava ao ex-Presidente o que poderíamos chamar de tratamento vip; mas paralelamente aplicava a terceiros medidas dignas da Inquisição, estendendo sorrateiramente seus tentáculos para além do Uruguai e da pessoa de Jango e assim atingindo até mesmo o cidadão mais simplório de espírito que inadvertidamente ousasse cruzar-lhe o caminho. Sendo assim, três exemplos demonstram

como o *habitus* diplomático atua mediante práticas que combinam na dose certa ação e omissão. O primeiro exemplo, nas palavras do próprio Pio Corrêa:

Um dia, a Embaixada de Berna avisou-me de que Jango, ainda ao tempo em que era Presidente da República, havia comprado na Suíça, em regime de franquia de impostos, um automóvel de fabricação alemã; mas que, com o turbilhão dos acontecimentos subseqüentes, havia-se esquecido de retirar o carro da área alfandegária suíça. Se não o fizesse prontamente, o veículo ia ser vendido em leilão. À vista disso telefonei pessoalmente a Jango, avisando-o do que acontecia. Ele agradeceu-me profusamente e pediu-me que avisasse a Embaixada em Berna de que providências seriam tomadas imediatamente – o que fiz (Corrêa, 1985: 863).

No segundo exemplo, Pio Corrêa explica que:

Por incrível que pareça, costumavam chegar à Embaixada, e até com certa frequência, cartas dirigidas ao ex-Presidente João Goulart. Essas cartas eu fazia prontamente encaminhar a Jango, sem abri-las; não por escrúpulo, mas porque o raciocínio mais elementar indicava que só pessoas muito simples, e mesmo muito simples de espírito, poderiam dirigir ao ex-Presidente cartas endereçadas ‘aos cuidados da Embaixada do Brasil’- cujo primeiro cuidado era precisamente vigiar o destinatário. Essas cartas eram portanto levadas ao apartamento de Jango por meu próprio motorista; e bem cedo Jango acostumou-se a mandar entrar o portador, pedir-lhe notícias minhas e mandar-me seus agradecimentos (CORRÊA, 1995, p. 863).

O embaixador chegou ao requinte de, certa noite, já tarde, ao ser “informado de que a filha de Jango, muito pequena ainda, fora atropelada por um automóvel e estava hospitalizada [resolver]:

No dia seguinte, madruguei no Hospital para saber notícias da menina. Jango, que passara a noite lá, veio ao meu encontro, ainda em robe-de-chambre, e fez-me entrar para uma pequena sala, onde conversamos. Seguiu-se então uma série de cenas de alta comicidade. A cada dez minutos, entreabria-se a porta da sala onde estávamos, e surgia a cabeça de um asilado político brasileiro, que reconhecia-me com a mais visível surpresa, e logo retirava precipitadamente a cabeça e fechava a porta. Esta cena repetiu-se várias vezes até que assomou à porta por sua vez um concunhado de Jango – não Brizola, o outro, cujo nome não lembro. Esse, ao abrir a porta e reconhecer-me, ficou imóvel de espanto, como se houvesse contemplado a cabeça de Medusa. Jango riu-se, e chamou-o: ‘Entra’, disse-lhe, ‘está aqui o Embaixador Pio Corrêa, que é meu adversário político mas meu amigo particular (CORRÊA, 1995, p. 864).

O aspecto que chama a atenção neste episódio é a proximidade entre o *habitus* diplomático e aquele que revestia o ser político que, nesse momento, revelava-se em toda sua plenitude em João Goulart. Mas o *habitus* diplomático é, por assim dizer, feito de matéria mais dura. Em sua tática de acuar a vítima mediante o estabelecimento do que podemos chamar de movimentos em círculo concêntrico, Pio Corrêa revela que:

Outro ponto que fixei para minha ‘conduta do combate’ foi a determinação de manter uma inalterável serenidade e bom humor em minhas negociações com os Membros do Governo uruguaio, mesmo e sobretudo quando discutindo assuntos

espinhosos. De princípio a fim o meu lema foi: *suaviter in modo; fortiter in re*. Eu compreendia quanto era molesta a situação daquele Governo, de abrigar em seu território o que se assemelhava muito a um 'Governo brasileiro no exílio', e tentar ao mesmo tempo manter relações normais com o novo Governo brasileiro, reconhecido como legítimo pelo Uruguai. Nesse difícil terreno eu procurava chegar aos meus coloca-los, tanto quanto possível, diante de posições cominatórias (CORRÊA, 1995, p. 864).

A expressão latina *fortiter in re, suaviter in modo* traduz-se como “com firmeza na ação, mas com suavidade no modo”. Observe-se, entretanto, que Pio Corrêa inverte a sentença, que constitui uma das regras da Companhia de Jesus, e que tem sua origem nas palavras de Cláudio Acquaviva, Geral da Companhia: “mão de ferro em luva de veludo, com bondosa severidade”²⁷. De modo que o fato de o diplomata manter, nessas ocasiões, inalterável serenidade, constitui informação importante, não em relação à prática propriamente dita, mas às condições de possibilidade que a revestem, permitindo ao agente o adequado cumprimento de tais auto-disposições e sugerindo assim o motivo da desenvoltura que lhe permite atuar mediante práticas que dispensam auto-vigilância permanente e que lhe proporcionam o ânimo necessário à realização de objetivos que dependem de contextos incertos. Com efeito, após um longo período, o momento propício para que Pio Corrêa começasse a fechar o cerco sobre Jango (*fortiter in re*) apresenta-se inesperadamente quando:

arribaram a Montevideu, procedentes do México onde haviam recebido asilo político, dois cidadãos brasileiros de nome Almino Afonso e Max da Costa Santos, que vinham reunir-se a Jango. Passado algum tempo, o Chanceler Zorrilla de San Martín chamou-me ao Ministério do exterior e comunicou-me, com a mais santa simplicidade, que aqueles dois cidadãos haviam solicitado asilo político no Uruguai e que o Governo uruguaio havia decidido conceder-lhes o asilo impetrado.

Pio Corrêa conta que desta vez

o bom Chanceler, com quem eu mantinha as relações mais amistosas, deve ter tido a sensação de haver riscado um fósforo em cima de um barril de pólvora. Disse-lhe sem circunlóquios que o Governo brasileiro não toleraria a concessão daquele asilo, o qual constituiria uma aberração jurídica, pois o asilo político 'não é como uma casa de caramujo', que é carregada às costas de um lado para o outro; que o asilo político em uma embaixada, segundo praticado na América Latina, é concedido quando existe perigo real ou presumido, clear and present danger, para a vida ou a liberdade de pessoas outras que criminosos comuns; que o governo mexicano usando esse direito de abrigo abrigara em sua embaixada no Rio de Janeiro as pessoas em questão; o governo brasileiro respeitando aquele direito, fornecera laissez-passer àquelas pessoas para que se transferissem para o México, onde as mesmas haviam efetivamente chegado e residido na situação de asilados políticos (...) dois dias depois o Chanceler chamava-me novamente e comunicava-me que o Governo uruguaio resolvera expulsar do país aquelas duas aves de arribação (CORRÊA, 1995, p. 865).

²⁷ Consultar: Frases Latinas – Fabarum arrosor. In: <http://www.espanolsinfronteras.com/LenguaCastellana/RD05-FrasesyCitasLatinas06.htm>. Última consulta: 20 de dezembro de 2009.

O embaixador não esconde sua satisfação com os resultados que levava a bom termo sua técnica de combate à subversão; sua surpresa é um importante indicador de que certas práticas geram não apenas condutas, mas condutas com conseqüências congruentes aos objetivos do campo da qual emanam, e que nem sempre integram os cálculos do agente, como o próprio Pio Corrêa declara:

Eu não esperava tanto: bastava-me que fosse negado o asilo; mas se assim decidira o Governo uruguaio, então que assim fosse. As duas aves em questão foram cantar em outra freguesia; a saber, no Chile. Jango importou-se tão pouco com a partida dos seus fieis escudeiros que dois dias depois do embarque de Almino Afonso enviou-me à Embaixada um emissário, para cumprimentar-me de sua parte e agradecer a minha visita à sua filha no Hospital Americano (CORRÊA, 1995, p. 866).

Nos bastidores, um outro Pio Corrêa, colérico, exibia a face oculta do regime, aquela que apenas o *habitus* diplomático era capaz de ocultar: durante um encontro que manteve com o presidente do NCG (Conselho Nacional de Segurança) órgão secreto da CIA, Pio Corrêa “tentou estimular uma ação imediata em função de seu recente (e décimo quarto) pedido de expulsão dos exilados” Almino Afonso e Max da Costa Santos (AGEE, 1976, p. 415). Em resposta à não expulsão dos dois exilados, de acordo com Agee “pode-se contar com uma intervenção militar por parte do Brasil” (AGEE, 1976, p. 409; 413). Mas isso não seria necessário: nas recâmaras do próprio governo Uruguaio, Pio Corrêa contava com um aliado de peso, o Ministro dos Negócios Internos do Uruguai, Adolfo Tejera, colaborador direto da base da CIA em Montevideú (AGEE, 1976, p. 632). Tejera, relata Agee, “está estudando o caso, enquanto Holman o pressiona para que expulse os indesejáveis” (AGEE, 1976, p. 408).

Diante desses detalhes, apenas hoje possíveis de serem mapeados e articulados de forma compreensível, temos a demonstração indubitável - sociologicamente falando – de que, exceto nas disposições por *habitus*, ninguém é capaz de representar um papel por tanto tempo sem deixar pistas que apontem as incongruências entre papel e representação. Tal verdade sociológica, portanto, apenas comprova, adicionalmente, que só a existência de um *habitus* específico [*habitus* diplomático] é capaz de explicar o fato de o Embaixador conseguir manter impassível essa sua conduta do combate até o desfecho almejado, mediante uma linearidade comportamental inalterável, ainda que por adaptação, do começo ao fim do processo. Essa conduta confirma, portanto, o fato de que, não por acaso, *habitus* constitui fato sociológico também definido como gramática geradora de condutas ajustadas porque flexíveis, de modo que o terceiro

ponto capital de minha estratégia consistia em buscar todas as ocasiões de entabular com o Uruguai negociações construtivas sobre assuntos de mútuo interesse,

aliviando assim as tensões provocadas pela discussão do assunto contencioso relativo ao status dos asilados políticos (CORRÊA, 1995, p. 866).

E assim, na busca de oportunidades

para um diálogo mais ameno encontrei decidida e preciosa cooperação de parte de dois Ministros: o das Obras Públicas, Isidoro Vejo Rodriguez, e o da Agricultura, Wilson Ferreira Aldinate. Na alçada de suas respectivas pastas não faltavam assuntos para úteis negociações (CORRÊA, 1995, p. 866).

Frente a tal oportunidade de concluir com sucesso a tarefa secreta que o levava ao Uruguai, Pio Corrêa dirigiu-se ao Rio de Janeiro e expôs

veementemente o assunto, e a necessidade de boas comunicações terrestres com o Uruguai, ao Ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil, que era o digno Marechal Juarez Távora, muito meu amigo desde a Alemanha onde nos havíamos encontrado todos os anos durante cinco anos. O Marechal levantou-se de sua mesa de trabalho e levou-me pelo braço até a Divisão no Orçamento do seu Ministério, onde os burocratas de serviço provaram-me por a mais b, ou melhor, por a menos b, que o Ministério só dispunha de naquele ano de recursos para pavimentar um quilômetro e meio de estrada onde quer que fosse. 'Pois então', disse eu ao Ministro, vamos buscar dinheiro, inventar dinheiro, roubar dinheiro, estourar verbas, mas temos que começar este ano ainda a pavimentação, e boa vizinhança, dos dois trechos, do Taim a Santa Vitória do Palmar e de Santa Vitória ao Chuí (CORRÊA, 1985: 868).

E assim foi feito:

contra toda expectativa razoável. Fui ao Ministro da Fazenda, que era um santo e um gênio, Octávio Gouvêa de Bulhões, fui ao Ministro do Planejamento, que era Roberto de Oliveira Campos, claro e claro espírito, fui ao Presidente Castello Branco; todos deram-me apoio. Fizeram-me descobrir um órgão até então para mim pouco familiar, o 'GEIPOT' - Grupo Executivo para os Transportes, sobre cujo setor rodoferroviário reinava um grande engenheiro, Lafayette Prado (...) Com a cumplicidade de Lafayette (abençoado seja!) foi possível arquitetar à margem do Orçamento da União e da lei, um 'Plano de Rodovias Multinacionais' que se tornaram realidade com milagrosa presteza (Corrêa, 1995, p. 868).

De volta ao Uruguai, o embaixador encontraria o General Betancourt, que ele conhecera ainda tenente e “cuja amizade constituiu para mim um precioso apoio no desempenho de minha missão” (CORRÊA, 1995, p. 883). E revela abertamente: “Com efeito, o apoio tático das Forças Armadas do Uruguai era-me essencial para o desempenho da parte mais espinhosa de minha missão, o seu segundo lance, no qual era certo para mim encontrar grandes resistências nos meios políticos e no próprio Governo” (CORRÊA, 1995, p. 883). As ordens que Pio Corrêa recebera era “obter do Governo uruguaio a internação do ex-Governador Leonel Brizola por medida administrativa, isto é, o seu confinamento em lugar distante de Montevideu, onde o ex-Governador ficasse sob vigilância permanente” (CORRÊA, 1995, p. 883). Pio Corrêa reconhecia que essa “ordem continha, evidentemente,

um potencial explosivo muito considerável, que eu não queria arriscar-me a deflagrar senão quando estivesse muito seguro do meu terreno”. Apresentar uma exigência dessa natureza seria,

para o Governo Oriental, uma pílula dura de engolir, e uma recusa de sua parte não era impossível, sob a pressão de uma parte da opinião pública e da exaltação dos meios sindicais e estudantis contra o ‘Governo militar e reacionário’ do Brasil (CORRÊA, 1995, p. 883).

Diante dessa possibilidade, ponderava Pio Corrêa:

na hipótese da recusa de uma medida que, sem dúvida, apresentaria um aspecto bastante impopular e implicaria um sério risco político para o Governo, ficaria criada entre os dois países uma crise inextricável, com o enorme Brasil figurando na posição antipática, e mesmo odiosa perante a opinião mundial, de pretender violentar a vontade e a soberania de um pequeno Estado vizinho (CORRÊA, 1995, p. 882-883).

Nesses momentos de análise a frio, o lado mais sombrio do *habitus* diplomático às vezes leva Pio Corrêa a recorrer a imagens cuja morbidez surpreende. Para ele, frente a esse impasse, restava apenas proceder inspirado por visões assim: “Peixe grande, diz o rifão, ‘come-se aos pedaços’. Resolvi, usando da ‘carta branca’ que me dera o Presidente Castello, protelar o cerco enquanto isso, mas com toda a prudência de um dentista evitando tocar no nervo do dente que está obturando” (CORRÊA, 1995, p. 883). Por apertar o cerco Pio Corrêa entendia

aplicar o segundo ponto das ‘normas táticas’ que me havia proposto, a saber, explorar todas as oportunidades da conclusão de acordos sobre assuntos de interesse do Uruguai, criando meios para uma útil colaboração entre os dois países, consolidando a amizade entre ambos, e aplainando os caminhos para o entendimento mais difícil (CORRÊA, 1995, p. 883).

Não esqueçamos: desde a visita da Missão Especial, que antecedeu em poucas horas a outra Missão, a de Pio Corrêa, que o Uruguai não era insensível a tais entendimentos. Especialmente quando estavam em jogo aspectos de longo prazo como aqueles referentes aos interesses de infra-estrutura de um país pobre frente a outro Estado, com potencial suficiente para respaldar o primeiro, ajudando-o a efetuar negociações vantajosas. Porque a linguagem dos Estados é a diplomacia, linguagem que desconhece advérbios como nunca e sempre, evidência que se confunde com a própria dinâmica que constitui o *habitus* diplomático, essa propensão *ad hoc* que bem mereceria, por sua dinâmica singular, a designação adicional de atávica, exatamente porque membros dessa categoria atuarem mediante respostas não racionalizadas *ex-ante*, e práticas oriundas de uma disciplina específica a um campo cuja atuação em proceder frente ao imprevisível, de acordo com parâmetros e em situações,

ordinárias, ou excepcionais; permitidas, ou proibidas (BOURDIEU, 1977; BURKE, 1992: 34).

Assim, à medida que transações comerciais eram vantajosamente concluídas em favor do Uruguai, Pio Corrêa declara: “quando senti a atmosfera favorável e o terreno seguro sob os meus pés, é que pronunciei, mas nunca escrevi em Nota diplomática, a palavra ‘internação’” (CORRÊA, 1995, p. 889). Observe-se que era exatamente esse o termo utilizado pelos integrantes da Missão Especial, mas que Pio Corrêa procurou evitar, dissimulando, e assim procedendo por um senso de *timing*, de atitude em *stand by*, à espera do momento oportuno que lhe permitisse opor restrições interpretadas pelo governo uruguaio como necessárias e até justificadas, mas no tempo devido e de acordo com o oportunismo tático posto em prática mediante ações e/ou omissões que permitem ao diplomata, em sua prática profissional, proteger o essencial de suas capacidade e autonomia futuras, garantindo com isso o permanente, ao mesmo tempo em que não se compromete com o transitório. Sendo assim, ele declara que tal prática contou com um fato adicional a seu favor, que lhe “permitiu jogar com segurança o lance final, já com tantos trunfos do meu lado” (CORRÊA, 1995, p. 889). Corrêa refere-se a “dois episódios alheios à minha vontade, mas que assinalaram o momento propício para dar cumprimento às minhas instruções no assunto Brizola” (CORRÊA, 1995, p. 889). Ressalte-se, entretanto, que os dois episódios foram no mínimo bastante convenientes para ele. O primeiro

foi uma bomba colocada nas dependências da Embaixada, no Serviço de Promoção Comercial (SERPRO). Não causou vítimas, porque explodiu durante a noite, nem danos consideráveis; mas teve grande impacto no ambiente político do país, onde jamais se havia visto tal coisa. O Governo uruguaio apressou-se a enviar à Embaixada do Brasil o Chefe do Cerimonial para exprimir o seu pesar pelo atentado (CORRÊA, 1995, p. 890).

A responsabilidade pelo atentado foi assumida, em nota aos jornais,

por um grupo revolucionário que intitulava-se Los Tupamaros. As autoridades uruguaias desconheciam a existência de tal grupo, do qual ninguém até então havia ouvido falar, e pendiam por não acreditar na sua existência, suspeitando que o ato fora obra de asilados políticos brasileiros. Isso preocupou gravemente aquelas autoridades, que passaram a encarar mais seriamente as suas responsabilidades quanto à vigilância dos elementos brasileiros residentes no Uruguai (CORRÊA, 1995, p. 890).

O episódio finalmente resultou no pedido de internação de Brizola, ao que finalmente Pio Corrêa declarou “Estavam cumpridas ponto por ponto as minhas instruções, sem roçamento algum com o Governo uruguaio (CORRÊA, 1995, p. 892)”. Mas nesse momento, um aspecto da narrativa de Pio Corrêa chama atenção. Concluído o caso Brizola:

Dali por diante lancetado aquele tumor, a vida correu para mim amena e sem problemas no Uruguai, estava cercado por um excelente grupo de colaboradores, ao qual veio juntar-se, para cooperar com as autoridades uruguaias, o Delegado Rui Dourado, o excelente policial, meu amigo de muitos anos, que já havia ficado à minha disposição no Departamento Político do Itamaraty (CORRÊA, 1995, p. 892).

Aparentemente banal, tal declaração é na verdade bastante sintomática do que se passava nos bastidores: concluído o caso Brizola, Pio Corrêa recebe o reforço de Rui Dourado, que segundo o próprio embaixador fora ao Uruguai para colaborar com as autoridades locais. Estávamos longe ainda dos acontecimentos que culminaram no AI-5, mas mesmo assim é possível perceber que algo sombrio insinua-se na declaração de Pio Corrêa, e que nos parece ser a formação e lenta consolidação da máquina de repressão política ampliada, que entraria em vigor com força total e devastadora por todo o Cone Sul e mesmo para além dele, muito em breve. De fato, o episódio é no mínimo suspeito, mas explicável; e é o próprio embaixador que fornece uma pista do que se passava: “As Forças Armadas uruguaias vinham desde muito tempo simpatizando cada vez mais abertamente com as minhas posições e com o novo Governo do Brasil” (CORRÊA, 1995, p. 894). De modo que Pio Corrêa não tinha dúvidas de que naquele momento tinha

realizado tudo o que me fora ordenado e tudo o que eu mesmo havia-me proposto como objetivo de minha missão no Uruguai. As relações entre os dois países estavam estabelecidas no nível mais cordial e mais dinâmico que haviam conhecido nas décadas recentes. Até mesmo as medidas de Emergência adotadas pelo Uruguai para fazer face à situação de ‘comoção interna’ criada pelas atividades dos ‘Tupamaros’ e ‘Putamaras’²⁸ - atividades tão modestamente iniciadas com a inofensiva bomba contra a Embaixada do Brasil – lançaram a pá de cal sobre as esperanças ou projetos dos dissidentes brasileiros residentes no Uruguai (CORRÊA, 1995, p. 894).

Começava assim o período mais sombrio das práticas que podemos chamar de as operações negras a cargo do Itamaraty. A partir de então, segundo declaração do próprio ex-embaixador:

As questões externas envolvendo interesses da segurança nacional ficaram mais uma vez a meu cargo. Sempre que necessário participei das sessões do Conselho de Segurança Nacional; o antigo SFICI não existia mais, mas fora substituído pelo SNI, Serviço Nacional de Informações, chefiado pelo General Golbery do Couto e Silva com quem mantive um contato freqüente, ora visitando-o no Palácio das Laranjeiras, ora indo ele ao meu Gabinete, ora ainda encontrando-nos em Brasília (CORRÊA, 1995, p. 930).

²⁸ Pio Corrêa assim explica o significado da expressão Putamaras: “Como se sabe, aquele obscuro grupo de Los Tupamaros, que fez a sua estréia colocando a bomba no Serviço Comercial da Embaixada do Brasil, transformou-se com o tempo em um forte movimento de guerrilha urbana, enraizado na juventude estudantil, com estreitas ligações com organizações congêneres no Brasil e na Argentina, e que acabou até desenvolvendo uma agressiva e militante ala feminina – inevitavelmente apelidada Las Putamaras pela verve cáustica do povo montevidense, em nada menos mordaz que a dos cariocas (CORRÊA, 1995, p. 891)”.

Tais entendimentos resultavam em posições estratégicas e táticas cuidadosamente estudadas, e firmemente implementadas, em relação aos aliados do bloco Comunista, e que são assim descritas por Pio Corrêa:

Com os soviéticos, normalmente os principais adversários de qualquer país Ocidental na guerra subterrânea da Informação e Contra-Informação, não tive maiores dificuldades, depois da advertência que amistosamente formulei ao seu Embaixador, de que se tivesse razões para expulsar do país algum dos seus colaboradores, ele próprio seria expulso também como *persona non grata* (CORRÊA, 1995, p. 930).

Quanto a Cuba, que

no passado fora uma pedra no meu sapato, a ruptura de relações diplomáticas em 1964 viera resolver grande parte do problema, sem prejuízo nenhum para o Brasil, pois realmente não tínhamos nenhum interesse em manter relações com um país cuja expressão econômica e cultural, depois do naufrágio de sua indústria açucareira, e o fuzilamento ou o êxodo em massa de sua população pensante, resumia-se essencialmente em uma concentração de cassinos e de bordeis a serviço de ocupantes soviéticos (CORRÊA, 1995, p. 930).

Já no que diz respeito a qualquer suspeito, fosse brasileiro ou estrangeiro, Pio Corrêa muito candidamente declara que tais indivíduos “estavam agora muito mais estreitamente vigiados, pela gente do General Golbery, do que jamais haviam estado sob outros Governos” (CORRÊA, 1995, p. 930). Esses fatos indicam que tais estruturas de Estado encontram-se desde sempre prontas a acionar o *habitus* que as reveste. Um exemplo didático sobre o funcionamento *interna corporis* do Itamaraty é fornecido por Pio Corrêa, mediante um comentário que demonstra a atemporalidade dos radicais sociológicos e das práticas dessa instituição: o cargo de Secretário Geral, equivalente, segundo ele, ao Bastão de Marechal da carreira, demonstra, mediante o comportamento dos que o ocupam, não apenas a condição do cargo, mas principalmente a essência e o significado da carreira para todo diplomata, especialmente por declarar permanentemente as razões do campo, em relação a outros campos, principalmente os governos e os indivíduos *outsiders* que o constituem. Palavras de Pio Corrêa:

O Visconde de Cabo Frio exerceu a função [de Secretário Geral do Itamaraty] por várias décadas, no Império e na República, atravessando impávido os vários regimes e as peripécias da vida nacional. Quando não gostava do Ministro do momento, fechava-se no seu Gabinete – agora meu Gabinete – e dizia aos que lhe perguntavam a razão daquele isolamento: ‘Estou esperando que essa gente vá-se embora’. E assim era: os Ministros iam-se, e o Visconde ficava. Ficou até o tempo do Barão do Rio Branco, que o tratava com extrema deferência, cuidadoso em não ferir a susceptibilidade do velho e exemplar funcionário (CORRÊA, 1995, p. 935).

Numa ocasião, o também embaixador Mauricio Nabuco, assim explicou o que diferencia os políticos profissionais dos diplomatas, os *outsiders* e os *insiders* consumados, que são os agentes permanentes de Estado:

É natural que a verdadeira vocação política não procure carreiras de acesso; a militar, tanto quanto a diplomacia, tem em seu bojo fermentos prejudiciais à formação do espírito para a vida pública. O sucessor de Rio Branco engenheiro militar, era homem de aguda visão política, mas nem por isso escapou ao célebre ditado: *Persone n'a de secrets pour son valet de chambre* (NABUCO, p. 1955, 31).

A vida pública, portanto, compreende, no entendimento do filho de Joaquim Nabuco, um mesmo fenômeno, porém composto por duas camadas: a camada exotérica, manifesta, a ser exibida na *Ágora*, mediante a retórica que caracteriza o político profissional; e a camada esotérica, para a qual apenas poucos espíritos estariam preparados.

Incorporada, tal assimilação declara, portanto, essa inércia que sugere a forte disciplina que emana desse campo, e que explica, ou pelo menos ajuda a entender, o que faz com que procedimentos de quaisquer ordens sejam acatados e seguidos *incontinenti* pelo corpo diplomático, *sina ira et studio*. Como por ocasião do pente fino montado e dirigido desde dentro pelo Ministério, em relação a brasileiros e estrangeiros, a partir do momento em que Pio Corrêa passa a representar o Itamaraty no Conselho de Segurança Nacional. O funcionamento do Itamaraty nesse momento demonstra cabalmente a disciplina que nivela o corpo diplomático e que constitui sua marca *sui generis*. Vigilante a respeito da entrada no Brasil de indivíduos provenientes de Cuba, o corpo funcional do Ministério passou a observar, desprovido de crítica e rigorosamente, um sistema inédito de controle de passaportes, concebido por Pio Corrêa, nos seguintes termos:

Estimando que aquelas peregrinações 'ad limina barburorum' [de brasileiros entre Brasil e Cuba], se ouse assim profanar o latim, não consultavam o interesse nacional, resolvi que todos os passaportes brasileiros expedidos de então em diante levariam um carimbo, em grandes letras vermelhas, com os dizeres: NÃO É VÁLIDO PARA CUBA – medida que desencadeou contra mim a ira de todos os meios esquerdistas, cujo duradouro rancor perseguiu-me por muitos anos (CORRÊA, 1995, p. 931).

Pio Corrêa revela que conhecia perfeitamente a rota normal adotada pelas presas que facilmente caíam nas mãos dos serviços de segurança, sem nem ao menos cogitar que o insuspeito Itamaraty estava por trás do rastreamento que os levava – muitas delas – à sepultura clandestina:

A rota normal das viagens do Brasil a Cuba passava pela cidade do México, de onde partiam vôos freqüentes para Havana. No México, os viajantes recebiam os seus

vistos, em folhas volantes, que desapareciam na viagem de volta. Nenhum problema, portanto (CORRÊA, 1995, p. 932).

Nenhum problema apenas na aparência. Pio Corrêa revelaria o motivo em 1995, em suas memórias pouco lidas e menos ainda examinadas:

As autoridades mexicanas adotaram, pois, a prática de fixar no passaporte de todos os viajantes com destino a Cuba um carimbo extremamente legível, com os dizeres: 'SALIÓ PARA CUBA EL...' – seguia-se a data. Do mesmo modo, cada viajante procedente de Cuba tinha direito a um carimbo com os dizeres: 'LLEGO DE CUBA EL...', seguindo-se a data. A principal finalidade dessa medida dizia respeito aos próprios nacionais mexicanos, mas estendia-se a todos os outros, frustrando o esquema cubano dos vistos em folha volante. Em consequência, nos aeroportos brasileiros os passaportes revestidos de tais carimbos eram fotografados, e os respectivos portadores oportunamente convidados a relatar minuciosamente os motivos que os haviam levado a Cuba, e o que lá tinham feito. Fechava-se assim a feira mexicana. Restava, é claro, outros itinerários para chegar a Cuba. Os mais fáceis era via países comunistas, como a Tcheco-Eslováquia ou a própria União Soviética, de onde partiam linhas aéreas para Havana. Todos eles, porém, eram muito mais longos e infinitamente mais caros do que a rota mexicana; o que não estancou, mas reduziu consideravelmente a fluxo de peregrinos brasileiros (CORRÊA, 1995, p. 932).

Com efeito, as informações aqui prestadas por Pio Corrêa encontram na explicação abaixo não só comprovação, mas principalmente o cotidiano das atividades do Itamaraty e o nível, autonomia e caráter de seu envolvimento no aparato de repressão:

Se a comunidade tinha um órgão de excelência, este era o serviço secreto do Ministério das Relações exteriores. Competente e discreto, se existia, ninguém sabia o nome, se tinha nome, ninguém conhecia sua sigla. E o que fazia nunca se soube ao certo. Durante décadas, o Ciex (Centro de Informações do exterior) conseguiu se manter no anonimato. A explicação para o fato é simples: o centro não trabalhava com militares, mas somente diplomatas. Os agentes do Ciex atuavam no exterior e se faziam passar por conselheiros de embaixadas e assessores de cônsules. Sua missão mais comum era reunir informações sobre brasileiros exilados (FIGUEIREDO, 2005, p. 277).

Em meados de 1976, um dos alvos do Ciex era o ex-deputado José Gomes Talarico. Talarico passou a maior parte de sua vida de militante preso. Mas quando estava solto articulava-se o tempo todo com outros políticos e militantes de esquerda, principalmente no exílio. No Uruguai reunia-se com o ex-presidente Goulart e com o ex-governador Leonel Brizola, na Argélia encontrava-se com o ex-governador de Pernambuco, Miguel Arraes. Em Paris mantinha contatos com Juscelino Kubitschek. Talarico esteve até na Líbia, buscando apoio do ditador Muamar Kadafi, visando articular meios de combater a ditadura. Enquanto o Itamaraty mantinha cerrada vigilância sobre ele, Talarico desconhecia o fato de que

nas suas viagens ao exterior, havia um(a) agente do Ciex colado nele. Seu codinome era Zélia. Fazia-se passar por aliado de Talarico, e esse lhe contava segredos de suas articulações. Em agosto de 1976, Zélia enviou dois informes secretos ao Itamaraty

relatando as novidades que colhera de Talarico em Portugal. O agente (ou a agente) do Ciex narrou a chegada do ex-assessor de Jango no aeroporto de Lisboa e descreveu a calorosa recepção que tivera por parte de seus amigos brasileiros e portugueses. Contou ainda que Talarico se hospedara na casa de Carlos Figueiredo Sá, 'embora tivesse reserva no hotel Altilis', e deu detalhes dos encontros que ele tivera. A informação mais preciosa levantada por Zélia diria respeito às discussões sobre a possível transferência da cúpula do PCB, provisoriamente instalada em Lisboa, para um país da América Latina (Venezuela ou Colômbia, possivelmente). Talarico também contou a Zélia que exilados debatiam se era viável ou não a promoção de uma rebelião armada no Brasil. No segundo relatório, o (a) agente do Ciex informou ao Itamaraty que Talarico pretendia antecipar sua volta ao Brasil em um dia, chegando ao Rio no dia 12 de agosto, pouco antes das 7:00 da manhã, no voo nº 739 da Varig. Os dados colhidos foram repassados ao SNI, ao CIE, ao CISA, ao CENIMAR e à DSI do Itamaraty. Com uma ressalva: 'Zélia considera importante essa ida de Talarico ao Brasil e sugere que ele não seja ali molestado, já que, quando regressar a Portugal, poderá habilitar Zélia a colher novos informes' (FIGUEIREDO, 2005, p. 277).

Portanto, o Itamaraty já exercia um trabalho articulado, envolvendo toda sua estrutura e os serviços de informação e contra-informação do regime e de outros países, a exemplo, como veremos, adiante, de Portugal, Uruguai, Argentina, México e Chile, que também possuía uma célula similar ao Ciex brasileiro, responsável por treinar

todos os terceiros-secretários nas embaixadas chilenas fazendo-os passar por um curso de Inteligência básico, para que pudessem servir como agentes secretos no exterior (DINGES, 2005, p. 165).

John Dinges descobriu como tal articulação funcionava e a que propósitos ela servia: "o Brasil era o 'canal' pelo qual os agentes secretos da DINA aprendiam as técnicas de interrogatório e tortura" (DINGES, 2005, P. 167). Em sua bem documentada pesquisa sobre a Operação Condor, Dinges releva ainda que a primeira menção à Operação conjunta das ditaduras Latino-Americanas, nos documentos dos Estados Unidos, aparece numa versão não editada que contém referência a uma operação envolvendo o Brasil e a Argentina: "Uma fonte confiável brasileira descreveu um acordo Brasil-Argentino através do qual os dois países caçam e eliminam terroristas que tentam fugir da Argentina para o Brasil" (DINGES, 2005, p. 400).

Um dos relatórios enviados a Henry Kissinger, então Secretário de Estado americano, trazia um título inspirado pelo ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Juan Carlos Blanco: "A Terceira Guerra Mundial". O título é reflexo da magnitude e dos objetivos das operações conjuntas, das quais o Brasil participava – ainda que comedidamente - desde meados dos anos sessenta. No relatório, Henry Shlaudeman, secretário assistente para assuntos latino-americanos, escreveu:

Eles [os latino-americanos] estão reunindo as forças para erradicar a 'subversão', uma palavra que traduz cada vez mais a dissidência não violenta da esquerda e da

centro-esquerda. As Forças de Segurança do Cone Sul agora coordenam de perto as atividades de Inteligência; operam mutuamente no território de seus países na perseguição dos 'subversivos'; estabeleceram a Operação Condor para descobrir e matar os terroristas do 'Comitê Coordenador Revolucionário'[sic] em seus próprios países e na Europa. A exceção das operações de assassinato, o Brasil está cooperando (DINGES, 2005, p. 256).

Entretanto, embora mantendo uma relação de equidistância com o Condor, o Brasil atuou ativamente em casos especiais para o sistema repressivo. Dinges informa que as forças de segurança do Brasil entraram

em ação em 1980 para ajudar a Argentina a esmagar uma tentativa de contra-ofensiva guerrilheira. O líder montonero Mario Firmenich, exilado na Espanha, recrutou um grupo de jovens também exilados, que tinham sido treinados nos países árabes e organizados como 'Tropas de Infantaria Especial' - TEI, em espanhol. Convergindo para os países do Cone Sul no início de 1980, eles tentavam retornar clandestinamente à Argentina para renovar a luta contra os militares (DINGES, 2005, p. 332).

Ocorre que o Batalhão 601 tinha se infiltrado na operação, com informantes e colaboradores, levando assim a inteligência militar argentina a entrar em contato

com seus colegas da Inteligência militar brasileira para obter a permissão de realizar uma operação no Rio a fim de capturar dois montoneros que chegavam do México. Os brasileiros deram a permissão, e uma equipe especial de Argentinos seguiu para o Rio sob o comando operacional do tenente-coronel Roman a bordo de um C130 da Força Aérea argentina. Os dois montoneros foram capturados vivos e retornaram para a Argentina a bordo do C130 (...) Os montoneros foram levados para uma das prisões secretas na base do exército no Campo de Mayo, em Buenos Aires. Outro montonero foi capturado na cidade de Uruguiana, no Sul do Brasil, mais ou menos na mesma época e entregue à Argentina. Em pouco tempo, praticamente toda a força da contra-ofensiva foi capturada. Quase todos desapareceram. Depois da contra-ofensiva frustrada, segundo os bem-informados funcionários dos Estados Unidos, a Argentina despachou 'três equipes que operavam no exterior com a missão específica de matar Firmenich (DINGES, 2005, p. 332-333).

Por esses exemplos percebe-se que o esquema organizado pelo Itamaraty, mediante a coordenação de Pio Corrêa no extremo sul do Brasil, e por ele minuciosamente articulado desde que serviu como embaixador no Uruguai e na Argentina, continuou operando com extrema eficiência e eficácia desde sua concepção original, em 1966-1967, antecipando-se ao Condor, portanto, em pelo menos uma década. Uma vez estabelecida a Operação Condor, o Brasil passou a ser designado como Condor seis (DINGES, 2005, p. 30-47; 187).

Essa afinidade entre diplomatas e militares sugere o encontro de categorias que compartilham *habitus* muito próximos, talvez mesmo mais que similares. Diplomatas e militares gozam de um estatuto especial; integram a elite da burocracia de Estado; constituem por isso estamentos afeitos a um tipo de disciplina *sui generis*, e que por isso tendem a aproximar-se. Esse tratamento mutuamente dispensado é por si mesmo sinal bastante

eloqüente de que algo nas relações entre eles facilita-lhes o diálogo, como provam os registros deixados por Pio Corrêa, num testemunho minucioso e que quase permite o acompanhamento passo-a-passo, ao longo do ciclo militar, das atividades autoritárias do Itamaraty; páginas que se bem analisadas constituem material útil para a montagem de parte importante do quebra-cabeça que configura esse período, e também do *habitus* diplomático, seus mecanismos ora explícitos, ora latentes, e que o próprio Corrêa em certa ocasião tentou abordar mediante a seguinte leitura:

Fora fácil minha adaptação às funções de Chefe da Chancelaria da Embaixada. Já com mais de quinze anos de Carreira e havendo servido em cinco postos no exterior, nenhum aspecto do serviço podia ser-me estranho. O que eu encontrava de novo era a autoridade sobre todo o pessoal da Embaixada e a responsabilidade pela boa execução da tarefa de cada um; ao exercício dessa autoridade eu já estava preparado e propenso por instinto próprio, parte integrante de minha personalidade, que viera amadurecendo ao longo dos anos a favor do próprio aprendizado da disciplina prazerosamente aceita, do hábito de servir, de obedecer sem hesitação a ordens superiores, inserindo-me sem reservas mentais em uma cadeia de comando como elo dessa cadeia. Minha nova autoridade não era a de um comandante de navio, mas a de um imediato que toma sobre si o detalhe da rotina de bordo e assegura a fiel execução por todos de seus respectivos deveres (CORRÊA, 1995, p. 417-418).

Não é de estranhar, portanto, que após tal treinamento e adaptação por propensão, Pio Corrêa tenha sido apresentado ao presidente Juscelino Kubitschek, pelo também embaixador Sette Câmara, nos seguintes termos: “Cuidado com o Pio Corrêa Presidente, porque ele é Gregório”, numa alusão não só aberta, mas também bastante sintomática, ao fiel guarda-costas de Getúlio Vargas, cujo zelo pelo presidente chegou ao ponto de leva-lo a comandar a tentativa de eliminação física do então jornalista e político profissional Carlos Lacerda, que resultou na morte do major da Aeronáutica, Rubens Tolentino Vaz, que fazia a segurança pessoal de Lacerda na noite de 05 de agosto de 1954, no que ficou conhecido como o Atentado da Rua Toneleros, em Copacabana, e que seria o estopim da conseqüente crise política que culminou no suicídio de Vargas. Ao ouvir o conselho, Juscelino teria dito: “Ora! Se eu sou o maior gregório de todos” (CORRÊA, 1995, p. 430). Ponderemos, entretanto, que a posição de um diplomata, e o *habitus* que isso implica, e a de Presidente da República, são situações que dizem respeito a campos que, embora limítrofes, exigem preparação e propensões bem diferentes. E observando-se o tipo de *habitus* específico que permite certas propensões ao diplomata, a advertência de Sette Câmara bem que deveria ter merecido de Juscelino – como de qualquer presidente da República - a devida atenção. De fato, dali a poucos anos Juscelino perderia os direitos políticos, deixaria a suprema magistratura nacional e passaria a freqüentar semanalmente as chefaturas de polícia, na condição de suspeito, e em poucos anos acabaria morrendo em circunstâncias ainda hoje não esclarecidas, por

consequência talvez das ações e omissões de homens, ou de aparelhos tornados homens, como Pio Corrêa e Araújo Castro.

Mas que mecanismos seriam responsáveis pela fixação e operacionalidade de tal *habitus*? Pio Corrêa fornece subsídios para responder a essa questão ao examinar o efeito simbólico do campo diplomático sobre seus agentes, o efeito que a liturgia do poder exerce sobre o indivíduo e que certamente parece ajudar na consolidação de *habitus* específicos:

Um chefe de Missão Diplomática, Embaixador ou Ministro, é como um ‘inseto de metamorfoses perfeitas’, em termos de entomologia. Ao chegar ao país de destino, ele acha-se em estado larval, simples embrião; ao entregar as Cópias Figuradas de suas Credenciais, ele atinge o estágio de crisálida, cujo casulo encerra a futura forma definitiva; mesmo então, para o Governo local, o representante acreditado de seu país ainda não é ele, e sim o Encarregado de negócios que assumiu interinamente a chefia da Missão durante a ‘vacância do Poder’, desde a partida de seu predecessor; as apresentar as Cartas Credenciais, no instante em que essas passam de suas mãos para as do Chefe de Estado que as recebe, ele emerge enfim em sua forma perfeita e rutilante, reconhecido e ungido como o representante válido de sua Nação, podendo falar por ela e agir em nome dela (CORRÊA, 1995, p. 722).

A questão das metamorfoses foi analisada por Elias Canetti, para quem imitação, simulação e metamorfose são termos com frequência empregados indistintamente, e por isso infelizmente confundidos. Nesse sentido, a metáfora de Pio Corrêa, quando iluminada pela análise de Canetti, permite um interessante contraponto entre a leitura do diplomata e a do teórico. Por essa metáfora, o diplomata exprime seu sentimento, declara sua organicidade com o campo, fala por experiência. Canetti, por sua vez, analisa a questão por mecanismos menos emocionais: o distanciamento teórico.

Mediante essa diferença fundamental, Canetti declara que imitação é externalidade, que “pressupõe que se tenha diante dos olhos algo cujos movimentos se copiam” (CANETTI, 2005, p. 369-379). Mas isso não significa que ela promova uma mudança interna naquele que imita. De modo que a imitação “nada mais é do que um primeiro passo, logo abandonado, rumo à metamorfose” (CANETTI, 2005, p. 369-379).

Diferentemente da imitação, a metamorfose é ela mesma um corpo. No entanto, uma forma de transição que se detém no meio do caminho é a simulação, ela mesma duplicidade: simulação é a figura amigável sob a qual se oculta uma outra, hostil. Sendo assim, a figura propriamente dita é o estágio final da metamorfose; porque a figura, que em si mesma tende a proibir novas metamorfoses, é por si mesma limitada e clara. Ela não é natural, pois é uma criação humana, cujo intuito é salvar o indivíduo “da fluidez incessante da metamorfose” (CANETTI, 2005, p. 369-379), esse processo cujo resultado é a máscara, que se distingue de todos os demais estágios da metamorfose, exatamente por sua rigidez.

Entretanto, deve-se ressaltar que o efeito produzido pela máscara é principalmente aquele voltado para fora, para o exterior. A máscara cria a figura, é intocável e interpõe uma distancia entre si mesma e aquele que a observa. Mas logo atrás da máscara começa o segredo, especialmente nos casos em que a máscara é levada a sério, por não se admitir a revelação do que se passa atrás dela, voltada para fora. Mas o mais importante é que

a máscara exprime muita coisa, mas oculta ainda mais. Ela constitui uma separação: carregada de um conteúdo perigoso que não se pode conhecer e com o qual não é possível uma relação de familiaridade, ela pode aproximar-se bastante de alguém, mas, nessa mesma proximidade, permanecerá nitidamente apartada dele. A máscara ameaça com o segredo que apresenta atrás de si. Uma vez, porém, que não é possível lê-la fluentemente como se faz com um rosto, suspeita-se e teme-se o desconhecido que ela oculta (CANETTI, 2005, p. 369-379).

A máscara é, portanto,

precisamente aquilo que não se transforma, inconfundível e duradoura – algo permanente em meio ao jogo sempre cambiante da metamorfose. Contribui para o claro efeito que produz o fato de ela ocultar tudo quanto há por trás dela. Sua perfeição repousa no fato de ela apresentar-se de forma exclusiva, e de tudo quanto está por trás dela permanecer incognoscível. Quanto mais nítida ela for, tanto mais obscuro será aquilo que está por trás. Ninguém sabe o que poderia surgir dali. A tensão entre a rigidez da máscara e o segredo que ela oculta pode atingir proporções gigantescas. Essa tensão é a verdadeira razão de seu caráter ameaçador. 'Eu sou exatamente o que você está vendo', diz a máscara, 'e, por trás disso, tudo o que você teme'. A máscara fascina e, ao mesmo tempo, impõe uma distância. Ninguém ousa profaná-la. A pena para aquele que a arranca é a morte. Ao longo de sua atuação, ela é intocável, invulnerável, sagrada. O que há de certeza na máscara, sua nitidez, apresenta-se carregada de incertezas. Seu poder reside no fato de ser bem conhecida, sem, no entanto, jamais se poder saber o que ela contém. Pode-se conhecê-la de fora, apenas de frente, por assim dizer (CANETTI, 2005, p. 376).

Por último, Canetti detém-se sobre aspectos úteis para a análise do *habitus* incorporado pelo diplomata e que lhe permite os sentimentos e a vivência descritos por Pio Corrêa, o efeito por ele sentido quando do contato com a máscara que:

transformada em figura humana haveria muito a dizer; [porque] com ela principia e dela depende o drama. Contudo, o que nos interessa aqui é tão somente a máscara em si. É necessário examinar o que ela é do outro lado, pois a máscara não produz seu efeito apenas exteriormente, naqueles que não sabem o que ela contém, mas é também vestida pelos homens que se encontram em seu interior. Tais homens tem plena consciência do que são. Mas sua tarefa é representar a máscara e, durante essa representação, permanecer dentro de determinados limites – precisamente aqueles definidos pela máscara (CANETTI, 2005, p. 377).

Por isso, é possível se ter uma idéia, e mesmo compreender o efeito que a liturgia do poder certamente exerce sobre o diplomata, mediante essa reflexão de Pio Corrêa:

Existe boa razão para a 'Pompa e Circunstância' extraordinária do cerimonial das apresentações de Credenciais: transporte do Plenipotenciário e de todos os membros

de sua Missão até o Palácio do Governo em viaturas do Estado – que podem ser carruagens do Paço em certas Cortes, ou automóveis oficiais – luzida escolta de cavalaria ou de motocicletas – por exemplo, em França, Guardas republicanos; na Argentina, Granadeiros a Cavalos; no Uruguai, Blandengues de Artigas - uniformes de gala, honras militares; é que a apresentação das Credenciais é o momento mágico que transforma um simples particular na própria encarnação do Estado Soberano que o envia (CORRÊA, 1995, p. 722; 726).

E assim, uma vez incorporado o *habitus* diplomático, Pio Corrêa declara que:

Para o jovem diplomata, que ama a sua profissão, não existe mau posto; existem, é claro, postos mais ou menos confortáveis, mas cada posto é o desafio do momento, e dele tira-se o melhor partido possível, sem mágoa e sem frustração. Assim para um jovem oficial de Marinha, que sirva ele em um cruzador ou em um rebocador, seu navio é o seu universo, a responsabilidade do momento, sua alegria (CORRÊA, 1995, p. 245).

Analisando seu próprio caso, Corrêa declarou: “Quanto a mim, ingressado na carreira aos dezenove anos, pouco mais que adolescente, foi com um sentimento quase religioso de consagração votiva que ascendi às plumas brancas” (CORRÊA, 1995, p. 490). Se o impacto particular exercido sobre Pio Corrêa for o mesmo em todo diplomata, podemos então atribuir ao simbólico um fator e mecanismo poderoso para a consolidação do *habitus* diplomático. Ainda nesse sentido, Pio Corrêa escreveu:

Na vida do diplomata, cada apresentação de Credenciais suscita uma sempre renovada emoção, como se fosse cada vez ‘Pour la première fois, toujours pour la première’, como nos versos de Rostand. É sempre uma expressão culminante da vida profissional, expressão realçada pelo cerimonial que a cerca, herdado e perpetuado desde outras épocas, anacronismo até, se se quiser, em nossa época voltada para o ‘funcional’, mas um anacronismo que simboliza a majestade das Nações. As pompas do cerimonial realçam o prestígio das instituições das quais são a manifestação visível; sua abolição ou simplificação fariam perder um pouco do mistério, sem vantagem perceptível. Não creio que a Santa Sé haja lucrado muito ao abolir a sedia gestatória do Papa, os clarins de prata que anunciavam sua entrada na Basílica de São Pedro nas grandes solenidades, sua aparatosa Guarda Nobre, sua vistosa Gendarmeria Pontifícia (CORRÊA, 1995, p. 996).

Nesse ponto, interrompamos Pio Corrêa e concedamos a palavra a Canetti, que assim analisa a relação entre a máscara e o ator, em termos cujo conteúdo parece ter bastante a ensinar, não só a respeito da relação que se estabelece entre o agente e a estrutura, mas principalmente sobre os mecanismos sociológicos que permitem a simbiose entre eles. Canetti chama a atenção para o fato de que a máscara é algo

que se veste, algo externo. Na qualidade de um produto material, ela permanece nitidamente apartada daquele que a veste. Ele a sente como algo estranho; jamais será capaz de senti-la por inteiro como seu próprio corpo. A máscara o incomoda, o aperta. Enquanto a representa, ele é sempre dois: ele próprio e ela (CANETTI, 2005, p. 377).

Entretanto:

Quanto mais frequentemente a tenha vestido, tanto melhor ele a conhecerá, e tanto mais dele penetrará na figura da máscara ao longo da representação. Não obstante, um resquício de sua pessoa permanecerá apartado da máscara: a porção que teme o descobrimento; a porção que sabe que ele dissemina um medo que não lhe é próprio (CANETTI, 2005, p. 377).

Mas o aspecto mais importante do fenômeno é que:

O segredo que ele [ator, agente] representa para os que estão do lado de fora tem de produzir seu efeito também sobre ele, que se encontra lá dentro: tal efeito, como se pode supor, não é o mesmo. Os primeiros temem aquilo que não conhecem; ele teme o desmascaramento. É esse medo que não lhe permite entregar-se totalmente. Sua metamorfose pode ir bem mais além; ela jamais é completa. A máscara, que se deixa arrancar, é a incomoda fronteira imposta à metamorfose (CANETTI, 2005, p. 377).

Por isso, o agente, na condição de quem

a veste, tem de tomar cuidado para não perdê-la. Ela não pode cair ou abrir-se; a preocupação com o destino da máscara o impregna por completo. Assim, ela própria permanece, para além da metamorfose que opera naquele que a veste, uma arma ou um aparelho que ele tem de manejar. Sua personalidade cotidiana lida com ela ao mesmo tempo em que ele, como ator, transforma-se nela. Ele é, pois dois, e assim tem de permanecer ao longo de toda a encenação (CANETTI, 2005, p. 377).

Mas é chegado o momento das despedidas. O soldado do Itamaraty prepara-se para deixar o seu campo, mas não abandonar seu posto, como veremos mais adiante. E ao fazê-lo demonstra, mais uma vez, a consciência de uma noção presente em toda a sua trajetória. Ao concluir o denso e detalhado memorial que serviu de base para a análise aqui efetuada, Pio Corrêa fornece indícios sobre o *habitus* diplomático ainda mais consistentes. Recordando o último dia como diplomata ele escreveu:

A minha vida privada, que naquele dia começava, pertence-me a mim exclusivamente, e nada contém que eu me sinta no dever, ou no direito, de relatar. Da vida pública, sim, eu de certa forma devo contas aos meus filhos, aos meus contemporâneos, e quiçá, mesmo aos pósteros, para que possam julgar-me e avaliar se me desempenhei bem ou mal das funções e das tarefas que, ao longo dos anos, o Estado confiou-me. Servidor do Estado, devo contas de como procedi a seu serviço; uma vez, porém, arriado definitivamente o meu pavilhão, de Chefe de Missão, do resto a ninguém devo contas, nem me interessa relatar (CORRÊA, 1995, p.1068).

Este parágrafo merece ser analisado. Ao atravessar a fronteira que separa a existência de servidor do Estado, Pio Corrêa declara, ainda que sutilmente, os limites do campo e da estrutura que deixa para trás. Observe-se que nesse limite ele opõe o dever e o direito de trair a estrutura que nele confiou e que colocou em suas mãos senhas e contra-senhas que apenas a ela é lícito manipular. Ele declara: ao Estado e só a ele “devo contas de como procedi a seu serviço. Mas arriado definitivamente o pavilhão que fazia dele *insider* do Estado, tudo o mais

é agora pretérito. Portanto, não há, para servidores do Estado, futuro do pretérito; a menos que, como bem ensina o general Golbery, as camadas geológicas que o passado vai sedimentando interessem ao Estado, e apenas a ele. Por isso, para Pio Corrêa, “do resto a ninguém devo contas, nem me interessa relatar”. Porque:

Ao despontar a madrugada de um novo dia, de uma nova fase de minha existência, convém-me, como Sheherazade na alvorada de cada dia – ‘calar-me discretamente’. Eis o fim de minha narrativa. Faço aqui a minha reverência; não dizendo, como os atores de teatro na antiga Roma ‘plaudite, Quirites’, mas apenas esperando que a narrativa feita nestas páginas não haja sido tediosa. Esperando também que talvez os futuros diplomatas do Brasil, meus sucessores, encontrem aqui mais razões para querer servir a ilustre Casa que foi a minha – o meu amado Itamaraty, e servindo-o, servir a Pátria, tendo sempre em mente a divisa do nosso grande Patrono, o Barão do Rio Branco: UBIQUE PATRIAE MEMOR (CORRÊA, 1995, p.1068).

UBIQUE PATRIAE MEMOR [Em qualquer lugar lembrar a pátria]. A divisa do Itamaraty encerra uma interessante e sintomática ambigüidade.²⁹ Quando essa divisa foi composta pelo Barão, para servir-lhe de *ex libris* pessoal, o diplomata sofria as angústias do exílio. No entanto, observe-se que Lembrar a pátria não significa e ao mesmo quer dizer Lembrar d[a] pátria. Ora, a expressão encerra evidentemente os dois sentidos. No primeiro, a Pátria deve estar sempre nas prioridades do agente de Estado; no segundo, a entidade antes de tudo abstrata, que é a Pátria, ocupa o primeiro plano de todo e qualquer pensamento, ação, omissão e sentimento de um diplomata digno do nome. Além disso, o termo Lembrar significa em última instância pensar em, trazer desde dentro – no mais das vezes não intencionalmente, reminiscências recônditas, porém carregadas de significado e força. Lembrar, portanto, é uma palavra que em latim remete a refletir, meditar, raciocinar, cuidar, tratar e por fim curar (CUNHA, 2007, p. 593). A divisa do Ministério, portanto, é prova adicional – porém poucos atentam para isso – de que o indivíduo que integra aquele campo, funde-se e confunde-se com a estrutura que ele [campo] representa: o Estado, essa idéia que, uma vez tornada realidade, faz com que seus integrantes atuem segundo um princípio por excelência, enunciado pelo organizador da carreira diplomática e Chanceler do Segundo Império, Paulino José Soares de Sousa, o Visconde do Uruguai; sentença cujo molde, ainda hoje, apresenta o que poderíamos chamar de senha prescritiva, *ad hoc*: “Cumpra que na organização social haja certas molas flexíveis, para que não quebrem quando aconteça, o que é inevitável, que nelas se carregue um pouco mais” (CARVALHO, 2002, p. 466)³⁰.

²⁹ Ambigüidade realçada pelo fato de que o latim é uma língua que morfologicamente prescinde de artigo, tornando assim algo flexível o sentido preciso de uma sentença (CARDOSO, 1992, p. 20-21; RÔNAI, 1992, p. 10; GARCIA, 2000, p. 24).

³⁰ O embaixador Rubens Ricupero afirma que esse sentimento torna possível “criar um tipo de personalidade para a qual país, nação e pátria são noções absorvidas pelo conceito de Estado (Ricupero, 2000:12)”. Para Ricupero, ainda, isso explicaria a

Por tudo isso, e como bem percebeu Élio Gaspari, as memórias do embaixador Pio Corrêa são “o retrato da vida e da alma do servidor público. Neste sentido, essa publicação é quase um livro didático para quem pensa em servir ao Estado”. Faríamos apenas uma ressalva à opinião de Gaspari, a saber: o livro de Pio Corrêa é incontornável para quem pensa em servir ao Estado como diplomata, para o bem e para o mal, nessas condições ajudando a confirmar, ou a anular vocações.

Nesse sentido, as práticas diplomáticas sob Pio Corrêa, e posteriormente sob o Chanceler Mario Gibson Barboza, correspondem, como veremos a partir de agora, aos piores momentos do período autoritário, aqueles em que os porões ditavam o ritmo. Pio Corrêa abandonou a carreira diplomática em 1969, mas deixou um legado de dedicação ao regime militar, e ao Itamaraty, talvez só ultrapassado por Mario Gibson Barboza. Dono de um estilo inversamente proporcional ao de Pio Corrêa, Barboza, entretanto, é responsável pela gestão talvez mais sombria de todo o ciclo ditatorial: se Pio Corrêa foi o responsável pelo aparelhamento e consolidação do Centro de Informações do Exterior (Ciex), Gibson Barboza, por ação ou omissão, tornou esse órgão um dos aparatos de perseguição mais eficientes e eficazes do regime militar. Ao contrário de Pio Corrêa, as memórias de Barboza, entretanto, não evidenciam isso; antes pelo contrário, são quase insípidas em relação às do primeiro, forçando o pesquisador, para melhor conhecer os meandros de sua gestão, a recorrer a outras fontes, e então cruzar informações, visando um quadro que complementa e explica os desdobramentos daquele apresentado por Pio Corrêa, só que ainda mais ampliado e sombrio.

disposição dos diplomatas ao *adesismo*, postura a que nem mesmo o Barão do Rio Branco escapou: apesar de monarquista convicto, foi fiel servidor da República (Ricupero, 2000:12). O embaixador Fernando de Mello Barreto Filho foi ainda mais preciso: “A idéia de que o Itamaraty serve a interesses permanentes do país, suprapartidários e que transpõem mandatos presidenciais, explicaria essas características dos Sucessores do Barão, assim como as da própria carreira diplomática, em que o funcionário atua na defesa de interesses perenes do Estado e não apenas do governo do momento (BARRETO Filho, 2001: 24)”.

3.4 - Mario Gibson Barboza: o Chanceler da era Médici

*“Será que esse homem não tem consciência de seu ofício,
cantando enquanto abre uma cova?”*

O hábito familiarizou-o com a tarefa”.

William Shakespeare

Mario Gibson Barboza foi diplomata de carreira e Chanceler do Brasil num período em que a extrema violência constituía ordem do dia. Durante sua gestão à frente do Itamaraty, a ditadura militar sufocou as guerrilhas urbana e rural, matou opositores e controlou a imprensa com mão de ferro. Nesse período, o general-presidente era Emílio Garrastazu Médici, que dizia: “Eu posso. Eu tenho o AI-5 nas mãos e, com ele, eu posso tudo” (GASPARI, 2002, p. 129-130). Durante essa pesquisa, chamou nossa atenção o conteúdo do depoimento deixado por esse diplomata, que permanentemente nos inspirava uma pergunta: como é possível que alguém tão sereno tenha comandado o Itamaraty durante a administração Médici, talvez a mais letal de todo o regime militar? A resposta talvez enseje um exercício de natureza metafórica: Gibson Barboza parece representar o típico agente diplomático, sempre afeito a agir e omitir-se, consciente e/ou inconscientemente, sob o signo de Iago:

Se as mostras exteriores de meus atos me traduzissem os motivos próprios do coração em traços manifestos, carregaria o coração na manga, para atirá-lo às gralhas. Ficai certo: eu não sou o que sou (SHAKESPEARE, 2008, p. 609-610).

Com efeito, sua atuação visível como Chanceler, e as Memórias que fez questão de ditar, em longo depoimento ao CPDOC, e que depois transformou em livro, sob o título *Na Diplomacia* o traço todo da vida, não demonstram o lado sombrio desse diplomata que terminaria a carreira numa cerimônia de gala na Câmara dos Comuns, templo do Parlamento britânico, local sobre o qual escreveu linhas que bem podem ser interpretadas como uma definição sociológica, ainda que inconsciente, do que significa e promove a incorporação e a consolidação do *habitus* diplomático. No ritual entre o *Foreign Office* e *Buckingham*, tarefa, na expressão do diplomata, delicada

É realmente fascinante viver de perto essa encenação, da qual o agente diplomático estrangeiro tem de participar, ainda que cuidadosamente, sob pena de incorrer no desagrado de uma ou mesmo de ambas as partes. Não há regra escrita, nem mesmo confessada que oriente o embaixador. Ele tem de procurar por si mesmo descobrir o procedimento a seguir em cada caso, valendo-se de sua própria intuição, num permanente jogo de acuidade em que as coisas não são ditas diretamente, mas sim insinuadas por meias palavras ou atitudes a serem interpretadas. Realmente não é

fácil. Mas é fascinante. E quem não se der conta disso será inevitavelmente relegado a um plano secundário (BARBOZA, 2002, p. 462).

Esse mesmo diplomata, perseguido por questões para as quais certamente não encontrava respostas, e que o visitavam no presente como fantasmas de um passado a que ele pertencia, abre suas memórias com as seguintes palavras:

Confesso que não sei, até hoje, em que consiste uma 'vocação diplomática'. Se por tal se entende o gosto fútil pelos prazeres mundanos, pelas festas de sociedade, então o equívoco é grave e pode ser funesto. Pois ser diplomata é, antes de tudo, aceitar a condição de estrangeiro, na maior parte da existência. É conformar-se em viver num país que não é o nosso e que nunca nos aceitará totalmente, por mais que nele possamos criar um círculo, sempre provisório, de relações, num meio que devemos cuidadosamente respeitar para não ferir suscetibilidades, pois a crítica não é tolerada quando provém de um estrangeiro. É resignar-se a viver longe da família e dos amigos, a ponto de, por causa das prolongadas ausências, faltarem assuntos quando nos reencontramos. É ficar fisicamente afastado do povo a que pertencemos e que forma o nosso substrato psicológico e social. É ter equilíbrio emocional para, muitas vezes, suportar a solidão. É possuir ou adquirir a qualidade de saber adaptar-se (BARBOZA, 2002, p. 17).

Em certo momento de suas memórias, temos a impressão de que Gibson Barboza deixa escapar uma espécie de secreto desencanto com a atividade a que dedicou toda a vida, quando confessa ter aprendido cedo o significado de ser diplomata: “Era guerra quando cheguei aos Estados Unidos, em abril de 1943, para assumir meu primeiro posto no exterior, o de Vice-Consul em Houston, Texas” - momento em que a frustração com o primeiro contato com a diplomacia real leva-o a confessar que - “já acordara para as frias realidades do poder” (BARBOZA, 2002, p. 33).

Vinte anos mais tarde, o destino o colocaria em contato com o então Chanceler Francisco Clementino de San Tiago Dantas, de quem seria chefe de gabinete, sentindo na própria pele as violências do poder. Com a deposição de Jango, e na condição de ex-integrante de um governo que o próprio Itamaraty ajudara a derrubar, Barboza declara que acompanhou a chegada dos militares ao poder com um misto de preocupação e incerteza, até que percebeu que o futuro não parecia lhe reservar surpresas desagradáveis, pelo menos em sua carreira.

Logo após o golpe, ele assumiu a embaixada do Brasil no Paraguai, passando a lidar com problemas de ordem militar de alguma gravidade, envolvendo um sério litígio de fronteira entre os dois países. Na ocasião, ele conta que “a maioria do nosso exército estava alinhada a uma posição de força; resistir, custasse o que custasse, se preciso pelas armas, contra a pretensão paraguaia de tirar um pedaço do sagrado território nacional” (BARBOZA,

2002, p. 125; 162). Barboza formula a questão em termos que visivelmente opõem o *habitus* militar ao *habitus* diplomático, já que se torna compreensível não ser preciso

convencer um militar a defender pelas armas o território pátrio. Ele foi profissionalmente formado para isso. Difícil é convencê-lo de que há outros meios de defender a soberania nacional. Essa diferença de perspectiva pesou-me nos ombros. Durante todo o cumprimento de minha missão no Paraguai (BARBOZA, 2002, p. 125; 162).

A situação era explosiva, a pressão interna, nos dois países, era enorme sobre os respectivos governos, e a resistência, por parte dos militares dos dois lados, resultava em descumprimentos de cláusulas constantes de um documento intitulado Ata das Cataratas. Barboza, portanto, teve de atuar como árbitro. Em visita ao local, ele chegou a ouvir de um oficial militar brasileiro a confissão de que boicotava o acordo. De volta ao Brasil, o diplomata teve ainda de enfrentar o patriotismo belicoso do General Sylvio Frota a quem tentava explicar que estava chegando a uma conciliação definitiva com o Paraguai, buscando assim fazer o general perceber a real dimensão do problema e a forma mais adequada de evitar derramamento de sangue. O cabo-de-guerra entre Barboza e Frota seria resolvido pelo então general e Chanceler Juracy Magalhães, que decidiu: “Quem está com a razão é o embaixador. Nós vamos fazer exatamente o que ele disse. A partir desse momento, estamos a seu serviço, Embaixador. Fique tranquilo” (BARBOZA, 2002, p. 140). O comentário de Barboza, após receber autorização para conduzir o problema segundo o tempo da diplomacia, sugere os limites do *habitus* diplomático, em contraste ao *habitus* militar. Palavras de Barboza:

os militares da fronteira precisavam estar afinados comigo; pois, caso contrário, não poderia haver missão para mim: ‘O agente diplomático pode até mentir, Ministro. Mas não pode mentir pensando estar falando a verdade’ (BARBOZA, 2002, p. 142).

Nesta afirmação, talvez, esteja uma boa definição do *habitus* diplomático: em diplomacia, a mentira branca deixa de ser mentira para tornar-se diplomacia, desde que se faça necessária.

As relações entre o diplomata e a linha dura do exército quase o levaram a abandonar em definitivo a profissão, não o fazendo em função da disciplina que caracteriza o diplomata de carreira e que resumem, como já o dissera Pio Corrêa: “Anos de aprendizado, em que absorvera também uma experiência de vida e de maneira de ser que me foram úteis para sempre” (BARBOZA, 2002, p. 152)”.

De fato, eventos de grande repercussão o esperavam, e as práticas do Itamaraty por ele comandadas sugerem sua afinidade com aquilo que ele mesmo chamava de 'o sistema', apesar de a ele aderir mediante uma cumplicidade tácita que caracteriza as adesões dos integrantes da Casa de Rio Branco.

Em 11 de março de 1970 foi noticiado o seqüestrado, em São Paulo, do Cônsul-Geral do Japão, Nobuo Okuchi. Ao receber a notícia, Gibson Barboza telefonou para o presidente Médici, que o informou que naquele momento estava sendo realizada, no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, uma reunião entre os Ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica, sobre das ações a serem adotadas. O clima era tenso. O Ministro da Aeronáutica dizia que os terroristas estavam blefando, quando ameaçavam matar o Cônsul-Geral. Barboza discordava, declarando não estar seguro disso. E aproveitando acrescentou um dado de ordem doutrinária, de amplo conhecimento do Ministro. Palavras do Chanceler ao Ministro da Aeronáutica:

segundo eu havia aprendido quando fizera o curso da Escola Superior de Guerra, nos estados-maiores trabalha-se sempre com a pior hipótese. Portanto, tínhamos de raciocinar com a hipótese de que o seqüestrado seria assassinado, o que, aliás, já havia acontecido em casos de seqüestros em outras partes (BARBOZA, 2002: 232-233).

Em seguida, Barboza fez o resumo da situação. Trata-se de um documento importante porque registra a conduta diplomática sob pressão. Estes são os termos da apreciação de Barboza:

1º Não tenho uma boa solução a oferecer, apenas a menos ruim; 2º não sei se o Cônsul-Geral do Japão será ou não assassinado caso não cedamos às exigências, mas não se pode deixar de levar em conta essa possibilidade; 3º se houver o assassinato, aí, nesse caso, tenho certeza do que vai acontecer: o governo japonês, obrigado a dar satisfação a sua opinião pública, vai protestar com tal veemência perante o governo brasileiro, acusando-o de haver deixado assassinar o seu representante diplomático, que não poderemos sofrer essa humilhação pública sem reagir – e quando nos dermos conta estaremos às voltas com um gravíssimo problema internacional, que nos levará a um estremecimento de relações com o Japão ou, quem sabe mesmo, a um rompimento, o que não me parecia ser do interesse nacional. Finalmente, tinham de prevalecer, acima de conveniências de ordem interna, que eu não ignorava nem subestimava, as obrigações internacionais do Brasil, consubstanciadas no compromisso assumido ao assinarmos e ratificarmos a Convenção Diplomática de Viena de abril de 1961, segundo a qual a pessoa do agente diplomático é inviolável, devendo 'o Estado acreditado tratá-lo com o devido respeito e adotar todas as medidas adequadas para impedir ofensa à sua pessoa, liberdade e dignidade'. Por todos esses motivos, concluí, minha opinião é de que devemos aceitar as condições impostas para a libertação do Cônsul-Geral (BARBOZA, 2002: 233).

Durante as negociações entre o governo militar e os seqüestradores do Cônsul-Geral do Japão, o diplomata participou de uma reunião da qual faziam parte os Ministros do

Exército, da Aeronáutica e da Marinha. Nessa reunião ele testemunhou um diálogo entre o Presidente Médici e o Ministro do Exército, Orlando Geisel, por telefone. Relatando ao Presidente as medidas que seriam adotadas para a resolução do caso, desde o início da conversa, dada a velha amizade com Médici, Geisel tratava o presidente pelo primeiro nome (Emílio). Mas em dado momento, passou a chamá-lo de Presidente e a garantir: “suas ordens serão cumpridas”. Em seguida, voltando-se para os demais integrantes da reunião disse:

O Presidente declarou que a razão está com o Ministro Gibson e que, em consequência, o governo adotará a posição dele. De modo que, a partir deste momento, Ministro Gibson, a direção do assunto é sua e o senhor nos dirá o que devemos fazer.

Do episódio chama atenção a autonomia relativa, de que gozava o Itamaraty, diante de aspectos delicados que confrontavam o regime, e que podemos ver na análise efetuada por Gibson Barboza desse episódio:

Admirei sempre a integridade daquele homem [Orlando Geisel], que teve a nobreza moral de aderir sem reservas à decisão superior, embora contrária à sua opinião, cumprindo-a sem reservas e com absoluta exatidão (BARBOZA, 2002, p. 234).

Nesse aspecto o *habitus* diplomático assemelha-se ao *habitus* militar, manifesto na disciplina que declara que o diplomata é também um soldado do Estado, e sabe apreciar, e registrar com a devida precisão, a atuação de um seu semelhante, como o fez Barboza, fato que faz recordar o que certa vez escreveu Max Weber: “se [o funcionário político é] carente dessa disciplina moral, no mais elevado sentido do termo, e sem essa abnegação, toda a organização ruiria” (WEBER, 2003: 82).

Mas o batismo de fogo do diplomata foi enfrentar o comando das negociações quando do seqüestro do embaixador norte-americano, Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. A diferença entre os *habitus* militar e diplomático pela primeira vez torna-se nítida. Barboza revela que o caso era complexo, porque a postura do governo americano necessariamente tinha de ser ambígua, já que adotava e pregava oficialmente que não se devia negociar com seqüestradores, pois do contrário se incentivariam novos seqüestros:

Só que, agora, o seqüestrado era “apenas” o Embaixador norte-americano; e seria embaraçoso explicar a opinião pública do país a atitude de isenção que o governo oficialmente adotava, se o Embaixador fosse assassinado. Isto é, o povo norte-americano indagaria, sem dúvida alguma, o que o todo poderoso Governo norte-americano havia feito para salvar a vida de seu embaixador (BARBOZA, 2002, p. 155).

Nos bastidores, a conversa que manteve em Washington, na qualidade de embaixador brasileiro, com o Secretário de Estado Charles Mayer, constituía “surrealista atmosfera de insinuações e indiretas sugestões” (BARBOZA, 2002, p. 154)., até que finalmente o problema foi solucionado pelas Forças Armadas, por pressão do Itamaraty, de forma rápida e colegiada, representadas pela Junta Militar³¹, ao decidir ceder às exigências dos seqüestradores, em troca da libertação de Elbrick, encerrando assim a missão de Barboza em Washington e alçando-o ao posto de Chanceler.

Mas os seqüestros de diplomatas estrangeiros no Brasil continuariam. Foram quatro num período de nove meses. Em 11 de junho de 1970, exatamente três meses após o seqüestro do Consul-Geral do Japão, foi seqüestrado no Rio de Janeiro o Embaixador da República Federal da Alemanha, Ehrenfried von Holleben. No momento da ação, os guerrilheiros mataram o policial Irlando Régis e feriram dois outros agentes encarregados da segurança do Embaixador, assim como o seu motorista. Na ação estavam envolvidos o Comando Juarez de Brito, a VPR e a ALN. O seqüestro do embaixador ocorreu logo após a execução de outro diplomata alemão por guerrilheiros urbanos, na Guatemala. O fato, portanto, colocava o governo militar brasileiro mais uma vez sob a forte pressão da Alemanha Ocidental e da opinião pública internacional. Dois meses depois seria a vez de o Embaixador da Suíça no Brasil, Giovanni Enrico Bücher, ser seqüestrado, no bairro das Laranjeiras, no Rio de Janeiro, quando se dirigia a sua Chancelaria. O seqüestro duraria quarenta dias. Por fim, entre os seqüestros dos Embaixadores da República Federal da Alemanha e da Suíça, o Cônsul do Brasil em Montevidéu, Aloísio Marés Dias Gomide foi seqüestrado por guerrilheiros Tupamaros, às 8h da manhã, do dia 31 de julho de 1970, quando o grupo invadiu a residência de Gomide, em Carrasco, Montevidéu, rendendo a ele e a sua esposa e levando-o prisioneiro, mãos e pés atados, envolto em um cobertor e transportado em um furgão. Gomide só seria

³¹ A Junta Militar foi uma medida excepcional encontrada pelos militares para a substituição do então presidente Artur da Costa e Silva, que se afastou do cargo por problemas de saúde em 30 de agosto de 1969. Para manter o poder, o Alto Comando editou em 31 de agosto o Ato Institucional nº 12 (AI-12), que mantinha o Congresso fechado e dava posse à Junta Militar. Na ocasião, o Alto Comando das Forças Armadas impediu a posse do vice-presidente, Pedro Aleixo, que era civil e sucessor natural de Costa e Silva, e temendo a reabertura do Congresso e a suspensão dos atos institucionais então em vigor, uniram-se para indicar para ocupar a Presidência da República oficiais representantes das três armas: Augusto Hamann Rademaker Grunewald, representando a Marinha; Aurélio de Lira Tavares, representando o Exército; e Márcio de Sousa e Melo, representando a Aeronáutica. Mas no curto período de gestão da Junta, a situação política interna se agravou: protestos e resistência contra a repressão levou a oposição a resistir aos militares recorrendo à violência: em 4 de setembro de 1969, o embaixador americano Charles Elbrick foi seqüestrado por militantes das organizações clandestinas Ação Libertadora Nacional (ALN) e Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), no Rio de Janeiro. Para viabilizar a libertação do embaixador, o governo militar aceitou as condições impostas pelos seqüestradores e 15 presos políticos foram libertados, sendo posteriormente conduzidos para o México, em segurança. Em 22 de outubro, o Congresso Nacional foi reaberto para eleger um novo presidente: Emílio Garrastazu Médici e seu vice-presidente: Augusto Hamann Rademaker Grunewald. Em 30 de outubro de 1969, a Junta Militar passou o controle do governo ao “eleitos”.

libertado em 22 de fevereiro de 1971, devido à intransigência do governo Uruguaio em atender às exigências dos seqüestradores. No mesmo dia, e praticamente na mesma hora em que Gomide foi seqüestrado, os Tupamaros seqüestraram também um funcionário do governo norte-americano chamado Dan Mitrione, e uma semana mais tarde, outro funcionário norte americano, Claude Fry. Mitrione seria assassinado³².

Nesse mesmo período, o clima tornou-se tenso entre o regime e a Igreja Católica. Desde o golpe de Estado, o então arcebispo de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, fazia críticas ao regime. Quando as críticas tocaram o ponto sensível dos abusos contra os direitos humanos, o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, propôs ao presidente Médici a revogação do passaporte especial do arcebispo. Por considerá-la ilegal, Gibson Barboza, segundo Kenneth Serbin, teria vetado a medida, sob o argumento de que tal decisão seria um tiro pela culatra, pois acabaria fortalecendo a posição de Dom Hélder, e advertindo o presidente Médici o aconselhou: “era melhor permitir aos bispos que agissem livremente para que não fossem criados mártires” (SERBIN, 2001, p. 172). Mas que não impediu que o governo continuasse a pressionar a Igreja, com grande desgaste para o governo militar. Ao mesmo tempo, no exterior, a postura do Itamaraty era bem diferente, administrando com cuidado a crise decorrente dos seqüestros de diplomatas, perante a opinião pública; participando de represálias contra autoridades eclesiásticas finalmente não implementadas; contribuindo para as ações de violação dos direitos humanos, ao mesmo tempo em que silenciava sobre o assunto. Tudo isso de forma articulada com as principais embaixadas do Brasil no exterior, como por exemplo: a) o embaixador Araújo Castro, em Washington, procurava defender o regime militar das acusações de violação aos direitos humanos (GREEN, 2009, p. 413); b) no Vaticano, o embaixador José Jobim esforçava-se para manter aberto os canais diretos de comunicação com a Igreja, visando ganhar tempo e conduzir o processo com habilidade, ao mesmo tempo em que aconselhava o governo a tentar remover a líder católica brasileira Branca de Mello Franco Alves, mãe do deputado exilado Marcio Moreira Alves, do Conselho dos Leigos. Branca Alves era alvo tanto do governo militar, quanto de setores conservadores da própria Igreja Católica brasileira, devido às denúncias que fazia sobre as violações aos direitos humanos perpetrados pelo regime civil-militar. O Itamaraty, por sua vez, mantinha em relação a ela a seguinte postura, nas palavras do embaixador do Brasil no Vaticano, José Jobim, em informe ao governo militar: “Posso assegurar que a presença da referida senhora

³² No filme Estado de Sítio, de Costa Gavras, o seqüestro de Gomide e de Mitrione são encenados, mas em lugar de Gomide o cineasta resolveu colocar o embaixador Roberto de Oliveira Campos, *persona non grata* de toda esquerda, da qual, pejorativamente, recebeu a alcunha de *Bob Fields*, devido às suas concepções liberais e simpatia pelos Estados Unidos da América.

no Conselho dos Leigos não agrada a algumas autoridades com voz no capítulo” (SERBIN, 2001, p. 175); e finalmente c) nos bastidores, diplomatas, com o conhecimento e aval da cúpula do Ministério atuavam – por adesão consciente, ou por oposição silente, não importa – em respaldo aos órgãos de repressão (SEQUEIRA, 2008).

Nesse sentido, há o fato, documentado recentemente, de que o próprio Gibson Barboza, em relação à questão dos direitos humanos, tentava convencer o Departamento de Estado Americano de que o Brasil apuraria as denúncias que se acumulavam contra o governo militar, mediante a confecção de um relatório minucioso intitulado Livro branco, especialmente compilado para servir de contraponto ao *Livre Noir*, “que havia circulado na Europa em 1969, descrevendo exemplos de abusos do regime militar” (GREEN, 2009, p. 289; 299).

O Livro branco foi preparado por diplomatas para ser apreciado pelas Comissões de Direitos Humanos da OEA, embora, ao mesmo tempo, Gibson Barboza se recusasse a fornecer qualquer explicação sobre o problema para a Cruz Vermelha Internacional, insistindo que a resposta a ser fornecida pelo Brasil seria completa e fundamentada em dados baseados em inquéritos e pesquisas por todo o Brasil. Barboza chegou a aceitar a sugestão de Elbrick, para que padres visitassem as prisões, mas isso também não se realizou. Na realidade, de acordo com Fico: “O embaixador julgava que o efeito mais importante das ações da esquerda revolucionária era justificar a continuação da ditadura militar” (FICO, 2008, p. 262).

Mas talvez o episódio mais surpreendente e ousado da gestão de Barboza tenha sido a atuação do Itamaraty buscando evitar que o arcebispo de Recife e Olinda, Dom Helder Câmara

recebesse o Prêmio Nobel da Paz em 1970. Por meio da Embaixada em Oslo e contando com a ajuda de um industrial norueguês com investimentos no Brasil, foi distribuída à imprensa uma foto de Dom Helder falando aos integralistas no anos 1930. O Itamaraty tinha estabelecido com fundos fornecidos por empresas estatais, como o IBC e o IAA, um esquema para defender o Brasil daquilo que o chanceler Gibson, em uma palestra no Estado-Maior do Exército, em 18 de julho de 1970, chamara de ‘uma campanha internacional de calúnias’ (ALMEIDA, 2008 : 87).

O ex-embaixador Vasco Mariz, que ocupava a chefia do Departamento Cultural do Itamaraty, conta que certo dia

creio que em outubro de 1969, fui convocado ao gabinete do secretário geral do Itamaraty, Jorge de Carvalho e Silva, que me informou dos pormenores da candidatura de Dom Helder Câmara ao Prêmio Nobel da Paz, lançada por diversas entidades religiosas da Bélgica, Holanda e da Alemanha que o apoiavam em atenção à sua defesa dos direitos humanos no Brasil durante o regime militar. Notícias que chegavam da Europa davam Dom Helder como o favorito para receber o prêmio e isso certamente seria daninho à imagem internacional do governo militar (MARIZ, 2008: 141).

As instruções recebidas por Mariz eram taxativas:

convocar uma reunião no Itamaraty com os embaixadores dos países escandinavos (Noruega, Suécia, Dinamarca e Finlândia) e expor-lhes nossa preocupação com a eventual concessão do prêmio a Dom Helder Câmara. Reunidos na bela Sala dos Índios do palácio Itamaraty, pedi-lhes que solicitassem a seus governos, a título excepcional, que intervissem junto à Fundação Nobel para evitar a escolha. Todos prometeram consultar seus governos, mas adiantaram ser duvidoso tal interferência (MARIZ, 2008: 141).

Alguns dias depois, Mariz declara que

um por um, todos me telefonaram lamentando que seus governos tinham a tradição de não-interferir em temas do Nobel e não poderiam fazer exceção naquela oportunidade. Apressei-me a informar o secretário geral e ai terminou minha ingrata missão de tentar impedir que um ilustre brasileiro, mesmo polêmico como Dom Helder, recebesse o Prêmio Nobel da Paz, distinção que o Brasil nunca havia recebido e **até hoje** ainda não recebeu, ao passo que, na América Latina, outros países como a Argentina, Chile, México, Peru e a Guatemala já foram galardoados (MARIZ, 2008: 141 – o grifo é do autor).

Mariz, então, revelou que soube depois,

por Alarico Silveira, chefe do Serviço de Informações do Itamaraty, colega de turma que assistiu a uma das reuniões no Palácio do Planalto, em Brasília, que posteriormente o caso teve lances dramáticos. Foram convocados os presidentes e diretores de todas as empresas escandinavas no Brasil, como a Volvo, a Scania Vabis, a Ericson, a Facit, a Nokia e outras menores, e lhes foi solicitado que intervissem junto à Fundação Nobel para evitar a concessão do Prêmio a Dom Helder. Todos lamentaram não poder intervir, quando o oficial geral que presidia a reunião deu um murro na mesa e anunciou: se os senhores não intervierem com firmeza e Dom Helder receber o prêmio, então as suas empresas no Brasil não poderão mais remeter um centavo de lucros para as respectivas matrizes. Ficou bem claro? (MARIZ, 2008: 141-142).

O desdobramento desse episódio é assim examinado pelo ex-embaixador:

A mensagem foi bem entendida nos países escandinavos, o prêmio foi concedido a outro candidato e não se falou mais em Dom Helder. Juracy confessou-me que tampouco gostava das atividades políticas de Dom Helder, mas considerou exorbitante a gestão que teve de fazer junto a sua central sueca da Ericson. Mais tarde um ex-embaixador do Brasil em Estocolmo comentou comigo que, enquanto houver alguém na diretoria da Fundação Nobel que se lembre do esforço feito pelo Brasil para não receber um prêmio Nobel, dificilmente outro brasileiro será agraciado. Tivemos depois bons candidatos como Jorge Amado, Josué Montelo, Celso Furtado, Josué de Castro e João Cabral de Melo Neto, mas parece que a Fundação não esqueceu a afronta. Em 2003, o presidente Lula, indicado candidato, tampouco foi contemplado. Esta é a história lamentável, e pouco conhecida, da ausência de personalidades brasileiras nos quadros dos Prêmios Nobel (MARIZ, 2008: 142).

O episódio, envolvendo o Itamaraty, seja direta, seja indiretamente, demonstra, dentre outros aspectos, o contraste entre *habitus* bem marcados³³: a postura do general, que mediante um murro na mesa, dobrou os investidores escandinavos a acatar a vontade do regime; e a postura do próprio Mariz, que, meio século mais tarde, ao revelar essa história, ainda declara: “Confesso que me envergonho um pouco da minha participação, mas como negar-me a obedecer ordens superiores?” (MARIZ, 2008, p. 140-142). Portanto, as práticas aqui analisadas demonstram a disciplina incorporada (*habitus*) específica a cada campo (o militar e o diplomático), e isso na medida em que realça a condição do agente dividido entre ele mesmo e sua condição de aparato tornado homem. Sendo assim, Mariz envergonha-se de sua atuação, mas apenas um pouco, sugerindo que o *habitus* nele incorporado ainda proclama – mesmo aposentado - a interioridade da exterioridade de um campo e/ou estrutura nele apenas adormecida e que com ele ainda se confunde. Por isso, tal dualidade complementar não pode ser entendida como resultado de mero encontro entre pólos opostos (campo e/ou agente *versus* estrutura), mas como a configuração de uma unidade sociológica.³⁴

Não por acaso, ao recordar essa época Gibson Barboza admitiria:

Foram anos de violência no Brasil, os de 60 e 70. Estão à espera de uma narrativa isenta e de uma análise serena. É que alguns dos personagens ainda estão vivos e atuantes. Os personagens e as vítimas (BARBOZA, 2002, p. 269).

E sobre 1964 fez a seguinte consideração, em cujo teor, mais uma vez, é possível ver um dos pilares sociológicos do *habitus* diplomático:

A Revolução de 64 não chegou, a princípio, a ser uma revolução. Foi, antes, um golpe político-militar (e não apenas militar), que visava a impedir, a princípio, pelo menos na concepção dos bem intencionados, a desagregação total do Estado e o caos sócio-econômico, que tudo indicava achar-se perigosamente próximo. Não chegava a ser uma revolução porque não possuía um ideário, uma filosofia de comportamento, um programa. O objetivo, em termos gerais, era evitar uma desgraça maior (BARBOZA, 2002, p. 271).

³³ Outro episódio envolvendo militares e diplomatas é também bastante instrutivo. Durante um encontro com o embaixador Negrão de Lima, na véspera do golpe de Estado, Castello Branco, ao se despedir do primeiro, utilizou uma metáfora que bem pode ser tomada como indicador importante da diferença fundamental entre os *habitus* diplomático e militar; hábitos cujas disposições incorporadas foram simbolicamente referidas por Castello Branco assim: “Negrão, são onze da noite. A conversa esta muito boa. Nós militares gostamos de vocês diplomatas. Mas temos uma diferença. Vocês acordam tarde e nós levantamos muito cedo”. O sentido ambíguo da última frase de Castello deixou o embaixador “ainda mais embatucado”. A metáfora se mostraria uma espécie de senha dentro de poucas horas. O episódio mostra, ainda, que a diferença de *habitus* implica – o que é natural, que as esferas de atuação de ambas as agências, ainda que complementares, mantêm-se equidistantes, realçando assim, ainda mais, o fenômeno da complementaridade de singularidades que, por estarem sob um mesmo guarda-chuva, apenas reforça a idéia de Estado mediante o disparo de mecanismos recônditos a que só podemos chamar de inércia incorporada, *habitus* ajustados à estrutura e que, uma vez acionados, têm nos agentes poderosos vetores de proteção do campo e/ou estrutura a que se encontram vinculados (LIRA Neto, 2004, p. 228).

³⁴ Ver CANETTI, 2005, p. 373-377; BARBOZA, 2002, p. 246- 250; BARBOZA, 2002, p. 230-275; BARBOZA, 2002, p. 154-155; BARBOZA, 2002, p. 250-259; BERQUÓ, 1997; Veja, 1969; DA-RIN, 2007; GASPARI, 2002, p. 53; 338 e nota 30; GASPARI, 2002, p. 55; GASPARI, 2002, P. 201, nota 39; GASPARI, 2002, p. 88-94; GASPARI, 2002, p. 96-103; GASPARI, 2002, p. 280-281; GASPARI, 2002, p. 293-310; GASPARI, 2002, p. 334; SERBIN, 2001, p. 172.

A disposição - e aqui a menção que ele faz ao assunto é inequívoca - que colocava Gibson Barboza e o Itamaraty contra os perigos da desagregação total do Estado, constitui um aspecto digno de nota. Por essa disposição, a preocupação do Chanceler não era com os pretensos programas revolucionários dos que aderiram à luta armada, mas contra a tática de guerra, aplicada por parte da esquerda, à luta política. Nesse ponto, Gibson Barboza parece ter absorvido bem as lições de Curzio Malaparte: só pode defender o Estado quem conhece a arte de conquistar o Estado; revolução é um fenômeno político, a tomada do poder um acontecimento puramente técnico; contar com greve geral e conscientização das massas, para a tomada do poder, constitui um equívoco, porque implica um grau de organização e de objetivo incompatíveis com o que de fato interessa: a desordem é o que paralisa o Estado.

Portanto, o Itamaraty percebia que se os guerrilheiros, como ensinava Malaparte, apenas de forma remota poderiam contar com o apoio da greve geral, da conscientização das massas, restando-lhes, portanto, e tão somente, procurar fundamentar suas pretensões em ações que visassem à desorganização e desestabilização do sistema, de forma paulatina, mediante o que Gramsci chamava de guerra de movimento. No entanto, Gibson e o *staff* orgânico do Estado sabiam que guerras desse tipo (guerras de movimento, de manobra, de cerco, de posição, subterrânea) encontram correlação na luta política, num cenário dinâmico e pelo qual um determinado *status quo* torna-se passível de sofrer impacto, seja de médio, seja de longo alcance, de atividades moleculares que se não forem combatidas com o remédio adequado, acabam criando interstícios por onde os revolucionários se infiltram e passam a ditar o rumo dos acontecimentos. Em resumo: o Itamaraty, muito antes da esquerda, sabia, por ampla experiência acumulada, que revoluções não se estabelecem de uma única vez, apenas se apoiando no assalto repentino da guerra de movimento. Sem sustentação histórica na longa tradição do Ocidente moderno, o sonho das esquerdas, naquele contexto, por isso, estava fadado ao fracasso, e o Itamaraty sabendo disso agiu (MALAPARTE, 1960, p. 26; GRAMSCI, 1978, p. 348).

Porta-voz de um Estado fundando na divisa Ordem e Progresso, rigorosamente assim, Gibson Barboza sabia, e se não sabia era inteligente o suficiente para intuir as preciosas lições que Leon Trostky ensinou a Lênin sobre a vital diferença entre revolução e insurreição. Por essa diferença, Trostsky dizia que: a) “Derrubar o antigo poder é uma coisa, tomar o poder é outra coisa”; e para isso b) “Não [era necessário] muita gente, as massas não servem para nada; uma pequena tropa, e basta (TROTSKY, 1977, p. 843; MARTELLINI, 1983: 17)”. Em suma, o Itamaraty analisa o problema por contraste, a contrapelo: de um lado, os guerrilheiros e suas discordâncias sobre estratégias e táticas, visando desestabilizar a ditadura, derrubá-la

até, embora sem saber de fato o que fazer depois; e do outro lado, Gibson e a pequena tropa do Itamaraty, *insiders* experimentados de uma máquina formidável, que integrando o Serviço do Estado, estavam cientes o bastante sobre a verdade integral que demonstra que podem existir golpes de Estado sem revolução, mas não revoluções sem golpes de Estado, e isso pelo simples fato, reiteradamente ensinado por Trotsky, de que uma insurreição prescinde de circunstâncias favoráveis, mantra secular [e eternamente equivocado] da esquerda (MALAPARTE, 1960, p. 26). Portanto, tudo isso parece tornar preciso o sentido da expressão mais tarde cunhada pela própria esquerda: a revolução faltou ao encontro. Coube ao Estado, nesse sentido, através de seus atalaia fundamentais (militares e diplomatas) manter vigilância e vencer as batalhas, uma a uma, de uma guerra em tudo assimétrica. Vigilância que apenas um *habitus* específico pode permitir e ajudar a acionar.

Portanto, em tudo o que vimos até aqui temos o contraste entre o Itamaraty oficial, empenhado em negociações civilizadas e impecáveis, comandadas por um *gentleman*, e o Itamaraty das sombras, comprovando o que, páginas atrás, o Chanceler Gibson Barboza declarou, e que parece constituir o que poderíamos chamar de um princípio que prescinde de contextualizações. A declaração: “O agente diplomático pode até mentir (...) Mas não pode mentir pensando estar falando a verdade” (BARBOZA, 2002, p. 142). Em suma: em diplomacia não se age por equívoco, mas por técnica cirúrgica e bisturi. Portanto, quando Barboza declarou: “no meu ministério, em minha gestão, nunca houve um só abuso, uma só violação de direitos humanos (BARBOZA, 2002, p. 142)” - teríamos a confirmação de que de fato, em diplomacia, a mentira branca deixa de ser mentira para tornar-se diplomacia? A resposta a essa pergunta parece ter sido sugerida pelo próprio Chanceler, quando expôs os termos de sua adesão ao *status quo* autoritário: servir ao governo lealmente, mas gozando sempre de absoluta autonomia (BARBOZA, 2002, P. 184); explicando assim a lógica que fundamenta o *habitus* diplomático. Em defesa desse padrão peculiar de conduta temos o que poderíamos chamar de argumento de remissão operacional, mecanismo predileto de todos os diplomatas, sempre que confrontados com o passado de colaboração do Ministério com o regime militar:

No Itamaraty (...) ao contrário do que sucedia em outros ministérios, a obrigatória Divisão de Segurança e Informação (DSI) foi sempre chefiada e preenchida em sua totalidade por diplomatas, não por militares (BARBOZA, 2002, p. 184-185).

Muito simples a interpretação a ser dada ao argumento: estamos diante de uma impecável divisão do trabalho, típica de uma burocracia com a envergadura do Itamaraty. Não há culpados no Estado. Os culpados estão todos fora dele. Tais aspectos são importantes por

evidenciar a natureza intrínseca ao pacto entre o Itamaraty e o regime militar, um campo cujo funcionamento, imune a pecados que atentem contra essa mesma lógica, mereceu de Barboza a seguinte observação:

Ao contrário do que sucede nos outros Ministérios, no Itamaraty todos se conhecem, quando não pessoalmente, pelo menos de reputação. E sempre – *mas sempre, realmente* – verifiquei que a reputação de cada funcionário, diplomático ou administrativo, corresponde à realidade. Não saberia dizer como funciona o sistema, mas funciona. É muito curioso e mereceria um estudo mais profundo. Sem pretender esgotar o tema, avançaria, como apenas uma das muitas razões, que é pelo fato de ser um Ministério em *circuito fechado* e, ao mesmo tempo, aberto a toda sorte de influências do mundo exterior (BARBOZA, 2002, p. 192 – os grifos são do autor).

Em circuito fechado, portanto, temos ainda, na declaração abaixo, algo que atesta a *gestalt* mental de um diplomata, *gestalt* que evidencia o realismo político latente ao Itamaraty e por extensão ao aparato ampliado de Estado:

O mundo é como é. E as realidades do poder se apresentam sem disfarces, quando as circunstâncias assim o obrigam (...) O diplomata profissional aprende cedo essa realidade, não por ser mais perspicaz do que os que atuam em outros setores da sociedade, mas por estar exposto permanentemente, em consequência mesmo de sua atividade rotineira, à Realpolitik, as realidades do poder, que se desnudam a cada passo da vida diplomática... (BARBOZA, 2002, p. 221; BARBOZA, 2002, p. 281-282).

Por isso, nessa atividade, práticas específicas são incontornáveis porque seus agentes se encontram plenamente aptos a transitar entre neutralidade e equidistância: neutralidade significa desinteresse, abstenção, mas jamais ausência; equidistância constitui equilíbrio, logo ação, ainda que por omissão. Combinadas, tais posturas e disposição permitem práticas condizente e exclusivamente específicas a esse campo.

Por isso, buscando resumir seu papel como Chanceler, ao final de sua gestão, Barboza citaria William Shakespeare, tentando apresentar-se como: “Um ator menor/Que se exhibe e exaure o seu momento no palco/E depois não é mais ouvido”. No entanto, percebe-se que mesmo exaurindo o seu momento no palco, o *habitus* incorporado a esse soldado permanece o mesmo. Palavras dele: “Percorrido o meu caminho, terminado o meu trabalho, não encerrei, contudo, a ligação com a atividade que exerci, sem interrupção, com dedicação integral, durante aproximadamente meio século: *‘old soldiers never die’* (BARBOZA, 2002, p. 312; 317; BARBOZA, 2002, p. 180; BARBOZA, 2002, p. 462-463).

Velhos soldados nunca morrem: o sentido de continuidade que essas quatro últimas palavras, originárias de uma canção da I Guerra Mundial, e não raro adotada pelos diplomatas que se aposentam, parece simples: é em meio às batalhas mais acirradas que os soldados de

ambas as categorias demonstram o que são, de melhor e de pior, em sua luta por se mostrarem dignos de integrar os seus respectivos campos de atuação.

Na gestão Emilio Garrastazu Médici tivemos práticas diplomáticas implementadas sob a responsabilidade de Mario Gibson Barboza, uma atuação que analisada na superfície poderia ser definida como típica da diplomacia visível, compatível com a índole de um Chanceler em tudo o oposto do embaixador Manoel Pio Corrêa. Mas vista de perto, a imagem que temos é radicalmente outra. Documentos sugerem que determinados diplomatas, ocupando postos chave, dentro do Itamaraty, foram não só coniventes, mas também cúmplices dos crimes do regime, a maioria dos quais cometidos no período 1968-1974, momento em que Barboza assumiu o comando da estrutura montada e aperfeiçoada por Pio Corrêa.

Os termos intra-sistêmicos dessa condição estrutural, que se incorpora aos indivíduos, é o que torna difícil, portanto, a discordância direta do agente em relação às diretrizes fundamentais do campo. Essa a problemática sociológica que constitui o cerne dessa tese e que nos permite falar da possibilidade de discordâncias diretas, frontais, inequívocas, aliadas à discordâncias silentes, sejam reais, sejam hipotéticas.

Sendo assim, como, de fato, o Ministério atuou nesse período? De que tipo de infraestrutura ele dispunha? Lucas Figueiredo, numa das poucas referências ao assunto, anteriores a 2007, escreveu algo que fornece uma idéia sobre as condições objetivas que permitia o funcionamento do órgão de repressão criado e conduzido exclusivamente pelo Itamaraty (o Cento de Informações do Exterior – Ciex):

Os espões de punhos de renda se mostraram mais espertos que seus colegas fardados. Além de atuarem de forma competente como olhos e ouvidos da comunidade no exterior, conseguiram ser ignorados pelos historiadores do regime militar. Enquanto as siglas SNI, CIE, Cenimar, Cisa e DOI ficaram famosas e mal-afamadas, o Ciex passou despercebido. Mesmo quando era mencionado num texto ou outro, nunca se chegou a provar que de fato existira. Um caso raro de serviço de fato secreto (FIGUEIREDO, 2005, p. 277-278).

Diante disso, o que leremos no próximo capítulo permite estabelecer faticamente o significado que opera o hiato entre ações, omissões e disposições inspiradas pelo que já chamamos de *arcana imperri* e *arcana dominationis*.

CAPÍTULO IV

A face oculta do Itamaraty

“De setenta eu me lembro muito bem; e no limite desse tempo eu vi horas terríveis”.

William Shakespeare

“Não há coisa oculta que não haja de manifestar-se, nem escondida que não haja de saber-se e vir à luz”.

Jesus Cristo

O sistema de espionagem do Itamaraty foi concebido pela cúpula do Ministério das Relações Exteriores e era operado apenas por diplomatas, agentes cuja única atribuição era monitorar opositores e potenciais opositores do regime. Sua história começa na década de 1950, mas não parece descabido dizer que se inicia bem antes disso. Com o golpe de 1964 diplomatas de vários escalões foram recrutados para compor o núcleo do Ciex e operar as coleta e análise de informações que permitiriam a identificação, localização e monitoramento de pessoas suspeitas ao regime militar, dentro e fora do país. Essas informações eram fornecidas pelo Ciex aos órgãos de repressão, compondo dossiês detalhados sobre o trâmite internacional e o regresso ao Brasil de pessoas, nacionais e estrangeiros, permitindo aos agentes e torturadores do regime militar extrair das vítimas, submetidas muitas vezes a brutais sessões de interrogatório, informações importantes para os órgãos de segurança e para o próprio Itamaraty.

Essa estrutura fundamentava-se em um rígido código de honra, uma portaria ultra-secreta e, operacionalmente, em seguidas ações de desinformação, explicando porque, até bem pouco tempo, o Itamaraty pode manter em segredo o fato de ter operado de 1966 até 1985, um poderoso serviço de inteligência, cujos modelos eram o MI6 britânico e a CIA.

O procedimento do Ciex era este: diplomatas de vários escalões compunham o órgão, que pensava-se, operava sob a égide do Sistema Nacional de Informações (SNI), integrando o aparato responsável pelas atividades de informação e de contra-informação que respaldavam as ações de repressão política do regime militar (FIGUEIREDO, 2005, p. 275-278). Mas dizer que o Ciex estava sob a égide do SNI é ser econômico em relação à verdade. O Itamaraty, como talvez nenhum outro campo de Estado, é superlativamente cioso de suas prerrogativas para aliená-las a *outsiders*, mesmo que fardados e armados. Vasco Leitão da Cunha, primeiro

Chanceler do regime autoritário, comentando atitude sua em relação a militares, forneceu um exemplo que ilustra os limites e disposições dos diplomatas em defesa de seu campo:

O general Taurino me enviou um ofício pedindo que lhe mandasse o depoimento de um dos meus funcionários e eu disse que não mandava. Ai começaram a surgir boatos de que os militares viriam ao Ministério buscar o depoimento (...) O general Taurino permitiu que seus asseclas ameaçassem o Itamaraty. Diante da ameaça, mandei dizer que viessem, porque eu ia espera-los devidamente. Dei ordem de fechar os portões e avisei. 'Entrem aqui para verem o que acontece! Vão para o pau!'. Mas não vieram. Fui ao Castello com o ofício do general Taurino e disse: 'Presidente, está aqui o ofício que me mandaram. O senhor quer que eu entregue esse depoimento?' Ele disse: 'Não, não precisa entregar'. Eu então fiquei firme na minha negativa (CUNHA, 1995, p. 274-275).

Portanto, na condição de guardiões de seu campo, os diplomatas produziram um acervo, através das ações do Ciex, que compreende mais de 20 mil páginas de informes, produzidos durante 19 anos e do qual talvez apenas 205 documentos, do total geral de papéis, tenham sido desclassificados e tornados públicos. Os documentos mais importantes, evidentemente, permanecem como assunto *interna corporis*: segredo de Estado. Mas o grau de confiabilidade dos papéis liberados é por si mesmo indiscutível, assim como o foram o nível das informações e a dinâmica de sua distribuição, à época, pelo Ciex, aos carrascos do regime militar. A comparação entre as informações constantes desses papéis e os relatos de diplomatas a respeito das práticas do Itamaraty naquele período, fornecem credibilidade adicional aos documentos.

De forma insuspeita, o Ciex funcionou até 1975, no gabinete 410, situado no 4º andar do Anexo I do Palácio do Itamaraty. Desde então,

a placa com o número da sala foi retirada, assim permanecendo até hoje, chegando a confundir quem busca a Divisão de Promoção do Audiovisual, ali instalada desde 2006. Toda essa parafernália de camuflagem visava evitar comoção e críticas do ministério, e especialmente resguardar a imagem dos diplomatas perante a sociedade (SEQUEIRA, 2007, p. A2; 2008: 2).

No que diz respeito à verba reservada para as suas operações, consta que era proveniente da Secretaria Geral das Relações Exteriores, sendo destinada à Assessoria de Documentação de Política Exterior, ou simplesmente Adoc, como o Ciex era conhecido oficialmente. Comprovando o que o jornalista Lucas Figueiredo afirma em seu livro *Ministério do Silêncio* (FIGUEIREDO, 2005, p. 277-278), Cláudio Dantas Sequeira, também afirmaria:

A escassez de evidências da participação da diplomacia brasileira na repressão fez crer a todos que o Ministério das Relações Exteriores foi a reserva moral da democracia, em pleno regime militar. Construiu-se, com o silêncio, a imagem de diplomatas sem partidos ou tendências ideológicas, incólumes aos vaivéns da política e dedicados exclusivamente à defesa do interesse do Estado. Mas não é bem

assim. A cúpula do Itamaraty se ajustou perfeitamente aos interesses do governo militar, e o CIEIX contribuiu de maneira decisiva para a localização e detenção de muitos asilados (SEQUEIRA, 2007, p. A2; SEQUEIRA, 2008, p. 2).

O exame dessa documentação deixa evidente que não havia na época refúgio seguro para brasileiros e estrangeiros que se opunham às ditaduras latino-americanas. Os informes constituem provas materiais de procedimentos que indicam as práticas adotadas pelos diplomatas: uma paciente observação das vítimas, monitoramento constante e muitas vezes convivência com os alvos da repressão (FIGUEIREDO, 2005, p. 274). Por essas práticas, banidas ou exiladas, pessoas eram monitoradas a cada passo, a cada conversa, a cada transação, viagem ao exterior e retorno aos seus países de origem. A capilaridade do Ciex permitiu que seus agentes e informantes operassem não apenas na América Latina, mas também na Europa, na antiga União Soviética e no norte da África. A documentação descoberta comprova que dos 380 brasileiros mortos, ou desaparecidos, durante o regime militar, 64 deles foram mortos e seus nomes constam do arquivo do Ciex. Dentre eles, David Capistrano Costa.³⁵

Localizar e identificar suspeitos no exterior, vigiá-los, fornecer informações detalhadas sobre sua mobilidade e cotidiano era tarefa ordinária do Ciex, cujas atividades incluíam a infiltração de informantes nos grupos de resistência à ditadura, que forneciam pistas e até mesmo a identidade dos suspeitos. Por táticas como essas, o registro das atividades políticas dos asilados era amplo e detalhado, bem como o conhecimento de suas intimidade e relações pessoais em território estrangeiro. Dados vitais eram então usados nas sessões de interrogatório marcadas por tortura, e que muitas vezes resultaram em morte. Mas a palavra morte perde muito de seu significado abrupto, a depender da modalidade e da sofisticação diabólica dos agentes encarregados das operações negras empreendidas nesse período.

No Chile, por exemplo, na sede do mais importante centro operacional da ditadura, três agentes do Condor, provenientes do Paraguai, chegaram entusiasmados: haviam capturado um prisioneiro importante, a ser entregue à terrível *Dirección de Inteligencia Nacional* (Dina), órgão por excelência da repressão chilena, cujo centro de operações e comando situavam-se na temida Villa Grimaldi. O prisioneiro era o mensageiro da *Junta Coordinadora Revolucionaria* (JCR), Jorge Fuentes.

³⁵ O processo de prisão, tortura e morte de David Capistrano Costa, militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), ocorrida em 1974, teve sua reconstituição efetuada em detalhes pela jornalista Taís de Moraes em seu livro *Sem vestígios*, publicado pela editora Geração Editorial. Remeto o leitor às páginas 173-176, para que possa ter a dimensão desse episódio insólito da história recente de nosso país.

A JCR não era uma simples aliança das esquerdas latino-americanas, tampouco uma reunião de organizações revolucionárias separadas. Sua proposta organizacional era tão idealista quanto original: atuar conjuntamente, mas de forma descentralizada, tornando autônomos os grupos de combate aos regimes ditatoriais, de forma que nenhum movimento revolucionário de um país ficasse subordinado ao de outro, cada grupo lutando “de acordo com a sua agenda e seus métodos” (DINGES, 2005, p. 87). O idealismo e a ousadia da JCR, aliada às imperdoáveis falhas de suas lideranças, resultou na perseguição e morte implacável de seus militantes.

O caso mais assustador envolve o destino, ainda incerto, de Fuentes. As investigações sobre seu paradeiro fornecem uma idéia dos horrores praticados nesse período:

Quando visto pela última vez por outros prisioneiros, ele estava de bom humor e recebera roupas limpas para sua suposta libertação. Em 12 de janeiro, foi levado de Villa Grimaldi e desapareceu. Circulou nas organizações dos direitos humanos a notícia falsa de que ele tinha sido morto por ter recebido uma injeção com o vírus da raiva. A história é baseada no testemunho de Luz Arce, a colaboradora da Dina. Quando questionada em detalhes (...) Arce corrigiu a história. Reconheceu que a pessoa que recebeu a injeção com o vírus da raiva não poderia ter sido Fuentes, porque ela ouviu a história antes de sair da Villa Grimaldi em dezembro de 1975, e nessa época Fuentes estava vivo, segundo múltiplas testemunhas (DINGES, 2005, nota nº 18, p. 388-389).

Existe uma declaração do general Golbery do Couto e Silva, anos depois de ter criado o que ele chamava de monstro, o SNI, que sintetiza sociologicamente o resultado devastador que o contato entre certas estruturas e determinados indivíduos é capaz de promover e disseminar:

Esse tipo de trabalho deforma as pessoas. Muitos oficiais que começaram a trabalhar no Serviço comigo estão irreconhecíveis. Você olha para o sujeito e não acredita que ele é o capitão ou major que um dia entrou na sua sala para se apresentar (GASPARI, 2002, p. 173).

O Ciex, portanto, direta ou indiretamente, integrou um esquema macabro, que monitorou lideranças políticas, militares rebelados, guerrilheiros, estudantes e pessoas comuns, que se opunham, ou pretensamente se opunham, à ditadura militar, tendo por isso sofrido, muitos deles, destinos indescritíveis.

No que diz respeito ao Brasil, foram monitorados exaustivamente, por exemplo, o ex-presidente João Goulart, a respeito do qual paira a suspeita de ter sido uma das muitas vítimas do Condor; o ex-governador Leonel Brizola, que também foi alvo de uma tentativa de seqüestro; os deputados Miguel Arraes, Neiva Moreira e Márcio Moreira Alves; o ex-ministro e fundador da UnB, Darcy Ribeiro, e também o ex-almirante Candido Aragão, o ex-

coronel Jefferson Cardim e intelectuais como Antônio Callado, Florestan Fernandes, Celso Furtado, Fernando Henrique Cardoso e até mesmo o ex-presidente liberal Juscelino Kubitschek de Oliveira, sobre quem também paira a suspeita de ter sido vítima da limpeza de terreno, pelo Condor, tendo em vista o processo de Abertura iniciado por Geisel, sob pressão da administração Jimmy Carter. O Itamaraty também vigiava, além de alvos políticos, empresários e até diplomatas de países socialistas em missão oficial no Brasil (CORRÊA, 1995, p. 660-670). O sistema chegou ao ponto de perseguir e talvez devorar os seus próprios filhos: o ex-governador Carlos Lacerda e o temido delegado Sérgio Paranhos Fleury talvez tenham sido vítimas do mesmo esquema de eliminação montado pelas ditaduras do Cone Sul (CONY & LEE, 2003; DULLES, 2000, p. 613-617; SOUZA, 2000, p. 585-650).

Os arquivos do Ciex revelam indiscutivelmente que a vigilância movida pelos integrantes da diplomacia brasileira, não se restringia a nacionais. Os agentes do Itamaraty também monitoravam indivíduos contrários aos regimes de exceção de seus países de origem, em flagrante violação do direito internacional e do princípio de soberania (DINGES, 2005, p. 36; 400).

Deve-se levar em conta que para o Ciex a espionagem não era uma atividade puramente operacional. Ela integrava um contexto político bem mais complexo, apenas compreendido pelos diplomatas, aspecto que geralmente estava além da compreensão, inclusive, da maioria dos integrantes do Serviço Nacional de Informações (SNI) e dos demais órgãos que compunham o complexo de inteligência da ditadura militar brasileira. Tal entendimento evidenciava a ampla cultura geral, e a rígida hierarquia que caracteriza a diplomacia brasileira e que ajuda a entender as disposições de seus agentes, um fato que prescinde de uniformes e patentes, no que diz respeito à casa de Rio Branco, e que devido ao destacado

profissionalismo de servidor público, os membros que integraram o serviço secreto do Itamaraty acreditavam ocupar um patamar superior ao dos demais espões da ditadura [constituindo de fato] uma verdadeira elite dentro do sistema de informação (SEQUEIRA, 2007, p. A-2; SEQUEIRA, 2008, p. 2).

Prova isso o fato de que os dados com as quais o Itamaraty lidava originavam-se de diferentes fontes: informantes infiltrados, agentes de serviços de informação estrangeiros, material apreendido com subversivos. Processados pelos membros do Ciex, esses dados eram depois classificados, e encaminhado aos órgãos de repressão interna, cujos principais receptores foram Serviço Nacional de Informações – Agência Central (SNI/AC), Centro de Informações do Exército - CIE, Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica - Cisa,

Centro de Informações da Marinha - Cenimar, Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações exteriores - DSI/MRE e CI/DPF, além das 2ª secretarias dos Estados Maiores das Forças Armadas (EME, EMAER e EMA).

Recebidas, tais informações eram analisadas e cruzadas com outros dados, produzindo novos informes, que por sua vez serviam para a tomada de decisões por parte das autoridades políticas e policiais. Parte ativa do amplo organograma do aparato repressivo, tais órgãos também construíram seus próprios arquivos, mantendo-os até hoje guardados a sete chaves. O arquivo do Ciex é composto por documentos classificados como secreto, o segundo mais alto nível de classificação existente; ultra-secretos, os mais protegidos; e por último, os confidenciais, terceiro nível de classificação.

Em julho de 2007, o ex-embaixador Pio Corrêa admitiu ter sido o autor intelectual e material do Centro de Informações do Exterior (Ciex): “Isso saiu de mim, sim. Da minha cabeça”, afirmou. No entanto, preferiu não fornecer explicações. Seu argumento: “certas histórias não devem ser contadas”; embora ele tenha fornecido informações importantes a respeito, em suas memórias, publicadas há 14 anos (1995), com riqueza de detalhes sobre o papel fundamental que exerceu no aparato repressivo da ditadura militar, como diplomata e principalmente Secretário Geral do Itamaraty e Chanceler Interino (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008: 14-15; SEQUEIRA, 2007a).

Quando confrontadas com os papéis produzidos pelo Ciex, as memórias do embaixador, e as informações e depoimentos de ex-membros do serviço, ajudam a ultrapassar a linha que separa a verdade da verdade integral; ou talvez quase integral, devido a provas guardadas no Palácio onde funciona o Ministério, em Brasília, notícia

confirmada ao Correio por meio de relatos de ex-membros do CIEIX, mas o documento, por seu caráter ultra-secreto, estaria praticamente inacessível, confinado num imenso cofre localizado no subsolo do Itamaraty (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 16).

Para chefe do serviço secreto do Itamaraty, Pio Corrêa designou o então secretário Marcos Henrique Camillo Côrtes. Funcionando precariamente no início de suas atividades, o CIEIX recebia as informações das embaixadas e depois as consolidava em informes datilografados em folhas comuns, mas em pouco tempo passaria a trabalhar com páginas timbradas e carimbos com a sigla da agência (SEQUEIRA, 2007, p. A-3). Isso significa que a saída de Castello Branco, em 1967, não interferiu nas atividades do CIEIX, antes aprimorou o serviço devido a chegada ao poder do grupo dos duros, chefiados pelo presidente Arthur da Costa e Silva. Prestes a se aposentar, Pio Corrêa, em 1969, pediu remoção no ano seguinte

para a embaixada brasileira em Buenos Aires, tendo sido acompanhado por Camillo Côrtes nos primeiros meses. Mas, logo depois, foi enviado em caráter especial a Washington, com a missão de estreitar a colaboração no setor de inteligência com a *Central Intelligence Agency* (CIA). Aposentado, Pio Corrêa permaneceria como consultor informal do Itamaraty, passando depois definitivamente para a iniciativa privada, onde permanece até hoje. Depois dele, os diplomatas que integraram a comunidade de informações foram bastante beneficiados na carreira pública, mas sofreram preconceito dos colegas. Hoje, a maior parte dos que dirigiram o Ciex por quase duas décadas, antes de chegarem ao posto máximo da carreira, demonstraram toda a sua eficiência na coordenação das atividades de perseguição política em embaixadas brasileiras no exterior. Requisito fundamental para integrar o CIEIX era ter o curso de planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG), no Rio de Janeiro, ou ter recebido treinamento para agente na Escola Nacional de Informações (Esni), em Brasília. Diplomatas que trabalharam na comunidade de informações contaram na série de reportagens ao Correio Brasiliense que eram tratados com desdém e sofreram preconceito dos colegas em razão do trabalho que realizavam. Contaram que nos corredores do ministério havia uma anedota. A anedota dizia que os diplomatas eram classificados em três grupos distintos, de acordo com suas atividades. Do primeiro grupo faziam parte os chamados destiladores de quinta essência, geralmente diplomatas dedicados a temas jurídicos, de política internacional, ou de natureza comercial. Os que se enquadravam nesse patamar ocupavam o nível superior da escala evolutiva da diplomacia. No segundo grupo estavam os estivadores, diplomatas que desempenhavam funções administrativas, junto à Secretaria de Estado. Embora treinados para o exercício da diplomacia, os estivadores eram os que acabavam em meio a pilhas de papel, transformando-se em meros burocratas. Na época ainda não haviam sido criados os cargos de assistentes e oficiais de chancelaria, cabendo aos próprios diplomatas encarregar-se diretamente da burocracia do Ministério. No terceiro e último grupo estavam os diplomatas recrutados para integrar o sistema de informação e contra-informação. Esses diplomatas eram chamados de lixeiros, numa clara e pejorativa referência às atividades que exerciam, porque na cultura geral do Itamaraty, a espionagem era considerada uma atividade de baixo nível, sem glamour e dignidade, especialmente se exercida sob uma ditadura. Devido ao preconceito que sofriam, os lixeiros acabaram por formar uma fraternidade hermética que compartilhavam com os membros da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Itamaraty.

No entanto, o preconceito e a discriminação sofrida pelos integrantes do CIEIX eram compensados com uma rápida ascensão profissional. Depois de fazerem o trabalho sujo, os diplomatas-espões eram promovidos em menos tempo que os demais, e também enviados a

postos importantes no exterior. O exame detalhado das fichas profissionais dos lixeiros demonstra como o serviço secreto do Itamaraty serviu de atalho para a ascensão de muitos que hoje integram a cúpula do Itamaraty. Embora as atividades do CIEX não tenham despertado a atenção da maior parte do funcionalismo público e mesmo da sociedade, é difícil acreditar que o mesmo tenha acontecido com a cúpula do Itamaraty.

É inconcebível que Chanceleres e Secretários-Gerais não soubessem do que se passava no 4º andar do Anexo I do Ministério das Relações Exteriores. Dessa maneira, informa Sequeira, grandes nomes da diplomacia, como os chanceleres Antonio Azeredo da Silveira (1974-79) e Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-85), foram cúmplices dos trabalhos do Centro de Informações do Exterior. O mesmo podendo ser dito de Juracy Magalhães, que viu o CIEX nascer, de Magalhães Pinto (1967-69) e de Mário Gibson Barboza (1969-74). Guerreiro, antes de ser ministro, chefiou a Secretaria de Estado, de 1974 a 1978, despachando diariamente com o diretor do CIEX. Pela Secretaria de Estado passaram ainda os diplomatas Jorge de Carvalho e Silva (1969-74), Dário Moreira de Castro Alves (1978-79), Carlos Calero Rodrigues (1984-85) e João Clemente Baena Soares (1979-84). Baena Soares chegou a integrar a Comissão de Notáveis responsável por redigir o projeto de reforma da Organização das Nações Unidas (ONU).

Em 2006, o Senado brasileiro foi palco de um intenso debate. A sessão quase custou a nomeação do embaixador Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud para a chefia da embaixada em Guiné Conacri. Quando de sua indicação para ocupar a embaixada, surgiram denúncias de que ele teria sido espião do regime militar. À polêmica, seguiram-se o adiamento da sabatina e nos bastidores o início de delicadas gestões políticas. No calor das discussões, o diplomata alegou que teria sido vítima da ditadura, perseguido a ponto de ter de abandonar seu posto no Canadá, aonde chegou a pedir asilo político, no início dos anos 1980. Essa versão garantiu sua anistia e reintegração ao quadro ativo do Itamaraty em 2001.

Depois de algumas semanas de intenso mal-estar para o Itamaraty, as acusações contra Guilbaud foram consideradas inconsistentes e ele recebeu o aval do parlamento para representar o Brasil no país africano. No entanto, cerca de um ano após sua sabatina e aprovação pelo parlamento, os arquivos do Centro de Informações do Exterior, descobertos em junho de 2007, demonstraram que Guilbaud omitiu parte importante de seu passado. Ele foi, de fato, agente do serviço secreto do Itamaraty por quatro anos. O documento que comprova isso é o informe 001/79, que conta sua trajetória, desde o recrutamento, em 29 de março de 1974, até aos motivos que levaram ao seu desligamento do CIEX, em 1978. Ainda

segundo a documentação, Guilbaud chegou a chefiar Bases do CIEX em Santiago, Chile, no período 1976-1977, e em Lisboa, Portugal, em 1977-1978. Na opinião da cúpula do CIEX, Guilbaud carecia de capacidade técnica para o exercício de suas últimas funções. No documento, o chefe do serviço secreto declara que o diplomata:

Revelou que submetido às tensões normais e inerentes ao exercício de funções de informações no exterior, não dispõe de condições mínimas de resistência e equilíbrio emocionais, o que lhe afeta o discernimento e a capacidade de julgamento e avaliação de fatos, pessoas e situações (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 18).

Ainda segundo a mesma autoridade, tais características tornaram Guilbaud “alvo disponível para a oposição ativa internacional”. No entanto, a versão de Guilbaud é que seu afastamento ocorreu devido à descoberta de um suposto caso de corrupção envolvendo a compra do imóvel que serve até hoje de residência oficial para os embaixadores do Brasil em Lisboa. Ele acusou, na época, o então chefe do posto, general Carlos Alberto da Fontoura — considerado um oficial linha-dura entre os militares — de ter se beneficiado da transação. No entanto, questionado pelo Correio Braziliense, Guilbaud afirmou não ter mais como comprovar o desvio. Atualmente, ele é embaixador do Brasil em Guiné Conacri.

Os outros diplomatas que integraram a diretoria do CIEX foram: Paulo Sérgio Nery, que morreu em 1979, pouco tempo depois de deixar o serviço secreto, e cuja ficha funcional não pôde ser encontrada entre os papéis disponibilizados pelo CIEX e hoje guardadas no Arquivo Nacional. Octavio J. de A. Goulart, que fez a ligação do CIEX com Washington até 1974, logo após ser nomeado assessor de gabinete do Chanceler Azeredo da Silveira. Em 1977, Goulart assumiu a chefia do CIEX, então sob a nomenclatura Assessoria de Documentação Exterior. Em sua gestão, ele transformou-a na Secretaria de Documentação de Política Exterior (Sedoc). Dois anos depois, Goulart tornou-se cônsul-geral do Brasil em Paris, onde acompanhou os núcleos de asilados políticos, e depois ocupou aquele que seria seu último posto como embaixador: Georgetown. Goulart morreu em 29 de dezembro de 2004. João Carlos Pessoa Fragoso começou a trabalhar para o CIEX em 1966, em Montevideu. Dois anos depois foi promovido a assistente da Secretaria Geral de Política Exterior. Seu nome aparece num documento secreto, datado de 1969, informando sua substituição no posto de diretor-executivo do Centro de Informações do Exterior (CIEX) pelo segundo-secretário Paulo Sérgio Nery. Fragoso foi chefe do Gabinete Civil do general-presidente Emilio Garastazú Médici. Cinco anos depois, ele estaria na embaixada brasileira no Vaticano, retornando ao Brasil em 1977, como chefe do cerimonial do Itamaraty. Os serviços de Fragoso ainda seriam úteis ao presidente Figueiredo, de 1981 a 1985. Depois disso,

Fragoso foi embaixador do Brasil em Madri, Bonn e Bruxelas, tendo passado ainda três anos na Secretaria de Relações com o Congresso. Fragoso encerrou sua privilegiada carreira como embaixador do Brasil em Atenas. Hoje, desfruta a aposentadoria em seu sítio em Barra do Piraí, município do interior fluminense. Agildo Sellos de Moura serviu em Santiago do Chile entre 1967 e 1971. Nesse ano, ele passou a assessor do CIEX (na época conhecido como Adoc). Um ano depois, assumiu a chefia da Divisão de Segurança de Informações (DSI) do Itamaraty, permanecendo nesse posto seis anos. Depois disso, sua carreira decolou: foi conselheiro na missão junto à Unesco, em Paris; serviu nos consulados gerais em Miami e Montreal. Em 1987, esteve à disposição do Estado Maior das Forças Armadas, no Rio de Janeiro. Seu último posto foi o de chefe da divisão de arquivo, encerrando a carreira como embaixador em *Porto of Spain*. Hoje, vive no Lago Sul, em Brasília. Ocupando o posto de segundo secretário em Varsóvia, Polônia, Sérgio Damasceno Vieira foi recrutado pelo CIEX. Varsóvia foi um posto de observação dos mais importantes para o serviço de espionagem do Itamaraty. Varsóvia era usada como escala pelos brasileiros que faziam treinamento de guerrilha em Cuba. A eficiência de Vieira no monitoramento dos opositores do regime militar valeu-lhe a chefia de uma assessoria especial da Divisão de Segurança e Informação (DSI) do Itamaraty, onde ficou por três anos. Ele serviu ainda em Lisboa e Caracas, antes de voltar a Brasília, em 1981, para assumir a direção da DSI. Antes de se aposentar, Vieira foi embaixador em Kuala Lumpur e na Guatemala, além de inspetor-geral na Secretaria de Estado. Recém aposentado, retornou para sua terra natal, Salvador, Bahia. Carlos Luzilde Hildebrandt foi um dos últimos chefes do CIEX. Serviu nas embaixadas da Bulgária e de Portugal. No informe 246, datado de 17 de dezembro de 1979, e encaminhado ao chefe do Serviço Nacional de Informações, Hildebrandt avalia negativamente as atividades de monitoramento externo. Na época, justificando sua avaliação, ele julga que o SNI havia se tornado uma burocracia pesada e ineficiente, crise que se refletia diretamente no funcionamento do CIEX, recomendando a revisão do Plano Nacional de Informações, no sentido de otimizar esforços e reduzir burocracia. Marcos Henrique Camillo Côrtes, fiel amigo do diplomata Manoel Pio Corrêa, serviu em Montevidéu, em 1965. A relação de confiança entre eles garantiu sua nomeação como primeiro diretor-executivo do CIEX. Em 1968, Côrtes acompanhou Pio Corrêa a Buenos Aires, com o objetivo de montar a estrutura do serviço na capital Argentina. No mesmo ano, Côrtes foi enviado em missão especial a Washington com o objetivo de estreitar a colaboração do setor de inteligência brasileiro com a CIA. Voltou ao Brasil em 1969, como oficial do Gabinete do ministro de Estado. Em 1973, auxiliou durante um ano o diplomata Octavio J. de A. Goulart na direção do CIEX, e no ano

seguinte voltou a Buenos Aires, agora como o segundo homem na hierarquia da embaixada. Em 1978, assumiu a embaixada em Camberra, acumulando nos anos seguintes as embaixadas de Wellington, Port Moresby e Porto Vila. Depois de aposentado, tornou-se consultor da Escola Superior de Guerra (ESG) e jura “que o CIEX nunca existiu” Côrtes vive no Rio de Janeiro (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 19-20).

Contando, portanto, com pessoal e estrutura específicos, o Itamaraty dispunha de um Plano de Busca Externa baseado em um esquema de cooperação para caça aos comunistas. Nisso, o Ministério das Relações Exteriores antecipou-se em pelo menos uma década à Operação Condor, o sistema de cooperação entre forças de segurança e inteligência, para combate aos comunistas na América Latina, lançada pelo governo do general chileno Augusto Pinochet Ugarte, em 1975.

Documentos secretos do Ministério das Relações Exteriores (MRE) comprovam que o regime militar brasileiro estruturou um sistema de monitoramento e de troca de informações sobre opositores políticos brasileiros e estrangeiros, cuja articulação internacional envolvia agentes de diferentes comunidades de informações, policiais, militares, para-militares e diplomatas. Sendo assim, a diplomacia brasileira exerceu o papel de tentáculo auxiliar da repressão, com impecável profissionalismo e dedicação. A ponto de, em poucos anos, alcançar níveis de eficiência e coordenação jamais vistos entre as demais agências de inteligência do período. Isso, inclusive, é o que explicaria as poucas evidências disponíveis sobre a participação brasileira na Operação Condor. De fato, tal participação foi mínima e não havia motivos para ser diferente.

Como vimos, o CIEX atuava com base num esquema definido como Plano de Busca Externa, operado com o apoio de agentes do próprio Sistema Nacional de Informações (SNI) e de adidos militares, geralmente integrados aos setores de inteligência de suas respectivas Forças (DINGES, 34-36; SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 20-23).

O Plano de Busca Externa integrava o Plano Nacional de Informações, que por sua vez era cuidadosamente atualizado a cada governo. O desempenho da repressão brasileira no exterior, mediante o excelente trabalho do Itamaraty, explica assim a relativa indiferença com que o governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) avaliou a iniciativa de Pinochet e de Manoel Contreras, chefe da Inteligência chilena (Dina) no momento de criação da Operação Condor. Em novembro de 1975, o general João Figueiredo, então chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), foi convidado a viajar a Santiago do Chile para participar da reunião de fundação da Operação Condor. Figueiredo não esteve presente à reunião, mas enviou ao evento um observador, “sob expressa recomendação de manter distância estratégica em

relação aos demais conviveres”. No entanto, nada que foi discutido nessa reunião era novidade para os militares brasileiros (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 21; DINGES, 2005, p. 388).

Àquela altura, a ditadura brasileira já havia praticamente destruído a oposição interna, comemorando a vitória contra os guerrilheiros comunistas na região do Araguaia (PA). Além disso, os militares brasileiros desconfiavam da atuação pouco discreta do regime de Pinochet. Tal avaliação baseava-se na repercussão negativa do atentado à bomba que matou o general Carlos Prats, ministro da Defesa de Salvador Allende, em Buenos Aires, um ano antes, e especialmente após o assassinato do ex-Chanceler de Allende, Orlando Letelier, em plena capital dos Estados Unidos, Washington D.C., em 1976 (DINGES, 2005: 37-38; 282-296).

A análise da documentação produzida pelo CIEX mostra que os diplomatas brasileiros subdimensionavam a Operação Condor. É o que demonstra, por exemplo, o Informe de nº 334, de 13 de setembro de 1977. O documento trata da decisão do Uruguai de pôr em prática a denominada Operação Condor. Segundo o informante, a finalidade da Operação seria apenas “detectar atividades de elementos esquerdistas ligados ao meio estudantil local”. O documento revela ainda que os agentes uruguaios passariam a examinar “todas as atas das sessões dos Conselhos de Direção das Faculdades e do Conselho Central Universitário”, por suspeita das autoridades de que “estão sendo reativadas as ações clandestinas da Federação de Estudantes Universitários do Uruguai (FEUU)”, que constituía o “ramo representativo do PC uruguaio no meio estudantil”. O documento informa ainda sobre a prisão de “Alberto Castillo Alvarez e Max Cognolli, além de Hugo Selinko e César Corengia, ex-conselheiros pela ordem docente, e Edgardo Rodas, ex-conselheiro pela ordem estudantil”. Informes elaborados pelo CIEX “também demonstram que Pinochet e Contreras teriam decidido lançar sua iniciativa conjunta, em uma reação ao desejo dos movimentos comunistas sul-americanos de se unirem para amplificar forças” (SEQUEIRA, A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 22).

A leitura dos documentos do Cix revela que a discrição constituiu componente fundamental do Plano de Busca Externa, elaborado sob a gestão do fleumático Chanceler Mario Gibson Barboza. Motivos para o sigilo sobre tais acontecimentos por mais de três décadas são compreensíveis: os documentos mostram que

(...) geralmente a decisão de eliminar um asilado brasileiro derivava da avaliação de que ele representava uma ameaça real para o regime. Foi o que ocorreu com Edmur Péricles Camargo, vulgo Gauchão, um dos 70 presos políticos trocados pelo embaixador suíço Giovanni Bucher. Por causa de seu esforço em estabelecer uma base da guerrilha na Bolívia e a promessa de assassinar um asilado suspeito de infiltração, Péricles Camargo teve seu destino selado numa viagem do Chile para a Argentina em 1971 (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

Vários informes escritos por agentes brasileiros e constantes da documentação em poder do CIEX

revelam que Gauchão trabalhava na instalação de uma base de guerrilhas na Bolívia. Seu contato lá era o chefe guerrilheiro boliviano “Chato” Peredo, um dos subversivos mais procurados naquele país. Em junho de 1971, Péricles Camargo deixou Santiago do Chile com destino a Buenos Aires para um tratamento ocular — as torturas a que fora submetido nos porões do DOPS de São Paulo teriam comprometido sua visão (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 22).

Consta ainda que:

Desembarcou no aeroporto internacional de Ezeiza, onde foi detido numa operação entre autoridades policiais brasileiras e argentinas, com base nas informações do CIEX e o apoio de informantes infiltrados na companhia aérea LAN-Chile. O desaparecimento de Gauchão foi oficialmente registrado como ocorrido em 1975, apenas quatro anos depois. Edmur viajava com o nome falso de Henrique Vilaça. Seu paradeiro permanece desconhecido (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

O informe de nº 133/71 fornece inclusive o motivo pelo qual Gauchão teve de desaparecer. Segundo o autor do informe, Gauchão foi eliminado para “evitar que ele executasse um possível elemento infiltrado do regime”. Fazendo as contas, o autor do informe faz o registro contábil do processo que vinha acompanhando:

Os setenta banidos, agora reduzidos a 62, com a viagem de oito membros, continuariam desconfiados de que um deles é elemento infiltrado, com a finalidade de espioná-los. Desconfiam de um elemento, que seria o asilado João Batista Rita. Edmur Péricles Camacho (Gauchão) e outros mais desejariam mesmo assassinar o referido banido (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

Os documentos informam ainda que:

A troca de informações entre o CIEX e agências de outros países levou à localização de membros de movimentos de esquerda em todo o mundo: Motoneros (Argentina), Tupamaros (Uruguai), MIR (Chile), além de partidos de tendência socialista. Também foram perseguidos funcionários de empresas e autoridades (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

O informe de nº 151/71 é escrito com tal precisão que chega a dar o nome de pessoas, o endereço no qual se encontraram, o teor da conversa, e o motivo da reunião: a existência de uma célula esquerdista no Banco do Brasil em Montevideú. O relator do informe atribui a descoberta à polícia uruguaia, que prenderia três pessoas, todos funcionários do Banco do Brasil:

Ary Cabrera Prates, Rubén Julio Vaneiro Roso e Luis Alberto Chemi de Mello, três funcionários do Banco do Brasil. Na agência havia sido organizada uma célula da esquerda radical (FER ou MLN), descoberta pela polícia uruguaia, quando seus

membros realizavam uma reunião clandestina na Escola Pública/171, em Billa Garcia (km.21 do Camino Maldonado, Montevideu - SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

Esse tipo de sistema de vigilância internacionalmente articulada, mediante troca de informações estratégicas, obtidas pelos serviços de inteligência, ou pelas polícias nacionais dos países envolvidos, subsidiaram operações de monitoramento e prisões, também, de cidadãos comuns. Isso aconteceu, por exemplo, quando da apreensão de um: “caderno de endereços pertencente ao dirigente da esquerda peronista Mario Vallota, confiscado pelo serviço secreto francês e depois encaminhado ao CIEX por meio da embaixada na França”. O informe nº 142/71 diz que, no caderno, constava o nome e o endereço de pelo menos 20 pessoas. De posse dessas informações, um agente diplomático identificou-as e estabelecendo sua relação com a subversão enviou este informe ao sistema de repressão

Josée Utard, citada sob o número 12, pode ser Maria Josée Utard, que em Paris servia até DEZ/69, de elemento de ligação entre Miguel Arraes e a embaixada de Cuba. Claude Julien, citado sob o número 6, é jornalista e escritor ligado a Marcel Niedergang e a Miguel Arraes. O codinome ‘Jacques’ indicaria um contato com o Partido Comunista Francês”, explica um agente do CIEX (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

Outro caso ocorreu com a polícia italiana, que apreendeu a agenda de um integrante da chamada Frente Brasileira de Informações. Essa organização destinava-se à propaganda internacional contra a ditadura brasileira. No livreto constava o endereço residencial e comercial de 54 pessoas, tendo sido devidamente encaminhado ao CIEX, que informa o seguinte sobre esse episódio:

Os relatos continham até números de telefones. Em muitos casos, as informações motivaram batidas policiais, revistas e detenções. A prisão de Jefferson Cardim Allencar Osório no final de 1970 rendeu ao serviço secreto do Itamaraty uma longa lista de contatos do subversivo em lugares como Alemanha Ocidental, Paris, Guiana, Montevideu, Santiago do Chile, Havana e até no Pará (SEQUEIRA, 2007, p. A-3; SEQUEIRA, 2008, p. 23).

Os países com os quais o CIEX mantinha cooperação, no intercâmbio de informações a respeito dos opositores dos regimes militares no Cone Sul eram Estados Unidos, Itália, França, Portugal, Tchecoslováquia, Argélia, China, Venezuela, Equador, Peru, Brasília, Paraguai, Chile, Uruguai e Argentina.

Dois episódios demonstram a extensão do envolvimento do Itamaraty com a Operação Condor: o caso Flávia Schiling³⁶ e Francisco Tenório Junior. Em 1972, foi presa no Uruguai a

³⁶ Flávia Schiling é filha de Paulo Schiling, um ex-militar que participou da tentativa de montagem da guerrilha de Caparaó, juntamente com outros militares expulsos das Forças Armadas após o golpe de Estado de 1964.

brasileira Flávia Schiling, acusada de integrar o grupo terrorista Tupamaros. Flávia permaneceu durante oito anos nas prisões da ditadura uruguaia. A prisão de Flávia só foi possível devido à colaboração do Ministério com as forças de segurança uruguaias - sistemática que as memórias de Pio Corrêa e os documentos encontrados em 2007 demonstram amplamente - bem como as circunstâncias de sua libertação.

Em 1979, início do processo de abertura, devido à pressão pela libertação de Flávia, o Itamaraty iniciou consultas nos bastidores visando o relaxamento da prisão da brasileira, que a essa altura já inspirava uma campanha nacional e internacional por sua libertação. Diante da resistência do governo Uruguio em libertar a prisioneira, o chanceler Ramiro Saraiva Guerreiro resolveu recorrer ao presidente Figueiredo, que por sua vez acionou o SNI, conseguindo a libertação da brasileira porque, nas palavras do então chefe do Serviço, general Octávio de Medeiros, “tínhamos muitos contatos na inteligência Uruguai”, o que demonstra que o sistema articulado por Pio Corrêa entre diplomatas e brasileiros, apesar de agônico, ainda funcionava com eficiência e eficácia. O que mais chama a atenção, entretanto, é que o trabalho conjunto, iniciado de forma silente pelo Itamaraty, e complementado pelo SNI, em relação à Flávia, permaneceu em segredo até mesmo para os principais interessados no assunto: a própria Flávia e seu advogado, Gerson Mendonça Neto, foram surpreendidos pelo jornal *O Globo*, quase vinte e cinco anos depois, em 2004, pela revelação dos bastidores do processo que levou à libertação de Flávia, durante uma entrevista concedida por ambos para uma série de reportagens sobre os 40 anos do golpe de Estado de 1964. Isso, entretanto, pode ser entendido mediante o contato com registros deixados pelo próprio Saraiva Guerreiro. Em suas *Lembranças de um Empregado do Itamaraty*, a primeira frase escrita por esse antigo policial é esta: “Hesito em escrever, se não obrigado por ofício”. Porque, para Guerreiro, escrever constituía uma ação que apenas contribui para submeter o leitor ao “incremento de sua taxa de confusão”. Mas além de escrever, o diplomata também não gostava de falar, especialmente com a imprensa. Pois com essa teria aprendido o perigo de ter de responder a perguntas hipotéticas; e perguntas que envolvam a necessidade de “qualquer explicação sobre a provável reação [da diplomacia, do governo, do Estado] a uma situação que não existe, não é próprio de diplomatas (e diria de políticos em geral), a não ser em casos em que obviamente há a intenção de dar um recado” (GUERREIRO, 1992, 9; 196; MARQUES, 2004, p. 4). Mas a verdade é que os recados do Itamaraty eram dados na forma de ações que dispensavam palavras. Um bom exemplo disso é um fato ocorrido entre a prisão de Flávia, e o início de negociações do SNI e do Itamaraty, pela sua libertação. O fato é um dos mais estranhos de toda a história do envolvimento do Itamaraty com o aparato de repressão que se abateu sobre

a América Latina na década de 1970. Na época, o Chanceler era Azeredo da Silveira. O fato que aqui apresentaremos possui nome e rosto: Francisco Tenório Júnior, brasileiro, pianista, desaparecido em Buenos Aires na madrugada de 18 de março de 1976, logo após ter se apresentado num show juntamente com os compositores Vinicius de Moraes e Toquinho. Tenório Júnior não se enquadra no tipo de alvo do CIEX; não se envolvia em questões políticas, era formado em medicina, mas acabou dedicando a vida à carreira artística. O Itamaraty, entretanto, dispensou a ele o mesmo tratamento que reservaria, por exemplo, a um Mariguella. Esse brasileiro pacato e absolutamente apolítico, conforme o descreveu o compositor Vinicius de Moraes, teve um fim trágico e um tratamento por parte de nossa diplomacia simplesmente intolerável. Fatos como o que ocorreram com Francisco Tenório Júnior são importantes porque tem o efeito de contraste fundamental para o fortalecimento de nosso entendimento sobre o *habitus* diplomático.

Nascido no Rio de Janeiro, Francisco Tenório Junior encontrava-se em Buenos Aires em 18 de março de 1976 quando desapareceu. Ao chegar à Argentina, no dia 16 de fevereiro, ele ficou hospedado no Hotel *Normandie*, até que na madrugada do dia 18 de março, data em que ele regressaria ao Brasil devido ao clima de asfixia provocado pela iminência de um golpe de Estado, ele desapareceu para nunca mais ser visto, vivo ou morto. Cinco dias após seu desaparecimento os militares depuseram violentamente a presidente Isabelita Perón.

Tenório saiu do hotel por volta das 3 e meia da madrugada para ir a uma farmácia a poucos metros de onde estava hospedado. Até hoje não se sabe se ele conseguiu chegar à farmácia. Para as ultimas pessoas que o viram ele se queixava de uma dor de cabeça. Mas aquelas eram noites marcadas pelo medo e pela violência, a policia e os grupos paramilitares espalhavam o terror em Buenos Aires: entravam em bares e restaurantes, paravam automóveis, faziam batidas, prendiam pessoas. Dezenas delas jamais foram encontradas. Em função disso, Tenório Junior, numa atitude simples, mas que naquela conjuntura constituía extremo risco, foi tragado pela máquina de repressão que a partir de então implantava o que o jornalista Domingos Meireles apropriadamente descreveu como a coreografia de uma violência cuja face sombria ele exibiu, ainda que brevemente, numa reportagem intitulada O Pianista, transmitida num domingo, 16 de fevereiro de 1992, dezesseis anos depois do desaparecimento de Tenório e que nos servirá de fonte para o relato e as declarações a seguir.

As cenas exibidas pela reportagem são quase inacreditáveis: pessoas correndo desesperadas nas ruas de Buenos Aires, sendo alvejadas praticamente à queima-roupa, por agentes do serviço de repressão, utilizando armas de grosso calibre. À medida que os disparos

se sucedem, os corpos vão ficando pelo caminho, enquanto transeuntes, quando conseguem, fogem aterrorizados, sob fogo cerrado, diante da brutalidade dos algozes da ditadura. Decerto, foi numa batida policial semelhante a esta que Tenório desapareceu sem deixar vestígios. No clima de golpe que asfixiava a Argentina, o mais preocupado com o destino de Tenório era o ex-diplomata Vinicius de Moraes, que mobilizou os meios diplomáticos, sem nada conseguir. Em entrevista a um repórter argentino, e ainda sem entender o que poderia ter acontecido ao pianista, ele declarou:

Ele não tinha nada com política. Era realmente um ser apolítico. Levava seus documentos no bolso, como sempre. Porque isso nossos empresários nos avisava, a todos, que trouxessem sempre os documentos no bolso quando saíssemos.

O cantor e compositor Toquinho, comentando os acontecimentos na Argentina e as circunstâncias do desaparecimento de Tenório Junior disse:

Era uma tensão muito grande. Eu acho que quando ele saiu nessa madrugada deve ter tido uma batida dessas, acho que ele foi interrogado, e como ele não falava bem o castelhano, enfim, ele foi levado e a impressão de todos é que ele deve ter sido torturado e não agüentou as torturas.

Na época do desaparecimento de Tenório, sua esposa, Carmem Cerqueira, estava grávida do quinto filho do casal (Leonardo), nascido um mês após o desaparecimento do pai. Fazendo uma retrospectiva dos dezesseis anos que viveu sem saber de notícias do marido ela declarou:

Foi uma vida muito difícil, muito sacrificada. Muita coisa aconteceu, mas agente tem conseguido sobreviver. A falta de notícias, os filhos perguntando pelo pai, a gente não sabe o que dizer.

Elisa Cerqueira, filha mais velha de Tenório, fala das lembranças que lhe ficaram do pai:

Eu gostava, era muito ligada nele, pelo que eu me lembro; também passou muito tempo, então as coisas vão se esvanecendo um pouco. Mas sei lá, bem humorado, bastante bem humorado. Acho que era um bom pai, sem parecer piegas. Era um paizão.

Dezesseis anos depois, Domingos Meireles e Carmem Cerqueira viajaram a Buenos Aires. A primeira atitude foi entrar em contato com a INTERPOL, órgão internacional, do qual obtiveram a primeira declaração oficial sobre o caso. Após ouvi-los, esta foi a declaração do Comissario Ramiro Ferrayolo: “No tengo explicaciones, no que me respecta, de lo que puede ter sucedido a este señor”. Em seguida, o casal procurou o Consulado do Brasil em

Buenos Aires, sendo recebido pessoalmente pelo Cônsul Roberto Soares de Oliveira, que por sua vez disse informou que:

O último expediente de que dispomos é uma resposta de 1979, da Polícia Federal Argentina, que, respondendo ao Encarregado de Assuntos Brasileiros, eles confirmam não existir registro nenhum, nos arquivos da Polícia Federal, sob a prisão ou a constância de detenção do senhor Francisco Tenório Junior.

Pouco depois, seria a vez de Domingos Meireles localizar um antigo funcionário do consulado brasileiro em Buenos Aires, na época dos acontecimentos envolvendo Tenório Junior. Testemunha de fatos que completavam naquele momento quase duas décadas, Manoel Rodrigues Pinhedo declarou à reportagem que:

Recebi o telefonema e imediatamente fui ao consulado e comuniquei ao Cônsul geral que me solicitou para tomar as medidas necessárias. Recorri às diversas Comissarias de diversas zonas já que não sabíamos [onde é] e o que tinha acontecido. Em todas que eu fui me informaram que na lista dos detidos essa madrugada não constava o nome dele.

Domingos Meireles encontrou-se ainda com o deputado argentino Alfredo Bravo, que denunciou e confirmou o intercâmbio, em ações de repressão, entre as Forças Armadas do Brasil e da Argentina. Bravo declarou: “Havia un intercambio en este momento entre las Fuerzas Armadas brasileña e Argentina”.

A reportagem insistiu e teve acesso pela primeira vez a documentos secretos da Armada Argentina que demonstram que agentes do Serviço Nacional de Informações (SNI) do Brasil, estavam autorizados a operar em Buenos Aires em conjunto com os órgãos de segurança argentinos, de acordo com a Circular Interna nº 15 [data ilegível em vídeo]. Outro documento, datado de 20 de maio de 1976, endereçado ao “Señor Director de la Escuela Mecânica de la Armada Contra-Almirante Jacinto Ruben Chamorro, jefe del comando de Operaciones anti-subversivas de la Subzona de Seguridad de la Capital Federal”, confirma a prisão do pianista e informa que ela foi comunicada a um dos agentes do SNI em Buenos Aires. Um ofício da Armada Argentina, datado de 25 de março de 1976, teria sido encaminhado à Embaixada brasileira em Buenos Aires. O documento, assinado pelo Capitán de Corbeta Jorge E. Acosta Rol nº 33420 Jefe G. T. 3.3/2 del S. I. N. – chefe de um grupo de operações anti-subversivos, confirma a morte de Francisco Tenório Junior, fornece o número do traslado, o número do passaporte, diz que ele tinha 35 anos, era músico e residia no Rio de Janeiro. O ofício informa ainda que o corpo de Tenório Junior encontrava-se no necrotério de Buenos Aires à disposição da Embaixada brasileira. Ninguém confirmou a autenticidade dos documentos, que foram fornecidos por um ex-cabo da Marinha da Argentina, que participou

ativamente da repressão e da tortura em lugares como a Escuela Mecânica de la Armada, situada no bairro de Nuñes.

O passo seguinte da reportagem foi visitar o cemitério de *Chacarita*, utilizado para enterros clandestinos e sem identificação, pelos militares, ao longo do período de repressão. Quase todos os cemitérios da Argentina foram utilizados pelos órgãos de repressão para enterrar corpos quase sempre sem identificação, em enterros noturnos, em torno dos quais policiais, civis e militares fizeram um pacto de silencio. Frustrada com as autoridades diplomáticas brasileiras, Carmem Cerqueira por fim declarou:

Eu estou saindo da Argentina triste, magoada, porque eu percebi que o governo brasileiro não tomou atitude alguma na ocasião. Estou convencida de que se tivesse havido uma intervenção direta do embaixador do Brasil, no caso, as coisas poderiam ter corrido diferente. Então nós estaríamos aqui agora com outra história para contar. Eu estaria levando uma outra notícia para meus filhos.

O que se passou com Tenório Junior e com tantos outros só pode ser entendido entrando em contato com os bastidores da repressão política, o mundo da informação e da contra-informação, universo no qual diplomatas transitam com desenvoltura.

Especificamente, a máquina de repressão que se abateu sobre Tenório Júnior foi criada em novembro de 1975, numa reunião em Santiago do Chile, cujo objetivo foi a criação da Operação Condor. As forças militares então representadas dominavam a vida de mais de dois terços da população da América do Sul. O Serviço de Inteligência Militar Conjunta, que já funcionava na ocasião desde pelo menos 1966-1967, ficara sabendo que os grupos clandestinos mais perigosos se reuniam numa campanha internacional que combinava ataques armados e diplomacia internacional, com base em toda a América Latina e que incluía redes de apoio na Europa. Foi então que o Chile encabeçou um plano de combate a essas forças de esquerda, capaz de não só ataca-las, mas neutralizar completamente esses inimigos, em qualquer parte do mundo. O Primeiro Encontro Interamericano de Inteligência Nacional foi dirigido pelo chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (Dina), o coronel Manuel Contreras. Do encontro surgiu a constituição de um sofisticado sistema de comunicação cuja tecnologia de ponta era então o telex, o microfilme, o computador e a criptografia (DINGES, 2005, p. 33-34).

O sistema possuía três fases: a fase Um seria a criação de um Centro Coordenador no Chile para colher, comunicar e trocar informações sobre pessoas e organizações ligadas à subversão. O centro devia ser similar ao que a INTERPOL possuía em Paris, mas especificamente destinado à subversão. As fases Dois e Três da organização consistiam de operações, atividades tão secretas que a própria palavra não aparece nos documentos. Na

imagem e relato a seguir é possível se ter uma idéia da magnitude das atividades nas quais tomava parte – por mais discreta que tenha sido essa operação – o Ministério das Relações Exteriores do Brasil:

No mundo do Serviço de Inteligência, a distinção entre ‘informações’ e ‘operações’ separa os homens dos meninos. Operação significa planejar e executar uma ação que promova diretamente o objetivo militar ou político que a agência está tentando alcançar. Às vezes, as ações são projetadas para colher informações e servir ao braço de pesquisa e análise da agência. Muito frequentemente, as operações são projetadas para atacar, incapacitar ou impedir de alguma maneira a ação do inimigo. Incluem disseminação de propaganda (propaganda ‘negra’, que significa uso de mentiras, também conhecida como ‘desinformação’, para desacreditar ou confundir o inimigo), controle dos movimentos e localização de alvos inimigos e por fim realização de missões secretas para capturar e prender ativistas. O pináculo das operações do Serviço de Inteligência era o assassinato. Na linguagem da segurança da América Latina em, meados da década de 70, operação era a palavra usada para seqüestro, interrogatório sob tortura e extermínio (...) O novo sistema formalizaria e aprimoraria essa colaboração, expandindo-se para incluir a Bolívia e o Brasil. Os Serviços de Inteligência trocariam informações, permitindo que cada um acompanhasse o paradeiro e os movimentos dos alvos inimigos presentes em outro país. Um dos países ou ambos se encarregaria de vigiar e capturar o subversivo; todos os países interessados participariam do interrogatório. Os relatórios baseados no interrogatório seriam partilhados, e, caso solicitado, o esquerdista apreendido seria transportado ao seu país natal para novos interrogatórios e eventual execução (DINGES, 2005, p. 34-35-36).

Segundo o testemunho de Mario Maestri, professor e ex-refugiado político que viveu no Chile e na Bélgica, de 1971 a 1975

a memória suja e submissão canina do Itamaraty ao regime militar foi prática de conhecimento geral dos brasileiros que viveram no exterior, como refugiados ou não, durante a ditadura. Naqueles anos, sobretudo os exilados fugiam dos diplomatas nacionais como o diabo da cruz. As recentes investigações do jornalista Claudio Dantas Sequeira, publicadas no Correio Braziliense (...) acabam de desvelar aspectos gravíssimos das prestações policiais do Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MAESTRI, 2007).

Através do atuante Centro de Informações do Exterior [Ciex], diplomatas

trabalharam como sabujos da ditadura, contribuindo para a prisão, tortura e morte de cidadãos nacionais. As investigações do jornalista registram que os diplomatas dedos-duros foram recompensados profissionalmente durante a ditadura e, após seu fim, protegidos pelos dirigentes da instituição e pela inimizabilidade ainda garantida aos criminosos do Estado militar (MAESTRI, 2007).

Maestri declara, entretanto que: “Os valiosos artigos de Sequeira não discutem as raízes de tão fácil e profunda disfunção policial do Itamaraty”. De fato, como jornalista, a tarefa de Sequeira limitou-se a noticiar uma descoberta. No entanto, discordamos do professor Maestri quando ele fala das raízes responsáveis pela tão “fácil e profunda disfunção policial do Itamaraty”. Nesse sentido, acatemos como verdadeira a expressão fácil. De fato, não há dificuldade em ações e omissões por *habitus*, seja ele diplomático ou de qualquer outro tipo.

No entanto, entendemos que não existe “profunda disfunção policial” nas atitudes por *habitus* apresentadas pelos diplomatas, porque sua conduta corresponde ao que há de específico a seu campo.

Por essa razão somos levados a discordar do professor Maestri uma segunda vez. Para ele, o que explica as ações do Itamaraty seria uma questão de classe, aspecto que respeitamos, até pelo fato de o assunto dizer respeito diretamente às emoções do professor e certamente a suas convicções ideológicas, mas que tendo em vista o objetivo sociológico de nossa tese, a sua argumentação não nos parece apropriada. Para ele:

O Ministério de Relações Exteriores constitui órgão elitista, com consolidados interesses corporativistas. Ele foi e continua sendo espécie de corpo aristocrático a serviço de república elitista. Quem viveu no exterior, antes ou após a ditadura, certamente conheceu a displicência dos serviços diplomáticos nacionais com o trabalhador ou estudante comum no exterior (MAESTRI, 2007).

No entanto, numa questão estamos de acordo com Maestri:

A dimensão dos serviços prestados e o sigilo em que foram mantidos nos últimos 22 anos registram que o Ciex não foi produto da ação de alguns poucos diplomatas direitistas ou oportunistas. O amplo desvio do Itamaraty de suas funções constitucionais só foi possível devido ao envolvimento da instituição como um todo, pela ação ou pela inação. Não se registra entre os pupilos do barão de Rio Branco um diplomata como o português Aristides de Sousa Mendes que, em pleno salazarismo, serviu-se destemidamente de sua posição funcional para proteger perseguidos e humilhados (MAESTRI, 2007).

De fato, em cinco anos de investigação não encontramos nenhum diplomata brasileiro que tenha apresentado tal perfil e disposição. Mas há outros dois aspectos, do breve depoimento de Maestri, que também merecem destaque. O primeiro diz respeito à identificação do Itamaraty com os golpistas: “O apoio institucional do Itamaraty à repressão militar apoiou-se certamente na sua dissidência visceral com o projeto de democratização político-social do país proposto pela oposição à ditadura militar (MAESTRI, 2007)”. O segundo aspecto é o seguinte:

No decurso das atuais discussões sobre a ação do Ciex, terminou registrando-se que a vigilância aos brasileiros tidos como subversivos pelo serviço diplomático brasileiro existia já em forma embrionária muito anos antes do golpe militar de 1964, em pleno regime constitucional. [De fato], o CIEEX constitui manifestação de um *habitus* que entre os diplomatas vem de longe (MAESTRI, 2007).

Uma suspeita de Maestri de fato se comprova:

A colaboração do Itamaraty com a ditadura parece ter superado o ocorrido com os corpos diplomáticos de outras nações latino-americanas. Desde os primeiros momentos do golpe militar de 11 de setembro de 1973, os golpistas chilenos

empreenderam verdadeira caçada aos milhares de latino-americanos que o governo Salvador Allende recebera e abrigara de braços abertos. Ação que, sob inspiração estadunidense, objetivava liquidar fisicamente boa parte da militância do continente. Foi tamanha a sanha xenófoba que os próprios diplomatas de países do nosso continente com governos ditatoriais abriram as portas das embaixadas para salvar seus opositores perseguidos como cães. Diplomatas uruguaios acolheram militantes tupamaros refugiados no Chile, escoados a seguir para outras embaixadas (MAESTRI, 2007).

Mas o que Maestri talvez ignora é que em 1973 o Condor ainda não existia, mas a sua lógica e logística já eram atuantes, desde pelos menos 1966, o que seguramente significa que os refugiados que pensavam estar seguros, por receberem abrigo nas embaixadas, na verdade encontravam-se sob a vigilância de um sistema que, à medida que se especializava, acabaria por resultar no Condor. A partir do momento em que os perseguidos políticos eram recebidos pelas representações diplomáticas, o monitoramento tinha início, sendo ainda mais efetivo após a articulação das ditaduras (MARIANO, 2003: 19; DINGES, 2005, p. 33-34). No entanto, Maestri acerta quando afirma que:

Houve apenas uma e só uma legação diplomática latino-americana que manteve as portas insensivelmente cerradas aos nacionais acuados: a brasileira. Ação com o resultado previsível: centenas de nacionais, turistas, refugiados e familiares de refugiados, foram presos, agredidos, torturados. Diversos brasileiros como o professor universitário Vânio José de Mattos e o engenheiro Túlio Quintiliano foram executados por não terem conseguido refúgio (MAESTRI, 2007).

Por fim, o que chama a atenção no testemunho de Maestri, e comprova às suspeitas que resultaram nesta pesquisa, é que

Tudo isso era sabido, ainda que pouco difundido. O não sabido e revelado pelo jornalismo Sequeira é que a perseguição, tortura e execução de brasileiros por militares chilenos foram em boa parte teleguiadas por diplomatas nacionais em serviço no Chile (MAESTRI, 2007).

Ou seja, o essencial permanecia um segredo, reforçado pela disposição do Itamaraty em adaptar-se a qualquer contexto. E assim, no ocaso da ditadura, o Itamaraty assume face e roupagem condizentes com os novos tempos que se anunciavam. Com o aprofundamento do processo de abertura, o Ministério dá início à produção de sua nova identidade. Mas toda mudança deixa evidências, e é sobre essas evidências, deixadas pelo caminho, que é possível reconstituir as formas pregressa e atual das muitas faces do Itamaraty. E assim, a partir de 1985, o Itamaraty sombrio do período autoritário surge impecável. A partir de então começa a tomar forma o mito de um Ministério incólume aos crimes do regime militar. Mas em 2007, uma revelação trouxe a luz notícias sobre práticas que evidenciam mais uma vez a peculiar natureza do Itamaraty. Soube-se, então, que empenhado em apagar evidências sobre seu passado, e assim evitar exposição e revanchismos, o SNI determinou ao Itamaraty a

destruição dos milhares de documentos comprometedores sob seu poder. No entanto, uma outra versão, embora tangenciando a questão, e assim, infelizmente deixando de explorá-la, sugere que o Itamaraty mantinha em seu poder papéis do SNI (VIANNA, 1990; ZAVERUCHA, 1994: 210)³⁷.

Seja como for, a missão de destruição de documentos comprometedores foi entregue ao embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, então Secretário-Geral do Itamaraty (1985-1990). Ignorando as determinações recebidas, Flecha de Lima preservou os documentos, salvando da destruição 32 volumes, contendo mais de oito mil informes, produzidos pelo Centro de Informações do Exterior (Ciex). A atitude de Flecha de Lima constitui procedimento institucional regular, seja do Itamaraty, seja dos órgãos de segurança: desde a década de 1950, papéis dessa natureza são assunto e prerrogativa de segmentos ciosos da importância de qualquer registro seu que apresente tais características e teor: assim foi com o general Golbery do Couto e Silva, quando deixou o governo Jânio Quadros; o mesmo procedimento foi adotado pela embaixadora Odette de Carvalho e Souza, então Chefe do Departamento Político do Itamaraty e organizadora do embrião do que mais tarde seria o Ciex, criado pelo também então embaixador Manoel Pio Corrêa, que por sua vez, em certa ocasião, visando proteger o acervo cuidadosamente confeccionado pelo Itamaraty, chegou ao ponto de escondê-lo na residência de um familiar. Tal comportamento sugere um *habitus* institucional próprio de *apparatchiks*³⁸, certos integrantes dos serviços de segurança e também diplomatas demonstrando dessa forma serem, assim, aparelhos tornados homens. Especialmente os diplomatas, dado o caráter que reveste seu papel institucional, permanentemente voltado para

³⁷ No livro Rumor de sabres: tutela militar ou controle civil, Jorge Zaverucha escreve: “Embora tenha abolido o SNI, Collor de Mello permitiu que os seus arquivos fossem transferidos para o Ciex, o serviço de Inteligência do Exército”. Ora, a sigla Ciex, na realidade, hoje sabemos, significa Centro de Informações do Exterior, órgão do aparato de repressão, e que por todo tempo esteve sob exclusiva gestão do Itamaraty (ZAVERUCHA, 1994, p. 210). Apenas uma análise mais pormenorizada das anotações de Zaverucha, à época da pesquisa que resultou no livro acima, poderia esclarecer se a sigla Ciex foi mencionada por alguém e anotada pelo pesquisador, mas tendo-lhe passando despercebido a sua singularidade, devido à proximidade dessa sigla com aquela que designa o CIE, que por sua vez significa Centro de Informações do Exército. Seja como for, o fato é que Zaverucha talvez tenha sido o primeiro pesquisador acadêmico a fazer referência, ainda que inadvertidamente, ao Ciex do Itamaraty. Zaverucha, entretanto, parece ter colhido a informação e/ou anotado a sigla, após ler uma reportagem do jornalista Francisco Viana, de 1990, intitulada O general de capuz, publicada na Revista Senhor, de 16 de maio de 1990. Sendo assim, a primeira menção ao CIE, feita por um jornalista, embora também deixando de aprofundar a investigação sobre a sigla, deve ser creditada – por esses indícios e até prova em contrário – a Francisco Viana (ZAVERUCHA, 1994, p. 269 – o grifo é do autor).

³⁸ **Apparatchik**: termo russo (аппаратчик, plural *apparatchiki*) pelo qual são designados os funcionários que integram permanentemente o aparato de Estado (militares, diplomatas, membros dos serviços de segurança, tecnocratas e demais altos funcionários). Na antiga URSS, eram chamados de *apparatchiki* os membros do complexo burocrático que constituía o partido comunista da ex-URSS. O termo, portanto, é usado para descrever a função do burocrata que adota, por *habitus*, princípios e doutrinas de uma determinada estrutura, e cujas disposição e prática, correspondem e declaram, um tipo de *disciplina* específica, já definida por Max Weber como obediência habitual, desprovida de resistência e de propensão à crítica (WEBER, 1969, p. 43). A posição, ou responsabilidade política, desses agentes, levou ainda James Billington a defini-los como “men not of grand plans, but of a hundred carefully executed details”, razão que explica o sentido depreciativo comumente atribuído à expressão (BILLINGTON, 1999, p. 455; PEARSON, 1998, p. XX).

pensar e atuar de acordo com uma lógica, em última instância, linear, no que diz respeito à proteção e sobrevivência do Estado. Talvez por isso, o Ciex tenha se antecipado em uma década ao SNI e à Operação Condor. A parte não censurada do acervo da agência, descoberta pelo Correio Braziliense, parece constituir, portanto, apenas a ponta de um imenso iceberg, cujas provas permanecem – de acordo com Sequeira, guardadas em um cofre, no subsolo do Ministério (CORRÊA, 1994: 580-581; BOURDIEU, 2001, p. 194; SEQUEIRA, 2007b).

A reação do Itamaraty, quando pressionado a fornecer explicações sobre os fatos amplamente documentos pelo jornal Correio Braziliense, é por si mesma um indicador importante das disposições do campo. O Ministério limitou-se a divulgar uma nota, cujos termos foram recebidos por muitos como surpreendentes e inacreditáveis. Surpreendentes e inacreditáveis porque mesmo diante de tantas evidências, e mesmo provas cabais, de teor gravíssimo, a última atitude esperada do Itamaraty seria a negação dos fatos, e principalmente a recusa em comentá-los. Mas foi exatamente essa a sua reação: o Chanceler Celso Amorim - integrante de um governo constituído por antigos alvos da ditadura e do próprio Serviço Secreto do Itamaraty, e que até então gozara da reputação de crítico do autoritarismo, tendo cogitado inclusive, durante a ditadura, abandonar a carreira diplomática em meio ao que ele mesmo definiu, num pronunciamento oficial, no próprio Itamaraty, de “travo amargo de sonhos frustrados e amputados” (AMORIM, 1995, p. 26) - diante dos crimes da ditadura, contra pessoas que compartilhavam idéias que um dia estiveram próximas àquelas que, presume-se, tenham sido também as suas, e que por isso mesmo acabaram pagando com a própria vida a defesa de suas idéias, limitou-se a declarar, em nome do Ministério, do qual um dia teria discordado, não ter “comentários a fazer sobre aspectos de um passado que felizmente deixou de existir (SEQUEIRA, 2007b)”.

No entanto, em um depoimento à TV Senado, e que integra o documentário Jango em 3 Atos, o Coronel Hélio Lourenço Cerrati declarou:

Naquela época, como hoje em dia, os Sistemas de Inteligência acompanham os cidadãos brasileiros no exterior. Mas em que sentido? No sentido que aqueles cidadãos que estão no exterior tenham ações que possam intervir no governo interno. Então aí está minha resposta.

Corroborando a informação prestada pelo Coronel Cerrati, temos depoimentos como estes concedidos pelo advogado, escritor e professor Martin Almada, de 61 anos, nascido em Puerto Sastre, Paraguai. Almada liderou o movimento pela abertura dos arquivos da ditadura

no Paraguai. Preso durante a Operação Condor, ele foi libertado após uma campanha da Anistia Internacional, tendo trabalhado posteriormente na UNESCO, de 1986 a 1992.

Quando comenta a atualidade das ações mencionadas pelo coronel Cerrati, Almada estabelece uma ligação sombria com o passado brasileiro, em declarações como esta: “Sustento que Juscelino Kubitschek e João Goulart foram vítimas da Operação Condor. Investigo como o condor voou e segue voando”. Ele explicou à jornalista Camila Áreas, em junho de 2008, como a articulação entre os serviços de informação do Cone Sul permanece atuante:

Sob controle da Conferência dos Exércitos Americanos (CEA), criada em 1961 e dirigida pelo Pentágono, continua-se a perseguir terroristas na América do Sul. O Brasil não falta nunca às reuniões, que acontecem a cada dois anos. Argentina, Venezuela, Cuba, Equador e Bolívia já não são integrantes, e nós vamos pedir que Lugo se retire. A CEA é a globalização da Operação Condor (ÁREAS, 2008).

Almada conta que:

Exilado em Paris, investiguei durante 15 anos a operação [Condor], por meio de contatos que mantinha, e sob a tutela da ONU, onde trabalhei como consultor para a América Latina. Em 1992, voltei e encontrei todos os documentos relativos à operação no Paraguai, que hoje estão ao alcance de nosso povo. Cerca de 30 policiais foram presos. Também descobri o centro de capacitação de tortura que o Brasil mantinha em Manaus. Fui torturado e julgado por militares brasileiros. Eu era tratado como terrorista intelectual. E os brasileiros foram mais terríveis (ÁREAS, 2008).

Em outra entrevista, desta vez concedida ao jornalista Mário Augusto Jakobskind, Almada ampliou suas informações sobre a vigência das operações encobertas a cargo dos serviços de informação. Mais uma vez, perguntado se considera realmente possível, que nos dias de hoje, os fundamentos da Operação Condor sigam vigentes, a resposta de Almada foi: “Rotundamente que sim”. E explica o porquê:

Encontramos um documento militar paraguaio de 10 de julho de 1997, no qual o coronel Francisco Ramon Ledesma, oficial do Exército paraguaio, diz ao coronel equatoriano Jaime del Castillo Baeza, secretário-executivo da XXII Conferência de Exércitos das Américas (CEA), que estava remetendo a lista dos subversivos paraguaios como contribuição do Exército paraguaio para que Castillo Baeza elaborasse a lista dos subversivos da América Latina. A pedido das organizações de Direitos Humanos, o juiz penal Jorge Bogarin Gonzalez ordenou que o coronel paraguaio prestasse declaração. Isso ocorreu em 9 de outubro de 1997. O coronel paraguaio, que nunca viu a cara da justiça, assustou-se e revelou ao juiz que a reunião da CEA ocorreu em novembro de 1995, em Bariloche, Argentina, com a presença de Menem e Pinochet, fornecendo os nomes dos militares paraguaios participantes. Assinalou, além disso, que a CEA foi criada pelo Pentágono em 1961 para se contrapor à triunfante revolução cubana. Seguimos a pista e descobrimos que em novembro de 1997 se reuniram os militares latino-americanos em Quito, onde trocavam a lista de subversivos. Posteriormente, reuniram-se em La Paz, capital boliviana, sob a presidência de Hugo Banzer. Nesta ocasião, segundo os militares

paraguaios que assistiram o evento, concordaram em exigir a imediata libertação de Pinochet, então preso em Londres, por ordem do juiz Baltasar Garzón, acusado de crimes de lesa-humanidade (JAKOBSKIND, 2007).

A negativa de Amorim demonstra, portanto, que a diplomacia, de fato, e por dever de ofício, desconhece o nunca e o sempre, razão pela qual passa a fazer sentido palavras como essas, do ex-chanceler Celso Lafer:

Em 'tempo de tormenta e vento esquivo', como dizia Camões, a navegação diplomática não se pode valer apenas dos mapas, dos antecedentes e das analogias. Requer um juízo diplomático reflexivo capaz de extrair das especificidades da conjuntura o seu alcance geral, para assim lidar com o interesse nacional (LAFER, 2003, p. 3).

Cabe à diplomacia, portanto, procedimentos *ad hoc*, ajustados, frente a eventos específicos, que envolvam intempéries e imprevistos que atinjam a estrutura permanente que representa. Por isso, comentando a reação de Amorim, o jornalista Cláudio Dantas Sequeira escreveu:

Ao não comentar a existência do arquivo secreto do Centro de Informações do Exterior (CIEX), revelada pela reportagem, Amorim repete a postura adotada pelas administrações anteriores. Vítimas da ditadura, familiares e movimentos de defesa dos direitos humanos lamentaram a atitude do chanceler, que, em 1982, foi afastado da direção da Embrafilme por ter autorizado o financiamento do filme *Pra Frente Brasil*, libelo contra a ditadura (SEQUEIRA, 2007, p. A-2; SEQUEIRA, 2008, p. 24).

As reações à postura de Amorim não tardaram e foram contundentes. Jair Krische, presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos (MJDH) contestou o Ministro: “Ao contrário do que Amorim pensa, esse passado ainda está muito presente”. Estudioso da cooperação entre os regimes militares do Cone Sul para o combate ao comunismo, Krische afirmou que o governo brasileiro está na contramão da História, pois, países como

Argentina e Chile, que tiveram ditaduras muito mais sangrentas, abriram seus arquivos. Aqui, nos sonegam informações do período, famílias de vítimas permanecem sem poder recorrer à anistia, pois não sabem o paradeiro de seus parentes (SEQUEIRA, 2008, A-2).

Também em nota oficial, o presidente do PPS, Roberto Freire, exigiu a abertura total dos arquivos do período da ditadura militar brasileira, tornando públicos tanto relatórios confeccionados por órgãos das Forças Armadas, como arquivos de setores civis. Segundo ele:

É preciso que o governo Lula tenha coragem, o que até agora mostrou que não tem, e abra todos os arquivos. Infelizmente só ficamos sabendo de detalhes da atuação do governo militar nesse período por meio de reportagens investigativas. Lula pensa que tratar desse período é apenas conceder pensões para os perseguidos pela ditadura, muitos até próximos dele (SEQUEIRA, A-2; SEQUEIRA, 2008, p. 25).

José Maria Rabelo, integrante do Diretório Nacional do PDT e um dos perseguidos do Ciex, mostrou-se surpreso com a revelação sobre a existência do serviço secreto do Itamaraty:

Achei que a colaboração de alguns diplomatas com o regime militar fosse algo pontual, nunca imaginei que houvesse um órgão dedicado à perseguição dos asilados. A descoberta desse arquivo demonstra que as autoridades mentem ao dizer que foi tudo destruído.

Diante de tal comportamento, em matéria do dia 26 de julho de 2007, o Correio Brasiliense informava que o presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Luis Couto (PT-PB), teria esboçado a intenção de convocar audiência pública para ouvir os diplomatas que trabalharam no Centro de Informações do Exterior (Ciex), devido aos fatos que se tornaram públicos na série de reportagens publicadas pelo jornal em julho de 2007. Couto, segundo o jornal, apresentaria requerimento de audiência logo na primeira semana de agosto, quando termina o recesso parlamentar. A convocação seria feita com base na lista de diplomatas identificados pela reportagem como diretores do Ciex, a saber: Marcos Henrique Camillo Côrtes, João Carlos Pessoa Fragoso, Agildo Sellos de Moura, Sérgio Damasceno Vieira, Carlos Luzilde Hildebrandt e Jacques Vieira Guilbaud — o único que está na ativa. Os diplomatas-agentes Paulo Sérgio Nery e Octavio J. de A. Goulart morreram em 1979 e 2004, respectivamente.

A maior expectativa, entretanto, é sobre o que poderia ter a revelar o embaixador aposentado Manoel Pio Corrêa, que admitiu por telefone ao Correio Brasiliense ser responsável por criar o serviço secreto do Itamaraty. Aos 92 anos, Pio Corrêa vive no Rio de Janeiro e dirige um escritório de consultoria para a iniciativa privada. O deputado federal Luiz Couto pondera, entretanto, que a iniciativa não é “revanchismo, mas de contribuir com a História brasileira”. Ainda segundo ele: “Queremos ouvir esses diplomatas. É uma grande oportunidade de passarmos isso tudo a limpo” (ODILLA & SEQUEIRA, 2007; SEQUEIRA, 2008, p. 36).

A Comissão de Direitos Humanos, entretanto, não dispõe da prerrogativa de intimação. Sendo assim, os diplomatas, sempre que convocados, podem se negar a comparecer. Para o presidente da comissão, a desculpa de que os documentos secretos da perseguição foram destruídos não cola mais. “A descoberta do arquivo secreto, sobre a participação do Itamaraty na ditadura, prova que ainda há muita informação escondida”, avalia. A Comissão de Direitos Humanos também questiona suposta omissão de informações do Itamaraty, ante a determinação da Casa Civil para que todos os ministérios civis e militares encaminhassem toda documentação disponível sobre o período para catalogação no Arquivo

Nacional. A assessoria de imprensa do Ministério das Relações Exteriores garante que todos os documentos disponíveis foram “devidamente encaminhados” em fevereiro de 2006. Mas quem conferiu a papelada diz que só chegaram os informes produzidos pela Divisão de Segurança e Informações (DSI), órgão criado por decreto em 1967, com o objetivo de perseguir diplomatas de ideologia comunista, ou que ajudassem brasileiros perseguidos pela ditadura.

Diante disso, integrantes do grupo Tortura Nunca Mais reagiram à informação de que o Itamaraty manteve durante a ditadura um serviço secreto próprio. A presidente do grupo no Rio de Janeiro, Cecília Coimbra, redigiu uma carta de repúdio encaminhada ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. Na carta ela escreveu: “Causa repulsa e mesmo revolta que estes arquivos e muitos outros estejam fechados aos familiares atingidos pelo terrorismo de Estado e ao público geral que tem direito de conhecer sua história”. Cecília Coimbra defendeu o afastamento imediato dos espões, que continuam a ocupar cargos públicos. É o caso do embaixador Jacques Claude François Michel Fernandes Vieira Guilbaud, chefe da embaixada em Guiné Conacri, na África. O secretário de defesa dos direitos humanos do Estado de São Paulo, Belisário dos Santos Júnior, considerou “absurdo e estranho” que a existência do serviço secreto tenha sido ignorada, e desconfia da reação das autoridades. Para ele: “O nosso chanceler Celso Amorim deveria ficar atônito com isso, mas reagiu como se já soubesse. Ou seja, existem os baús e o governo não sabe como abri-los” (ODILLA & SEQUEIRA, 2007; SEQUEIRA, 2008, p. 36).

De fato, os baús do Estado não são acessíveis aos governos a esses arcanos porque contém arcanos que, na maioria dos casos, jamais revelados. Pelo simples fato de que senhas e contra-senhas para isso são vedadas a *outsiders*, e nunca serão reveladas por *insiders*, integrantes de uma estrutura permanente e vigilante, eles mesmos muitas vezes parte do segredo, por mais democrático que seja o Governo em atuação.

Prova disso é o fato de que autoridades já haviam ouvido falar do serviço secreto do Itamaraty, e que o próprio ex-ministro de Direitos Humanos, Nilmário Miranda, admitia abertamente que pessoas lhe falavam sobre os tais espões-diplomatas. Contudo, impotente, ele diz nunca ter tido acesso aos documentos. O que também é compreensível, devido a sua condição de *outsider*, condição reconhecida por ele mesmo: “Como envolve relação com outros países, são secretos” (ODILLA & SEQUEIRA, 2007; SEQUEIRA, 2008, p. 36). No entanto, ele nutre a esperança de que o acesso aos documentos poderia se tornar possível, se o Itamaraty rebaixasse o grau de sigilo em torno deles. Mas esquece que o Itamaraty rebaixou o grau de sigilo, mas em relação a 205 documentos de um total de 20.000. Ainda assim, o

Ministro lembrou algo que corresponde e realça a postura do Itamaraty em relação à liberação de parte ínfima dos documentos em seu poder: a ditadura contou com mais de 300 mil colaboradores, espalhados por diferentes cidades, repartições públicas e salas de aula, e complementou: “Agora vem à tona uma característica perversa do Itamaraty que poucos sabiam” (ODILLA & SEQUEIRA, 2007; SEQUEIRA, 2008, p. 36). Essa última afirmação fornece então uma idéia sobre a verdadeira disposição do Itamaraty em relação a esse assunto e a magnitude da rede que integrou por duas décadas. Disposição que teve recentemente uma demonstração bastante significativa.

CAPÍTULO V

De alinhamentos recalcitrantes e colaborações relutantes

“Confusão de línguas do bem e do mal: esta indicação eu vos dou como marca do Estado. Essa marca, na verdade, significa vontade de morte! Na verdade, ela chama os pregadores da morte”.

Friedrich Nietzsche

“Cada fato é à idéia tão avesso, que os planos ficam sempre insatisfeitos”.

Shakespeare

Em setembro de 2008 foi publicado um livro contendo uma coletânea de artigos que analisam o período mais violento do ciclo militar. A coletânea, que recebeu o título “Tempo Negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5”³⁹, contém um texto, escrito por Paulo Roberto de Almeida, no qual o diplomata trata da participação do Ministério das Relações Exteriores no esquema autoritário. Mas o confronto do texto em questão⁴⁰, com outras fontes e documentos, chama a atenção, devido à elaboração de uma argumentação em duas camadas: uma, exotérica; a outra, esotérica – na medida em que Almeida, não raro, deixa de fazer referência, e em muitos casos examinar devidamente, detalhes cruciais para o entendimento de contextos, por si mesmos, já bastante problemáticos.

Diante disso, prudentes, passamos a contar com a possibilidade, sempre plausível, dados os condicionamentos até aqui analisados, de uma intenção consciente, ou inconsciente, do diplomata, em proteger o seu campo. Razão pela qual, procuramos dialogar criticamente com o valor de face das ponderações de Almeida. Ponderações que, muitas vezes, à primeira vista, são perfeitamente aceitáveis, mas apenas à primeira vista. Nosso esforço foi, portanto, procurar identificar a dimensão infra-textual da importante e até o momento inédita, louvável e corajosa análise empreendida pelo diplomata.

À medida que líamos o texto, percebíamos que a chave de leitura, talvez, mais adequada para a apreensão de seu infra-texto, passava pela advertência do intelectual e ex-embaixador do México no Brasil, Don Alfonso Reyes: “A função do diplomata, em muitos casos, consiste no que se evita e não no que se provoca; em impedir que surjam questões e

³⁹ O livro foi organizado pelos seguintes autores: MULTEAL Filho, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. *Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5*. Editora PUC Rio/Contraponto. 2008.

⁴⁰ Ver ALMEIDA, Paulo Roberto de. “Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5” In: MULTEAL Filho, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Editora PUC Rio/Contraponto. 2008.

não em resolvê-las” (RIBEIRO, 2007, p. 161). Vejamos, portanto, se a advertência de Reyes faz ou não sentido, no tocante ao texto de Almeida.

Almeida inicialmente considera que: “As desventuras do Itamaraty e de seus diplomatas com o instrumento por excelência da ditadura militar representam apenas um curto capítulo – talvez não o mais importante – na trajetória moderna desse órgão de Estado” (ALMEIDA, 2008, p. 63).

Portanto, desde o início, por não conseguir evitar os questionamentos fundamentais, subjacentes ao tema, Almeida acaba na realidade provocando-os. Nessa afirmação, por exemplo, a que instrumento por excelência o diplomata estaria se referindo? Qual o grau e a profundidade efetivos do envolvimento dos diplomatas com a ditadura? Almeida ensaia uma resposta:

Se não se leva em conta as características do *Zeitgeist* do problema que aqui é enfocado, fica difícil compreender as ações dos homens daquela época, sobretudo a dos militares que, por um momento na história do Brasil, deixam de ser o ‘poder moderador’ de que falava o nosso José Honório Rodrigues, para descer à arena da política e ali tentar ‘consertar’ o País de seus muitos defeitos políticos, econômicos e sociais (ALMEIDA, 2008, p. 66).

Para o diplomata, portanto, 1968 teria sido o tipo de ocasião excepcional em que se faz necessário ordenar as coisas, consertar certos defeitos inerentes à organização social, interpretação essa muito próxima das idéias do Visconde do Uruguai, para quem a relação do Estado com a sociedade exigia – conforme já vimos - a existência permanente de mecanismos de controle por ele chamados de “molas flexíveis, para que não quebrem, quando aconteça, o que é inevitável, que nelas se carregue um pouco mais (CARVALHO, 2002, p. 466)”⁴¹.

Concepções assim configuram um tipo de *gestalt* mental que certamente ajuda a entender e talvez explicar porque agentes permanentes de Estado, como diplomatas, militares e integrantes do aparato de segurança do Estado (Polícia Federal, Polícia Civil, SNI) não demonstram dificuldade em ajustar-se e defender quaisquer medidas e conjunturas políticas, desde que razões de Estado assim o exijam. Porque tal *habitus* configura um tipo específico de valorização da ação, neutralidade e eficácia do Estado - em contraposição à volatilidade inerente à política ordinária e parlamentar, bem como ao funcionamento ordinário dos

⁴¹ O papel do Visconde do Uruguai foi fundamental para a consolidação do aparato de Estado brasileiro. Especialista em direito administrativo, o Visconde exerceu profunda influência na configuração do Itamaraty, tendo sido Chanceler do Brasil nos últimos anos do Segundo Império. Suas contribuições teóricas a respeito da organização e sentido do papel do Estado encontram-se compiladas em seu Ensaio sobre o direito administrativo. O Visconde organizou o Ministério e profissionalizou embaixadores. Suas preocupações fundamentais eram a relação entre o Estado e os cidadãos, a autoridade, a política e o comando do governo. Seu escrito, portanto, constitui uma reflexão fundamental sobre o exercício do poder, no entendimento de um conservado. Para maiores informações ver: CARVALHO, José Murilo de. ‘Entre a autoridade e a liberdade’. In: Paulino José de Sousa, Visconde do Uruguai. 2002. Editora 34.

governos (aparatos transitórios, dependentes da estrutura de Estado, enquanto lastro permanente).

Por essa premissa, a propensão do Itamaraty a aderir ao *status quo*, do Império à República, torna-se compreensível. A articulação que uniu diplomatas e militares por ocasião do colapso da Primeira República é um exemplo que demonstra isso, novamente observado mais tarde, quando da conspiração que resultou no golpe de Estado de 31 de março/01 de abril de 1964. Vejamos, ainda que brevemente, algo dessa trajetória. Trajetória que conta com a presença sempre discreta da Casa de Rio Branco.

O envolvimento do Itamaraty com a formação e consolidação do Serviço de espionagem e segurança pode ser constatado pelo menos desde 1927⁴², no governo de Washington Luís. Nesse ano, foi criado o Conselho de Defesa Nacional, embrião do serviço secreto brasileiro. Sua prerrogativa: coletar, produzir e analisar informações para a proteção do Estado.

Mas o serviço secreto, ou "o serviço", como a atividade é internamente conhecida, só seria legalmente instituído em 1946, na Gestão do presidente Eurico Gaspar Dutra. Permanecendo dez anos no papel, o serviço, ironicamente, seria oficialmente implantado em 1956, pelo presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Observe-se que Washington Luís, Juscelino Kubitschek e Eurico Gaspar Dutra foram presidentes eleitos diretamente, tendo exercido o poder segundo um formato democrático.

Mas não obstante esse fato, o serviço sempre tentou ocultar e se afastar de sua origem e de seus feitos, principalmente os do passado, seja atuando em prol dos interesses de grupos, cujo objetivo fosse assumir o poder de forma autoritária e ditatorial; seja atuando em períodos democráticos, como é o caso de seu advento público, em 1956. Utilizando-se de desvios e de silêncios oportunos, mantendo pessoas caladas, mesmo em governos democráticos, a verdade é que o sistema atuou soberano sob Washington Luís, Getúlio Dorneles Vargas, Eurico Gaspar Dutra, Juscelino Kubitschek de Oliveira e, mais recentemente, Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

Indícios, e mesmo provas convenientemente mantidas sob penumbra a respeito dessas atividades, em todos os tempos de nossa trajetória republicana, revelam as dificuldades do "serviço" em conviver com a democracia. Quase um século após o seu surgimento, seu poder

⁴² Mas importa ressaltar que a idéia que nutriu a concepção do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social) surgiu da prática dos empresários paulistas, já em 1917-1919, de ficharem os operários fomentadores de greve, e posteriormente atualizarem permanentemente listas desses indivíduos indesejáveis em suas instalações (fábricas). Tais listas circulavam entre os empresários facilitando assim o trabalho de controle social dentro das empresas. A informação consta de declarações de Paulo Sérgio Pinheiro para o documentário Revolução de 30, de Sylvio Back.

permanece descomunal. O criador do Sistema Nacional de Informações - SNI (1964-1990), o General Golbery do Couto e Silva costumava declarar a respeito da agência: “Criei um monstro” (FIGUEIREDO, 2005, p. 329). Um monstro trazido à luz pela Lei 4.341, assinada pelo primeiro presidente do ciclo militar, o Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco. O SNI surgiu fundamentado em uma antiga plataforma, o Sfici, Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (1956-1964), herdando, portanto, uma metodologia e função assim definida pelo seu próprio criador: "O passado não se apaga, ao contrario, se acumula como camadas geológicas". De fato, a camada atual responde, desde 1998, pelo nome de Abin (Agência Brasileira de Informações). A agência consumiu dez anos de discussões no Congresso para finalmente ser sancionada pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso, em 7 de dezembro de 1998. A Lei nº 9.883 instituindo o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin), declara simultaneamente o órgão central do Sisbin: a Abin (ZAUERCH, 2005, p. 159-160).

O serviço (e suas muitas camadas e tentáculos, como o Ciex) nasceu para proteger os governantes do povo, tendo assim a missão de silenciar oposições ao Estado, a qualquer custo; ser o braço de ferro das forças armadas, ou como bem sintetizou o general Golbery, na cerimônia relâmpago em que assumiu o comando do SNI: o órgão constitui o Ministério do Silêncio (FIGUEIREDO, 2005, p. 134). Mas qual o lugar do Itamaraty no interior – ainda que de forma equidistante – do sistema de informação e contra-informação do Estado brasileiro?

Extinta a Primeira República, os vitoriosos da Revolução de 1930, e principalmente Getúlio Vargas, elegeram como uma das primeiras medidas do então governo provisório a reativação do Conselho de Defesa Nacional (CDN). Do CDN faziam parte o próprio Presidente e uma

equipe enxuta, composta pelo consultor-geral da República, pelo secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores e por quatro funcionários da mais elevada categoria dos ministérios da Justiça, da Fazenda, do Trabalho e da Viação e Obras Públicas. O Conselho também ganhou tentáculos, passando a ter escritórios dentro dos ministérios civis. Eram as chamadas seções de defesa Nacional, que tinham a nebulosa finalidade de ‘estudar os problemas do tempo de paz’. Ficou estabelecido ainda que, em cada região do país, oficiais ‘particularmente idôneos’ do Exército, da Marinha e da Aeronáutica ficariam à disposição do conselho para estudar ‘questões regionais’ (FIGUEIREDO, 2005, p. 41-42).

Por tais precedentes, quando o Serviço Federal de Informação e Contra-Informação (SFICI) foi instituído por decreto, em 06 de setembro de 1946, o Centro de Informações do Exterior (Ciex) já existia e operava de forma latente, sob o comando exclusivo da cúpula do

Itamaraty, precedendo assim todas outras agências, que a partir de então, passariam a compor o sistema de informação e contra-informação do Estado.

Mesmo diante desses fatos, Almeida sugere que, entre 1964 e 1968, o Itamaraty teria resistido aos militares, até a implantação do Ato Institucional nº 5, quando: “o ambiente se distendeu, não tendo sido mais preciso empreender procedimentos inquisitoriais para testar a adesão ‘revolucionária’ dos membros da Casa” (ALMEIDA, 2008, p. 71).⁴³

Os fatos, entretanto, demonstram que a adesão do Itamaraty ao regime militar – ainda que levando em consideração agentes que discordavam da solução de força adotada naquele momento - é anterior à vitória do golpe de Estado. O enlace entre o Itamaraty e o regime demonstra que o caráter orgânico, que vinculou o Ministério às práticas de exceção, fica amplamente demonstrado, à medida que acompanhamos o relato sobre as práticas do Itamaraty ao longo das quase três décadas de excepcionalidade política que se abateram sobre a sociedade brasileira, de 1964 a 1985.

Portanto, ao dizer que o ambiente entre diplomatas e militares só se distenderia após a implantação do AI-5, Almeida não considera, por exemplo, o papel específico desempenhado pelo então embaixador do Brasil em Washington, e mais tarde Chanceler, Mario Gibson Barboza, no contexto que levaria ao golpe dentro do golpe.

Em Washington, o então embaixador do Brasil, Gibson Barboza, dava atenção especial às menções do Washington Post sobre o regime militar, especialmente durante os momentos cruciais da escalada que levou o país à exacerbação do autoritarismo: a instauração do Ato Institucional nº 5. Na ocasião, Barboza – ex-integrante do governo Goulart - pressionava a proprietária do jornal, Katharine Graham, com o objetivo de convencê-la, juntamente com a diretoria do Post, dos “erros de fato e equívocos da apreciação que o importante jornal tem veiculado sobre o nosso país e a motivação e os propósitos da revolução” (GREEN, 2009, p. 297).

Conclui-se, portanto, que ao contrário do que alega Almeida, não se fazia necessário testar a adesão do Itamaraty ao seu próprio elemento - ainda que relativizemos tal generalização e a mantenhamos circunscrita a alguns diplomatas específicos – muito embora adesões só pareçam fazer sentido se orgânicas, institucionais, o que implica envolver a estrutura ministerial como o que de fato ela é: aparato orgânico e sistêmico de Estado.

⁴³ Ver ainda: CARVALHO, 2002 p. 466; FAORO, 1987, p. 334-335; FERREIRA, 2009, p. 20-30; FIGUEIREDO, 2005, p. 50; CUNHA, 1994, p. 168; CORRÊA, 1995, p. 580).

Mesmo diante de fatos como esses, fatos que certamente são de seu conhecimento, Almeida empenhou-se em estabelecer diferenças quase que abissais entre diplomatas e militares, utilizando exemplos cuja superlatividade apenas ressalta – direta e indiretamente - o caráter orgânico da regra estrutural que acabaria prevalecendo, ainda que se verifiquem casos pontuais de discordância silente e atitudes por não posição, entre os integrantes do campo. Nesse sentido, o ex-Embaixador Pio Corrêa teria sido, de acordo com Almeida, o protótipo do diplomata:

dotado de uma visão quase policial da segurança política no Ministério [e que] quando chefe do Departamento Político do Itamaraty, tinha recrutado para auxiliá-lo um delegado de polícia, Rui Dourado, que posteriormente o acompanhou na Embaixada em Montevidéu (1965) – (ALMEIDA, 2008, p. 73).

Aceitemos, então, o argumento de que Pio Corrêa foi exceção à regra dominante dentro do Itamaraty e façamos o questionamento que nos parece consequência direta de uma premissa dessa ordem: se ele foi exceção, ao longo de décadas de ditadura, como se comportou a regra? Essa parece ser a questão sociológica subjacente à análise que aqui empreendemos do texto de Almeida. Esse nosso entendimento não constitui, em nenhum momento, um julgamento moral da instituição, mas sim uma tentativa honesta e serena de identificar fissuras institucionais de um ícone que em nossa modesta opinião deve ser desmistificado, para o bem da democracia e de seu aprimoramento, pois o Itamaraty constitui um dos lastros fundamentais do Estado, aparato que não pode ser tomado como absolutamente apartado da estrutura social. Nesse sentido, portanto, caberia a pergunta adicional: como continua a se comportar essa instituição no presente, frente ao seu passado? Por que se comporta assim? Por isso, e sintomaticamente, o argumento de Almeida começa a perder consistência em declarações como esta:

Na base da reorientação política alcançada pelo Itamaraty a partir de então [a exacerbação do cenário autoritário a partir do AI-5], e mantida de forma relativamente homogênea pelo resto do período militar – independentemente de ênfases ocasionais em certos temas –, estava o tipo de relacionamento entre os diplomatas e os soldados, feito de grande respeito profissional por cada corporação (ALMEIDA, 2008, p. 75).

Segundo Almeida, o que permitiu ao Itamaraty atuar mediante ênfases ocasionais em prol da repressão política encontra explicação no

(...) sistema de adidâncias militares nos grandes postos da diplomacia. Essa convivência respeitosa, feita de comportamentos, visões de mundo e ethos relativamente similares, construídos no serviço do Estado e alimentados por um mesmo sentido de dever público, é o que explica que, após Costa e Silva, vitimado por um acidente vascular cerebral em agosto de 1969, três diplomatas de carreira

tenham servido sucessivamente aos três presidentes militares seguintes, em uma configuração até então inédita para os padrões da administração brasileira, tanto da República, como do Império (ALMEIDA, 2008, p. 75).

Ao explicar as causas do enlace que uniu o Itamaraty aos militares - e que o levou a compartilhar de medidas consideradas, com razão, no mínimo polêmicas - como sendo produto da mera funcionalidade da estrutura de Estado, Almeida não parece fornecer argumentos convincentes, pelo menos no nosso entendimento.

Argumentos seus, quando examina a conjuntura que resultou na sucessão de golpes militares que se abateram sobre a América Latina em geral, e o Brasil em particular parecem apontar para outra direção, sendo assim, para o diplomata, tais acontecimentos devem ser compreendidos não só devido ao acirramento da Guerra Fria “mas, também, como o resultado de crises políticas profundas, respondendo a dinâmicas próprias a cada sociedade” (ALMEIDA, 2008, p. 75). Numa palavra, e a palavra é dele, tudo deve ser debitado ao *Zeitgeist* [ao espírito do tempo].

Almeida sugere assim que os sucessivos golpes de Estado, ocorridos no Continente, naquele período, devido ao espírito do tempo, eram a única saída encontrada pelas estruturas visando solucionar um problema de natureza sistêmica. Sendo assim, o Brasil resolveu o problema colaborando com os EUA. Essa parceria

eventualmente militar caso fosse necessário – com os grupos de oposição ao governo Jango era justificada como uma ação preventiva não simplesmente a uma nova Cuba, mas sim a uma nova China, dada a importância do Brasil no contexto sul-americano (ALMEIDA, 2008, p. 76).

Por esse argumento, a assinatura do Acordo Militar Brasil-EUA de fato corresponde à tese do historiador Moniz Bandeira: foi tarefa do Itamaraty por prerrogativa orgânica e solicitação sigilosa do Estado Maior das Forças Armadas, contornando o parlamento e a Presidência da República, renovar o acordo na calada da noite.

Com efeito, o Itamaraty não demonstra ter mudado sua postura em relação ao episódio. Num fato que passou despercebido, mas que se analisado com atenção demonstra isso, temos a atitude do diplomata Eugênio Vargas Garcia, de influir discretamente na interpretação de fatos que envolvem diretamente o Itamaraty no golpe de Estado de 1964, ao reeditar informações que ele mesmo havia publicado a esse respeito, acerca do papel desempenhado por Araújo Castro na conspiração. Na primeira edição de seu livro *Cronologia das Relações Internacionais do Brasil*, Garcia escreveu:

1964 (30 de janeiro) - Renovado por troca de notas, **sem o conhecimento** do presidente brasileiro, o Tratado de Assistência Militar de 1952 entre o Brasil e os Estados Unidos (GARCIA, 2000, p. 142 – o grifo é nosso).

Quando da reedição do mesmo livro, o diplomata alterou o texto, que passou a ser o seguinte:

1964 (30 de janeiro) - Renovado, por troca de notas entre o Itamaraty e a Embaixada norte-americana, do Tratado de Assistência Militar de 1952 entre o Brasil e os EUA (GARCIA, 2005, p. 190).

Já para Almeida, o AI-5 foi: “a resposta do sistema militar à irrupção espetacular no cenário político dos grupos armados de esquerda” (ALMEIDA, 2008, p. 77), cabendo ao Itamaraty um papel puramente técnico, pelo qual o Ministério:

seria envolvido na tormenta, sobretudo, pela sua interface externa de informações, uma vez que dentro da instituição, pouco havia a fazer depois do ‘enquadramento’ posterior a 1964 e do controle ‘paternal’ exercido pelos barões da Casa sobre ‘jovens diplomatas afoitos’ (que de resto, se mantiveram discretos, uma vez que a borduna do sistema, era, agora, bem mais pesada – ALMEIDA, 2008, p. 77).

No entanto, ao contrário do que alega o diplomata, a borduna do sistema tornou-se pesada devido ao confronto de tendências conflitantes dentro das Forças Armadas, especialmente o Exército, levando finalmente à vitória da ala mais radical (CONTREIRAS, 2005, p. 72)⁴⁴. O diplomata também deixa de esclarecer que o Itamaraty não precisou ser

⁴⁴ Uma tese alternativa é a de que o AI-5 foi uma resposta antecipada do regime militar a reunião que resultou no esboço de uma articulação política civil e que foi chamada de Frente Ampla. O primeiro manifesto da Frente Ampla data de outubro de 1966, ainda sem a assinatura de JK e Jango. Em 19 de novembro desse mesmo ano, foi emitida, por Lacerda e JK, a Declaração de Lisboa, representando a união de ambos os políticos na oposição ao regime militar. Goulart adere à Frente Ampla em 25 de setembro de 1967, mediante a Declaração de Montevidéu. Em 5 de abril de 1968, o ministro da Justiça Gama e Silva emitiu a Instrução nº 177, proibindo qualquer manifestação da Frente Ampla, tornando-a a partir daquele momento fora da lei, a ela e a todos que se manifestassem em nome dela. Essa instrução já estava pronta e à espera de uma oportunidade para ser implementada (FREIXO & FREITAS, 2008, p. 23-24). Na Nota que se seguiu ao encontro e que resultou na Declaração de Montevidéu, assinada por João Goulart e Carlos Lacerda (JK mandou um representante, por não poder comparecer ao encontro) consta como conclusão o seguinte trecho: “Anima-nos tão somente o ideal, que jamais desfalecerá, de lutar pela liberdade e grandeza do Brasil, com uma vida melhor para todos os seus filhos. Assim, só assim, evitaremos a terrível necessidade de escolher entre a submissão e a rebelião, entre a paz da escravidão e a guerra civil”. Portanto, interpretando o texto como uma declaração de guerra, os militares e civis que compunham o Sistema, segundo essa tese, resolveram agir. Sendo assim, o AI-5 não teria como verdadeiro motivo o discurso do então deputado Márcio Moreira Alves. Além disso, a tese estabelece uma relação entre o AI-5, as ações do Condor (via Operação Escorpião, mediante o SIGMA) como sendo respostas ao contexto da posse de Jimmy Carter que, em visita ao Brasil, pressionara Geisel pessoalmente e de forma firme, por uma descompressão do sistema repressivo, além de exigir um encontro reservado com lideranças da oposição. Em função disso, a facção menos radical dos militares comprometeu-se em discutir os termos da descompressão política, mas de forma lenta gradual e segura. Os duros concordaram com relutância, mas condicionavam a descompressão a uma limpeza do terreno, antes de serem tomadas quaisquer medidas de retorno à democracia. Por essa tese, na realidade, a limpeza do terreno já estava em processo desde as ações da era Médici, que oficializara o desaparecimento, tortura e morte de opositores, como o do deputado Rubens Paiva, cujo corpo jamais foi encontrado. Devido aos desdobramentos do processo, a limpeza do terreno teria seguido adiante, atingindo quase que simultaneamente os três pesos pesados que haviam tentado articular as oposições numa Frente Ampla, e que em função da mudança das regras do jogo por Washington, tiveram de ser eliminados. Nesse sentido, as ações do Condor, entre 1976 e 1977, no Brasil, e o processo de Abertura, são faces de uma mesma moeda. Armando Falcão, ministro da Justiça do governo Geisel, sintomaticamente chegou a declarar ao jornal O Globo que: “Em 1976, alguns órgãos, contrários à abertura promovida pelo presidente Geisel, buscavam soluções extraleais” (CONY & LEE, 2003, p. 109-113; 120; 133; 141-144; 177; 259).

constrangido pelos duros para aderir aos *status quo* autoritário, uma vez que a opção do Ministério pelo autoritarismo é, como vimos, anterior à deposição de Goulart.

Portanto, na intenção de blindar o Itamaraty, Almeida ora aborda questões fundamentais de forma superficial, ora desconsidera detalhes importantes sobre os aspectos que analisa, suavizando assim o fato inegável de que a adesão do Ministério à ditadura foi o preâmbulo de um compromisso efetivo, por maiores que tenham sido as discordâncias silentes do corpo diplomático - diante do que, sempre que impossibilitado de contornar a questão, ele apresenta contra-argumentos como este:

O Itamaraty não precisava ter, necessariamente, função no esquema de 'defesa da revolução', mas deveria fazer o enlace com os demais órgãos de segurança e de informações, que eram criados ou reorganizados pelos militares a partir da irrupção dos desafios vindos da resistência armada.

Tomemos o argumento de Almeida pelo seu valor de face e observaremos que o diplomata, ainda assim, realça o fenômeno sociológico que nos levou a examinar o papel dessa agência no contexto autoritário. Sua adesão restrita, recalcitrante, possui um caráter sociológico que por si mesmo é a medida fundamental dos questionamentos efetuados nestas páginas.

Para Almeida, portanto, as responsabilidades pela ditadura, pela repressão, recaem sobre as circunstâncias (desventuras), os militares e a resistência armada, mas jamais sobre o Itamaraty, em cuja defesa ele agora apresenta o que eu já chamei de argumento da remissão, recurso predileto de dez em cada dez diplomatas que tratam do assunto:

Quando da criação do SNI, em 1964 todos os Ministérios receberam um complemento no organograma, sob a forma de uma DSI, Divisão de Segurança e Informações, que deveria zelar pelos 'valores' da 'revolução': a luta contra a corrupção, a identificação dos elementos comunistas 'infiltrados', a informação sobre os muitos tentáculos no Movimento Comunista Internacional (MCI, na linguagem do SNI - ALMEIDA, 2008, p. 77-78).

No entanto, esse argumento também não encontra respaldo na realidade, e isso simplesmente porque:

Em julho de 1967 foi aprovado um novo regulamento para o SNI que teve sua estrutura ampliada. O decreto transformou as antigas seções de segurança nacional dos ministérios civis – órgãos complementares do Conselho de Segurança Nacional – em divisões de segurança e informações (DSI's). As ASI's, assessorias de segurança e informações, instaladas em diversas instituições públicas, e as DSI's, nos ministérios civis, ficaram como órgãos complementares que compunham o Serviço Nacional de Informações (ANTUNES, 2002: 57).

Curiosamente, embora empenhado em sua defesa do Ministério – fato mais que compreensível - Almeida fornece uma idéia sobre a função do Ciex no monitoramento dos

inimigos do regime, citando textualmente Elio Gaspari: “O SNI desenvolveu contatos externos com serviços similares, civis e militares, e alguns embaixadores brasileiros chegaram a escrever diretamente aos militares para ‘facilitar’ esses contatos internacionais” (ALMEIDA, 2008, p. 78; GASPARI, 2002, p. 167).

Sendo assim depreende-se – ainda que guardadas as devidas proporções entre diplomatas e diplomatas – que o Itamaraty foi um elo fundamental do sistema de repressão doméstico, tendo nesse sentido colaborado, ainda que relutante e veladamente, por parte de alguns de seus convencionais, com os regimes militares estrangeiros.

Sendo assim, a sugestão de que apenas alguns embaixadores atuaram dessa forma também não se sustentaria, dentre outros aspectos porque estruturalmente sabe-se que o Itamaraty tem como uma de suas características fundamentais um sistema de respeito incondicional à hierarquia e à disciplina, apenas comparável, e só superado, talvez, por aquele encontrado entre militares, fato que talvez ajude a explicar como foi possível tal articulação com as ações encobertas do regime.

Por isso, custa acreditar que embaixadores, isoladamente, tivessem tanta autonomia no interior de um sistema, cuja borduna era pesada, e cujas práticas paternalistas dos barões do Itamaraty exprimiam, nada mais, nada menos, que o vínculo orgânico que uniu diplomatas e militares num único objetivo: fornecer suporte ao regime autoritário. Ora, em um dado momento, o próprio Almeida declara o nível de autonomia do Itamaraty dentro do esquema:

As DSI's dos ministérios eram geralmente chefiadas por coronéis do Exército, mas o Itamaraty nunca permitiu que um de seus órgãos fosse comandado por alguém estranho à Casa, ainda que alguns diplomatas engajados nesse tipo de colaboração pudessem prestar auxílio, algumas vezes de forma voluntária, por convicção ou puro oportunismo carreirista (ALMEIDA, 2008, p. 78).

Pelo parágrafo acima, percebe-se claramente que o Ministério era o único segmento, do conjunto do aparato nuclear de Estado, sobre o qual a tutela militar não se fazia necessária. Isso por si só é um sintoma sociológico dos mais eloqüentes sobre as disposições diplomáticas, fenômeno que reclama uma interpretação compressiva, e não julgamentos inquisitoriais contraproducentes e que levem ao bloqueio de um entendimento que se faz necessário: o *status* atribuído e assumido pelo Ministério, naquele contexto, demonstra sua função orgânica para aquele sistema. Porque o Itamaraty é uma agência formidável, elo fundamental de qualquer governo – seja em ditadura, seja na democracia - com o mundo.

Entretanto, empenhado em blindar a agência, o diplomata apresenta argumentos, cuja absoluta fragilidade, já não mais se sustentam, como este:

O trabalho das DSI's, contudo, era excessivamente burocrático, geralmente voltado para a confecção de fichas de informação sobre pessoas que se relacionavam ou estavam a serviço do Estado, os famosos LDBs, ou levantamento de dados biográficos (ALMEIDA, 2008, p. 78).

Analisemos o parágrafo com a atenção que ele merece. Nele, Almeida reduz o trabalho dos diplomatas a uma rotina algo inocente. Mas desconsidera que, mediante essa rotina, o Itamaraty, em peso, através do desestimulante trabalho burocrático de preencher fichas, na realidade nutria os carrascos do regime com fichas (leia-se informes) cuidadosamente atualizadas, e que muitas vezes – mesmo que à revelia dos diplomatas não necessariamente cúmplices do esquema autoritário – acabaram por facilitar o monitoramento, a perseguição, a prisão, a tortura e até mesmo a morte de pessoas. Exemplo emblemático: David Capistrano da Costa (MORAIS, 2008, p. 172-177).

Da mesma forma, a expressão levantamento de dados biográficos constitui um eufemismo pelo qual o diplomata se refere tão somente aos prontuários do Itamaraty. Diante de tal habilidade e fleumática – típica do *habitus* diplomático – é possível fazer uma idéia, e no limite antever um indício, ainda que pálido, dos motivos que levaram o Itamaraty a permanecer incólume por tantos anos, salientando-se o cuidado que se deve ter na apreciação e discriminação entre casos e casos, diplomatas e diplomatas.

Um aspecto dos mais incômodos da questão é, portanto, o fato de que, com efeito, seria impossível trabalho tão preciso sem que o sistema contasse com o mecanismo estrutural por excelência e característica orgânica do Ministério das Relações Exteriores: a disposição de seus integrantes para receber ordens e cumpri-las, a qualquer custo, independentemente de seu teor, mesmo que discordando em silêncio. Essa a questão fundamental a ser tomada em seu âmbito propriamente sociológico, para além de pessoas e responsabilizações individuais.

Por esse *habitus*, os diplomatas faziam seu trabalho, fosse ele qual fosse, em sistema de rodízio, confirmando assim outra característica do *habitus* diplomático: a não posição, esse mecanismo estrutural pelo qual a sintonia entre o Itamaraty e o sistema de repressão declarava – e decerto ainda declara – um sintoma específico das práticas dessa categoria, desse campo e da estrutura que os abriga. Nesse sentido, percebe-se porque segmentos que em tese desprezavam-se (destiladores de quinta essência, estivadores e lixeiros) uniam-se assim – intencional, ou não intencionalmente – em prol do campo, para a proteção do Estado, por *habitus* (SEQUEIRA, 2007, p. A-3), tornando possível e até compreensível o fato de que para haver

instituições, deve existir uma espécie de vontade, de instinto, de imperativo, antiliberais até a maldade: a vontade de tradição, de autoridade, de responsabilidade por séculos, de **solidariedade** de cadeias de gerações no futuro e no passado **in infinitum** (NIETZSCHE, 2002, p. 98-99 – os grifos são do autor).

Mas há outras fragilidades nas ponderações de Almeida a respeito do funcionamento do Ciex, a saber: no sistema de repressão, a função do Itamaraty poderia até ser excessivamente, mas nunca essencialmente burocrática, já que uma burocracia, no nível da operada pelo Itamaraty, pode ser tudo, menos um meio que começa e se esgota em si mesmo. Burocracias dessa envergadura são instrumentos de uma moral, ainda que amoral, porque ser diplomata, ou seja, agir e/ou omitir-se enquanto tal, “não é apenas um meio de fazer, mas também um modo de ser” que exige ao mesmo tempo compromisso e autodomínio (STRAUSS, 1999, p. 57) – ainda que estrutural e especialmente por isso.

Esse fato, entretanto, não pode ser tomado, como o faz Almeida, visando minimizar o papel e especialmente a natureza e o caráter das atribuições do órgão de espionagem interna do Ministério a uma inocente tarefa de compilação de dados biográficos de gente de dentro do sistema, e não de fora dele; quando na verdade sabe-se, por um Pio Corrêa deliciado com seu trabalho, que da malha do Ciex não escapavam nem mesmo pessoas simplórias, que enviavam correspondência à embaixada do Brasil no Uruguai para serem - num gesto que atesta a cândida ingenuidade do homem comum - encaminhadas ao presidente Goulart, o fugitivo mais importante do regime militar, sob vigilância permanente do CIEx no Uruguai, ou em qualquer local a que se dirigisse, até sua morte, aliás suspeitíssima, em 1976⁴⁵.

⁴⁵ Pio Corrêa revela como procedia em suas memórias, na página 863. Quanto ao documentário que aborda a questão do assassinato do ex-presidente, nele é possível assistir a confissão do suposto assassino, o uruguaio Mario Neira Barreiro, de 53 anos, feita ao próprio filho de João Goulart – João Vicente Fontella Goulart, que esteve frente a frente com o homem numa Penitenciária de Segurança Máxima, em Charqueada, no Uruguai. O homem confessa ter participado da preparação e do assassinato do ex-presidente, sob determinação do regime militar brasileiro, no âmbito das operações negras capitaneadas pela chamada Operação Escorpião. Essa operação encontrava-se a cargo de um comando especial, chefiado pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Esse comando teria o nome de SIGMA (Serviço de Inteligência do Governo Militar Anti-revolucionário). O SIGMA consistia de um grupo seletivo, reservado, do qual participavam generais, coronéis e o delegado Fleury, todos respondendo diretamente ao então presidente Ernesto Geisel. Quando Fleury vai a Montevidéu, encarregado da Operação Escorpião, tinha por objetivo exclusivo, segundo Barreiro, a eliminação de Jango. Barreiro nega que a operação visando eliminar o ex-presidente tenha algo a ver com a Operação Condor, afirmando que tal Operação sequer existia. Barreiro, entretanto, equivocava-se: a operação Condor surgiu de um encontro “numa das elegantes mansões decadentes ao longo da avenida mais larga de Santiago, a Alameda. O prédio abrigava a Academia de Guerra do Exército, onde oficiais já em serviço recebiam treinamento avançado em liderança e – mais recentemente – em Inteligência. Era final de novembro de 1975” (DINGES, 2005, p. 31). Além disso, as operações do Condor “atingiram o clímax no período posterior ao golpe militar na Argentina [ou seja] em março de 1976”, acontecimento acompanhado por Goulart com angústia, atestada por cartas, uma das quais lida com emoção pelo filho, João Vicente, no documentário. Coincidência ou não, os fatos, entretanto, são os seguintes: o também ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira morreu num acidente de carro em 22 de agosto de 1976; o ex-chanceler de Allende, Orlando Letelier, sofreu um atentado fatal, à bomba, em 21 de setembro, em plena capital americana, Washinton D.C. Devido à explosão, Letelier teve as duas pernas amputadas e sangrou até morrer. Em 6 de dezembro seria a vez de João Goulart, que com 58 anos morria de enfarte em sua fazenda na Argentina. Embora não endossando de forma inequívoca a tese de que todos eles foram vítimas de atentados planejados pelos operadores do Condor, devemos observar o contexto e principalmente seus detalhes: entre março de 1976 e o início de 1977, as três maiores lideranças civis que o Brasil possuía na época desapareceram em circunstâncias no mínimo estranhas, sintomaticamente no momento em que o general Ernesto Geisel promovia o cauteloso retorno do país à democracia. A respeito de Carlos Lacerda ver: CONY & LEE, 2003; FERNANDES, 2005: 2; www.projeto memoria.art.br; DULLES, 2000, p. 617.

Deduz-se, portanto, que os verdadeiros infiltrados eram os agentes de Estado: militares, diplomatas e colaboradores em geral, que anônimos, e que por mais controversos que o fossem, como o Cabo Anselmo, fizeram um excelente trabalho na condição de canais utilizados por todos segmentos do aparato de informação, espionagem e operações negras que, articulados, trabalharam em prol da neutralização definitiva de elementos considerados perigosos para o sistema e para o Estado; um trabalho conjunto, que sem dúvida passava de forma especial pelas mãos dos diplomatas, cuja função era municiar o sistema de repressão com informações cruciais e competentemente decodificadas, por estarem a par de tudo, e por localizarem-se na encruzilhada de todos os caminhos e veredas do processo de coleta, análise e decodificação de informações a serviço da repressão, todo tempo, ainda que por discordância, comissiva ou omissiva (CORRÊA, 1995, p. 364; CORRÊA, 1995, p. 863; SOUZA, 1999; FIGUEIREDO, 2005, p. 275-278).

Portanto, a cada informação minimizando o papel do Itamaraty dentro do esquema de repressão, Paulo Roberto de Almeida deixa antever o lado côncavo do processo. Esse parágrafo é um bom exemplo disso:

Para o trabalho mais importante, de levantamento e seguimento das ações dos exilados que do exterior 'tramavam' contra a revolução, era preciso um serviço mais sofisticado e dotado de canais diretos de comunicação com os órgãos de segurança. O Itamaraty se organizou para responder ele mesmo por seus 'serviços especiais': em 1966, na gestão de Pio Corrêa na Secretaria Geral, foi criado o Centro de Informações do exterior (Ciex). Depois da criação do CIE, Centro de Informação do Exército, em maio de 1967, todas as forças se reestruturaram para entrar nas atividades de segurança interna e de informações, inclusive o Itamaraty, dando início a um fluxo de dados que circulava em canais próprios, com códigos e séries documentais totalmente compartimentados dos serviços normais de comunicação e de arquivos (ALMEIDA, 2008, p. 79).

Portanto, e após negativas pouco producentes, o diplomata afinal admite:

Foram todos diplomatas, portanto, os encarregados das informações 'sensíveis' a ser repassadas aos órgãos de informação do regime, sem que houvesse, a rigor, o seu envolvimento direto nas operações conduzidas a partir dessas informações coletadas por diplomatas e adidos militares, algumas delas desenvolvidas no exterior, por policiais e militares, com a colaboração ativa de ditaduras complacentes. Em alguns casos pode ter havido convivência de diplomatas – talvez até de chefes de posto, que, no mais das vezes, ignoravam o que se passava em sua 'jurisdição' - com ilegalidades cometidas em operações especiais, como a detecção e 'neutralização' de algum exilado envolvido com grupos de guerrilha no Brasil, mas as evidências a esse respeito não são conclusivas (ALMEIDA, 2008, p. 79).

Em meio a quase duas décadas de alinhamentos recalcitrantes e colaborações relutantes, Almeida declara, portanto, que:

O serviço especialmente ativo nas embaixadas em Buenos Aires, Montevidéu, Santiago e Lisboa (depois da chamada Revolução dos Cravos, em 1974, quando lá esteve a serviço como embaixador o general Carlos Alberto da Fontoura, ex-Chefe do SNI de 1969 a 1974), continuou funcionando até a redemocratização do Brasil, quando foi então discretamente desativado (ALMEIDA, 2008, p. 80).

No entanto, apesar disso, Almeida continua insistindo na fragilidade de supostas evidências não conclusivas, a respeito da participação e responsabilidade do Itamaraty no sistema de repressão.

Nestas páginas, entretanto, nosso objetivo é tentar interpretar evidências que nos parecem permitir entender um fenômeno que apresenta complexidades, não se permite ser devassado como gostaríamos, mas também não constitui uma ficção sociológica, uma vez que parte significativa dessa história está documentada, conforme reconhece o próprio Almeida:

Os arquivos do Ciex foram salvos da destruição na redemocratização, o que permitiu levantar o véu que encobria a colaboração de diplomatas, na verdade do Itamaraty, enquanto instituição, como parte do 'trabalho sujo' da ditadura militar (ALMEIDA, 2008, p. 80).

Porém, mesmo diante disso tudo, Almeida tenta restringir as atividades do Itamaraty:

o esforço de cooperação das autoridades repressivas brasileiras com seus colegas dos demais países do Cone Sul, em especial com a Argentina, pode ter dispensado a participação dos 'serviços especializados' do Itamaraty, embora alguma informação sobre essas 'viagens a serviço' possam ter chegado ao conhecimento dos chefes de posto nesses países (ALMEIDA, 2008, p. 80).

Custa acreditar que num contexto como aquele cada chefe de posto apenas soubesse de alguma informação a respeito da atividade que era, simplesmente, a prioridade número um das agendas militar e diplomática; agendas que constituíam um trabalho articulado, de natureza essencialmente policial, e que tinha nos embaixadores, Estado Maior do Itamaraty, a elite do sistema de informações da ditadura (SEQUEIRA, 2007; ALMEIDA, 2008, p. 81). Contraditoriamente, entretanto, é o próprio Almeida quem explica o papel que de fato cabia aos diplomatas dentro do esquema, indicando inclusive as soluções adotadas para o perfeito andamento do processo:

(...) a solução foi designar diplomatas para efetuar o serviço de 'escrutínio', mas isolar esse 'produto' dos canais utilizados pela Secretaria de Estado para os demais fluxos, 'normais', dos expedientes diplomáticos, como aliás requerido pela própria natureza do trabalho de 'espionagem'. Não foi uma solução fácil, porque envolveu alguma dose de 'promiscuidade' com ações certamente condenáveis no plano dos direitos humanos, da ética ou, até, da estrita legalidade jurídica, no Brasil ou no exterior; as ações policiais envolvendo a cooperação entre os serviços de repressão geralmente implicaram desrespeito explícito à soberania formal dos Estados envolvidos, mas aqui valia mais a solidariedade entre as ditaduras, como evidenciado no caso da 'Operação Condor' (ALMEIDA, 2008, p. 82 – os grifos são nossos).

De modo que Almeida admite: a Operação Condor não constitui uma ficção. Porque através do Plano de Busca Externa, o Itamaraty tinha como função e finalidade a localização de pessoas consideradas nocivas ao regime militar, em articulação com as demais ditaduras do Cone Sul. Essa afirmação de Almeida seria pouco depois confirmada pelo coronel Jarbas Passarinho, ministro de três dos cinco generais que governaram o país durante o regime militar, e também pelo general Agnaldo Del Nero Augusto, ex-integrante da seção de Informações do Estado-Maior do II Exército, em São Paulo: o Brasil participou da Operação Condor. Ambas as afirmações confirmam, portanto, descobertas feitas há mais de uma década por John Dinges, segundo as quais: a) o Brasil integrava a Operação Condor e nela atendia pelo codinome de Condor seis; b) tinha nos diplomatas elementos fundamentais para o funcionamento do esquema de monitoramento, prisão, tortura e morte dos inimigos dos regimes autoritários, internos e externos, embora a participação do país, no esquema, fosse bastante comedida (DINGES, p. 322; BEGUOSI, 2009).

Talvez, por essa razão, Almeida procura fazer menção à supostas repugnâncias dos diplomatas em relação às ações da repressão, mas por estimativa. Palavras dele:

estima-se que os funcionários do Itamaraty designados para essas funções a pedido do ministro – obviamente com o clearing e a concordância do sistema de informações e segurança do regime – tenham desempenhado os encargos com certa dose de repugnância pela natureza da ‘missão’, embora possam ter havido os que trabalharam sem constrangimentos, seja por identidade ideológica com o governo, seja por oportunismo funcional. Em ambos os casos, eles passaram a ser discriminados pelos colegas ou foram depois, em alguma medida, ‘ostracizados’ pela instituição (ALMEIDA, 2008, p. 82).

Entenda-se desde já, que não podemos negar o fato de que diplomatas tenham sentido real repugnância por tais tarefas. Entretanto, nossa questão é outra: por que categorias assim obedecem a ordens daquela natureza; com zelo, com precisão cirúrgica, mantendo posteriormente um silêncio cujo sentido de cumplicidade constitui por si só evidência de um perigo latente, e que está exatamente na forte plausibilidade da comprovação de hipóteses que tornam a questão *sub judice*, devido a aspectos como o fato de, na realidade, os destiladores de quinta essência, os estivadores e os lixeiros constituírem categorias que, articuladas, permitiram aos diplomatas proceder à relutante divisão de trabalho que constituiu o inegável enlace do Itamaraty com a repressão, materializado no cumprimento de tarefas que serviram para a consolidação da carreira de alguns - sob o silêncio dos demais - cuja dedicação ao regime constituía a credencial por excelência a viabilizar prêmios, pelo zelo incontestado e cumprimento de diretrizes que constituíam parte da engrenagem do sistema de repressão. Em

suma: o silêncio específico a que nos referimos sugere uma disposição que reflete um sintoma sociológico a ser dissecado. Porque entre os diplomatas, a disposição de atuar e omitir-se, mediante colaboração por repugnância, parece algo atávico, comentado páginas atrás pelo embaixador Meira Penna, em termos que, diante dos fatos aqui apresentados, permitem que tenhamos uma idéia, ainda que desidratada, da potencialidade desse traço específico do *habitus* diplomático. Palavras de Meira Penna: “Recebemos instruções da Secretaria de Estado que nos repugnam e desesperam, mas temos de cumpri-las com um sorriso nos lábios...” (PENNA, 2001, p. 14 – o grifo é nosso). Mas nem só de repugnâncias eram feitas as ações do Itamaraty durante a conjuntura autoritária. Por exemplo, segundo Almeida, quando do seqüestro do embaixador alemão, von Holleben,

não apenas militares, mas também diplomatas, argumentavam a favor de retaliação contra ‘terroristas’. O ex-chanceler Vasco Leitão, já aposentado, defendeu ‘medidas de guerra’ e ‘represália em termos idênticos’, aplicando-se ‘a mesma sanção’ aos seqüestradores, o que poderia implicar ‘fuzilar os presos’ (ALMEIDA, 2008, p. 83).

Paralelamente, portanto, o Itamaraty atuava em uma frente de trabalho,

certamente pouco gloriosa aos olhos de muitos diplomatas (posto que obrigados a mentir), representada pela atitude defensiva, de controle de danos, em face da campanha feita no exterior contra as torturas infligidas no Brasil aos assim considerados ‘inimigos do regime’ (ALMEIDA, 2008, p. 84).

Com efeito, por disposições assim, controle de danos, é que o Ministério, em meio a decisões técnicas, repugnâncias por estimativa e sorrisos forçados, equacionava o problema segundo uma estratégia e táticas correlatas, fundamentadas pelo Chanceler Mario Gibson Barboza, de acordo com Carlos Fico, assim: “o efeito mais importante das ações da esquerda revolucionária era justificar a continuação da ditadura militar” (FICO, 2008, p. 262).

Analisando a posição do Itamaraty naquela conjuntura, Robert Dean, membro do Departamento de Estado Americano, assim resumiu o sentido e a dinâmica do *habitus* diplomático:

O Itamaraty está numa situação difícil porque Gibson não ousa dizer a Médici que os ataques da imprensa mundial contra o Brasil continuarão, até que o governo demonstre que não apóia nem pratica generalizadamente a tortura (...) Gibson e Valente estão sob pressão para demonstrar seu zelo na proteção da honra do presidente e do governo controlado pelos militares (ALMEIDA, 2008, p. 86).

Um diplomata, portanto, seria ele mesmo e suas circunstâncias, por assim dizer, incontornáveis: viver permanentemente à mercê de situações embaraçosas, eventualmente sob pressão; ser testado a todo o tempo, no que diz respeito ao teor e grau de seu zelo na proteção

da esfera estrutural, mediante posições que oscilam, perigosamente, entre os limites ditados pelos *arcana imperii* e pelos *arcana dominationis*.

Por todos esses fatos, parece possível, portanto, começar a entender o nível e a natureza do ajustamento do Itamaraty ao regime autoritário, e assim a posição que lhe coube naquela conjuntura. Nesse sentido, comentando a capacidade do Estado em atuar dentro e fora de nossas fronteiras, legal e ilegalmente, Almeida fala sobre atuações do Ciex na Europa:

O Itamaraty e os militares reforçaram seus esquemas de vigilância e controle em Portugal, dessa vez sem contar com a conivência ou complacência do governo local, como tinha sido o caso na maior parte dos países da América Latina, com exceção do Chile de Allende, cujo governo os establishments militares e de segurança dos EUA e do Brasil se mobilizaram para ajudar em sua derrubada (ALMEIDA, 2008, p. 87).

Em seguida, o diplomata faz menção a uma certa

diplomacia militar que constrangia os diplomatas profissionais, mas contra a qual eles [diplomatas] não ousavam, ou não podiam, protestar pelos canais disponíveis [porque] Generais passaram a ocupar embaixadas nesse período, geralmente na própria região, mas também em Portugal (logo após o movimento do 25 de abril) e em países em guerra, como o Iraque (ALMEIDA, 2008, p. 89).

Comentando os itens que compunham o enlace relutante entre o Itamaraty e o regime autoritário, o diplomata declara que:

Não era apenas o anticomunismo a mola propulsora dessas nomeações de 'generais embaixadores'; havia interesse, igualmente, na venda de equipamento militar e na observação direta de cenários com algum valor estratégico (ALMEIDA, 2008, p. 89).

No entanto, as declarações de Almeida, a respeito da convivência difícil dos diplomatas com os militares, se choca com o que escreveu a respeito o Chanceler Mario Gibson Barboza. Analisando os critérios das nomeações que fazia para as embaixadas nesse período, Barboza declara que o presidente Médici deixava tais nomeações exclusivamente a cargo dele (Barboza), razão pela qual, o argumento da ocupação das embaixadas pelos militares parece ser no mínimo descabido, principalmente diante dos reais motivos que levaram à designação de militares para conduzirem embaixadas brasileiras no exterior (BARBOZA, 2002, p.184). Palavras de Almeida:

O Itamaraty sempre esteve envolvido, não apenas por razões de promoção comercial, na exportação de equipamento militar, cujos fabricantes figuravam entre os principais financiadores ociosos de diversos órgãos militares e civis empenhados na luta contra as 'atividades subversivas' (ALMEIDA, 2008, p. 90).

E assim, o motivo que levou ao enlace do Itamaraty com a cúpula das forças armadas no exterior torna-se compreensível: o Itamaraty sempre esteve envolvido com as fontes que alimentavam a repressão sobre os elementos considerados subversivos. Em suma: o Ministério estava tão umbilicalmente ligado ao sistema que o diplomata sequer deu-se ao trabalho de procurar outra palavra para explicar essa vinculação, que não aquela que resume tudo: envolvimento. Essa divisão de trabalho colocava o Itamaraty numa posição que, nas palavras de Almeida:

não se distinguia dos demais postos de observação, com apenas maior intensidade: registro das idas e vindas dos exilados, reuniões dos movimentos organizados lutando contra a ditadura, fontes de financiamento, identificação de codinomes e interceptação de comunicações, com maior ou menor envolvimento das adidâncias segundo os casos específicos (ALMEIDA, 2008, p. 91).

E assim, de declaração em declaração, Almeida acaba tocando em aspectos que, se dependesse do Ministério, certamente nunca viriam à tona, como neste parágrafo:

Não é presumível que diplomatas tenham participado de atividades de caráter 'militar', como contrabando de armas ou planos para contragolpes ou invasões: apenas a abertura dos arquivos poderá revelar a extensão das 'colaborações' prestadas pelo Itamaraty na luta contra os 'inimigos do sistema', ou contra o 'comunismo' em geral (...) Muitos diplomatas, na verdade, ofereciam resistência passiva às instruções da secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) quanto ao tratamento a ser dispensado aos exilados e seus familiares, geralmente no caso de remoção de documentos ou concessão de passaporte (ALMEIDA, 2008, p. 91).

Nesses termos, levanta-se a questão sobre a possibilidade da participação do Itamaraty em atividades ilegais, de caráter militar. Por outro lado, falar de resistência passiva não melhora em nada a imagem do Ministério, já que resistir passivamente significa omissão, omissão pela qual o Ministério, atuando no contexto do regime, foi testemunha ocular e instrumento, ainda que por discordância silente, de diversas violações, muitas delas gravíssimas, em relação a direitos políticos, civis e especialmente humanos, de centenas de pessoas.

Portanto, a conclusão a que chegamos – com base nos argumentos e revelações, ainda que cifrados, fornecidos pelo diplomata – é que seja por omissão, seja por ação, o Itamaraty foi parte – ainda que por impotência - de um esquema que por quase três décadas teve por característica fundamental a violência e a ilegalidade. Por isso, diante do acúmulo de evidências e de declarações aqui analisadas, o parágrafo seguinte pode ser considerado uma sinopse da correlação tensa entre os conceitos de *habitus*, campo e estrutura durante aquele período:

Para o Itamaraty, seus efeitos [do AI-5] propriamente ditos foram mínimos, a não ser pelo lado 'psicológico', como uma espécie de 'espada de Dâmocles', a provar que nem mesmo um órgão tão cioso de sua autonomia e profissionalismo como o Itamaraty deveria sentir-se imune ao escrutínio do 'sistema'. O essencial da tarefa de controle do pensamento 'dissidente' era feito no plano interno, em bases regulares, inserido nos métodos de trabalho profissionais, desenvolvidos ao longo de décadas de aperfeiçoamento institucional e burocrático, como um intenso processo de treinamento e de socialização dos jovens diplomatas, formalizado, a partir de 1945, no Instituto Rio Branco, cuja figura inspiradora pertence à categoria de 'mito fundador'. O slogan preferido do Itamaraty é o de, pretensamente, saber renovar-se na continuidade, o que de fato é assegurado pela importância dos arquivos e pelo peso da memória nos rituais de trabalho, bem como pela estrutura hierárquica e disciplinada que mantém o poder nas mãos dos 'barões' da Casa (ALMEIDA, 2008, p. 95).

Por essa declaração vê-se, portanto, que o diplomata é um ser sistêmico, e que por isso pensa como parte constitutiva de seu elemento, exibindo assim, ainda que contra a sua vontade, a comprovação daquilo que Bourdieu define como a interiorização, pelo indivíduo, de uma exterioridade com a qual ele acaba por se confundir. Por isso não parece haver imprecisão, ou contradição, em definir tal agente como um aparelho tornado homem; um instrumento e expressão de seu campo; voz, cérebro e braço de uma estrutura. Diante do que, temos a seguinte declaração de Almeida:

De certo modo, a Cultura da Casa dificulta o aparecimento de blocos compartimentados ou alinhados com as 'ideologias' que perpassam a sociedade, daí não se poder nela identificar grupos de 'colaboracionistas' ou de 'resistentes' vis-à-vis ao sistema, sendo mais recomendável traçar-se um retrato em tons cinza, ou de sépia, do que um cenário em preto-e-branco. Muitos aspectos, por certo, permanecem obscuros ao observador externo, e por vezes mesmo ao interno, em função da estrutura altamente burocratizada, mas igualmente estamental, que caracteriza o Itamaraty (ALMEIDA, 2008, p. 96).

Sendo assim, não surpreende que o diplomata escreva palavras como estas:

Assim, grandes segredos e pequenas mentiras apenas poderão ser aferidos quando se lograr a abertura dos arquivos, questão sempre difícil no Itamaraty, que acredita lidar com temas mais sensíveis do que aqueles tratados pelos demais órgãos governamentais, inclusive no plano puramente pessoal (ALMEIDA, 2008, p. 96).

Mais importante para os fins a que nos propomos é, sobretudo, essa última declaração de Almeida: na Casa de Rio Branco os planos pessoal e institucional se confundem, ultrapassando os limites rígidos do campo em direção à estrutura ampliada de Estado. Por mais que a argumentação de Almeida jogue – e com habilidade – com a tensão sociológica entre indivíduo e estrutura, entre o agente de Estado e o Estado, ele não consegue contornar o mérito da questão: o enlace do Itamaraty com o regime militar e o *habitus* que permitiu esse encontro de afinidades. A unificação de ambos os campos (diplomático e militar), devido ao

habitus que os dispõem a convergir em busca de objetivos específicos à estrutura que integram. Ele explica como:

Em grande medida, aspirações diplomáticas e militares se conciliam quanto aos resultados, ainda que possam divergir quanto aos meios. Quais são, em uma linha não exaustiva, as metas comuns aos soldados e aos diplomatas? Fazer do Brasil uma 'grande potência'; inseri-los nas instâncias decisórias do poder mundial, se possível por vias pacíficas, se necessário pela posse da arma nuclear; alcançar a hegemonia regional com base na preeminência econômica; lograr a modernização tecnológica mediante a cooperação internacional (ou seja, via 'transferência de tecnologia'); expandir os interesses nacionais em direção aos demais países em desenvolvimento; granjear o respeito das grandes potências e, se possível, falar-lhes de igual para igual; tais eram, a rigor, nos 'anos de chumbo' do regime militar, os objetivos compartilhados em igual medida pelos militares e pelos profissionais da diplomacia (ALMEIDA, 2008, p. 97).

Por isso, para Almeida,

o 'ambiente' de trabalho gerado pelo AI-5 não poderia ser considerado como totalmente negativo pelo Itamaraty. À parte pequenos constrangimentos quanto aos meios – geralmente criados pela obrigatoriedade de consulta à Secretaria do Conselho de Segurança Nacional antes de finalizar instruções relevantes (ou, até, algumas irrelevantes, como vistos para integrantes do Balé Bolshoi, onde poderiam se esconder perigosos 'espiões comunistas') – o Itamaraty trabalhou de maneira bastante independente nesses anos, sem maiores questionamentos da sociedade ou do Congresso. Os constrangimentos mais relevantes, nessa época, eram os interesses alinhados com Portugal colonialista, força conservadora dificultando uma evolução que os diplomatas sabiam há muito ser necessária. No mais, militares, diplomatas, tecnocratas governamentais e industriais concordavam quanto ao essencial das políticas governamentais (ALMEIDA, 2008, p. 97).

Observa-se assim a natureza dos constrangimentos considerados mais relevantes, pelo diplomata, em tempos regidos pelo AI-5: diante do cenário macabro dos porões, das críticas da comunidade internacional às violações dos direitos humanos em seu próprio país, Almeida contrapõe o ocaso do imperialismo português na África como sendo o tema mais relevante e constrangedor para o Itamaraty, por realçar o conservadorismo lusitano e impedir uma evolução que, decerto, devia incluir o respeito aos direitos humanos... na África.

No mais, a Casa de Rio Branco estava plenamente sintonizada quanto ao essencial das políticas do regime, sem exceção. Entretanto, para Almeida, no plano dos procedimentos, o AI-5 "pode ter induzido o Itamaraty à sensação, comum às sociedades autoritárias, de que o Estado tudo pode, desde que a decisão tenha sido tomada por 'tecnocratas esclarecidos - ou bem-instruídos'" (ALMEIDA, 2008, p. 98)". De modo que, ainda segundo ele:

A face positiva dessa autonomia relativa do Itamaraty e do respeito mútuo que pautava o trabalho dos soldados e dos diplomatas durante a era militar – ou, para ser mais exato, o grau de latitude que 'o sistema' concedia à Casa de Rio Branco – foi a institucionalização em bases burocráticas da diplomacia profissional, ou seja, seu comportamento e organização idealmente 'weberianos', de certo modo imunes às deficiências funcionais e problemas organizacionais das demais agências do Estado

brasileiro. As duas entidades partilham, em grande medida, o mesmo *ethos* profissional, pois ambas se concebem hegelianamente como corporações permanentes, cuja razão ontológica de ser é o serviço do Estado, pelo Estado e para o Estado - algumas vezes para si mesmas (ALMEIDA, 2008, p. 99).

Portanto, nada a acrescentar a respeito de um campo que, weberiano e concebendo-se hegeliano, mostra-se propenso a práticas cujas funções, ações e omissões são regidas por disposições *sine ira et studio*, em meio à diversidade de facções político-ideológicas que marcavam a sociedade, num cenário em que

os 'barões' da diplomacia tiveram o cuidado de não deixar o Itamaraty identificar-se com uma ou outra corrente política, preservando o caráter estritamente profissional da Casa e a orientação propriamente nacional da política externa, isenta de influências ou ideologias (ALMEIDA, 2008, p. 100).

Por fim, para Almeida:

Esse legado é relevante e, talvez, seja o único ponto positivo a reter da longa noite de arbítrio e de autoritarismo que teve de atravessar a sociedade brasileira e, junto com ela e dentro dela, a comunidade da política externa, em primeiro lugar os diplomatas. Nesses anos de chumbo, o Itamaraty foi relativamente 'livre', mas, obviamente, a autonomia, de fato, da política externa, em relação a correntes de opinião ou a posições partidárias, poderia ter dispensado a camisa de força do regime militar... (ALMEIDA, 2008, p. 100).

Portanto, o único ponto positivo a reter da longa noite de arbítrio e de autoritarismo que a sociedade brasileira teve de reter, foi o equilíbrio apresentado pela diplomacia frente à exacerbação das paixões que marcaram aquele período: *fortiter in re, suaviter in modo*. De fato, nada mais apropriado e condizente com esse campo especial do Estado.

Por fim, e sintomaticamente, a última nota do artigo de Almeida é dedicada à citação de parte da carta aberta, escrita pelo embaixador Marcio Dias, contendo críticas ao Chanceler Celso Amorim, por ocasião do falecimento do ex-chanceler Mario Gibson Barboza, e da quase total descortesia do atual Chanceler em relação ao colega falecido.

Na carta - publicada no Jornal do Brasil de 16 de dezembro de 2007, e também em O Estado de São Paulo, em 13 de janeiro de 2008 - o ex-embaixador faz duras críticas ao modo como Amorim vem conduzindo o Itamaraty. Logo no primeiro parágrafo, ele lembra ao atual Chanceler o papel que cabe ao Ministério na relação com o Executivo, destacando que: "Não é o caso de concordar ou não com o governo. Afinal, todos servimos ao país no tempo dos Governos militares, com os quais a grande maioria de nós não concordava. Mas servimos ao Estado, nosso legítimo patrão, e não a partidos" (DIAS, 2008, s/d); ALMEIDA, 2008, P. 100).

O teor da carta, portanto, toca diretamente questões envolvendo o *habitus* diplomático, tornando público, talvez pela primeira vez, o mal estar com que são recebidos quaisquer

possíveis desvirtuamentos das disposições atávicas da diplomacia, pelos integrantes daquele campo. O embaixador Dias escreveu:

Meu caro Celso, como um grande número de colegas, acompanho com desaprovação mas em silêncio a maneira como você e Samuel vêm conduzindo o Itamaraty. Hierarquizados como somos ainda acreditamos no velho bordão de que quem fala pela Casa é o Chefe. Assim, ao nos darmos conta, logo no início do Governo Lula, de quem iria dirigir a Casa nos próximos anos, muitos, como eu, preferimos aposentar-nos a seguir na ativa sob uma direção de que fatalmente discordaríamos. A propósito, nunca em momento algum do Itamaraty, houve tantos embaixadores aposentados voluntária e precocemente (DIAS, 2008, s/d).

Vê-se, portanto, que o conteúdo dessa carta contém aspectos que constituem a tese aqui discutida. Nela, vemos um ex-embaixador declarar publicamente os motivos que, segundo ele, levaram-no a aposentar-se precocemente, por discordâncias que, excepcionalmente, conduziram-no a expor publicamente questões que dizem respeito ao recesso daquele campo, na condição de representante de dezenas de embaixadores, pelo mesmo motivo: repúdio ao viés ideológico que o atual Marechal da Casa (Samuel Pinheiro Guimarães) e o Chanceler Amorim vêm imprimindo ao Itamaraty.

Ao longo da pesquisa não havíamos nos deparado com episódio similar. Nem mesmo entre os diplomatas exonerados compulsoriamente pelo regime militar há registros de que tenha sido produzido um documento dessa natureza.

As críticas do ex-embaixador dizem respeito à flexibilidade de Amorim para com o viés ideológico do governo Lula, postura que no entendimento dos embaixadores contamina o Itamaraty. Chama atenção, inclusive, que, neste episódio, não vemos a presença da propalada discordância silenciosa, a que Almeida se refere, como sendo um traço característico dos diplomatas. Dirigindo-se diretamente a Amorim, Dias escreve:

Certo, você já havia dirigido a Casa em outra ocasião, mas as circunstâncias eram totalmente diferentes, pois não só sua chefia era mais aparência que realidade (o que muitos dizem ser novamente o caso), mas sobretudo o Presidente era outro. Não é o caso de concordar ou não com o Governo. Afinal, todos servimos ao país no tempo dos Governos militares, com os quais a grande maioria de nós não concordava. Mas servíamos ao Estado, nosso legítimo patrão, e não a partidos (DIAS, 2008, s/d).

Excetuando discordâncias pessoais e políticas que porventura tenham levado Dias a escrever essa carta, é ao seu conteúdo específico que dirigimos nossa atenção, a exemplo desse trecho:

Com o Governo do PT e conhecendo a sua [de Amorim] "flexibilidade", mais o viés ideológico do Samuel, vários, como eu, previmos o que estaria por acontecer e, com o espírito de disciplina da carreira, preferimos dela nos afastar, por estimarmos que

viríamos a discordar frontalmente da maneira pela qual a Casa seria conduzida (DIAS, 2008, s/d).

Falar da disciplina da carreira é tocar no radical sociológico fundamental do *habitus* diplomático, credencial aqui utilizada como razão suficiente para a defesa de tradições pétreas, específicas a um campo singular, e que por interpretá-las como tendo sido violadas, o ex-embaixador resolveu protestar lealdade aos cânones do campo publicamente. Sintomático é o fato de que o protesto do embaixador acontece mediante referências ao período aqui investigado. Dias escreveu:

Quero ater-me a um episódio recentíssimo, o do falecimento do ex Secretário-Geral e Chanceler, e sobretudo grande Embaixador Mario Gibson Barboza. Sobre o qual você só veio a manifestar-se na undécima hora, ao aderir, na véspera, à homenagem que vários amigos, eu dentre eles, lhe prestamos com uma missa hoje na Candelária, E que, pelas melhores tradições da Casa, deveria ter sido iniciativa sua (DIAS, 2008, s/d).

Prestando homenagem ao passado de cumplicidade e autoritarismo do Itamaraty, Dias o faz mediante uma admoestação que remete à cumplicidade tácita e tática do Ministério, inclusive, com esse passado. A mensagem de Dias é clara: por conservadorismo pragmático, o agente diplomático deve transigir sempre, porque

Caso houvesse da sua parte ou da do Samuel alguma restrição pelo fato de Gibson ter sido o Ministro de Estado de um duríssimo Governo militar, lembro a vocês que a personalidade e a autoridade moral do falecido Embaixador foram diretamente responsáveis pela manutenção da dignidade do Itamaraty naquele terrível período. Devemos a Gibson, como a alguns dos outros colegas que bem dirigiram a Casa após 1964, o fato do Itamaraty haver sido preservado tanto quanto possível da violência do regime (DIAS, 2008, s/d).

O texto de Dias possui camadas dignas de exame. Ele define a posição de Amorim como sendo a de um iconoclasta. Mas o que vem a ser um iconoclasta? Frente ao passado do Itamaraty, e ponderando a respeito do papel desempenhado por Gibson Barboza durante a ditadura, a expressão iconoclasta assume a dimensão de senha, a ser urgentemente decodificada.

A palavra iconoclasta possui origem grega, sendo composta pelos termos *eikon* [imagem] + *klamos* [ação de quebrar]. Iconoclasta, portanto, é o indivíduo que demonstra desrespeito pelas tradições; sendo, portanto, capaz de quebrar os ícones, os ídolos de um templo e religião inatacáveis. Logo, tal indivíduo apresenta-se potencialmente como herege, por professar uma crença, doutrina, ou propensões (disposições) contrárias aos dogmas do campo que integra. Popularmente – e aqui a metáfora se enche de sentido – herege é aquele que não vai à missa nem comunga; herege é aquele que ameaça comportar-se de forma a

fornecer ao campo a oportunidade de declará-lo anátema. Anátema é aquele que atrai sobre si mesmo as mais terríveis punições (FOUILLoux, 1998, p. 32). É curioso, mas foi Lênin quem tratou de deixar claro o que significa, em política, em todos os quadrantes, iconoclastia infantil. Para ele, a iconoclastia infantil, de certos indivíduos de esquerda, constituía a doença infantil do comunismo [leia-se: intransigência]. Um exemplo de iconoclastia infantil, duramente atacado por Lênin, foi este: durante as negociações em Brest-Litovsky, Karl Radek, do alto de seu desprezo pelos reacionários alemães, inimigos com quem negociava um difícil tratado unilateral de paz, do qual os bolcheviques dependiam para poder consolidar sua chegada ao poder, não perdia a oportunidade de lançar no rosto dos representantes da Alemanha, seguidas baforadas do seu cachimbo. Diante dos que demonstravam os sintomas de tal doença, Lênin gostava de lembrar que a burguesia nos legou duas virtudes: bom gosto e boas maneiras; e delas não podemos abri mão, jamais. Com efeito, Lênin nesse aspecto concordaria com o diplomata George F. Kennan, para quem tais atitudes apenas despertam, e favorecem no interlocutor, sentimentos pessoais perigosos. Boas maneiras, cordialidade, portanto, foi exatamente o que Dias cobrou do Chanceler Amorim, por ocasião da missa em homenagem a Gibson Barboza, cobrança que bem pode ser resumida em uma palavra: diplomacia (CUNHA, 2007, p. 421; LAROUSSE, 1998, p. 3058; LÉNINE, 1982, p. 279-349; KENNAN, 1961, p. 45-46; ROMANO, 1987: 87). Palavras de Dias:

Creio que você – que sempre considere dos mais inteligentes dentre os colegas – acabou tendo o bom senso de dar um freio na iconoclastia infantil que fazia com que o Itamaraty fingisse desconhecer o desaparecimento de um dos seus melhores nomes, e viesse, finalmente, a evitar uma grosseria inexplicável e a juntar-se ao preito que lhe rendíamos os colegas (DIAS, 2008, s/d).

A postura de Dias, portanto, não poderia ser diferente, ao dirigir-se aquele que, na sua opinião, ameaçou o campo, ao se comportar, até a undécima hora, como se fora, desse, um dissidente. Ora, se o campo possui suas liturgias, o mínimo que um *insider* pode e deve fazer é observá-las. Portanto, conhecendo os antecedentes do Itamaraty, conforme aqui demonstrados, a reprimenda do ex-embaixador a Amorim – e por extensão a Samuel Pinheiro Guimarães - não pode ser considerada, apenas, um arroubo de retórica. O conteúdo da admoestação de Dias exhibe flagrantemente os radicais sociológicos aqui por demais conhecidos, e que permitem nos precavermos de tomar as palavras do ex-embaixador pelo que elas não são. O tom da carta fala por si mesmo:

Pois, alentado por essa demonstração de juízo, tomo a liberdade de sugerir que use essa inteligência para analisar com equilíbrio os rumos que sua gestão está dando à Casa. Para ver que o PT passará (e breve, espero), assim como passou o regime militar, mas que o Itamaraty deve permanecer. Os José Dirceus, os Marco Aurélio

Garcias e outros sicários da vida são, felizmente, transitórios. O Itamaraty era, pensávamos, permanente, com suas tradições, suas invejáveis e invejadas normas administrativas (DIAS, 2008, s/d).

Não sem motivos, observa-se que, ao se referir ao Itamaraty de forma pretérita, o sermão torna-se ainda mais impactante, inflando-se de conteúdo:

Que você, como parece ter feito no caso do Embaixador Gibson, use de sua inteligência para deter o processo de aviltamento das tradições da carreira. O achincalhamento a que a atual gestão submeteu a organização e os bons costumes do Ministério vai demorar décadas para ser remediado. Mas, se você utilizar sua inteligência para deter de imediato o processo e começar, na medida do possível (sei que no quadro atual não deve ser tarefa fácil) a revertê-lo, talvez dentro de uns dez a vinte anos possamos pelo menos voltar a donde estávamos no final de 2002. E daí evoluir. Atenciosamente (embora seja norma da Casa, não dá para usar "respeitosamente" com o Ministro de Estado que está, até o momento, presidindo ao seu desmoronamento ético e profissional - DIAS, 2008, s/d).

Diante das questões que a carta aborda, e que dizem respeito em sua maioria – direta ou indiretamente – ao tema desta tese, talvez seja muito cedo para termos uma idéia dos motivos adicionais que, de fato, levaram um ex-embaixador a censurar pública e simultaneamente, nesses termos, as duas autoridades máximas do Ministro das Relações Exteriores, por ocasião de uma descortesia do Ministério em relação a um colega morto. Mas uma coisa parece evidente: percebe-se, pela carta, que, de fato, Gibson Barboza foi profético: *old soldiers never die*.

Por isso, chama atenção o fato de que – de maneira inédita para os padrões daquele *campo* - o diplomata (Dias) tenha deixado de recorrer à tradicional prudência da categoria, observada com rigor até mesmo pelo mais belicoso dos diplomatas aqui analisados, Manoel Pio Corrêa – que em situações de discordâncias frontais, especialmente aquelas de natureza *interna corporis* - considerava imperativo e decoroso para um diplomata, quando diante da possibilidade de vir a envolver-se em polêmicas públicas a respeito do Itamaraty, opor, a situações dessa natureza, prática por ele definida como a resistência passiva da força de inércia que o levava a recusar-se a comprometer o prestígio do Itamaraty (CORRÊA, 1995, p. 605).

Mas isso não é tudo. Falta ainda analisarmos o espírito da carta e a disposição incorporada que ela sugere e busca provocar em seu destinatário: o resultado da ação de Dias é sociológico. A carta é pura ação social. Dias admoesta; e Amorim, reverente, silencia. Contrição. Ora, a atitude de Amorim estava nos cálculos de Dias: a ação social orienta-se pela resposta do outro, ainda que presumível. O cálculo não é exato, mas tem essa intenção, ainda que fundamentado no decurso da ação; decurso que envolve a biografia do agente em suas

dimensões pregressa, atual e futura (WEBER, 2001, p. 21). Uma leitura sociológica nesses termos nos permite concluir, então, que ser Chanceler constitui um prêmio do campo aos seus *insiders* mais integrados. Por isso, Dias conhecia, com razoável segurança, a resposta de Amorim, *ex-ante*: silêncio⁴⁶.

No primeiro capítulo desta tese observamos que esse tipo de recurso, e comportamentos análogos, são típicos de campos com as características do Itamaraty. Diante dos recalcitrantes, que ferem, ainda que hipoteticamente, as normas pétreas do campo, e dentre elas as que prescrevem rituais rigorosos para o trato social, caríssimos aos diplomatas, o sistema de disposições é acionado, visando resultados benéficos ao campo, a qualquer custo.

Por isso, identificada a falha de Amorim, Dias interpela o Chanceler e o enquadra, mediante o recurso ordinário da aderência empática, da conversa ainda que difícil, pautada pelo princípio *fortiter in re, suaviter in modo*; com firmeza na ação, mas com suavidade no modo; mão de ferro em luva de veludo, com bondosa severidade; diante do que Amorim silenciou, ou melhor, discordou em silêncio.

E assim, ao Chanceler pretensamente vinculado ao PT (e essa é uma idéia que deve ser relativizada *ex-ante e ex-post*), coube procurar se manter na linha divisória que separa os alinhamentos recalcitrantes e as colaborações relutantes, as opiniões e as não posições. E assim ele o fez. Diante dos fatos aqui analisados exaustivamente, seria possível esperar dele outra atitude?

De fato, para alguém afeito a não ter “comentários a fazer sobre aspectos de um passado que felizmente deixou de existir” [o fato autoritário], compreende-se que, esperar dele uma réplica ao sermão de Dias seria no mínimo contraditório. Afinal de contas, a mensagem de Dias corresponde a ações, omissões e sentimentos que devem ser comuns a todo diplomata, por disposição incorporada (*habitus*): ‘o zelo pela Casa me consome, me aflige, me completa’.

Mas a carta de Dias pode receber ainda outras interpretações. A mais imediata seria ver no documento uma evidência das lutas internas ao Itamaraty, opondo diplomatas liberais a diplomatas engajados, sociais democratas a petistas. Dias, portanto, seria porta-voz do primeiro grupo e, no limite, um dos arcanjos da velha guarda autoritária, fazendo ouvir a sua voz e nela o eco de um passado que apenas hipoteticamente teria deixado de existir. Mas a chave de leitura que aqui empreendemos está para além das opções partidárias, até porque, na Casa de Rio Branco, ideologias são artefatos descartáveis. E é a própria carta que parece

⁴⁶ GRIPP, Alan. ‘Procurado, ministro Celso Amorim se recusa a comentar acusações’. São Paulo. O GLOBO. Brasília. 15 de Dezembro de 2007. <http://arquivoetc.blogspot.com/2007/12/embaixador-aposentado-acusa-atual-gesto.html>

fornecer o argumento sociológico que nos leva a optar pela interpretação compreensiva aqui adotada, já que os radicais sociológicos a ela subjacentes, partindo do foco estrutural acaba retornando ao seu ponto de partida, incólume. Por isso, consideramos que, se examinada com atenção, a carta é um excelente exemplo de que manifestações desse tipo, entre diplomatas, constituem estratégias que submetidas à chave de leitura adequada permitem ao pesquisador atravessar o espelho; e assim fazendo chegar a uma conclusão digna do *habitus* diplomático: branco é preto, e preto é branco.

Mas sejamos cautelosos e relativizemos os fatos e as interpretações para além do limite tolerável, mesmo diante de fatos e aspectos já superlativamente familiares como os aqui apresentados, e vejamos as opções finais que nos restam.

Diante da carta de Dias, talvez tenhamos um episódio sem maior importância; mas também, talvez, evidências adicionais para a compreensão das muitas nuances de um *habitus* capaz de assumir máscaras cujos *designers*, sempre originais, abrigam conteúdos que, por serem singularmente típicos, estão sempre propensos a se permitirem um exame atento, já que o *corpus* a ser examinado está permanentemente entre a linha que divide alinhamentos recalcitrantes de colaborações relutantes, opinião de não posição; em suma, e no caso em questão, potenciais desaprovações temperadas por silêncio conivente.

Em poucas palavras, portanto, conclui-se que o *habitus* diplomático constitui a marca potencial de uma categoria cuja disposição parece ser a de atuar sempre sob uma permanente e combinada suspensão, ora axiológica, ora teleológica, condição e propensão que faz da Casa de Rio Branco, talvez, a mais competente das agências permanentes do Estado brasileiro. Do alto dessa condição de campo por excelência, de partícula fundamental de uma estrutura não menos excelente, ao final de nossa pesquisa ficamos com o sentimento de que os diplomatas, um a um, bem que poderiam tomar por divisa pessoal a auto-definição do Mefistófeles, de Goethe: “Eu sou parte de parte, um todo me produz” (GOETHE, 2003, p. 60).⁴⁷

⁴⁷ Ainda que expulso do Céu, nem por isso Lúcifer deixou de integrar uma estrutura que só faz sentido se com ele contar, dada a sua condição de parte de uma dualidade complementar, de um Plano e de uma Teologia, que tem no Céu e no Inferno campos, pólos complementares, indissociáveis, ainda que contrários, ainda que opostos. Porque ao dizer o Bem, necessariamente esta-se declarando, como contraponto complementar, o Mal. A dialética que envolve o indivíduo e a estrutura obedeceria, portanto, o mesmo princípio, dado o fato de que o campo é, para o indivíduo, antes de tudo, o seu elemento por eleição, e a partir de certo instante, de sua relação com a estrutura, natural. Por isso o fato adicional, mas antes de tudo sociológico - incorporado aos agentes diplomáticos – de que soldados de sua estirpe “*never die*”.

CONCLUSÕES

“Não me preocupeis: o que sabeis, sabeis. Daqui para diante, nunca mais direi uma só palavra”.

Iago

“O resto é silêncio”.

Hamlet

A investigação empreendida nestas páginas nos colocou em contato com um fato sociológico que, a princípio, insinuava-se por indicadores incipientes, mas que uma vez analisados parecem evidenciar o acerto de nossa tese: os diplomatas atuam por práticas específicas, cujo poder de adaptação facilita a adequação do campo a qualquer contexto, seja ditatorial, seja democrático, dada uma propensão, por *habitus*, ao que podemos chamar de adaptação por razões estruturais.

Nesse sentido, mediante os conceitos de estrutura, *habitus* e campo parece ter sido possível demonstrar que as práticas diplomáticas constituem um tipo de compromisso específico de agentes, cuja condição os vincula a uma estrutura, mediante práticas cuja natureza orgânica torna-os porta-vozes de posições específicas inalienáveis.

O método de investigação adotado também ajudou. Por dedução, observamos que o comportamento da diplomacia em geral, e da nossa em particular, compreende predisposições individuais, e ao mesmo tempo estruturais, que ajudam a entender o comportamento, em última instância, homogêneo daquele campo – apesar da possibilidade e da manifestação de discordâncias, mesmo que silentes.

Essa disposição para atuar e justificar atos e omissões específicos, fundamentando-os em conveniências não raro atribuídas, ou atreladas, a razões de Estado, de fato realça esse fenômeno: a ação da inércia incorporada que torna o diplomata aparelho tornado homem, esse produto sociológico do encontro e simbiose entre a predisposição individual de um determinado indivíduo com um campo e estrutura específicos.

Sendo assim, observamos que a relativa, e mesmo a absoluta flexibilidade valorativa, que caracterizam as práticas diplomáticas, demonstram não apenas a dinâmica e até o processo de ajustamento dos agentes ao campo, mas sobretudo sugerem as possibilidades que tal unificação é capaz de inspirar e permitir.

Por isso, as disposições do Itamaraty, materializadas nas práticas de seus agentes, tornaram o objeto de estudo passível de identificação e análise, demonstrando que a *gestalt* mental específica, que configura aquele campo, corresponde ao que chamamos de *habitus*

diplomático, um fenômeno identificável pela incorporação que prepara o diplomata para atuar *sine ira et studio*, mediante um ajustamento ao campo, e à estrutura de Estado, caracterizado por cumplicidade e lealdade incontestes.

Por meio de disposições como que atávicas, de conduzir-se em prol de seu ambiente profissional, ajustando-se às circunstâncias, os diplomatas revelam uma aptidão para atuar em qualquer contexto. Isso, entretanto, não declara o caráter individual do diplomata, da mesma forma que num pelotão de fuzilamento os soldados que participam de uma execução não podem ser considerados responsáveis por um assassinato: o mecanismo de municiar um dos rifles com munição anódina é uma boa imagem dos mecanismos, que poupando o indivíduo, permitem a uma estrutura atuar de acordo com sua natureza, apesar da discordância e até repugnância de seus convencionais, em relação a tarefas determinadas.

O poder de mecanismos assim permite fazermos uma idéia do que ocorreu no contexto de uma ditadura, envolvendo agentes civis (diplomatas), direta ou indiretamente, em ações por eles consideradas repugnantes.

Afeito ao seu elemento, o indivíduo, assim, paulatinamente, ajusta-se à ética especial que fundamenta seu campo, mediante disposições *ex-ante*, ainda que opostas à ética convencional, radicada no senso comum. Essa, aliás, parece ser a condição *sine qua non* pela qual o diplomata mostra-se verdadeiramente apto a participar do jogo até o fim, ou a abandoná-lo por antecipação.

Como soldado civil do Estado, o diplomata encontra-se, em situações como uma ditadura, em certos momentos, impedido de recuar, sob pena de corte marcial. Na diplomacia, a corte marcial corresponde a sanções negativas como ser o diplomata submetido a ver sua carreira transformada em emprego. Por isso, o exame do conteúdo das manifestações e omissões diplomáticas revelou como indivíduos específicos transitam por entre os muitos caminhos de um labirinto continuamente sob luz e trevas, que os atinge e fere, mas que, independentemente disso, cabe ao agente responder ao desafio e seguir adiante. Por que? Em nome do quê?

De modo que seja nos textos, seja no relato circunstanciado das práticas diplomáticas com os quais nos deparamos, estivemos simultaneamente entre o ato e o pensamento, a reflexão aplicada e a solução a ela correspondente; uma reflexo da outra, quando não o encontro perfeito e acabado entre o direito e o avesso, formando uma unidade de sentido capaz de iluminar fatos, pensamentos e intenções estruturalmente comprometedoras e que não raro denunciam o que e o como opera o Ministério das Relações Exteriores, mediante as práticas incorporadas em seus convencionais.

Por isso, acreditamos que ao examinar o conteúdo da produção diplomática, os indicadores permitiram não apenas fixar o objeto, mas também a unidade de sentido estrutural que declara, enquanto produto, a dualidade sociológica complementar entre o agente (o diplomata de carreira, o *staff* diplomático) e as estruturas (Itamaraty, Estado, Governos), sempre de acordo com o senso de proporções *ad hoc* que caracteriza o objeto, ele mesmo sempre correspondente e ajustado ao momento específico. A relação entre o agente e a estrutura constitui assim o momento em que a exceção apresenta-se como filha da conveniência, para e pela estrutura, sempre, por mais que negue seu nome e erre seu domicílio.

Diplomatas são assim, e com efeito, agentes cuja condição implica atitudes e omissões inspiradas por adesão estrutural, inequívoca, às razões de Estado, e só em segundo plano àquelas de governo. Mas essa adesão deve ser compreendida em seus termos específicos, inalienáveis, presentes nesta declaração do embaixador Meira Penna:

(...) ver longe, ver mais distante no futuro do que o simples oportunismo. Ou descobrir, como aconselhava o grande economista liberal francês de princípios do século XIX, Frédéric Bastiat, 'aquilo que não se vê' (PENNA, 2001, 5 – o grifo é nosso).

Por isso, o *habitus* diplomático orienta-se para a proteção do campo que encarna, condição que faz dele componente orgânico de um aparato fixo que estimula e cobra do agente uma cumplicidade que não exita em ultrapassar, como estrutura, a linha branca que separa a virtude do vício; porque ao integrar o mundo imperfeito da política, o Estado sabe prescrever aos seus *insiders* a blindagem e os instrumentos que os capacitam a lidar com o bem e com o mal, dotando-os assim de uma *expertise* que os prepara para conduzir-se por quaisquer situações, mediante práticas correspondentes ao campo e a estrutura que os credencia a agir em seu nome, para o bem e para o mal.

Mas isso não significa que esse campo e estrutura específicos sejam impelidos apenas a fazer o mal. Pelo contrário, o que os caracteriza é essa capacidade de reconhecer e saber atuar mediante uma dialética incontornável entre o bem e o mal; razão pela qual, a ética especial que os fundamenta acaba constituindo organicamente aquilo que chamamos de um entendimento específico do fazer político, e que se materializa em práticas correspondentes àquelas exigidas de nossos diplomatas, diante do ato autoritário.

Por isso, num contexto sociológico superlativamente tenso (ditadura), a condição institucional limite do agente diplomático confrontou-o com condições objetivas que implicaram, e dele exigiram, simultaneamente, a capacidade de exercer práticas definidas

como alinhamentos recalcitrantes, combinados a colaborações relutantes com os verdugos do regime militar. Diante daquela excepcionalidade política, muitas vezes tiveram de ceder diante dos imperativos de alto impacto, que dispensando opiniões pessoais, faziam valer o que o Chanceler Vasco Leitão da Cunha chamava de não posição, essa suspensão ora axiológica, ora teleológica, que o *habitus* permite ao diplomata – assim como ao soldado profissional, ao advogado, aos carrascos, aos médicos, aos Bispos, ao Papa, e que constitui a realidade fática da presença fundamental de dimensões estruturais coercitivas e facilitadoras à continuidade da vida e das redes sociais.

Portanto, o contexto de ditadura não alterou o caráter estrutural do Itamaraty. Antes pelo contrário: o fato constitui um momento com o qual a agência teve de lidar, atuando em seu elemento, e pagando por isso um preço altíssimo, mas jamais espúrio ao campo. De modo que aquilo que inicialmente constitui uma hipótese de trabalho, o fato de que o golpe tivera impacto negativo sobre o Itamaraty, tanto em seu funcionamento, como em sua autonomia relativa, mostrou-se um entendimento a ser considerado em seus termos devidos.

As regularidades observadas, e que Max Weber adequadamente chama de ações e omissões que se repetem sempre com o mesmo agente, e/ou, às vezes, simultaneamente com outros agentes de um mesmo *campo*, apresentando sentido tipicamente homogêneo, demonstrou facticidade recorrente ao longo de nossa investigação: empiricamente, e por cinco anos de pesquisa, desconhecemos um único caso de diplomata que tenha atuado de forma abertamente crítica em relação à atuação do Itamaraty, ao longo daquele período, muito embora nem todos possam ser medidos pelo mesmo diapasão de um Pio Corrêa, ou de um Câmara Canto.

O fato de essa regularidade permanecer linear constitui, portanto, um sintoma digno de destaque: no máximo, mas com extremo cuidado, vemos um, ou outro diplomata, reconhecer que o Ministério cometeu excessos, mas sempre procurando justificar aquelas ações, isentando o campo de culpa e principalmente de dolo, em relação a sua adesão ao autoritarismo.

Mas se os *insiders* agem assim, qual o comportamento verificado entre os “*outsiders*”, ou seja, os diplomatas que foram punidos pelo regime militar, os esquerdinhas, que permaneceram no Itamaraty e hoje ocupam posições chave dentro da Casa? Esse é um aspecto adicional importante a ser examinado. Esse resíduo incomoda: os esquerdinhas de ontem, hoje barões do Itamaraty, mostram-se tão ajustados quanto aqueles que desempenharam funções ajustadas à ditadura.

Além disso, inexistem depoimentos de antigos integrantes do Itamaraty, punidos pelos militares e pelo Ministério, e que sequer tenham ousado levantar a mais leve suspeita a respeito da participação ativa e passiva da Casa nas ações encobertas empreendidas por ela durante os anos de chumbo.

Nesse sentido, e diante dessas constatações, pensamos que a pesquisa atende ao requisito sociológico fundamental a que se comprometeu: encontramos regularidades não só por ação, mas também por omissão; antes, durante e depois do período investigado.

Portanto, identificamos documentamos e comentamos regularidades, dentro de nossas possibilidades, cujas evidências, em muitos momentos, são bastante generosas sobre as condições do objeto, ainda que não necessariamente confortáveis para o Itamaraty.

Por isso, os quatro cenários com os quais trabalhamos não encontram respaldo na realidade, mas a hipótese fundamental de trabalho sim, essa nos parece ter sido comprovada. Sendo assim, o Itamaraty nunca negociou sua dignidade com os militares, visando unicamente proteger-se de constrangimentos, mas sim blindar sua capacidade de autonomia relativa, frente à necessidade de ter de se adaptar à nova situação que se lhe apresentava, por razões estruturais.

O Ministério tampouco aderiu ao regime, unicamente, por dissimulação honesta, na intenção de, mais adiante, e de forma hábil, contribuir, dentro do tempo da diplomacia, para a retomada da normalidade democrática. Tal hipótese sugere um altruísmo que não encontra correspondente na realidade complexa vivida pelo Ministério naquele período e que parece estranho à diplomacia, enquanto atividade de Estado.

Impossível, também, a defesa da hipótese da adesão irrestrita do Itamaraty ao *status quo* autoritário. O Ministério não se prende e muito menos se compromete com o transitório.

Mas diante desses cenários, a quarta e última possibilidade parece bastante plausível: os diplomatas atuaram de forma simulada e dissimulada, não em prol da retomada da democracia, ou por adesão ideológica ao regime militar, ou a qualquer outro regime, situação, indivíduo, ou contexto, mas sim devido a uma disposição sociológica ainda não investigada em profundidade, e que indica um objeto de estudo sociológico dos mais interessantes: a *disciplina* que singulariza essa agência de Estado.

De fato, a conjectura com a qual trabalhamos, nem comprova cenários específicos, nem os descarta; antes, porém, plasmando-os, mostra a plausibilidade e mesmo o acerto da hipótese fundamental, aquela que sugeria a existência de uma articulação típica e que declara disposições por *habitus*.

Sendo assim, a crise que resultou na interrupção da democracia em 1964 levou o Itamaraty a acionar mecanismos sociológicos específicos, fortemente latentes, de preservação institucional, todos por adaptação, mas que na maioria dos casos evidencia adaptação *de facto*, muito raramente *de jure*; e mesmo em relação a aspectos que configuram inegável adesão *de jure* seriam, até o presente momento, hipotéticas portarias secretas e documentos comprometedores que, se existem, serão mantidos, como é de praxe da agência e da estrutura que a abriga, sob sigilo perpétuo.

Assim, se nossa investigação não permitiu estabelecer em definitivo qualquer veredito sobre o Itamaraty, pelo menos sugere a possibilidade de um esboço interpretativo da disposição por *habitus* que caracterizou e decerto caracteriza, essa categoria em particular, facilitando assim um acesso – certamente dentre outros – a parte – certamente ínfima - de condições de possibilidade investigativas capazes de permitir a verificação cada vez mais ampliada de nossa tese, mesmo configurando ela um passo tímido e certamente bastante incompleto numa direção que nos parece promissora.

Portanto, nosso objetivo geral, entender o sentido sociológico da versatilidade institucional da diplomacia brasileira, durante o ciclo militar, parece ter sido alcançado quando entramos em contato com a consistência do *status* da neutralidade apresentada pelo Itamaraty, em relação ao contexto autoritário dos anos 1964-1985. Com efeito, a consistência desse *status*, apresentado por tanto tempo pela Casa de Rio Branco, frente ao regime, mostrou-se periclitante e por isso mesmo frágil. Sua neutralidade foi operacional, instrumentalmente orgânica, estratégica e tácita devido a um *habitus* passível de identificação mediante a análise de mecanismos complexos, responsáveis por uma blindagem algo singular; porque ao declarar neutralidade o Itamaraty diz a verdade, já que seu elemento por excelência é exatamente aquela indiferença e abstenção potencial - diante de contextos e circunstâncias - que constitui traço típico da diplomacia, ela mesma afeita a idiossincrasias só a ela específicas, fenômeno igualmente identificável entre outros campos, como o militar, o judiciário, o eclesiástico.

Ora, nesse sentido, entendem-se as razões dos mecanismos utilizados pelo Itamaraty naquele e em quaisquer contextos que dele exijam atuações por adaptação: os mecanismos inerentes ao campo diplomático foram e continuarão a ser todos mecanismos necessários para blindar o campo de possíveis violações, intentadas por quaisquer aparatos a ele externos, fardados ou não; e especialmente quando da possibilidade de o Ministério ser interpelado por *outsiders*, a qualquer tempo.

Por tal disposição, torna-se possível entender a atitude do então Chanceler João Augusto de Araújo Castro: agir à revelia de um presidente democraticamente eleito; fornecer respaldo oficioso, usando a plataforma ministerial oficial, a uma conspiração; observar um período sabático de ostracismo⁴⁸ e, finalmente, ressurgir mais adiante na condição de representante do governo militar, como embaixador em Washington, defendendo o regime das acusações contra violações dos direitos humanos; dialética que demonstra as práticas do Itamaraty, práticas cujo padrão de comportamento institucional muito pouco difere da adesão discreta, porém, taticamente estratégica, assumida em bloco pelo Ministério diante da quartelada de 15 de novembro de 1889, do golpe de Estado de 1930 e do golpe que instaurou o Estado Novo em 1937, e que prossegue na excelente relação com o PT, ele próprio reduto que abriga o que ontem o Itamaraty – mesmo que indiretamente - ajudava a eliminar.

Portanto, a única desventura de 1964 – para usar uma palavra no mínimo inapropriada, com a qual um diplomata definiu a condição do Itamaraty a partir do golpe - é ter o Ministério integrando uma conjura que se tornaria um *anátoma* histórico. Por isso, talvez a grande lição que fica para o Itamaraty é que o papel de curinga em certos eventos à ribalta não lhe cai bem, independentemente do valor da aposta, ou das hipóteses em seu benefício, razão pela qual um maior cuidado se faz necessário. A lição certamente serviu de aprendizado dos mais proveitosos para o Itamaraty, para o bem e para o mal, ainda que amargo.

E quanto às divisões internas, envolvendo moralidades e amoralidades de uma cumplicidade se não negadas, pelo menos atenuadas pela possibilidade de resistências e repugnâncias ainda que silentes? A discordância silente dos diplomatas em relação aos tempos funestos parece demonstrar que tal tema permite-se, nos dias de hoje, variações e versatilidades similares às daquele passado; ou como dizem os diplomatas: hierarquizados como somos, acompanhamos com desaprovação, mas em silêncio... os rumos dos acontecimentos, buscando assim tomar posição adequada diante deles, de preferência por não posição.

A que atribuir, então, comportamentos assim? Certamente a uma dialética e mesmo incógnita sociológica que conjuga, à perfeição, predisposições institucionais que combinam, por inércia, crítica e resignação como faces jamais excludentes de uma mesma moeda. Do contrário, quais as possibilidades de existência do fenômeno sociológico que atende pelo nome de *habitus* [diplomático]? Entendamos: tal conceito não se presta a nominalismos, ou mesmo a realismos apressados. Exigindo então ponderações cuidadosas sobre o universal

⁴⁸ Períodos sabáticos de ostracismo é outro dos mecanismos específicos utilizados pelo Itamaraty, visando resguardar-se de questionamentos a ele incômodos: são os chamados *bons compassos de espera* (CUNHA, 1994, p. 277).

sociológico que o constitui. Impossível ser diferente: do contrário, como explicar que homens e mulheres compartilhem por séculos um mesmo espírito, uma mesma vocação, uma mesma [pré]disposição - e negar que tal fenômeno exista, não importa se suas manifestações ocorram de forma permanente ou episódica, latente ou manifesta; se circunscrito a um campo exíguo, ou ampliado?

De fato, nesses termos, a adesão pessoal do Chanceler Araújo Castro ao golpe não significou a ação isolada do indivíduo, mas algo mais profundo: a adesão *ex-ante* e *ex-post* de toda uma categoria a algo que a transcende: a disciplina que a todos se incorpora, desde o Chanceler até o mais inexpressivo Terceiro Secretário e mesmo o mais insignificante funcionário administrativo que atua no Ministério, e que os converte em *insiders* consumados. Pio Corrêa, não por acaso, elogia o barbeiro do Itamaraty, que via, ouvia e calava frente às deliberações de alto impacto do embaixador enquanto o barbeava, cotidianamente (CORRÊA, 1995, p. 595). Sim, porque o Itamaraty não é feito apenas de diplomatas. O *habitus* específico ao campo, de alguma forma, imanta também os que, na condição de não-diplomatas, [com]partilham da mesma atmosfera, embora nem de longe possam integrar a dimensão mais recôndita do núcleo daquele campo.

Com efeito, ao tentar obter desses funcionários informações, por mais simples que o fossem, deparamo-nos com mais resistência que aquela demonstrada pelos diplomatas propriamente ditos. Nas várias tentativas que fizemos de abordar os funcionários, ficava patente a disciplina que os coloca como que em posição de sentido, frente às normas não escritas daquele campo. Fato que, não por acaso, levou um ex-Chanceler a – ele mesmo impressionado - afirmar que embora desconhecesse os mecanismos de tal fenômeno, o aparato funcional ordinário do Itamaraty opera com tal eficácia e sintonia com o Ministério que bem mereceria um estudo sério.

Eis, portanto, a incógnita identificada, e que se não se presta a ser desvendada, autopsiada mesmo, até o âmago, pelo menos alerta-nos quanto a sua realidade, declarando-a como algo a ser realmente levado a sério. Por isso, nosso cuidado todo tempo em evitar propor interpretações precipitadas sobre fatos e personagens. Porque fatos e personagens, por mais que a idéia incomode, são, com efeito, manifestações de algo que os transcende e constitui por si só uma sombra que paira sobre os indivíduos, tomados enquanto singularidade, e que por isso contém, mesmo, algo de assustador para eles e para nós: a possibilidade, sempre presente, de anulação do indivíduo por estruturas, senão totais, pelo menos potencialmente abertas à procedimentos totalizantes. Porque aquilo que permite as práticas diplomáticas aqui analisadas, não possuem outra origem se não essa energia

propulsora que fornece vida às instituições através da inércia incorporada a seus agentes, mediante princípios não escritos, que os inspira a determinadas condutas, fundadas em radicais sociológicos que perpassam seu discurso, suas disposições e suas práticas, seu silêncio e até mesmo o seu esquecimento; radicais sociológicos que parecem estar em todos lugares, e em lugar algum, todo tempo.

Tal condição torna o indivíduo, finalmente, não o que a sociedade dele espera, mas aquilo que acaba por constituir – no que por muitos pode ser considerado uma contradição inaceitável - sua imagem pública, ela mesma parte de uma condição dúplice, mas que exatamente por não se constituir como falseamento deliberado, apresenta-se como uma verdade plástica, opaca, às vezes tragicamente necessária, vital mesmo para as estruturas e dedicada a buscar o difícil equilíbrio e funcionamento das instancias sociais, e por tudo isso tendo no agente diplomático um aparelho tornado indivíduo; reflexo de um aparato estrutural que transcende e necessariamente acaba por aplacar sentimentos humanos, constituindo, portanto, uma condição sociológica que se encontra para além de posições meramente ideológicas; condição captada com rara precisão pelo poeta maldito Gregório de Matos, quando ao refletir a respeito da articulação entre um certo todo e suas partes incertas, e que por isso mesmo inexplicavelmente se fundem e se confundem, chegou a uma conclusão que bem poderia descrever a relação sociológica entre o diplomata e o Estado:

*O todo sem a parte não é todo;
A parte sem o todo não é parte;
Mas se a parte o faz todo, sendo parte,
Não se diga, que é parte, sendo todo.*⁴⁹

Porque no sujeito que aqui se apresenta como vetor de uma estrutura que está para além dele, cruzam-se e comunicam-se múltiplas relações entre sentidos e ações, cujo objeto não fica restrito a pessoas específicas, mas a um indivíduo sociológico, imerso em circunstâncias institucionais e conjunturais dadas, para e pelas quais apresenta, espontaneamente, sempre que interpelado pela estrutura, ou por contextos que a ameacem,

⁴⁹ Esta estrofe faz parte do soneto intitulado Ao Braço do mesmo Menino Jesus quando Apareceu (MATOS, 1999, p. 67). A história que inspirou o soneto encerra uma temática sociológica universal, captada pelo poeta com inegáveis precisão, sensibilidade e propriedade: a relação simbiótica entre o singular e o estrutural. A origem da inspiração do poeta e sua conseqüente contribuição sociológica: certa feita, sumira de uma igreja o braço de um estatueta que representava o menino Jesus. Diante da comoção que o furto difundira na comunidade, o poeta genialmente chamou a atenção para o fato de que o corpo do menino Jesus jamais poderia ser separado de seu todo, já que, se a parte o faz todo, sendo parte, em qualquer parte que essa se encontre sempre estará o todo. Em suma: entre o indivíduo e a estrutura fundem-se na transcendência, atribuída sociologicamente, a instituição e o indivíduos, as estruturas e as pessoas; ou seja, a idéia que fazemos – e o sentimento que nos inspira - sobre determinadas estruturas como a Igreja, a Escola, a Família, o Estado, o Casamento, a Religião, a Academia, as Divindades, a Pátria, a Constituição, os Tribunais, o Voto, a idéia de Justiça - nos transcendem porque nos habitam, e assim incorporado o *habitus* se converte em estrutura, mediante disposições incorporadas aos indivíduos.

respostas *ad hoc*, sempre benéficas à própria estrutura e a ela afeitas, ainda que muitas vezes ao preço da negação (por auto-negação) do indivíduo.

Por isso, as práticas diplomáticas, ao longo do ciclo autoritário, não devem ser tomadas como representativas apenas da conjuntura de exceção que investigamos, mas de quaisquer conjunturas. Sendo assim, os mecanismos responsáveis pela blindagem do Ministério naquele contexto, e certamente para além dele, encontram-se na combinação versátil do que chamamos de radicais sociológicos, fontes estruturais que inspiram procedimentos que sugerem e mesmo demonstram que em última instância os diplomatas não orientam suas ações por ideologia; e mesmo que venham a se sentirem inclinados por alguma visão de mundo específica, aqueles verdadeiramente afeitos ao campo, acabam, de alguma forma, pagando o preço que lhes é cobrado *ex-ante*. Tal evidência estrutural apenas reforça – através do agente diplomático - a posição de um campo que declara aos seus convencionais desde sempre a condição *sina que non* que, insinuada ao neófito economicamente, aos poucos é por esse incorporada, tornando-o finalmente a expressão autorizada de um campo específico, elemento dentro do qual apenas os *insiders* incontestes são considerados bem-vindos.

Tal princípio rege e constitui, também, uma regularidade estrutural que explica o paradoxo desse padrão versátil que marca os que optam por essa estrutura e aos poucos incorporam o seu *habitus*, capacitando-se assim a discriminar quase que desde o primeiro momento não apenas os âmbitos bem demarcados entre Estado e Governo, mas também posições outras – independentemente de sua natureza – sempre em defesa da estrutura de Estado, todo o tempo e a qualquer custo.

Nesse sentido, percebe-se por que a partir de 1964 o silêncio do Itamaraty foi sendo reforçado pelos desdobramentos do golpe: cumplicidade para o Itamaraty implica em questão pontual, independentemente de contextos e de situações. Compreendamos o fenômeno: numa aceção extensiva e sempre imediata, não nos esqueçamos que cumplicidade significa parceria, sociedade, ainda que pontual e episódica. Por isso, as práticas dos diplomatas no contexto da ditadura, e hoje no contexto da democracia, decerto continuam marcadas por uma permanente e sistemática coerência estrutural, especialmente quando oscilante; representando assim um papel condizente com o *status* que o próprio Estado se reserva. Porque sejam os governos nele instalados identificados como de direita, ou de esquerda, a condição de inacessibilidade que marca a estrutura de Estado e seus campos específicos, é garantida pela própria Constituição de 1988, quando em seu Artigo 5º inciso xxxiii informa e determina a quem interessar possa que:

Todos tem direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade ou do Estado.

Sintomático, portanto, é o fato adicional – porém implícito ao ordenamento geral – de que a Constituição desconhece os governos no tocante a essa matéria, sendo, entretanto, tarefa deles zelar pela diretriz que inclusive os blinda, caso necessário. Para isso basta observar o comportamento do governo Lula, em relação aos crimes do regime militar e a participação direta ou indireta do Itamaraty naquele período, sempre que instado a pronunciar-se sobre a questão.

Portanto, mesmo com o sucessivo acúmulo de informações sobre as atividades negras, das quais o Itamaraty tenha participado, durante os 25 anos de autoritarismo, tais remédios constitucionais endossam a cumplicidade tácita e tática de campos e estruturas orgânicos, sendo amparo e anteparo de um único perímetro sistêmico, de uma mesma estrutura ampliada, de um mesmo *habitus*, mas fornecendo a nós, o povo, ainda que de forma elíptica, uma idéia do elemento ao qual pertencem. Esse, talvez, possa ser considerado o mérito e a principal comprovação de nossa tese, ela mesma fruto, até onde nos foi possível chegar, daquilo que podemos chamar de salutar iconoclastia acadêmica, trabalho e postura intelectual difícil, que nos leva agora a declarar que, estudar a atuação da diplomacia brasileira durante a ditadura militar, nos deixou a sensação permanente de estar desatando um nó úmido, ação cuja possibilidade mais inquietante foi e continua a ser o fato de correremos o risco de desfigurar a integridade de um tecido cuja estranha cartilagem perpassa, e se confunde, com a sua própria carne.

Por isso, não há, e gostaríamos de frisar esse particular, na categorização com a qual analisamos os fatos, e a regularidade por eles apresentada, tipos que possam ser considerados puros, e que tomados de forma isolada expliquem o fenômeno em toda a sua extensão e múltiplas nuances. Antes, todos eles integram e constituem o que poderíamos chamar de variantes cambiantes de um perímetro sistêmico que, assumam a forma que assumirem, estarão sempre declarando o *habitus* constitutivo às ações de uma categoria cuja chave de leitura, para o entendimento de suas práticas, por ação e omissão, não se encontram em seu passado, nem mesmo em seu presente mais imediato, *strictu sensu*, pelo simples fato de ser um fenômeno infenso a julgamentos ideológicos, unilaterais.

Por isso, a cumplicidade ontológica que configura o *habitus* diplomático sugere a permanência de potenciais disposições que não parecem apontar para alterações significativas no tocante a possíveis respostas institucionais do Ministério, caso confrontado com situações

como aquela que resultou em 1964. Porque ontem, como hoje, o Itamaraty permanece em seu elemento: não ser o que é. Esse é o seu segredo e a sua virtude: a capacidade de ser e de não ser; de definir-se provisoriamente, mediante uma hábil e oscilante postura de indefinições, diante dos fatos.

Dessa forma, e apenas dessa forma, pode a diplomacia exercer suas atividades com esmero, conseqüentemente; mas sempre evitando submeter o *habitus* que a reveste a ingerências a ela espúrias, protegendo-se assim de constrangimentos, e bloqueando-se contra exames fundamentados em teor ético a ela absolutamente refratário. O *habitus* diplomático é assim um processo civilizador em escala micro, e o *outsider*, que pretende ingressar nessa carreira, o barro a ser cuidadosamente moldado, porque por si mesmo propício e assim afeito a esse processo; e que por fim resulta no *insider* irretocável que é o diplomata, expressão, e porque disciplinado e auto-disciplinado, instrumento do Estado.

Sendo assim, as práticas diplomáticas justificam-se na medida em que constituem um paradoxo que goza da prerrogativa de ser organicamente congruente, já que a diplomacia começa onde os parâmetros podem ser manipulados e instrumentalizados como substrato de práticas que declaram um *habitus*, cujo sentido está na possibilidade de suspensão de todos os parâmetros, por situar-se permanentemente na linha divisória entre o nunca e o sempre.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de; BELOCH et al. **‘Araújo Castro’**. Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, vol. 4, página 1234-1235. 2º edição. Rio de Janeiro. FGV/CPDOC. 2001.
- ACCETTO, Torquato. **Da dissimilação honesta**. São Paulo. Martins Fontes. 2001.
- AGEE, Philip. **Dentro da ‘Companhia’**: diário da CIA. São Paulo. Circulo do Livro. 1976.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. **‘Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5’**. In: MULTEAL Filho, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5. Editora PUC Rio/Contraponto. 2008.
- AMADO, Rodrigo. **‘Prefácio’**. In: Araújo Castro. Coleção Itinerários. Brasília. UnB. 1982.
- AMORIM, Celso. **Política externa, democracia e desenvolvimento**. Gestão do Ministro Celso Amorim no Itamaraty: Agosto 93 a dezembro 94. Brasília. Funag. 1995.
- ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos ao longo do século xx**. Rio de Janeiro. FGV. 2002.
- ARENDT, Hannah. **Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal**. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Relações Brasil-EUA no contexto da globalização. I. Presença dos EUA no Brasil**. São Paulo. Senac. 1998.
- _____. **O Governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil 1961-1964**. Brasília/São Paulo. UnB/Revan. 2001.
- BARBAS HOMEM, António Pedro. **O espírito das instituições: um estudo de história do Estado**. Coimbra. Almedina. 2006.
- BARBOZA, Mario Gibson. **Na diplomacia o traço todo da vida**. Rio de Janeiro. Francisco Alves. 2002.
- BARNES, William C. **‘Arcanjos’**. In: METZGER, Bruce & COOGAN, Michael D. **Dicionário da Bíblia: as pessoas e os lugares**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2002.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa. Edições 70. 2004.
- BARRETO Filho, Fernando P. de Mello. **Os sucessores do Barão: 1912-1964 – Relações exteriores do Brasil**. São Paulo. Paz e Terra. 2001.
- BATH, Sérgio. **O que é diplomacia**. São Paulo. Brasiliense. 1989.

- BELOCH, Israel & ABREU, Alzira Alves de. 'Araújo Castro'. In: Dicionário Histórico e Biográfico Brasileiro, vol. 1, pp. 719-720. 1ª Edição. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV. 1984.
- BERQUÓ, Alberto. **O seqüestro dia a dia**: a verdadeira história do seqüestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 1997.
- BILLINGTON, James H. **Fire in the minds of men**. Transaction Publishers, 1999.
- BOBBIO, Norberto. **As ideologias e o poder em crise**. Brasília. Unb. 1999.
- _____. 'Ética e política'. In: Teoria geral da política: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro. Campus. 2000.
- _____. **Ética e política**. In: Elogio da serenidade e outros escritos. São Paulo. Unesp. 2002.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina**: males de origem. Rio de Janeiro. Topbooks. 1993.
- BONAVIDES, Paulo & AMARAL, Roberto. Textos políticos da história do Brasil. Brasília. Senado Federal. 2002.
- BOURDIEU, Pierre. **Algumas propriedades dos campos**. In: *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983a.
- _____. **O campo científico**. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdieu - Sociologia*, São Paulo: Ática, 1983b.
- _____. 'A gênese dos conceitos de habitus e de campo'. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2000.
- _____. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil. 2001.
- _____. 'Algumas propriedades dos campos'. *Questões de sociologia. Fim de Século - Edições*. Lisboa. 2003.
- _____. **Coisas Ditas**. São Paulo. Brasiliense. 2004.
- _____. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. São Paulo. Papyrus. 2008.
- BURDEAU, George. **O Estado**. São Paulo. Martins Fontes. 2005.
- BURKE, Peter. **As fortunas d'O cortesão**. São Paulo. UNESP. 1997.
- BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo. Edusp. 1992.
- CAMPOS, Roberto. **A lanterna na popa**: memórias. Rio de Janeiro. Topbooks. 1994.
- CANETTI, Elias (2005). 'Elementos do poder'. In: Massa e Poder. São Paulo. Companhia das Letras.
- CARDOSO, Zélia de Almeida. **Iniciação ao latim**. São Paulo. Ática 1993.

- CARVALHO, José Murilo de (Org.). **Visconde do Uruguai**. São Paulo. Editora 34. 2002.
- CASSIRER, Ernst. **O mito do Estado**. São Paulo. Códex. 2003.
- CASTRO, João Augusto de Araújo. '**O poder nacional**: limitações de ordem interna e externa'. In: AMADO, Rodrigo. Araújo Castro. Coleção Itinerários. Brasília. UnB. 1982.
- CASTIGLIONE, Baldassare. **O Cortesão**. Martins Fontes. 1997.
- CHEIBUB, Zairo Borges. **Diplomacia e construção institucional**: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. Dados – Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 28, n. 1, pp: 113-131. 1985.
- CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo. Martins Fontes. 2003.
- CONTREIRAS, Hélio. **AI-5: a opressão no Brasil**. Rio de Janeiro. Record. 2005.
- CONY, Carlos Heitor & LEE, Anna. **O beijo da morte**. Rio de Janeiro. Objetiva. 2003.
- CORRÊA, Manoel Pio. **O mundo em que vivi**. 2 volumes. Rio de Janeiro. Expressão e Cultura. 1995.
- COUTO, Ronaldo Costa. **História indiscreta da ditadura e da abertura - Brasil: 1964-1985**. Rio de Janeiro. Record. 1999.
- CUNHA, Vasco Tristão Leitão da. **Diplomacia em alto-mar**: depoimento ao CPDOC. Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. 1994.
- CUNHA, Antônio Geraldo. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. Rio de Janeiro. Lexicon Editora Digital. 2007.
- DA-RIN, Silvio. **Hércules 56**: o seqüestro do embaixador americano em 1969. Zahar. 2007.
- DE SANCTIS, Francesco. '**O conceito de Estado em Maquiavel**'. In: Ensaio Críticos. São Paulo. Nova Alexandria. 1993.
- _____. '**O maquiavelismo**'. In: Ensaio Críticos. São Paulo. Nova Alexandria. 1993.
- DINGES, John. **Os anos do condor**: uma década de terrorismo internacional no Cone Sul. São Paulo. Companhia das Letras. 2005.
- DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis. Vozes. 1981.
- DULLES, John W. F. **Carlos Lacerda**: a vida de um lutador (1960-1977). Vol. 2. Rio de Janeiro. Nova Fronteira. 2000.
- DURKHEIM, Émile (1995). As regras do método sociológico. Martins Fontes.

DURKHEIM, Émile. **Lições de sociologia**. São Paulo. Martins Fontes. 2002.

EGIDO, Aurora. 'Introducción'. In: GRACIÁN, Baltasar. 'El Discreto'. Madri. Alianza Editorial. 1997.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**: formação do Estado e Civilização. Vol. II. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1993.

_____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 1994.

_____. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2001.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. São Paulo. Globo. 1987. 2 volumes

FARHAT, Said. **Dicionário parlamentar e político**: o processo político e legislativo no Brasil. São Paulo. Melhoramentos/Fundação Petrópolis. 1996.

FERREIRA, Gabriela Nunes. **Visconde do Uruguai**: teoria e prática do estado brasileiro. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Org.). **Um enigma chamado Brasil**: 29 intérpretes e um país. São Paulo. Companhia das letras. 2009.

FICO, Carlos. **O Grande Irmão**: da operação Brother Sam aos anos de chumbo – o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2008.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do silêncio**: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luis a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro. Record. 2005.

FONSECA Jr, Gelson. **Prefácio**. In: CUNHA, Leitão da Cunha. Diplomacia em alto mar. Rio de Janeiro. FGV. 1994.

FOUILLOUX, Danielle et all. **Dicionário cultural da Bíblia**. São Paulo. Loyola. 1998.

FREIXO, Adriano de & FREITAS, Jacqueline Ventapane. 'Mas veio o tempo negro e a força fez comigo/O mal que a força sempre faz...': o Brasil do AI-5. In: MULTEAL Filho, Oswaldo; FREIXO, Adriano de; FREITAS, Jacqueline Ventapane. **Tempo negro, temperatura sufocante: Estado e sociedade no Brasil do AI-5**. Editora PUC Rio/Contraponto. 2008.

GALLINO, Luciano. **Dicionário de sociologia**. São Paulo. Paulus. 2005.

GARCIA, Eugênio Vargas. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. São Paulo/Brasília. Alfa-Omega/Funag. 2002.

_____. **Cronologia das Relações Internacionais do Brasil**. Rio de Janeiro. Contraponto. 2005.

GARCIA, Janete Mello. **Introdução à teoria e prática do latim**. Brasília. UnB. 2000.

- GARPARI, Elio. **As ilusões armadas**: a ditadura escancarada. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.
- ___ **As ilusões armadas**: a ditadura envergonhada. São Paulo. Companhia das Letras. 2002.
- GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo. Martins Fontes. 2003.
- GOETHE, Johann Wolfgang von. **Fausto & Werther**. São Paulo. Nova Cultural. 2003.
- GRACIÁN, Baltasar. **Oráculo manual y arte de prudencia**. Madri. Cátedra. 995.
- ___ **A arte da sabedoria mundana**: um oráculo manual. São Paulo. Círculo do Livro/Best Seller. sd.
- GRAMSCI, Antonio. **Obras escolhidas**. São Paulo. Martins Fontes, 1978.
- GREEN, James N. **Apesar de vocês**: oposição à ditadura brasileira nos Estados Unidos, 1964-1985. São Paulo. Companhia das Letras. 2009.
- GUERREIRO, Ramiro Saraiva. **Lembranças de um empregado do Itamaraty**. São Paulo. Siciliano. 1992.
- HARK, Helmut (Org.). **Léxico dos conceitos junguianos fundamentais**. São Paulo. Loyola. 2000.
- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo. Martins Fontes. 2003.
- HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Princípios da filosofia do direito**. São Paulo. Martins Fontes. 1997.
- HIRANO, Sedi. **Castas, estamentos e classes sociais**: introdução ao pensamento sociológico de Marx e Weber. São Paulo. Unicamp. 2002.
- HUNTINGTON, Samuel P. **O Soldado e o Estado**: teoria e política das relações entre civis e militares. Rio de Janeiro. Biblioteca do Exército. 1996.
- JUNG, Carl Gustav. 'O eu e o inconsciente'. In: **Estudos sobre psicologia analítica**. Obras Completas de Carl. Gustav Jung. Vol. vii. Petrópolis. Vozes. 1981.
- ___ **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Volume ix, tomo i. Petrópolis. Vozes. 200.
- KANTOROWICZ, Ernst H. 'O Rei e a Coroa'. In: **Os dois corpos do rei**: um estudo sobre teologia política medieval. São Paulo. Companhia das Letras. 1998.
- KEENAN, George F. **Russia and the west under Lenin and Stalin**. New York. A Menton Book New American Library. 1961.
- KOTHE, Flavio R. (1996). **A alegoria**. São Paulo. Ática.
- LAFER, Celso. **O sistema político brasileiro**. São Paulo. Perspectiva. 1975.

- LAMPREIA, Luiz Felipe. **Diplomacia brasileira**: palavras, contextos e razões. Rio de Janeiro. Lacerda & Editores. 1999.
- LARIVAILLE, Paul. **A Itália no tempo de Maquiavel**: Florença e Roma. São Paulo. Companhia das Letras. 2001.
- LÉNINE, V. I. '**A doença infantil do esquerdismo no comunismo**. In: **Obras Completas em 3 tomos**. Edições Progresso – Moscovo/Edições Avante! – Lisboa. 1982.
- LE ROY LADURIE, Emmanuel. **Saint-Simon ou o sistema de corte**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2004.
- LINS, Álvaro. **Rio Branco**: biografia pessoal e história política. São Paulo/Brasília. Editora Alfa Omega/Funag. 1996.
- LIRA Neto. **Castello**: a marcha para a ditadura. São Paulo. Contexto. 2004.
- MACHIAVELLI, Niccolò. '**Memoriale a Raffaello Girolami quando ai 23 d'Ottobre parti per la Spagna all'imperatore**', pp. 729-732. In: Opere I. Toniro. Einaudi-Gallimard. 1997.
- MALAPARTE, Curzio. **Técnica de um golpe de Estado**. In: MALAPARTE, Curzio. Obras de Malaparte. Buenos Aires. Plaza & Janes. 1960.
- MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. São Paulo. Martins Fontes. 1996.
- MARIANO, Nislon. **As garras do condor**: como as ditaduras militares da Argentina, do Chile, do Uruguai, do Brasil, da Bolívia e do Paraguai se associaram para eliminar adversários políticos. Petrópolis. Vozes. 2003.
- MARIZ, Vasco. **Temas da política internacional**: ensaios, palestras e recordações diplomáticas. Rio de Janeiro. Topbooks. 2008.
- MARTELLINI, Luigi. '**Introdução**: algumas realidades, o desespero, os fantasmas'. In: MALAPARTE, Curzio. **Técnica do golpe de Estado**. Portugal. Europa-América. 1983.
- MARONE, Gherardo. '**Estudio preliminar**'. In: MAQUIAVELO, Nicolas. La mente del hombre de Estado y otras sentencias. Buenos Aires. Editorial Leviatan. 2005.
- MATTOS, Gregório de. **Crônica do Viver Baiano seiscentista**. Obra Poética Completa. Códice James Amado. Volume I. Rio de Janeiro. Record. 1999.
- MEIER, Samuel A. '**Anjos**'. In: METZGER, Bruce & COOGAN, Michael D. **Dicionário da Bíblia**: as pessoas e os lugares. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2002.
- MEINECKE, Friedrich. **La Idéia de la Razón de Estado em la Edad Moderna**. Madrid. Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. 1997.
- MENESES, Delano Teixeira. **O militar e o diplomata**. Rio de Janeiro. Bibliex. 1997.

- METZGER, Bruce & COOGAN, Michael D. *Dicionário da Bíblia: as pessoas e os lugares*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor. 2002.
- MINOGUE, Kenneth. **Política**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 1998.
- MORAES, Emanuel de. **As origens e as transformações do Estado**. Vol. II. Rio de Janeiro. Imago. 1997.
- MORAIS, Tais. **Sem vestígios**: revelações de um agente secreto da ditadura militar brasileira. Belo Horizonte. Geração Editorial. 2008.
- MOREIRA, Marcílio Marques. **Diplomacia, política e finanças**: de JK a Collor – 40 anos de história por um de seus protagonistas. Rio de Janeiro. Objetiva. 2001.
- MOURA, Cristina Patriota (2007). *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia brasileira: um estudo da carreira e socialização*. Rio de Janeiro. FGV.
- NABUCO, Mauricio. **Algumas reflexões sobre diplomacia**. Rio de Janeiro. Irmãos Pongetti. 1955.
- NICOLSON, Harold. 'El diplomático ideal'. In: *La diplomacia*. México. Fondo de Cultura Económica. 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. **Crepúsculo dos ídolos ou Como Filosofar com o Martelo**. Lisboa. Edições 70.
- PARKER, Phyllis R. **1964**: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado de 31 de março. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1977.
- PEARSON, Raymond. **The rise and fall of the Soviet Empire**. Palgrave Macmillan. 1998.
- PÉCORA, Alcir. 'A cena da perfeição'. In: CASTIGLIONE, Baldassare. *O Cortesão*. São Paulo Martins Fontes. 1997.
- 'O livro do prudente secretário'. In: ACCETTO, Torquato. *Da dissimilação honesta*. São Paulo. Martins Fontes. 2001.
- PINHEIRO, Letícia de Abreu. **Política externa brasileira (1889-2002)**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. 2004.
- PINHEIRO Neto, João. **Jango**: um depoimento pessoal. Rio de Janeiro. Record. 1993.
- PIRES, Waldir. 'Não tínhamos um projeto estratégico'. In: MORAES, Dênis de. **A esquerda e o golpe de 64**: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo. 1989.
- RIBEIRO, Darcy. **Confissões**. São Paulo. Companhia das Letras. 1997.

- RIBEIRO, Guilherme Luiz Leite. **Os bastidores da diplomacia**: o bife de zinco e outras histórias. Rio de Janeiro. Nova fronteira. 2007.
- RICUPERO, Rubens. **Rio Branco**: o Brasil no mundo. Rio de Janeiro. Contraponto. 2000.
- ROMANO, Roberto. '**A indiscreta falta de charme da universidade**'. In: **Lux in tenebras**: meditações sobre filósofos e cultura. São Paulo. Cortez Editora/Editora da Unicamp.
- RÓNAI, PAULO. **Curso básico de latim**: gradus primus. São Paulo. Cultrix. 1992.
- SCHMITT, Carl. **La dictature**. Paris. Seuil. 2000.
- SERBIN, Kenneth. **Diálogos na sombra**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo. Companhia das Letras. 2001.
- SHAKESPEARE, William. **Otelo**. Teatro Completo: Tragédias. Rio de Janeiro. Agir. 2008.
- SIMONETTA, Marcello. **The Montefeltro Conspiracy**: a renaissance mystery decoded. New York. Doubleday. 2008.
- SOUZA, Percival de. **Autópsia do medo**: vida e morte do delegado Sérgio Paranhos Fleury. São Paulo. Globo. 2000.
- STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e máscaras**: a busca da identidade. São Paulo. Edusp. 1999.
- TARLÉ, E. **Talleyrand**: um diplomata da burguesia em ascensão. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1965.
- TOLEDO, Marina do Rego Freitas de. **Uma paulista no Itamaraty**. São Paulo. Green Forest do Brasil. 1999.
- TROTSKY, Leon. **História da revolução russa**. 2º edição. Volume 3. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1977.
- VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Ética**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1996.
- VERDUGO, Patrícia. **A caravana da morte**. Revan. 2007.
- VIANA Filho, Luis. **A vida do Barão do Rio Branco**. Brasília. Senado Federal/Funag. 1996.
- VIROLI, Maurizio. **O sorriso de Nicolau**: história de Maquiavel. São Paulo. Estação Liberdade. 2002.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **Relações Internacionais do Brasil**: de Vargas a Lula. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. 2003.
- WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México. Fondo de Cultura Econômica. 1969.
- _____. '**Caráter permanente da máquina burocrática**'. In: GERTH, H. H. & WRIGHT MILLS, Charles (Org.). Ensaio de sociologia. Rio de Janeiro. Guanabara. 1982.

____ **‘A política como vocação’**. In: **Ciência e Política**: duas vocações. São Paulo. Cultrix. 1989.

____ **Conceitos sociológicos fundamentais**. Lisboa. Edições 70. 2001.

____ **‘A política como vocação’**. In: **Ciência e Política**: duas vocações. Martin Claret. 2003.

Artigos de jornal

MARQUES, Toni (2004). **‘SNI ajudou a soltar Flávia’**. O Globo, Rio de Janeiro. 28 mar. Especial. 2004.

SEQUEIRA, Claudio Dantas (2007a). **‘O pai do serviço secreto do Itamaraty’**. Diário de Pernambuco, Recife, 31 jul. Política. 2007.

SEQUEIRA, Claudio Dantas (2007b). **‘Governo silencia sobre arapongas’**. Diário de Pernambuco, Recife, 3 ago. Política. 2007.

Artigos em Periódicos

RUIZ, Rafael (sd). **‘De Aristóteles à tradição moderna’**. In: Revista História Viva, edição especial temática nº 15 – Grandes Temas: Maquiavel, o gênio de Florença: o homem que revolucionou o pensamento político. São Paulo. Duetto.

‘O dia em que o governo sumiu’. Carta ao Leitor. Revista Veja, páginas 14-15. Edição 2098, ano 42, nº 5, 4 de fevereiro de 2009.

Artigos em Revistas Acadêmicas

SILVA, Dinair Andrade da. **A imprensa platina e a Missão Especial do Brasil ao Uruguai**. Revista Brasileira de Política Internacional, 45 (2) 66-81. 2002.

Fontes da Internet

ALMEIDA, Paulo Roberto de. **O Ser Diplomata**: reflexões anárquicas sobre uma indefinível condição profissional. Palestra proferida em 4 de maio de 2006. Ciclo de Debates da Pacta Consultoria, Brasília. <http://pactaconsultoria.com.br>. Último acesso: 15 de julho de 2008.

ÁREAS, Camila. **Martin Almada**: 'Brasil oculta arquivos do Paraguai'. Fundação Lauro Campos: Socialismo e liberdade. In: <http://www.socialismo.org.br/portal/internacional/40-entrevista/444-martin-almada->

[brasil-oculta-arquivos-do-paraguai](#). Entrevista internet: 23 de junho de 2008. Último acesso: 7 de janeiro de 2010.

BEGUOCI, Leandro. **‘Brasil participou do Condor, diz Passarinho’**. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0401200813.htm>. Acesso em: 13 de outubro de 2009.

DIAS, Marcio de Oliveira. **Carta do embaixador Marcio de Oliveira Dias ao Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim**. 2008 <http://www.brasilacimadetudo.Ipchat.com>. Último acesso: 23 de outubro de 2009.

Frases Latinas – Fabarum arrosor. In: <http://www.espanolsinfronteras.com/LenguaCastellana/RD05-FrasesyCitasLatinas06.htm>. Última consulta: 20 de dezembro de 2009.

FERNANDES, Helio. **O beijo da morte: coincidência ou crime?** 6 de abril de 2005. <http://www.pitoresco.com.br/historia/republ405a.htm>. Último acesso: 08 de janeiro de 2009.

GRIPP, Alan. **‘Procurado, ministro Celso Amorim se recusa a comentar acusações’**. São Paulo. O GLOBO. Brasília. 15 de Dezembro de 2007. <http://arquivoetc.blogspot.com/2007/12/embaixador-aposentado-acusa-atual-gesto.html>. Último acesso: 15 de janeiro de 2010.

JAKOBSKIND, Mário Augusto. **As asas do Condor ainda continuam a ameaçar o Cone Sul**. 2007. Disponível em: <http://brasildefato.com.br/v01/agencia/entrevistas/as-asas-do-condor-ainda-continuam-a-ameacar-o-cone-sil-1>. Acesso: 27 de outubro de 2009.

LAFER Celso (2003). **Discurso Cerimônia de Transmissão de Cargo**. Disponível em: <http://guedespinheiro.com.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

MAESTRI, Mário. **‘A memória suja do Itamaraty’**. Disponível em: <http://www.novaeconomia.inf.br/site/modules.php?name=Conteudo&pid=691>. Publicado em 07 de agosto de 2007. Acesso em: 20 de outubro de 2009

ODILLA, Fernanda & SEQUEIRA, Claudio Dantas Sequeira. **Carta de repúdio a Lula e Amorim**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1

— **‘Negócios à parte: a amizade Brasil-EUA e os interesses de cada um’**. <http://vejaonline.abril.com.br/noticias/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigatioServlet/publicationCode=1&textCode=124462>. Último acesso: 05 de fevereiro de 2008.

— **‘Novas revelações sobre a Operação Condor’**. <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=158>. Último acesso: 14 de janeiro de 2010.

- _____. **'O tempo da amargura: a morte de Juscelino (1961-1976)'**. http://www.projetomemoria.art.br/JK/biografia/5_morte.html. Último acesso: 08 de janeiro de 2009.
- PENNA, José Oswaldo de Meira. **A diplomacia: pompa e circunstâncias de gloriosa carreira**. <http://www.buscalegis.ufsc.br/revistas/index.php/buscalegis/article/view/22001/21565>. Último acesso: 17 de novembro de 2009. Disponível também em: <http://www.meirapenna.org/publicacoes/conf/2000/diplomacia/pompa_e_circunstancia.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2006.
- SEQUEIRA, Claudio Dantas (2007). **O serviço secreto do Itamaraty**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Vidas monitoradas pela diplomacia**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Segredo de Estado: as vítimas do CIEX**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Espiões na pele de diplomatas**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **O plano do Itamaraty de busca externa**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Silêncio no governo Lula**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Dinheiro de Cuba bancou asilados**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1
- _____. **Falsificações e contrabandos**. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1

____. **Diplomatas convocados:** Luiz Couto, da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, apresentará requerimento de audiência para ouvir integrantes do Ciex do Itamaraty. 22 de julho de 2007. Último acesso: 15 de outubro de 2009. http://www.direitos.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=3616&Itemid=1

WEHLING, Arno (sd). **Visão de Rio Branco:** o homem de estado e os fundamentos de sua política. <http://www2.mre.gov.br/ipri/Papers> e <http://www2.mre.gov.br/ipri>. Último acesso: 12 de janeiro de 2008.

Obras de referência

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. '**Verbetes: 'Iconoclasmo'**', p. 3058. São Paulo. Nova Cultural. 1998.

Grande Enciclopédia Larousse Cultural. '**Verbetes: 'Iconoclasta'**', p. 3058. São Paulo. Nova Cultural. 1998.

Publicações oficiais

Constituição Federal de 1988. Vade Mecum Acadêmico de Direito. Rideel. 2009.

Política Externa, Democracia , Desenvolvimento. Gestão do ministro Celso Amorim no Itamaraty: agosto 93 a dezembro 94. Brasília. Fundação Alexandre de Gusmão – FUNAG.

Vídeo

Jango em 3 Atos. Documentário produzido pela TV Senado. Cópia gentilmente cedida pelo senhor João Vicente Fontella Goulart, filho do ex-Presidente João Belchior marques Goulart.

O Pianista. Produção de Humberto Maura. Reportagem: Domingos Meireles. São Paulo: Globo Vídeo/Som Livre, 2004.

Revolução de 30. Produção de Sylvio Back. CIC Vídeo. 1980.